



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Tecnológico
Programa em Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Virgínia Gomes de Luca

O Patrimônio Arquitetônico e a Paisagem Cultural em Sítios Históricos Rurais de Imigração Italiana.

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação
em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal
de Santa Catarina para obtenção do
título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Prof^ª Alina Gonçalves Santiago, Dr^ª

Florianópolis

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

TERMO DE APROVAÇÃO

Virgínia Gomes de Luca

O Patrimônio Arquitetônico e a Paisagem Cultural em Sítios Históricos Rurais de Imigração Italiana.

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para obtenção do título de:

Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Florianópolis, 30 de maio de 2007

Prof^ª Dr^ª Alina Santiago
COORDENADORA DO CURSO

Prof^ª Dr^ª Alina Santiago
ORIENTADORA

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª Dr Günter Weimer
Examinador Externo
URFGS/ RS

Prof^ª Dr Carlos Loch
PósARQ / UFSC

Prof^ª Dr^ª Vera Helena Moro Bins Ely
PósARQ / UFSC

Dedico este trabalho a todos os
imigrantes, em especial aos italianos, que deixaram
suas Pátrias para nestas terras reconstruir
seus sonhos e enriquecer a diversidade cultural brasileira

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais amados e irmão querido, pelo amor, pela proteção e por acreditarem;

À professora Alina, pelo incentivo constante e pela confiança depositada, mas principalmente, por ter sido mestre e mãe durante esses dois anos da minha vida;

Aos proprietários das edificações estudadas, por abrirem os portões de suas propriedades, em especial à comunidade de Rio Maior, município de Urussanga/ Santa Catarina;

Aos amigos do PósARQ, em especial a Vanessa Casarin, Emmanuel Sá Resende Pedroso, Isaque dos Santos Souza, Natal Anacleto Chicca Júnior, Douglas Emerson Deicke Heidtmann Júnior, Alexander Gonzalez Castaño, Marila Filártiga Gebara, Jorge Rebollo Squera, Maria Teresa Casco Baez, que acompanharam de perto esta jornada e aos amigos do Labcon, Roberto Carlos Pereira, Marcus Gonçalves Euclides Borges e Raphaela Walger da Fonseca;

Às minhas grandes amigas: Eloísa Pavesi, pelo apoio incondicional e exemplo de dedicação à pesquisa; Dafne Marques de Mendonça, que mesmo de longe esteve sempre por perto; Veridiana Atanásio e Nicole Salvato dos Santos Silveira, pela longa amizade e companheirismo; Livia da Cruz, pela eterna paciência e amizade verdadeira; Tatiana de Luca de Bem e Michelle Andriguette, por todos os anos de amizade;

À Tatiana Filomeno Vaz, Andréa Hermes, Vanessa de Souza e Isaura Sordi, pelas oportunidades de aprendizado e pela amizade que dura até hoje;

Aos companheiros do INFOARQ, Eduardo Wagner Rogério e Thaise Dalmonico Adami pela convivência diária;

À Prefeitura Municipal de Urussanga, em especial à Patrícia Mazon, Newton Bortolotto e Suele Tibes pela ajuda e incentivo;

À 11ª Superintendência Regional do IPHAN/SC e Escritório Técnico de Laguna, em especial a Marina Cañas Martins, pela colaboração e interesse conjunto pelo tema;

Aos professores membros da banca examinadora pelas importantes contribuições ao trabalho;

Ao PósARQ/UFSC, pela oportunidade;

À Ivonete, pelo carinho e dedicação frente à secretaria do PósARQ;

À CAPES pela concessão da Bolsa de Mestrado.

À todos aqueles que de maneira direta ou indireta contribuíram para mais esta etapa, meu muito obrigada!

**'mudando o necessário e conservando o imprescindível, talvez
possamos preservar a memória nacional – até aquela feita em
barro pelas mãos dos mais humildes e anônimos artesãos'**

Aloísio Magalhães

RESUMO

LUCA, Virgínia Gomes de. **O Patrimônio Arquitetônico e a Paisagem Cultural em Sítios Históricos Rurais de Imigração Italiana**. Florianópolis, 30 de maio de 2007. 134 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação, UFSC, 2007.

Este trabalho busca reconhecer a paisagem cultural em sítios históricos rurais de imigração italiana como detentora de valor patrimonial e identidade. Estuda os conjuntos edificados cuja implantação, características arquitetônicas e técnicas construtivas singulares no contexto nacional são testemunhos de hábitos, costumes e usos característicos da área de imigração em Santa Catarina durante o século XIX e XX. Sua relevância encontra-se no estudo das transformações da paisagem por meio dos valores e costumes dessas comunidades, que resultou em uma nova categoria patrimonial denominada paisagem cultural.

A pesquisa bibliográfica buscou demonstrar a importância da paisagem enquanto detentora de valor patrimonial e foi complementada pela pesquisa de campo realizada na localidade de Rio Maior, no município de Urussanga/ Santa Catarina. Desta maneira, foi possível identificar por meio do inventário dos sítios rurais e da análise visual da paisagem, como o imigrante italiano transformou seu entorno, seja por meio da organização espacial de sua moradia, seja pela sua relação de troca com a natureza e o modo como estes elementos vêm modificando a paisagem até os dias atuais.

Assim, a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo, são apresentadas propostas para a preservação dos sítios históricos rurais. Esta preservação ocorre por meio da fixação dos produtores rurais em seus lotes, incentivo da produção de produtos de valor cultural e valorização o imigrante italiano enquanto detentor do conhecimento necessário para a transformação do meio natural onde viveu e onde seus descendentes ainda vivem.

Palavras chave: arquitetura rural da imigração italiana; inventário; paisagem cultural; patrimônio cultural.

ABSTRACT

LUCA, Virgínia Gomes de. **The Architecture Patrimony and the Cultural Landscape in Rural Historical Sites of Italian Immigrants**. Florianópolis, may 30, 2007. 134 p. Dissertation (MA in Architecture and Urbanism) – Programa de Pós Graduação, UFSC, 2007.

This paper aims at recognizing the cultural landscape in rural historical sites of Italian immigrants as providers of patrimonial value and identity. It studies the building collection of which the implantation, architecture characteristics and construction techniques, unique in national territory, are witnesses of habits, customs and usage that characterize the immigration area in Santa Catarina state in XIX and XX centuries. Its relevance is found in the study of the landscape transformation through values and habits of these communities, that results in a new patrimonial category named cultural landscape.

The bibliographic research looked forward to showing the importance of the landscape as a patrimonial value provider and was complemented by a field research held in Rio Maior, in Urussanga, Santa Catarina state. This way it was possible to identify through the inventory of rural sites and visual analysis of the landscape, how the Italian immigrant has transformed where he lived by the spacial organization of his house as well as his relation of exchanging with the nature, and the way these elements have been modifying the landscape until nowadays.

From both bibliographic and field research, some purposes are presented in order to preserve the rural historical sites. This preservation takes place by the fixation of the rural producers in their lands, stimulous to the production of cultural valuable products and appreciation of the Italian immigrant while provider of needed knowledge about the transformation of the natural environment where he lived and where his descendents still live.

Keywords: rural architecture of Italian immigration, inventory, cultural landscape, cultural patrimony.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Instituições que contribuíram para a ampliação do conceito de patrimônio cultural brasileiro apresentado no artigo 216 da Constituição de 1988.	34
Figura 02: Bens culturais registrados como Patrimônio Imaterial Brasileiro.	41
Figura 03: Categorias de Paisagem Cultural adotadas pela Unesco a partir de 1992.....	46
Figura 05: Bens brasileiros inscritos na Lista Patrimônio Mundial Natural.	49
Figura 04: Bens brasileiros inscritos na Lista Patrimônio Mundial Cultural.....	50
Figura 06: Candidatos brasileiros à Paisagem Cultural na Unesco.....	51
Figura 07: Mapa de ocupação do estado de Santa Catarina.....	57
Figura 08: Mapa da Itália.....	61
Figura 09: Localização dos municípios de Nova Veneza, Pedras Grandes, Orleães e Urussanga	63
Figura 13: Praça Anita Garibaldi, município de Urussanga.....	64
Figura 14: Praça Anita Garibaldi, município de Urussanga.....	64
Figura 15: Propriedade de Luiza Sander (localidade Rio América Baixo – Urussanga)	65
Figura 17: Ficha Técnica ‘Inventário das Correntes Migratórias’ – Denominação, localização e fontes de estudo (bibliografia/ arquivo).....	67
Figura 18: Ficha Técnica ‘Inventário das Correntes Migratórias’ – Dados Técnicos, Características ambientais e Característica das instalações.....	68
Figura 19: Ficha Técnica ‘Inventário das Correntes Migratórias’ – Dados Tipológicos e Dados cronológicos.....	68
Figura 20: Ficha Técnica ‘Inventário das Correntes Migratórias’ – Dados de conservação, Informações complementares e Pesquisador.....	69
Figura 21: Ficha Técnica ‘Inventário das Correntes Migratórias’ – Levantamento arquitetônico.	69
Figura 22: Inventário de Emergência, modelos de fichas compiladas no volume final.....	70
Figura 23: Mapeamento realizado na região sul do estado e inventário das edificações.	71
Figura 24: Folder do Projeto Roteiros Roteiros Culturais Sul.....	71
Figura 25: Mapeamento das edificações de interesse e unidades de produção.....	72
realizado na região de Orleães.	72
Figura 26: Ficha de Inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana.....	81
Figura 27: Ficha de Inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana.....	82
Figura 28: Ficha de Inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana.....	83

Figura 29: Ficha de Inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana.....	86
Figura 30: Ficha de Inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana.	87
Figura 31: Análise DAFO.....	91
Figura 32: Conjunto de edificações – casa de dormir, cozinha, latrina, instalações domésticas de apoio e edificações complementares. Propriedade de Idalino de Lorenzi Canever, localidade de Rio Maior, Urussanga.....	94
Figura 33: Cantina parcialmente escavada com entrada frontal. Propriedade de Francisco de Assis Ceron, localidade de Rio Carvão, em Urussanga.....	95
Figura 34: Apropriação da sala central. Propriedade de Ângelo Bonot, localidade de Rio América Baixo em Urussanga.....	95
Figura 35: Sótão. Sobrado de Italina Mourão Soratto, em Urussanga.....	95
Figura 36: Cozinha separada da residência principal. Propriedade de Sérgio Maestrelli, localidade de Rio Carvão, Urussanga.	96
Figura 37: Cozinha ligado à residência por um corredor coberto. Propriedade de Olga de Preza Dominelli, localidade de São Bento Alto, Nova Veneza.....	96
Figura 30: Antigo forno de pães e biscoitos. Propriedade de Lívia Maccari Maestrelli, ocalidade de Rio América Baixo, em Urussanga.	97
Figura 31: Instalação sanitária (latrina). Propriedade de Idalino de Lorenzi Canever, localidade de Rio Maior, Urussanga.....	97
Figura 32: Conjunto formado por estufa de fumo, estábulo galinheiro e depósito. Propriedade de Mário de Lorenzi Cancellier, localidade de Palmeira do Meio, Orleans.....	98
Figura 33: Serraria e atafona movidas à roda d'água. Propriedade da Família Bez Fontana, na localidade de Rio América Baixo, em Urussanga.	98
Figura 34: Serraria, propriedade de Angélico Ronconi, localidade de Rio Salto em Urussanga.	98
Figura 35: Conjunto formado por chiqueiro, estrebaria e depósito. Propriedade de Lívia Maccari Maestrelli, localidade de Rio América Baixo em Urussanga.	98
Figura 36: Localidade do Rio Maior, no município de Urussanga.	99
Figura 37: Distribuição dos imigrantes cassanos nos lotes de Rio Maior.....	100
Figura 38: Figueira centenária.....	101
Figura 39: Comunidade de Erto e Casso, região de Friuli Venezia Guilia, província de Pordenone, norte da Itália.....	102
Figura 40: Organização espacial da comunidade de Erto e Casso, norte da Itália.	102
Figura 41: Organização espacial da comunidade de Erto e Casso, norte da Itália.	103
Figura 42: Comunidade de Erto e Casso, norte da Itália.	104

Figura 43: Comunidade de Rio Maior, município de Urussanga.....	104
Figura 44: Chiesa di San Gervasio e San Protasio martiri.....	105
Figura 45: Igreja de São Gervásio e São Protásio, em Rio Maior.....	105
Figura 46: Vila rural de Erto e Casso, norte da Itália.	105
Figura 47: Organização do espaço produzida pela imigrante. Propriedade de Idalino de Lorenzi Canever, localidade de Rio Maior, Urussanga.	105
Figura 48: Técnica construtiva predominante na comunidade de Erto e Casso, norte da Itália.	106
Figura 49: Técnicas construtivas da localidade de Rio Maior.....	106
Figura 50: Esquadria em Erto e Casso.	106
Figura 51: Esquadria em Rio Maior.	106
Figura 52: Localidade de Rio Maior.....	107
Figura 53: Antigo caminho dos imigrantes.	108
Figura 54: Referencial na paisagem do campanário da igreja e da chaminé do alambique desativado.	108
Figura 57: Pedreira e paisagem de Rio Maior.	109
Figura 58: Antigo alambique de cachaça, fecularia/ atafona e ferraria/marcenaria.	111
Figura 59: Construção dos banheiros na propriedade de Antoninho Bocado.	113
Figura 60: Adaptações de uso na propriedade de Ivanir Cancellier.	113
Figura 61: Adaptações de uso na propriedade de Rômulo Mazzucco.....	113
Figura 62: Propriedade de Sérgio Maestrelli, localidade de Rio Carvão, em Urussanga.....	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Gráfico comparativo das técnicas construtivas.....	111
Gráfico 02: Gráfico comparativo do sistema de pontuação no item Estado de Conservação...114	
Gráfico 03: Gráfico comparativo da autenticidade e integridade (uso do solo).....	115
Gráfico 04: Gráfico comparativo do uso da habitação.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Classificação das análises em categorias.....	117
--	-----

LISTA DE SIGLAS

ACRIMA - Associação Comunitária do Rio Maior

APA – Área de Preservação Ambiental

APP - Área de Preservação Permanente

CEP – Convenção Européia da Paisagem

CIIC - Comitê Internacional de Itinerários Culturais

CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural

DAFO - Debilidades, Ameaças, Forças e Oportunidades

DPI - Departamento do Patrimônio Imaterial

DPHAN - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FCC – Fundação Catarinense de Cultura

FNpM - Fundação Nacional Pró-Memória

GPS - Sistema de Posicionamento Global

IBA – Inventário de Bens Arquitetônicos

IBAMA - Instituto Brasileiro de amparo ao Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

ICC - Instituto Internacional para a Conservação de Trabalhos Históricos e Artísticos

ICOM - Conselho Internacional de Museus

ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)

ICROM - Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração da Propriedade Cultural

IEPHA/ MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IFLA - *International Federation of Landscape Architects* (Federação Internacional dos Arquitetos Paisagistas)

INBI/SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados

INCEU - Inventário de Configuração de Sítios Urbanos

INFOARQ – Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura

INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais

IPAC/ BA - Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia

IPAC/ MG - Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PCH - Programa de Cidades Históricas

PPSH - Preservação dos Sítios Históricos Urbanos: Termo Geral de Referência

PPSHR - Proposta de Preservação dos Sítios Históricos Rurais

SANTUR - Santa Catarina Turismo S/A

SETEP - Serviços Topográficos e Projetos Ltda

SIG - Sistema de Informação Geográfica

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

UFUSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	16
1.1. Justificativa e relevância do estudo proposto.....	17
1.2. Perguntas de pesquisa	18
1.3. Objetivos	18
1.3.1. Objetivo geral.....	18
1.3.2. Objetivos específicos	19
1.4. Estrutura do trabalho.....	19
CAPÍTULO 2 - REVISÃO DE LITERATURA	21
2.1. Patrimônio cultural e identidade.....	21
2.2. Evolução do conceito de patrimônio cultural na Unesco.....	22
2.2.1. Do Império Romano aos teóricos da preservação.....	22
2.2.2. As Cartas Patrimoniais.....	24
2.3. E preservação do patrimônio cultural no Brasil	28
2.3.1. As Constituições Brasileiras e a proteção dos bens culturais	29
2.3.2. A Sphan e a evolução do conceito de patrimônio cultural brasileiro	31
2.4. Patrimônio cultural imaterial	36
2.4.1. Patrimônio cultural imaterial no Brasil	37
2.5. Paisagem Cultural.....	42
2.5.1. Paisagem cultural e a Lista de Patrimônio Mundial da Unesco	43
2.5.2. A Convenção Européia da Paisagem	46
2.5.3. A legislação brasileira e a preservação da paisagem.....	48
2.5.4. O Brasil e a Lista do Patrimônio Mundial da Unesco.....	49
2.6. Os Inventários na proteção do patrimônio cultural	51
2.6.1. O inventário e as políticas de preservação	54
2.7. O Patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina.....	56
2.7.1. Breve histórico do processo de colonização da imigração italiana	58
2.7.2. A política migratória do Governo Imperial do Brasil	59
2.7.3. A imigração italiana no sul de Santa Catarina e o município de Urussanga.....	60
2.7.4. A arquitetura e a paisagem do imigrante italiano em Santa Catarina	62
2.7.3. A preservação do patrimônio cultural em Santa Catarina.....	66

CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS DE PESQUISA 73

3.1. Classificação da pesquisa	73
3.2. Caracterização da amostra.....	73
3.3. Procedimentos técnicos de coletas de dados.....	74
3.3.1 Pesquisa bibliográfica.....	75
3.3.2. Pesquisa documental.....	76
3.3.2.1. Textos técnicos da Diretoria de Patrimônio Cultural da FCC.....	76
3.3.2.2. Inventário da paisagem cultural.....	76
3.3.2.3. Leitura das características da paisagem rural.....	78
3.3.2.4. Formatação da ficha de inventário	80
3.3.2.5. Pesquisa em sites da comunidade de Erto e Casso	88
3.4. Pesquisa de campo.....	88
3.4.1. Coleta de dados	88
3.4.1.1. Observação	89
3.4.1.2. Visita exploratória.....	89
3.4.1.3. Formulário	89
3.5. Análise e tratamento dos dados.....	90

CAPÍTULO 4 . ESTUDO DE CASO 92

4.1. A arquitetura rural e a paisagem da imigração italiana.....	92
4.1.1. Os núcleos rurais da imigração italiana.....	92
4.1.2. Implantação no lote e organização dos espaços	92
4.1.3. Conjunto de edificações da propriedade rural italiana.....	94
4.1.3.1. A casa de dormir	94
4.1.3.2. A cozinha	96
4.1.3.3. Instalações domésticas de apoio.....	97
4.1.3.3. Edificações complementares	97

CAPÍTULO 5. RESULTADOS E ANÁLISES 99

5.1. Caracterização da amostra	99
5.1.1. Localização de Rio Maior, município de Urussanga/ SC.....	99
5.1.2. Breve histórico de Rio Maior	99
5.2. Localidade de Erto e Casso/ norte da Itália	101

5.2. Descrições e análises da coleta de dados	103
5.2.1. Descrição e análise da pesquisa documental de Erto e Casso.....	103
5.2.2. Descrição e análise da observação da paisagem	107
5.2.3. Descrição e análise da visita exploratória	109
5.2.4. Descrições e análise do inventário	112
5.2.4. Análise e Tratamento dos dados	116

CAPÍTULO 6 – PROPOSTA DE PRESERVAÇÃO DOS SÍTIOS HISTÓRICOS RURAIS (PP\$HR) 119

CAPÍTULO 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS..... 124

Considerações finais	124
Recomendações para trabalhos futuros.....	126

CAPÍTULO 8 - REFERÊNCIAS..... 128

APENDICE E ANEXOS

APÊNDICE A – Principais características da arquitetura rural da imigração italiana

APÊNDICE B – Seleção e mapeamento das edificações de interesse

APÊNDICE C – Fichas de Inventário

ANEXO A – Worldwide basic inventory/ register card for Cultural Landscape

ANEXO B – Characteristics of rural landscape

ANEXO C – Roteiros Nacionais de Imigração – Santa Catarina

ANEXO D – IBA – Formulário Geral

ANEXO E – Ficha de Inventário del Paisaje Cultural

ANEXO F – INBI/ SU

ANEXO G – Portaria nº 299, de 6 de julho de 2004

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Desde a 80, de oitenta, tem crescido o reconhecimento da diversidade cultural no Brasil. A característica étnica da sociedade brasileira atribuída à presença portuguesa, que juntamente ao negro e ao índio explicava a formação e as características históricas da nação não era mais suficiente. A partir do final do século XIX, imigrantes provenientes de várias nacionalidades vieram contribuir com o que hoje caracteriza o Brasil como um país formado por várias etnias. Na construção da identidade cultural, as correntes migratórias do fim do século XIX constituem parte do processo civilizatório nacional, sendo parte fundamental da cultura, da política e da economia.

Esta pesquisa busca estudar as características da arquitetura e da paisagem rural produzidas pelo imigrante italiano no sul do estado de Santa Catarina. A fixação do homem rural foi desenvolvida principalmente no cotidiano. A partir dos modos de vida nos são apresentados os elementos materiais e imateriais que se encontram presentes na vida das comunidades rurais.

As transformações produzidas pelos imigrantes no ambiente natural produziram uma nova categoria patrimonial conhecida como paisagem cultural. A paisagem cultural possui uma visão integrada do patrimônio que engloba os bens naturais e os bens culturais e atinge as dimensões materiais e imateriais, cujo valor patrimonial é explicado por DELPHIM (2004):

Na paisagem cultural, o constante processo de envolvimento do homem com seu meio natural torna o conceito ainda mais complexo do que uma paisagem em estágio primitivo. Aliando as duas vertentes do patrimônio cultural, a material e a imaterial, a dimensão imaterial constitui a singularidade da paisagem cultural, sendo esta a que determina ou condiciona a paisagem, constituindo uma unidade singular e infinitamente mais rica, sendo tão dignas de registro e proteção quanto a fauna, a flora e o patrimônio edificado (pág. 4 -5).

A organização espacial, a concentração de características históricas e a evidência do período de seu desenvolvimento distinguem uma paisagem histórica rural de seus entornos imediatos. Na maioria das vezes, e isso ocorreu com o imigrante italiano, o ambiente natural influenciou o caráter, a composição da área rural e a maneira como usavam a terra. Por sua vez, os povos com as tradições, as tecnologias e as atividades modificaram consciente e inconscientemente o ambiente natural.

O habitat rural nos oferece um universo formal cuja diversidade é mais sincrônica do que diacrônica e que se constitui em torno de necessidades constantes e primordiais

mais do que sob a influência do fato político, ideológico ou cultural. (...) Máquina de produzir, imagem ativa dos elementos componentes da natureza local, aí se conjugam em um determinismo que não exclui os símbolos, as habitações rurais são todas elas de imenso símbolo do acordo e da luta do homem e da natureza. (PARENT, 1984, pág. 120).

A abordagem a respeito das paisagens rurais apresentada nesta pesquisa resulta das observações e análise dos aspectos culturais e do conjunto de práticas, cujo significado ajuda a compreender verdadeira dimensão do patrimônio rural da imigração italiana. Examinando as características da arquitetura e as práticas rurais criadas pelas populações tradicionais ainda é possível observar fortes resíduos da cultura do imigrante nas paisagens.

O patrimônio da região de imigrantes em Santa Catarina é predominantemente rural e vêm passando por transformações que o colocam em risco. Grande parte das propriedades rurais está ao menos parcialmente desativada em seu potencial agrícola ou tende ao abandono da atividade. Esta pesquisa não tem como objetivo apenas a preservação da herança cultural do imigrante. Visa, principalmente, reconhecer o valor patrimonial da paisagem cultural da imigração italiana por meio da proteção e da valorização do indivíduo enquanto agente detentor do conhecimento necessário para a manutenção do patrimônio rural do estado.

1.1. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO PROPOSTO

Em Santa Catarina, nos últimos vinte anos, o interesse pela preservação dos conjuntos históricos da imigração européia tem crescido constantemente. Criada em 1979, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) promove desde 1981 o estudo sobre o patrimônio dos imigrantes. O trabalho resultou em visitas às regiões de imigração, debates, levantamentos arquitetônicos e obras de restauro, realizados em parceria com o Estado e municípios envolvidos.

Este trabalho abre a oportunidade para ampliar os estudos realizados pela FCC durante duas décadas por meio do conceito de paisagem cultural. Mais do que a preservação do patrimônio edificado, a proteção do legado cultural do imigrante deve contemplar as paisagens rurais e as tradições imateriais que, aliado a novas alternativas visam auxiliar a fixação dos produtores rurais em seus lotes, incentivando a produção colonial de valor cultural.

Tem-se nesta pesquisa a mesma motivação de Nilson Nicoloso Cechin, em seu trabalho intitulado 'Os sobrados rurais remanescente da 4ª colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul':

Nas cidades ou vilas poucos exemplares significativos daquele momento histórico estão sobrevivendo. Na zona rural, a predominância foi e é ainda maior. Diante deste quadro, pouco da arquitetura popular rural remanescente, em evidência, estava a nos exigir um esclarecimento mais apurado. Por tratar-se de um trabalho sobre registro da cultura material, neste caso a arquitetura residencial rural, permite-nos revelar, de certa forma, a razão e a emoção, por parte de quem as construiu, a concretude física de um valor cultural. (...) os hábitos, as idéias, a dependência dos materiais e atividades da região e o saber fazer construtivo foram importantes nas definições dos espaços e formas, elementos, cores e texturas da arquitetura do imigrante italiano. (pág. 208).

Conhecer esses exemplares genuínos da arquitetura rural de colonização italiana daria a verdadeira dimensão do valor cultural das propriedades existentes na região e o resgate das práticas agrícolas que vem sendo perdidas ao longo dos anos. Conservar os costumes e tradições dos imigrantes da região sul do estado torna mais provável a salvaguarda deste patrimônio natural e construído de importância histórica no contexto nacional. A preservação do patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina protege estes bens da destruição e abandono, ao mesmo tempo em que fortalece os valores identitários das comunidades onde estes se inserem. Desta forma, sua valorização advém como consequência.

1.2. PERGUNTAS DE PESQUISA

Diante do que foi exposto, são apresentadas a seguir as questões norteadoras desta pesquisa:

De que maneira ocorreu a evolução do conceito de patrimônio cultural no âmbito da Unesco e do Iphan, principalmente em relação ao valor atribuído à paisagem?

Como foram iniciados os estudos acerca do patrimônio imaterial no Brasil e no mundo?

De que maneira surgiu a nova categoria patrimonial conhecida como paisagem cultural e como aplicar seu conceito nos estudos do patrimônio cultural da imigração?

Como era a arquitetura produzida pelos imigrantes que vieram para o sul do estado em seu país de origem e seus desdobramentos na nova realidade encontrada?

Como se configuram os conjuntos edificados nos sítios rurais da imigração italiana em relação à implantação, características arquitetônicas e técnicas construtivas?

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Objetivo geral

Reconhecer a paisagem cultural da imigração italiana como detentora de valor patrimonial e identidade.

1.3.2. Objetivos específicos

a. reconhecer as características dos sítios históricos rurais em relação à implantação, agenciamento, características arquitetônicas e técnicas construtivas deixadas pelos imigrantes italianos;

b. incorporar critérios às fichas de inventário existentes para aprofundar o registro da paisagem e suas transformações nos sítios históricos;

c. identificar os sítios históricos rurais da imigração italiana e descrever as modificações tanto no patrimônio arquitetônico quanto na paisagem tomando como estudo de caso a localidade de Rio Maior, município de Urussanga/ SC;

d. preservar o patrimônio material e imaterial que caracteriza a região de imigração italiana por meio da valorização do potencial agrícola e da atividade rural dos sítios históricos buscando a permanência do produtor rural enquanto agente (trans)formador da paisagem.

1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta pesquisa está estruturada em 7 capítulos:

Capítulo 1 – Introdução: apresenta os temas a serem estudados, expõe a justificativa e relevância da pesquisa, as questões que a norteiam, o objeto de estudo, os objetivos gerais e específicos e por fim, a estrutura da pesquisa;

Capítulo 2 - Revisão de literatura: aborda a revisão histórica e conceitual dos temas de interesse para o desenvolvimento da pesquisa. No âmbito da Unesco e do Iphan busca analisar a ampliação do conceito de patrimônio cultural, tanto em sua vertente material quanto imaterial, estudos acerca da paisagem cultural e da importância do inventário para a preservação do patrimônio edificado bem como na proteção, gestão e/ou ordenamento da paisagem. Finalizando este capítulo, é apresentado o legado patrimonial deixado pelos imigrantes italianos no sul do estado de Santa Catarina.

Capítulo 3 - Procedimentos de Pesquisa: descreve como foi desenvolvida a coleta de dados para alcançar os objetivos aos quais esta pesquisa se propôs.

Capítulo 4 - Estudo de caso: apresenta o objeto de estudo desta pesquisa: o patrimônio rural da imigração italiana onde são descritos os núcleos rurais da imigração, a implantação no lote e organização dos espaços.

Capítulo 5 - Resultados e análises: apresenta as análises dos dados coletados durante as pesquisas bibliográfica, documental e pesquisa de campo realizadas e descreve as principais modificações no patrimônio arquitetônico e na paisagem rural da imigração italiana.

Capítulo 6 - Proposta de preservação dos sítios históricos rurais: utiliza a análise realizada nos capítulos anteriores e busca preservar o patrimônio material e imaterial que caracteriza a região de imigração italiana e resgatar o potencial agrícola e a atividade rural dos sítios históricos por meio da permanência do produtor no meio rural.

Capítulo 7 - Considerações finais: apresenta a síntese dos resultados encontrados na pesquisa, a verificação do cumprimento de seus objetivos e ainda recomendações para trabalhos futuros.

Por fim, são apresentadas as Referências Bibliográficas utilizadas na elaboração desta pesquisa, e por fim os Apêndices e os Anexos.

CAPÍTULO 2 - REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo aborda uma revisão histórica e conceitual dos temas de interesse para o desenvolvimento da pesquisa. Analisa a ampliação do conceito de patrimônio cultural que no âmbito da Unesco resultou na nova categoria patrimonial conhecida como paisagem cultural. Aborda também a importância do inventário na proteção do patrimônio edificado bem como na proteção, gestão e ordenamento da paisagem. Por fim, apresenta dentro do processo de ocupação do território catarinense, o legado patrimonial deixado pelos imigrantes italianos no sul do estado de Santa Catarina com foco no município de Urussanga.

2.1. PATRIMÔNIO CULTURAL E IDENTIDADE

O zelo pelas coisas do passado transporta os países para fora de suas próprias fronteiras e merece especial atenção de todos os governos este cuidado pelas coisas que são marcos evolutivos na formação dos povos. (RODRIGO E O SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural, 1987, pág. 27).

Cultura é o conjunto de atividades, modos de agir e costumes de um povo. É um processo em constante evolução, desenvolvido por um grupo social, uma nação, uma comunidade e é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais. A importância da cultura no fortalecimento da identidade de um povo é definida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/ MG):

A cultura e a memória de um povo são os principais fatores de sua coesão e identidade, os responsáveis pelos liames que unem as pessoas em torno de uma noção comum de compartilhamento e identidade, noção básica para o senso de cidadania. O patrimônio histórico e artístico materializa e torna visível esse sentimento evocado pela cultura e pela memória e, assim, permite a construção das identidades coletivas, fortalecendo os elos das origens comuns, passo decisivo para a continuidade e a sobrevivência de uma comunidade.

Além desse aspecto de construção de identidade, a noção de patrimônio cultural diz respeito à herança coletiva que deve ser transmitida às futuras gerações, de forma a relacionar o passado e o presente, permitindo a visão do futuro (Diretrizes para Proteção do Patrimônio Cultural, 2006, pág. 8)

Patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. Pode ser classificado em dois grupos: bens materiais e bens imateriais. Os bens materiais por sua vez, estão divididos em bens móveis e imóveis. Os bens móveis compreendem a produção pictórica, escultórica, mobiliário e objetos. Os bens imóveis não se restringem ao

edifício isolado, mas também seu entorno - o que garante a visibilidade e ambiência da edificação. Estão incluídos neste grupo os núcleos históricos e os conjuntos urbanos e paisagísticos. Por bens imateriais entende-se toda a produção cultural de um povo, desde sua expressão musical até sua memória oral.

A preservação do patrimônio cultural visa a continuidade das manifestações culturais, promove a melhoria da qualidade de vida da comunidade, implica na manutenção de seu bem estar material e espiritual e garante o exercício da cidadania. Devem ser preservados aqueles exemplares caracterizados por sua representatividade, bem como aqueles que contribuam para a manutenção dos conjuntos e ambiências. O conceito de patrimônio estende-se, portanto, aos conjuntos urbanos e às diversas manifestações de grupos e épocas em:

(...) oposição a uma seletividade que privilegiava os bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas – pirâmides, palácios, objetos ligados à nobreza e à aristocracia – reconhece-se que o patrimônio de uma nação também se compõe dos produtos da cultura popular: música indígena, textos de camponeses e operários, sistemas de autoconstrução e preservação dos bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais (GARCIA CANCLINI, 1994, pág. 96).

É importante a valorização da diversidade, das identidades e das manifestações culturais de épocas, de civilizações e de riquezas diversas. Tal pensamento também é compartilhado por TOLEDO (1984):

A busca da preservação de nossa identidade cultural é o objetivo primeiro de toda política de preservação dos bens culturais. Essa política nasce de um comprometimento com a vida social. O acervo a ser preservado, recebido de gerações anteriores ou produto do nosso tempo, será referido como histórico por sua significância, por sua maior representatividade social. Esse ordenamento tem, pois, como pressuposto o respeito à qualidade do meio ambiente e aos valores históricos, culturais e estéticos que dão a cada comunidade sua individualidade. Tais valores estão desvinculados do conceito de vulto, monumentalidade ou excepcionalidade (p. 39).

Independente do seu valor histórico ou artístico, o patrimônio cultural pertence à comunidade que o herdou. Sua conservação é de fundamental importância para a memória do que fomos, do que somos e do que seremos.

2.2. EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NA UNESCO

2.2.1. Do Império Romano aos teóricos da preservação

A proteção do patrimônio histórico e artístico data do século III, quando o imperador romano Alexandre, aplicava multas a quem comprasse uma edificação com a intenção de demoli-la. No Império Bizantino, no final do século IV, leis proibiam a descaracterização de fachadas e seus ornamentos. Após esse período, têm-se novos registros de proteção no Renascimento Italiano com ações da Igreja, onde os papas, por meio de bulas, empreenderam ações de preservação visando à perpetuação de edificação antigas e cristãs. Esse conceito de preservação ainda é, todavia, fortemente ligado ao monumento isolado, geralmente de grandes proporções e destituído de seu contexto físico e social. Durante o Período Barroco, ocorreram obras de conservação e reconstrução de castelos e catedrais na Alemanha e Itália.

Durante a Revolução Francesa, iniciada em 1789, todas as antiguidades nacionais francesas foram consideradas propriedade pública. O Estado chamou para si o papel de guardião do patrimônio histórico e artístico diante da ameaça de destruição de monumentos devido ao vandalismo da Reforma Protestante e da Revolução Francesa. Foi necessária a perda de alguns exemplares para que houvesse consciência da importância do patrimônio para a identidade de uma nação. Uma abordagem similar do fato é feita por SANT'ANNA (2003):

Os monumentos históricos, os saberes e as práticas que os rodeiam, institucionalizaram-se e, com a criação dos primeiros instrumentos de preservação – museus e inventários, surgiu e consolidou-se a idéia de patrimônio nacional.

Ao longo do século XIX, os países europeus organizaram estruturas governamentais e privadas voltadas para a seleção, a salvaguarda e a conservação dos patrimônios nacionais, até então composto, essencialmente, de objetos de arte e edificações estreitamente relacionadas à concepção de monumento histórico, aos ideais renascentistas de arte e beleza e aos conceitos de grandeza e excepcionalidade. Esses patrimônios eram, ao mesmo tempo, as riquezas das nações e a representação do seu gênio e história.

Um dos primeiros países europeus a criar uma legislação específica nesse sentido (voltados para a proteção, guarda e conservação dos bens patrimoniais) foi a França que até o início do século XX, trabalhou apenas com recenseamentos e inventários, sem instrumentos legais que a rigor, garantissem a preservação dos edifícios selecionados (pág. 47 - 48).

A idéia de preservação consolidada pela Revolução Francesa continua vigente no século XIX, quando surgem alguns teóricos acerca do conceito de restauração. O arquiteto francês Viollet le Duc (1814-1879) pode ser considerado a primeira figura na teoria da preservação e da restauração e fundamenta a intervenção no conhecimento do passado para que seja possível recompor o edifício no que seria sua forma original. John Ruskin (1819-1900), arquiteto inglês, se opõe a Viollet le Duc negando a possibilidade de qualquer intervenção no edifício, onde o cuidado com a preservação deveria ser limitado a simples conservação. No final do século XIX, o italiano Camillo Boito (1836-1914) propõe uma teoria intermediária entre ambas: a

intervenção seria a mínima e essencial possível sendo que esta seria claramente identificável no edifício.

2.2.2. As Cartas Patrimoniais

Ao longo do século XX diversos documentos, recomendações e cartas conclusivas das reuniões relativas à preservação e conservação dos bens culturais foram assinados. São aproximadamente quarenta documentos, conhecidos como Cartas Patrimoniais, que registram a evolução do pensamento preservacionista e apresentam um panorama das diferentes abordagens que a questão da preservação recebeu ao longo do tempo. A origem do conceito moderno de preservação surgiu na década de 1930 quando intelectuais, cientistas e agentes governamentais sentiram a necessidade de instrumentos orientadores para a grande quantidade de restaurações e intervenções inadequadas que estavam sendo feitas após a I Guerra Mundial.

A pioneira conhecida como Carta de Atenas, de 1931, retrata as necessidades e realidades próprias de sua época, na medida em que atentava para vivências sociais que rapidamente tornaram-se obsoletas diante da própria dinâmica do tempo. A Carta de Atenas é um exercício prescritivo a respeito do que deveria ser feito sobre a preservação do patrimônio, entendido na época somente como monumento.

Com a evolução do pensamento e frente às avaliações de casos ocorridos, outras regulamentações e orientações foram editadas, no esforço de controlar as intervenções e propor diretrizes de resgate da memória e da cultura na conservação do patrimônio edificado. Uma abordagem mais ampla aconteceu em 1964, com a elaboração da Carta de Veneza - Carta Internacional do Restauo, que explica em seu primeiro artigo a nova formulação conceitual do que seria monumento histórico:

A noção de monumento histórico compreende tanto a criação arquitetônica isolada, como o ambiente urbano ou paisagístico que constitua o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção se aplica não somente às grandes obras, como também as obras modestas que com o tempo tenham adquirido um significado cultural (CURY, 2004, p. 92).

Tal modificação de enfoque da política de preservação dos bens culturais foi provocada por dois fatores:

(...) de uma parte, a constatação da inviabilidade de preservação do monumento isolado, diante do crescente aumento demográfico urbano, da metropolização das cidades, que vem ocorrendo neste século, com as descaracterizações agressivas que daí decorrem, com a renovação do acervo edificado visando maiores gabaritos e a especulação imobiliária crescente e, bem assim, com a necessidade de ampliação das infra-estruturas urbanas, notadamente das vias de trânsito;

- por outro lado, começou a ser dada ênfase maior à valorização do bem cultural no sentido social, diga-se, popular ou vernacular, frente aquele de origem erudita, elitista, de valor 'estético' ou 'histórico', até então tido como o de maior ou exclusiva importância.

Esta extensão do objeto a ser representado, do 'Monumento' para seu entorno, sua ambiência, e da priorização de conservação e valorização dos Centros Históricos, dos acervos arquitetônicos, urbanos ou paisagísticos, trouxe consigo a necessidade de ser reanalisada a política preservacionista que até a época vigorava (TELLES, 1984, pág. 29).

A Carta de Veneza passou a incorporar um novo conceito: o de 'bem cultural'. São instituídas noções básicas de preservação segundo a idéia de que cada bem, para ser salvaguardado e preservado, necessita ter uma função útil à comunidade, uma vez que a utilização o distancia da deterioração e do esquecimento.

Após a II Guerra Mundial, precisamente em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) e constitui-se na autoridade promotora da restauração a nível mundial. Dentre seu vasto campo de atividades nasceram instituições destinadas à promoção e à difusão de idéias e técnicas relacionadas à restauração, como por exemplo, o ICOM (Conselho Internacional de Museus), o ICC (Instituto Internacional para a Conservação de Trabalhos Históricos e Artísticos), o ICROM (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração da Propriedade Cultural), entre outros. O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites*) é uma organização não governamental, com sede em Paris, voltada para a conservação dos monumentos e sítios históricos do mundo. Foi fundado em 1965, em conseqüência da Carta de Veneza e tem associados em vários países.

Diante da ameaça da propriedade cultural em caso de conflito armado, a resposta da Unesco surge com a Convenção de Haia para a Proteção da Propriedade Cultural em Caso de Conflito Armado (1954). Com a Convenção a proteção ao patrimônio avançou áreas inéditas, como o uso de sinais específicos para designar sítios religiosos, científicos, artísticos ou instituições de caridade, os quais deveriam ser notificados previamente aos inimigos para que fosse evitada, na medida do possível, sua destruição durante os bombardeios.

Na 12ª Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris, foi lançada a Recomendação Relativa à Salvaguarda e Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios (1962). A Recomendação

‘entende por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios a preservação da natureza ou da obra do homem, que apresentem um interesse cultural ou estético, ou que constituam meios naturais característicos’ (CURY, 2004, pág. 83). A salvaguarda não deve ser limitada apenas aos sítios naturais, mas abranger ‘algumas paisagens e determinados sítios, tais como paisagens e sítios urbanos, que são, geralmente, os mais ameaçados, especialmente pelas obras de construção e pela especulação imobiliária e dever-se-ia proteger especialmente às proximidades dos monumentos’ (CURY, 2004, pág. 83).

Assim como afirmou a Carta de Veneza, a ‘conservação de um monumento implica a preservação de uma ambiência em sua escala’, sendo que ‘toda a construção nova, toda destruição ou modificação que possam alterar as relações de volumetria e de cor serão proibidas’ (CURY, 2004, pág. 93). Tais definições foram sendo repetidas e reforçadas em sucessivos documentos, sendo que a partir da Declaração de Amsterdã (1975), é proposta a adoção da ‘Conservação integrada’, por meio da relação entre o ‘Planejamento do uso do solo’ e ‘Planejamento Urbano e Regional’. A Declaração relata que ‘o patrimônio arquitetônico compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias que apresentem um interesse histórico e cultural’ (CURY, 2004, pág. 200). Alega também que o patrimônio arquitetônico é ‘parte essencial da memória dos homens de hoje em dia e se não for possível transmiti-la às gerações futuras na sua riqueza autêntica e em sua diversidade, a humanidade seria amputada de uma parte da consciência de sua própria continuidade’. (CURY, 2004, pág. 213).

A Recomendação de Nairóbi, relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea, assinada em novembro de 1976, amplia o conceito de proteção, conservação e interação entre edifício e ambiência. Considera que ‘numa época em que a crescente universalidade das técnicas construtivas e das formas arquitetônicas apresentam o risco de provocar uma uniformização dos assentamentos humanos no mundo inteiro, a salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais pode contribuir extraordinariamente para a manutenção e o desenvolvimento dos valores culturais e sociais peculiares de cada nação e para o enriquecimento arquitetônico do patrimônio cultural mundial’ (CURY, 2004, pág. 221).

A Carta da Burra (1980) em seu artigo 8, relata a preocupação com a descaracterização do entorno, quando define que ‘a conservação de um bem exige a manutenção de um entorno visual apropriado, no plano das formas, da escala, das cores, da textura, dos materiais, etc. Não deverão ser permitidas qualquer nova construção, nem qualquer demolição ou modificação susceptíveis de causar prejuízo ao entorno. A introdução de elementos estranhos

ao meio circundante, que prejudiquem a apreciação ou fruição do bem, deve ser proibida'. (CURY, 2004, pág. 249).

A definição de paisagem ocorre em 1995 com a Recomendação nº R (95) 9 - Sobre a Conservação Integrada das Áreas de Paisagens Culturais como Integrantes das Políticas Paisagísticas. Seu objetivo é 'propor meios teóricos e operacionais para conservação e evolução controladas das áreas de paisagem cultural em cuja estrutura se incluam as políticas de uso da terra e da paisagem como um todo' (CURY, 2004, pág. 334). A Recomendação 'considera a necessidade de serem desenvolvidas estratégias para integrar a evolução orientada da paisagem e a preservação das áreas de paisagem cultural como parte de uma política que abranja a totalidade da paisagem e que estabeleça a proteção unificada dos interesses culturais, estéticos, ecológicos e sociais do território no qual pertencem' (CURY, 2004, pág. 331). É o instrumento mais bem sucedido para a integração das paisagens no setor cultural, definindo áreas de paisagem cultural como:

(...) partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos (CURY, 2004, pág. 332).

A paisagem deve ser alvo das estratégias de evolução controlada que consiste em identificar, conservar e valorizar as estruturas paisagísticas.

A introdução de programas de treinamento e pesquisa deve ser o objetivo fundamental dos Estados-membros. É necessário a graduados pelas universidades ou por outras instituições especializadas, pessoal e profissionais envolvidos no planejamento espacial e do uso da terra, planejamento físico-territorial e uso controlado da terra, para que adquiram o conhecimento e a prática necessários para elaborar projetos de uso da terra e de planejamento territorial ou para executar projetos que atendam às necessidades de mudanças econômicas, sociais e culturais de modo compatível com as políticas de paisagem (CURY, 2004, pág. 343).

A contribuição da Recomendação nº R 9, de 1995, está ligada à necessidade de proteção 'das áreas de paisagem cultural e a assistência às paisagens para preservar a memória do povo e a identidade cultural das comunidades humanas' (CURY, 2004, pág. 330). Reconhece que o meio ambiente é 'um sistema dinâmico que engloba elementos naturais e culturais interagindo num determinado tempo e espaço e passível de ter efeitos diretos ou indiretos, imediatos ou a longo prazo, sobre os seres vivos, as comunidades humanas e sua descendência, em geral' (CURY, 2004, pág. 330 - 331) e de que 'as áreas de paisagem cultural nem sempre se

constituem apenas de bens culturais, mas de valores paisagísticos que podem necessitar de uma particular proteção legal'. (CURY, 2004, pág. 335).

Após décadas da evolução de conceitos e ampliação dos níveis de proteção, surge em 2005 a Declaração de Xi'An - Sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Patrimônio Cultural. Enfatiza a 'necessidade de responder de forma adequada à transformação rápida ou gradual das cidades, das paisagens e dos itinerários do patrimônio cultural, produzida pelas mudanças nos modos de vida, na agricultura, no desenvolvimento, no turismo ou às grandes calamidades naturais ou provocadas pelo homem. Apresenta a necessidade de reconhecer, proteger e manter adequadamente a presença significativa das edificações, dos sítios e das áreas dos bens culturais em seus respectivos entornos, para diminuir a ameaça que representam estes processos de transformação contra o patrimônio cultural em toda a riqueza de sua autenticidade, seu significado, seus valores, sua integridade e sua diversidade'¹.

A noção de patrimônio cultural na Unesco adquiriu, com a evolução do tema, significado amplo e diversificado. Abrange os monumentos históricos, conjuntos urbanos, locais sagrados, obras de arte, parques naturais, paisagens modificadas pelo homem, ecossistemas e diversidade biológica, tesouros subaquáticos, objetos pré-históricos, peças arquitetônicas e tradições orais e imateriais da cultura popular, a qual será abordada no item 2.4 desta pesquisa.

2.3. A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

O ensino primário é imprescindível (...) Não basta ensinar o analfabeto a ler. É preciso dar-lhe contemporaneamente o elemento em que possa exercer a faculdade que adquiriu. Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização (Mário de Andrade, apud Silva, 1992, pág. 23).

O primeiro registro de preocupação com o Patrimônio Cultural no Brasil data de meados do século XVIII. Trata-se de uma carta, datada de 5 de abril de 1742, enviada pelo vice-rei do Brasil, D. André de Melo e Castro, conde de Galveias, a Luis Pereira Freire de Andrade, governador de Pernambuco. Na carta, o vice-rei tenta impedir a ocupação do Palácio das Duas Torres como quartel militar, como observa-se no trecho descrito abaixo:

(...) pelo que respeita aos quartéis que se pretendem mudar para o palácio das Duas Torres, obra do conde Maurício de Nassau, em que os governadores fazem a sua

¹ Disponível em <http://www.international.icomos.org/xian2005/xian-declaration-por.pdf>. Acesso em 30 mai. 2006.

assistência, me lastimo muito que se haja de entregar ao uso violento e pouco cuidadoso dos soldados, que em pouco tempo reduzirão aquela fábrica a uma total dissolução, mas ainda me lastima mais que, com ela, se arruinará também uma memória que mudamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os portugueses na restauração dessa capitania (Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória, 1980, pág. 31)

No século XIX, foram assinadas apenas algumas tentativas oficiais de proteger o patrimônio nacional, mas o Império não chega a legislar sobre o assunto.

2.3.1. As Constituições Brasileiras e a proteção dos bens culturais

No Brasil, as Constituições de 1824 e 1981 eram omissas quanto a proteção dos bens culturais. Com a divulgação da Carta de Atenas (1931), passa a ocorrer nas autoridades governamentais preocupações sobre a necessidade da inclusão de leis que viessem a proteger os monumentos históricos do país. O próprio texto da Carta de Atenas trouxe recomendações no sentido de que os poderes públicos tivessem responsabilidades quanto à preservação de seus monumentos. A idéia de Patrimônio Histórico e Artístico no Brasil é referida pela primeira vez na Constituição de 1934 como sendo objeto de proteção obrigatória por parte do poder público. O artigo 10 das Disposições Preliminares aponta:

Art. 10 – Compete concorrentemente à União e aos Estados:
(...) III. proteger as belezas e os monumentos de valor histórico e artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte.²

Em seu artigo 148, introduziu a prerrogativa do poder público de proteger os bens culturais, contemplando os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico.

Art 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.³

A Constituição de 1937 em seu artigo 134, outorgada no novo regime de Vargas (Estado Novo), amplia este conceito e engloba a noção de patrimônio natural e paisagens. Especifica também, penalidade em caso de danos, as quais foram incluídas no Código Penal.

2 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em 27 fev. 2007.

3 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em 27 fev. 2007.

Art. 134 – Os monumentos históricos , artísticos e naturais, assim como as paisagens e locais particularmente dotados pela natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.⁴

Em 1946, a Constituição englobou o conceito de preservação dos documentos:

Art 175 - As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público.⁵

A Constituição de 1967 amplia a proteção do patrimônio cultural dos documentos quando define:

Art 172 - O amparo à cultura é dever do Estado.
Parágrafo único - Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.⁶

A Constituição de 1988, promulgada em 5 de outubro, inovou em relação ao conceito de patrimônio cultural brasileiro, alargando consideravelmente sua abrangência. A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 216:

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I - as formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer e viver;
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais (Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio, 2006, pág. 20).

O interesse inicialmente aplicado em sua grande maioria aos objetos que interessavam às classes dominantes passou por transformações ao longo de décadas. O respaldo constitucional é encontrado para a proteção desde as obras de caráter excepcional até o conjunto de bens e práticas cotidianamente mantidas pela população brasileira.

Os desdobramentos que contribuíram para a ampliação do conceito de patrimônio cultural brasileiro descrito na Constituição de 1988 serão demonstrados a seguir.

4 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em 27 fev. 2007.

5 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em 27 fev. 2007.

⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm. Acesso em 27 fev. 2007.

2.3.2. A Sphan e a evolução do conceito de patrimônio cultural brasileiro

Aquilo que se denomina Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – por ser de espólio dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obra erudita e popular, ou vinculados a personagens memoráveis da história do país – é o documento de identidade da nação brasileira. A subsistência desse patrimônio é que comprova, melhor do que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos (ANDRADE, 1987, pág. 21)

No Brasil, a partir da década de 1920, começa a ser considerada politicamente relevante a preocupação com os vestígios do passado da nação e, mais especificamente, com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico. A instituição encarregada da preservação do patrimônio cultural no país iniciou, ainda em caráter experimental, em 1936 sob a denominação Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, cria oficialmente a SPHAN.

Art. 46. Ficas creado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o Paiz e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.⁷

Sua criação teve influência do Movimento Modernista e da instauração do Estado Novo. Foi confiada a intelectuais e artistas brasileiros ligados ao movimento moderno, como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Prudente de Moraes Neto, Luis Jardim, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade.

Por iniciativa de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde na época, e com anteprojeto de Mário de Andrade foi criado o Decreto-lei nº 25, de 30 de outubro de 1937, que ‘Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional’. Primeira legislação federal de preservação do patrimônio cultural no Brasil e na América Latina a dar ao poder público instrumentos legais de proteção. O Decreto-lei introduz em seu primeiro artigo o conceito de ‘Patrimônio Histórico’:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio, 2006, pág. 99).

O texto inclui no mesmo artigo a proteção de sítios e paisagens:

⁷ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>. Acesso 14 jun. 2007.

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável que tenham sido dotado pela natureza ou agenciados pela indústria humana (Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio, 2006, pág. 99 e 100).

Um dos principais propósitos do SPHAN era preservar e restaurar os monumentos e objetos da história brasileira, que deveriam ser identificados e coletados por todo país. Segundo GONÇALVES (1991), a criação de uma agência federal de preservação histórica e os esforços no sentido de defender e preservar o 'patrimônio' são justificados por uma situação de perda, cuja tarefa seria proteger 'o que ainda restava' do patrimônio cultural. Houve na época grandes depredações, destruições totais de monumentos civis e religiosos – igrejas inteiras desapareceram – bem como fuga criminosa de obras de arte de inestimável valor.

O primeiro diretor de patrimônio do SPHAN foi Rodrigo Mello Franco de Andrade e os primeiros trinta anos foram dedicados quase que exclusivamente ao reconhecimento e tombamento dos bens culturais monumentais isolados. Esta época também é conhecida como a fase heróica da preservação da arquitetura de 'pedra e cal' remanescente do poder dominante, com predominância de bens monumentais destituídos de área de entorno oficialmente definida. Para MOTTA (1992), havia por parte da instituição, na época, a convicção de que a arquitetura colonial seria a melhor fonte de inspiração para a arquitetura autenticamente brasileira e muitas cidades com aquela arquitetura foram tombadas.

No início do movimento preservacionista brasileiro, ainda na década de 1930, alguns núcleos urbanos de valor histórico cultural também foram objeto de interesse de preservação. A primeira iniciativa do Governo Federal foi elevar Ouro Preto à categoria de monumento nacional em 12 de julho de 1933, devido à preocupação e à mobilização de intelectuais da época. Ao conhecerem esses monumentos da arte colonial, os intelectuais interessaram-se pela proteção dessa arte considerada uma autêntica manifestação nacional. Era possível, além disto, valorizar exemplares de outras épocas, por representarem um outro período da história. Mas neste caso não havia uma amostragem tão abrangente como a do período colonial.

Em 1946 o Sphan passa a ser denominado Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

Nas décadas de 60 e 70, foi iniciada uma nova política de tombamentos, priorizando, desta vez, a preservação de conjuntos urbanos e não somente de monumentos isolados. A partir da década de 60, houve uma ampliação da ação e avaliação por parte dos peritos. Era necessária uma ação maior, não apenas nas cidades homogêneas que foram preservadas pela

estagnação de certo período de sua história, mas também segmentos urbanos, conjuntos e ruas. Na década de 70, foi iniciado o reconhecimento da arquitetura popular, das construções menos eruditas, do cenário da cidade e da paisagem urbana. A abrangência mais significativa, consequência da descoberta da arquitetura menor, deu início a uma série de estudos e pesquisas onde passa a ser incluída a necessidade de preservação de uma gama maior de bens que pudessem ampliar a idéia de patrimônio cultural.

Posteriormente, todas as formas da arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios, públicos e privados, santuários e utilitários foram anexadas, sob novas denominações: arquitetura menor, termo proveniente da Itália para designadas construções privadas não monumentais, em geral edificadas sem a cooperação de arquitetos; arquitetura vernacular, termo inglês para distinguir os edifícios marcadamente locais; arquitetura industrial de usinas, das estações, dos altos-fornos, de início reconhecidas pelos ingleses (CHOAY, 2001, pág. 12).

Com o tempo, a instituição recebeu apoio dos governos estaduais, sendo que estados e municípios deveriam criar, quando possível, instituições e legislação próprias. Foram estabelecidas parcerias na tarefa de preservação de seu patrimônio cultural, mediante o estabelecimento de critérios e planos para o tratamento do acervo cultural existente em todo território brasileiro. Contou também com a colaboração dos agentes locais, mobilizados nas varias regiões do Brasil, para auxiliar nos trabalhos de levantamento e identificação de bens e documentos.

À fase heróica, segue-se a administração de Renato Soeiro, cuja gestão vai de 1967 a 1979, e a atuação do órgão volta-se também para a preservação de conjuntos urbanísticos.

Do ponto de vista da orientação dos trabalhos, inicia-se uma nova política de tombamentos, dirigida mais para a preservação de conjuntos. O rápido desenvolvimento urbanístico e viário no país, sua crescente industrialização e sobretudo da valorização imobiliária daí decorrente impuseram a implantação de medidas mais enérgicas e abrangentes. Procurou-se a partir de então, conciliar a preservação dos valores tradicionais com o desenvolvimento econômico das regiões (Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória, 1980, pág. 19).

Em 1973, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - nova denominação recebida em 1970 - ganharia um forte aliado: o Programa de Cidades Históricas (PCH). Dirigido inicialmente a nove estados do Norte/ Nordeste, quatro anos depois o Programa ampliaria a sua atuação aos estados da região sudeste. O objetivo geral do PCH era 'a preservação e revitalização do patrimônio cultural, por meio de monumentos de uso permanente e, sobretudo, serem integrados ao contexto sócio-econômico da cidade em que se encontravam' (Revista SPHAN/ PróMemória, 1979, pág. 3 - 4).

Em 1979, Renato Soeiro é substituído por Aloísio Magalhães, coordenador do Centro Nacional de Referência Nacional (CNRC) que tinha como principal finalidade era o traçado de um referencial básico para descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. À frente do IPHAN, uma renovação institucional e intelectual tem lugar sob sua liderança. Segundo ele, a política tradicional de patrimônio focalizava intensamente a arquitetura barroca do século XVIII, obras de arte colonial, relíquias históricas, mansões, igrejas coloniais e excluía outras modalidades de patrimônio existentes no país. Aloísio propõe um conceito mais amplo que aborde a diversidade cultural, religiosa e étnica do Brasil. Além dessas duas formas de bens culturais (móveis e imóveis), e fazendo a mediação entre eles, existe uma terceira forma: bens culturais associados à vida cotidiana da população. Com base nesse tipo de bens culturais, é possível identificar ‘os mais autênticos valores de uma nacionalidade’ (GONÇALVES, 1991, pág. 69-70).

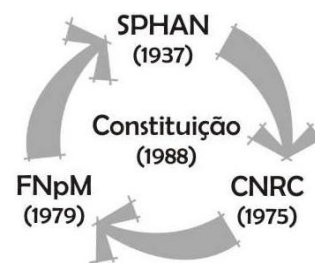


Figura 01: Instituições que contribuíram para a ampliação do conceito de patrimônio cultural brasileiro apresentado no artigo 216 da Constituição de 1988.
Fonte: Luca, 2007.

De acordo com FONSECA, um dos impasses que caracterizou a política federal de patrimônio no Brasil nos anos 70-80, foi a coexistência de duas linhas de atuação paralelas num mesmo campo – a de pedra e cal, continuidade do antigo SPHAN, e a da referência, oriunda do Centro Nacional de Referência Cultural – que não conseguiram coincidir em um mínimo de decisões comuns. A hegemonia do grupo de referência, na verdade, se limitou ao plano discursivo: na prática, foi através dos tombamentos efetuados pela SPHAN que continuou a ser construído o patrimônio histórico e artístico nacional. As atividades de PCH e do CNRC vieram complementar a ação do IPHAN em nível institucional, mas era necessário, no entendimento dos dirigentes da época, superar a rigidez da estrutura administrativa, os entraves burocráticos e a escassez de recursos. Tornava-se inadiável nova reestruturação, culminando, em 1979, com a divisão do IPHAN em duas entidades: a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM).

A FNpM foi criada como instituição incumbida de implementar a política de preservação da então SPHAN e incorporou o PCH e o CNRC no ano de 1980. Teve como sua primeira tarefa, identificar e cadastrar os monumentos e sítios históricos com o objetivo de conhecer, preservar e valorizar o patrimônio cultural.

Em janeiro de 1980 Aloísio Magalhães é nomeado presidente da Pró-Memória, a qual dirige até sua morte, em 1982. A partir de então, a SPHAN e a FNpM tem diversos dirigentes. Os anos 80 caracterizam-se por uma série de mudanças na ideologia oficial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sobretudo pela ampliação do conceito de bem cultural. A Constituição de 1988, promulgada em 5 de outubro, inovou em relação ao conceito de patrimônio cultural brasileiro, ampliando consideravelmente sua abrangência. A Constituição Federal de 1988 estabelece em seus artigos 215 e 216:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1.º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais (Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio, 2006, pág. 20).

Em 1990, a FNpM e a SPHAN foram extintas por decreto no governo Collor. Foi então criado, com praticamente as mesmas atribuições, o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC) que integrou as funções dos órgãos anteriores. Em 1994, passou a ser denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Atualmente, o IPHAN desenvolve seu trabalho vinculado ao Ministério da Cultura e é a mais antiga instituição de preservação de bens culturais da América Latina. Caracteriza-se pela diversidade de suas atribuições, que vão desde as ações de identificação, proteção, restauração, preservação e fiscalização de bens físicos, paisagísticos, arqueológicos e intelectuais, até a administração de bibliotecas, arquivos e museus, abrangendo aspectos importantes do panorama cultural brasileiro ⁸.

⁸ A instituição federal encarregada da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional foi criada em 1936 (ainda em caráter experimental) com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Em 1946 passou a se chamar Departamento (Dphan) e, em 1970, se transformou em Instituto (Iphan). Com a reforma institucional ocorrida no MEC em 1979, é criada a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que com a criação da Secretaria de Cultura em 1981, se converteu em Subsecretaria. Com a criação do Ministério da Cultura em 1985 voltou a ser Secretaria, e foi extinta por decreto no governo Collor em 1990. Foi então criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) que em 1994, voltou a se chamar Iphan (FONSECA, 2005, pág. 32).

2.4. PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

É amplamente reconhecida a importância de proteger a memória e as manifestações culturais representadas por monumentos, sítios históricos e paisagens. Mas não apenas de aspectos físicos é constituída a cultura de um povo. Existe muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. A essa porção intangível da herança cultural dos povos, dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial ou intangível.

Ciente da importância desta forma de patrimônio e da complexidade envolvida na definição dos seus limites e de sua proteção, a Unesco vem, nas últimas décadas, se esforçando para criar e consolidar instrumentos e mecanismos que conduzam ao seu reconhecimento e defesa.

Na Declaração do México (1985) o patrimônio cultural de um povo é definido como ‘as obras dos seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas, surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão um sentido à vida’ (CURY, 2004, pág. 275). Relata que o patrimônio cultural de uma nação engloba obras materiais e não materiais: língua, ritos, crenças, lugares e monumentos históricos, cultura, obras de arte e bibliotecas: ‘a cultura pode ser considerada atualmente como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças’ (CURY, 2004, pág. 272).

Após a aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, em 1972, países de Terceiro Mundo reivindicaram a realização de estudos para a proposição, em nível internacional, de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural. Em 1989, uma resposta foi dada a esta reivindicação com a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989) e traz um conceito amplo de que cultura tradicional popular:

(...) é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem à expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (CURY, 2004, pág. 294-295).

São inúmeras as sugestões de políticas culturais relativas à criação de inventários e de tipologias de manifestações folclóricas, estabelecimento de arquivos e museus para o patrimônio imaterial, estímulo à produção artística e à vinculação do folclore com a educação, apoio à divulgação e ao intercâmbio de tradições e experiências.

Este documento, aprovado pela conferência Geral da Unesco, recomenda aos países membros a identificação, a salvaguarda, a conservação, a difusão e a proteção da cultural tradicional e popular, por meio de registros, inventários, suporte econômico, introdução do seu conhecimento no sistema educativo, documentação e proteção à propriedade intelectual dos grupos detentores de conhecimentos tradicionais. Em síntese, instrumentos bem diversos dos comumente utilizados na salvaguarda do patrimônio cultural de natureza imaterial (SANT'ANNA, 2003, pág. 50).

No decorrer da década de 1990, a Unesco organizou encontros regionais, seguindo o movimento de valorização do patrimônio cultural imaterial como fonte da diversidade cultural, e assina em 2003, em Paris, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, tendo como finalidade:

- a) a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;
- b) o respeito ao patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos;
- c) a conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco;
- d) a cooperação e a assistências internacionais (CURY, 2004, pág. 332).

Estes documentos surgiram no âmbito da Unesco como uma reação à Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, que restringe o conceito de patrimônio cultural a monumentos, conjuntos arquitetônicos e sítios urbanos e naturais, de modo a contemplar toda a herança cultural da humanidade.

2.4.1. Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil

O patrimônio imaterial não requer 'proteção' e 'conservação' – no mesmo sentido das noções fundadoras da prática de preservação de bens culturais móveis e imóveis –, mas identificação, reconhecimento, registro etnográfico, acompanhamento periódico, divulgação e apoio. Enfim, mais documentação e acompanhamento e menos intervenção (Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: a trajetória da salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil, 2003, p. 19)

No Brasil, a idéia de preservação do patrimônio imaterial remonta a década de 30, com a elaboração do anteprojeto de proteção do patrimônio artístico nacional. Foi Mário de Andrade quem deu início à reflexão sobre o patrimônio cultural imaterial brasileiro. Em 1936, a proposta entregue ao então ministro da Educação Gustavo Capanema afirmava que o

patrimônio cultural da nação compreendia outros bens além de monumentos e obras de arte. O conceito de patrimônio cultural adotado por Mário de Andrade era bastante amplo e envolvia tanto monumentos, bens históricos e arqueológicos, quanto as manifestações da cultura popular e indígena, como: músicas, contos, lendas, medicina popular, culinária, entre outros.

Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e particulares nacionais, e particulares estrangeiros residentes no Brasil (ANDRADE, 2002, pág. 272).

No Decreto-Lei nº25, porém, optou-se pelo patrimônio edificado, com o tombamento de igrejas barrocas, casas grandes e outras formas de pedra e cal, fato este que como consequência privilegiou apenas os exemplares da arquitetura erudita.

A limitação, durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento, teve como consequência produzir uma compreensão restrita do termo 'preservação', que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento. Tal situação veio reforçar a idéia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens referentes aos grupos sociais de tradição européia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes (FONSECA, 2003, pág. 61-62).

Ainda sobre sua limitação de salvaguarda, SANT'ANNA (2003) afirma que o tombamento que nasceu com o Decreto Lei 25, de 1937, tinha outra natureza e apenas era aplicável e produzia efeito no plano material. O projeto que Mário de Andrade elaborou para o SPHAN, em 1936, não era composto apenas de edifícios e obras de arte erudita, mas também presente no produto da alma popular. O conceito revolucionário e visionário de patrimônio do poeta não vingou na época, porém Mário de Andrade foi, na prática, um pioneiro do registro dos aspectos imateriais do patrimônio cultural, pois documentou sistematicamente manifestações dessa natureza ao longo de sua vida. Este conceito limitado de patrimônio histórico nacional também é reforçado por NOGUEIRA (2005):

Poucos foram os momentos na história do Sphan que sua prática preservacionista olhou para o patrimônio imaterial e para os bens de cultura popular. Apesar do anteprojeto de Mário de Andrade trazer uma concepção de cultura que abarca outras referências culturais além das restritas às categorias tradicionais de arte, o Decreto-Lei mostrou que o tombamento tem limites e que sua aplicabilidade é eficaz para bens imóveis e móveis, mas não dá conta da complexidade das manifestações culturais vivas e dinâmicas, principalmente as intangíveis (pág. 252).

Nos cerca de 60 anos posteriores às primeiras preocupações e reflexões de Mário de Andrade sobre o assunto, o interesse pela documentação das atividades ligadas à cultura

tradicional e popular não esteve restrito apenas ao SPHAN. O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) realizou, no período, relevante trabalho de conservação, promoção e difusão do conhecimento produzido pela cultura popular, desenvolveu ações de apoio às condições de existência dessas manifestações e manteve um acervo sobre o tema.

No âmbito do IPHAN, depois de Mário de Andrade, foi Aloísio Magalhães que ampliou o conceito de patrimônio cultural no Brasil, através de suas experiências no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM), nas décadas de 70 e 80. Um dos grandes feitos de Aloísio Magalhães no comando do CNRC e, posteriormente, da FNpM, foi a ampliação da proteção do Estado em relação ao patrimônio não-consagrado, vinculado à cultura popular e aos cultos afro-brasileiros. Vários trabalhos de registro de manifestações culturais foram realizados por estas instituições, mas não chegaram a ser propostos instrumentos de preservação específicos. A principal herança desse período foi a introdução, na Constituição Federal de 1988, que seguindo a tendência internacional, incluiu os bens de natureza imaterial e identifica formalmente estes bens como parte do patrimônio cultural da nação.

As orientações contidas na Constituição de 1988 resultaram em uma ação mais concreta apenas em novembro de 1997: o Seminário Patrimônio Imaterial - Estratégias e Formas de Proteção, promovido pelo Iphan em Fortaleza (Ceará), para discutir instrumentos legais e administrativos de preservação dos bens culturais de natureza imaterial. O seminário produziu o documento Carta de Fortaleza, cujo

objetivo foi recolher subsídios que permitissem a elaboração de diretrizes a criação de instrumentos legais e administrativos visando identificar, proteger e fomentar os processos e bens 'portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira' (Artigo 216 da Constituição), considerados em toda a sua complexidade, diversidade e dinâmica, particularmente 'as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas' com especial atenção àquelas referentes à cultura popular (Cury, 2004, pág. 363).

A Carta também propõe 'a edição de instrumento legal, dispondo sobre a criação do instituto jurídico denominado 'registro', voltado especialmente para a preservação dos bens culturais de natureza imaterial' (CURY, 2004, pág. 364).

Em 4 de agosto de 2000 é aprovado o Decreto nº 3551, que 'Institui o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial'. Pelo Decreto nº 3551:

Art.1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio, 2006, pág. 129).

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) trabalha com as categorias instituídas pelo Decreto 3.551/ 2000 e é um instrumento de pesquisa que busca o registro dos processos de produção desses bens, dos valores neles investidos, de sua transmissão e reprodução, bem como das suas condições materiais de produção. (SANT'ANNA, 2003). Com a proposta de documentação de celebrações, formas de expressão, ofícios, lugares e edificações, o INRC demanda o acesso a criações de indivíduos e, sobretudo, das comunidades.

Em 2005 foi criada a Câmara do Patrimônio Imaterial junto ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Deu-se então passo fundamental para o compartilhamento da política de reconhecimento desses bens culturais com a instância que representa a sociedade junto ao Iphan. Já o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) do Iphan foi criado para tratar especificamente das ações de salvaguarda dessa dimensão do patrimônio cultural. Coordena, em nível federal, as ações de identificação, registro, apoio e fomento. (Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: a trajetória da salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil, 2006, pág. 27).

Já estão registrados como Patrimônio Imaterial os seguintes bens brasileiros: Arte Kusiwa dos Índios Wajãpi; Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; Samba de Roda no Recôncavo Baiano; Círio de Nossa Senhora de Nazaré; Ofício das Baianas de Acarajé; Viola-de-cocho, o Jongo, a Cachoeira de Iauaretê, a Feira de Caruaru, o Frevo e o Tambor de Crioula no Maranhão, como demonstra a Figura 02.

O tema, por ser recente na política cultural, requer um aprofundamento dos estudos, das reflexões e das práticas que vêm sendo desenvolvidas, pois implica no entendimento do seu significado para a memória cultural. Para muitos são imperceptíveis os aspectos relativos às formas de expressão, aos modos de criar, fazer e viver, às criações artísticas, científicas, tecnológicas, face aos valores materiais aceitos por alguns segmentos das comunidades. Dependendo dos estágios de desenvolvimento cultural e educacional de um grupo social, o patrimônio imaterial passa a ser de grande valor e peso nos processos de avaliação da comunidade e cumpre um papel significativo nas políticas culturais.



Ofício das Panelas em Goiabeiras Velha, no Espírito Santo. A fabricação artesanal de panelas de barro foi registrada como Patrimônio Imaterial no Livro dos Saberes em 20/12/2002. A atividade em Goiabeiras Velha, no Espírito Santo, é que garante o suporte indispensável para fazer e servir a típica moqueca capixaba.



Kusiwa Linguagem e Arte Gráfica da tribo Wajãpi, no Amapá. A Arte Kusiwa é uma técnica de pintura e arte gráfica própria da população indígena Wajãpi. Como Patrimônio Imaterial, ela foi inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão em 20/12/2002.



Samba de Roda, no Recôncavo Baiano. O Samba de Roda é uma expressão musical, coreográfica, poética e festiva das mais importantes e significativas da cultura brasileira. Exerceu influência no samba carioca e até hoje é uma das referências do samba nacional. Inscrito do Livro de Registro das Formas de Expressão em 5/10/2004.



Viola-de-Cocho, produzido na região Centro-oeste. A Viola-de-Cocho é um instrumento musical singular quanto à forma e sonoridade, produzido exclusivamente de forma artesanal, com a utilização de matérias-primas existentes na Região Centro-Oeste do Brasil. O seu modo de fazer foi registrado no Livro dos Saberes em 14/01/2005.



Feira de Caruaru, em Pernambuco. A feira foi inscrita no Livro de Registro dos Lugares, destinado a englobar locais que, independentes de valor arquitetônico, urbanístico, estético ou paisagístico, constituem suportes fundamentais para a continuidade das práticas e atividades que abrigam.



O Jongo no sudeste envolve canto, dança e percussão de tambores. Caracteriza-se como uma forma própria de comunicação baseada em provérbios, imagens metafóricas e mensagens cifradas que realizam crônicas do dia-a-dia e reverenciam os antepassados. O Jongo do Sudeste foi inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão em 15/12/2005.



Círio de Nossa Senhora de Nazaré, celebração religiosa em Belém. O Círio de Nossa Senhora de Nazaré é uma celebração religiosa de Belém do Pará que foi inscrita no Livro das Celebrações em 05/10/2005. Os festejos religiosos reúnem devotos, turistas e curiosos de todas as partes do Brasil e até de países estrangeiros.



Frevo, de expressão musical, coreográfica e poética enraizada em Recife e Olinda. O pedido de registro do Frevo como Patrimônio Cultural Imaterial no Livro das Formas de Expressão - como forma de expressão musical, coreográfica e poética enraizada em Recife e Olinda - foi encaminhada ao Ministério da Cultura em 20 de fevereiro de 2006 pela Prefeitura do Recife, por meio da sua Secretaria de Cultura.



O tambor de crioula é forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores. Seja ao ar livre, nas praças, no interior de terreiros, ou então associado a outros eventos e manifestações, é realizado sem local específico ou calendário pré-fixado e praticado especialmente em louvor a São Benedito.



Cachoeira de Iauaretê, lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri/ AM em processo de inscrição no Livro de Registros dos Lugares



Ofício das Baianas de Acarajé, na Bahia. Este Bem de Natureza Imaterial, inscrito no Livro dos Saberes em 14/01/2005, consiste em uma prática tradicional de produção e venda em tabuleiro das chamadas comidas de baiana.

Figura 02: Bens culturais registrados como Patrimônio Imaterial Brasileiro.

Fonte: www.iphan.gov.br, adaptado por Luca, 2007.

2.5. PAISAGEM CULTURAL

As paisagens culturais oferecem a base para as colheitas do mundo de amanhã. São a base da cultura, da identidade, das crenças das pessoas que nelas vivem. São a base da sobrevivência a longo prazo e do desenvolvimento sustentável integrado à região além das áreas protegidas (RÖSSLER, 2002, pág. 14).

A paisagem é tema de interesse de diversas áreas de conhecimento. No entanto, foi na Geografia que o debate foi desenvolvido de forma mais abrangente e profunda. Segundo ROSENDAHL e CORRÊA (2005), 'trata-se de um subcampo da disciplina, conhecida como Geografia Cultural, que alicerçado na tradição que emergiu no final do século XIX e início do século XX, ganhou novas dimensões durante o último quartel do século XX. A ampliação temática é uma dessas novas dimensões. Os novos temas dizem respeito tanto à materialidade da cultura quanto os aspectos não materiais'.

O método morfológico de análise da paisagem, desenvolvido por Carl Ortwin Sauer, surgiu ao final do primeiro quartel do século XX nos Estados Unidos. Em seu estudo 'A morfologia da paisagem', publicado em 1925, Sauer definiu a paisagem geográfica como o resultado da ação da cultura, ao longo do tempo, sobre a paisagem natural.

Não podemos formar uma idéia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição (SAUER, 1998, pág. 42).

A paisagem cultural é, nas palavras de Sauer (1998), modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado.

A paisagem cultural é um artefato simultaneamente natural e cultural constituída por elementos que a tornam portadora de diferentes valores que podem lhe conferir interesse patrimonial. A noção de patrimônio está ligada a três categorias: tempo, espaço e valor.

O valor da paisagem cultural decorre de sua função e de sua capacidade de reter marcas e registros antrópicos. O homem é um dos elementos de valor na paisagem, muitas vezes o principal. Sob a ótica cultural a leitura e compreensão da paisagem não se limita ao espaço. É também temporal. A paisagem testemunha e preserva dados de épocas passadas, sob os pontos de vista geológico, paleontológico e arqueológico. Qualquer marca que o homem introduza na paisagem significa uma modificação para sempre, um novo significado, um diferente valor patrimonial. Técnicas materiais, crenças religiosas e ideológicas perpassam cada paisagem. A paisagem é uma chave para a compreensão do passado, do presente e do futuro (Delphim, 2004, pág. 5)

Por definição, a paisagem cultural surge quando é conferido valor aos bens agenciados pelo homem sobre o seu espaço e expressa a sua relação com o meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo.

Ao estabelecer seus próprios valores e significados aos locais que ocupa, o ser humano inevitavelmente os transforma, imprime nos elementos nativos da localidade a sua marca, seja modificando-os ou criando novos elementos e introduzindo-os no ambiente original, o que, como consequência, cria novas relações e dinâmicas.

A interação do homem e do ambiente natural resulta na criação da paisagem, um conjunto de características relacionadas entre si que conferem o diferencial de cada localidade (NUNES, SANTIAGO E REBOLO SQUERA, 2006, pág. 8).

2.5.1. Paisagem Cultural e a Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO

Na longa trajetória evolutiva do conceito de patrimônio, sua relação com a paisagem foi estabelecida mediante a progressiva extensão territorial que se agregou aos bens ou lugares protegidos como monumentos, em termos denominados 'perímetro', 'zona de proteção' ou 'entorno'. Em relação à paisagem, DELPHIM (2004) entende que:

É a área necessária para complementar a proteção de um bem cultural imóvel tombado. Tem amparo legal no artigo 18 do Decreto-Lei nº25, que restringe intervenções na vizinhança de monumentos tombados. Impõe limitações menos intensas que o tombamento, tendo como objetivo a preservação da ambiência do objeto tombado. A conservação de um bem exige a manutenção de um entorno visual apropriado, no que se refere a formas, volumes, escala, cores, textura, visibilidade, materiais e outras características (pág. 31).

Como já relatado anteriormente, a Carta de Veneza tornou-se um documento referencial na ampliação do debate acerca da inserção de novos conceitos. Compreende a visibilidade e ambiência do entorno dos monumentos e dos próprios sítios urbanos como patrimônio e introduz questões significativas para as práticas de preservação da paisagem. O avanço conceitual foi passar de bens isolados para uma integração espacial mais ampla e consistente, uma vez que:

(...) o domínio patrimonial não se limitava mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades (CHOAY, 2001. pág. 13).

A primeira tentativa de aproximação entre natureza e cultura, no domínio oficial dos técnicos, foi dada com a Convenção Sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovada pela Assembléia Geral da Unesco em Paris, em 1972. A Convenção fixou

que compete aos Estados signatários o dever de identificação e preservação de possíveis sítios, cabendo a estes a responsabilidade da inscrição de seus bens candidatos a Patrimônio Mundial, afirmando que:

Com base em inventário apresentado pelos Estados, o comitê organizará, publicará e divulgará, sob o título de 'Lista do Patrimônio Mundial', uma lista dos bens do patrimônio cultural e natural que considere de valor universal excepcional (CURY, 2004, pág. 182 – 183).

A Convenção estabeleceu os critérios que classificam a inscrição dos bens em duas categorias: como patrimônio natural e como patrimônio cultural. Essa concepção refletia a própria origem antagônica da preocupação com o Patrimônio Mundial, oriunda de dois movimentos distintos: a preocupação com os sítios culturais e conservação da natureza. Para BO (2003), a Convenção de 1972 gerou ações de cooperação internacional, estimulou desenvolvimento e auto-estima nas comunidades locais, incentivou o turismo e sobretudo, contribuiu para a preservação dos sítios, através do reconhecimento internacional do valor do patrimônio, baseado em critérios sedimentados em um conceito de patrimônio que abrange o cultural e o natural.

Segundo a Convenção de 1972, estas seriam as definições do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Natural:

I - Definições do Patrimônio Cultural e Natural

Artigo 1º - Para os fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio cultural:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Artigo 2º - Para os fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio natural:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico.
- os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (CURY, 2003, pág. 178 – 179).

Os bens deveriam ser expressão de um 'valor universal excepcional' do ponto de vista da história, da arte, da ciência, da conservação e da beleza natural. Os critérios, porém, continuavam vagos e de difícil aplicação, uma vez que a Convenção de 1972 estabeleceu definições muito gerais de patrimônio cultural e natural. Posteriormente foi criada a classificação de bem misto para a inscrição de bens que poderiam ter sua inscrição justificada tanto em critérios naturais quanto culturais. Foi em resposta a esse contexto que a categoria de Paisagem Cultural começou a ser pensada pela Unesco, como explica Fowler (2003):

A categoria Paisagem Cultural foi criada pelo Comitê do Patrimônio Cultural para permitir a inclusão dos locais que não poderiam ser selecionados pelos critérios existentes. Significou ser uma adição aos mecanismos de disposição do Comitê, não uma recolocação, conceitual ou metodológica, para os já existentes (pág. 15).

A discussão sobre a idéia de Paisagem Cultural como associação do cultural e do natural, começou na década de 1980 no Comitê do Patrimônio Mundial, a partir de abordagens que buscavam uma visão integradora entre homem e natureza. Durante a 16ª Sessão do Comitê, ocorreu um encontro preparatório a convite do ICOMOS e do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco. A intenção era libertar a inscrição de bens naturais e culturais da divisão imposta pelos critérios existentes e pensar uma forma de incluir a categoria Paisagem Cultural na Lista do Patrimônio Mundial. Realizado em La Petite Pierre, na França, em 1992, os critérios para definição das categorias culturais foram revistos e adotada a categoria de Paisagem Cultural. Dessa forma, através da qualificação como paisagem cultural, seria possível incluir na Lista do Patrimônio Mundial os aspectos da integração entre o homem e a natureza, entre o patrimônio material e imaterial na definição e no elenco dos bens que pertenceriam à categoria de paisagem.

As três categorias de Paisagem Cultural adotadas pela Unesco a partir de 1992 são as seguintes:



1. Paisagens claramente definidas (design cultural landscapes).
Desenhadas e criadas intencionalmente pelo homem. Compreendem os jardins e os parques.

Palácio e Jardim de Versailles, na França

2. Paisagens evoluídas organicamente (organically evolved cultural landscapes).
Resultantes de condicionantes sociais, económicas, administrativas ou religiosas, que foram desenvolvidas conjuntamente e em resposta ao meio ambiente natural. Está subdividida em duas categorias:



Sítios Incas no Peru



Terraços de arroz na Ásia (Filipinas)

2.1. Paisagem contínua (continuing landscape).
Segue com seu papel social ativo na sociedade contemporânea, conjuntamente com modo de vida tradicional. Continua evoluindo, ao mesmo tempo em que exhibe a significativa evidência material de sua evolução histórica.

2.2. Paisagem fóssil ou estática (fossil or relict landscape),
na qual o processo evolutivo chegou ao fim. Suas características significativas são, entretanto, visivelmente distinguidas em suas formas materiais.

Monte Sagrado de Taishan, China



3. Paisagens associadas (associative cultural landscapes).
Associação dos aspectos religiosos, artísticos ou culturais, melhor relacionados com os elementos do meio ambiente que a evidência cultural material, que pode ser insignificante ou mesmo inexistente.

Figura 03: Categorias de Paisagem Cultural adotadas pela Unesco a partir de 1992.
Fonte: <http://whc.unesco.org> adaptado por Luca, 2007.

Desse modo, a idéia de paisagem cultural pela Unesco valoriza uma abordagem que identifica na paisagem a inscrição das relações do homem com a natureza e estabelece como objetivo o reconhecimento e proteção daquelas detentoras de valores especiais.

2.5.2. A Convenção Européia da Paisagem

A importância de proteger a paisagem, enquanto importante fator de qualidade de vida das pessoas e da consolidação da identidade levou o Conselho Europeu a discutir a elaboração da Convenção Européia de Paisagem (CEP). Assinada em Florença no dia 20 de outubro de 2000 por 28 países, a CEP entrou em vigor em março de 2004. A Convenção tem como objetivo promover a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem, além de organizar a cooperação européia nesses aspectos.

Para os efeitos da presente Convenção:
Paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos (Convenção Europeia da Paisagem, 2005, pág. 1025).

A Convenção categoriza o território da União Europeia em três tipos de paisagem: paisagem de importância considerável, ordinária e degradada. Os aspectos patrimoniais atribuídos à paisagem pela CEP podem ser encontrados ao longo de todo seu texto, justificando que sua proteção 'designa as ações de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e ou da intervenção humana'.

No artigo 5 da Convenção, dedicado às 'medidas necessárias para reconhecer judicialmente a paisagem', refere-se a sua condição como 'componente essencial do espaço de vida das populações, expressão da diversidade, cultural e natural e base da sua identidade' (5a) e igualmente determina a necessidade de 'estabelecer políticas visando a proteção, gestão e ordenamento da paisagem' (5b). A relação entre paisagem e democracia é abordada em sua referência à participação pública. O artigo 5c menciona o 'estabelecimento da participação do público, autoridades locais e regionais na implementação de políticas da paisagem'.

A ideia central é que a paisagem forma parte do meio em que se vive, portanto, dela também depende a qualidade de vida das populações. Esta apreciação é válida tanto para as cidades como no âmbito rural, para os territórios bem conservados ou degradados, pois todos são cenários cotidianos das pessoas que os habitam. Além disso, a paisagem participa de maneira importante nas questões de interesse geral, cultural ou social, e a considera, assim mesmo, como recurso econômico que pode contribuir para o desenvolvimento e a criação de empregos. A Convenção define sua abrangência:

A presente Convenção aplica-se a todo o território das Partes e incide sobre as áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas. Abrange as áreas terrestres, as águas interiores e as águas marítimas. Aplica-se tanto a paisagens que possam ser consideradas excepcionais como a paisagens da vida cotidiana e a paisagens degradadas (Convenção Europeia da Paisagem, 2005, pág. 1026).

Para a proteção, a preservação e a gestão é necessário 'identificar as paisagens no conjunto do seu território', sendo esta responsabilidade de cada Estado Membro. O inventário 'avalia as paisagens assim identificadas, tomando em consideração os valores específicos que lhes são atribuídos pelos intervenientes e pela população interessada'. Sendo assim, é possível

que os tomadores de decisão estabeleçam os instrumentos que visem a proteção, gestão e/ou o ordenamento da paisagem.

2.5.3. A legislação brasileira e a preservação da paisagem

A paisagem é, há muito tempo, objeto da atenção para valorização do patrimônio, principalmente aquelas que ressaltam a natureza e a beleza cênica. A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, previa a inscrição de bens de natureza paisagística no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, dentre os 4 criados pelo Decreto-Lei nº 25. O Decreto, em seu artigo 1º, considera patrimônio os monumentos naturais bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger 'pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana'.

No âmbito da preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a preocupação com o patrimônio natural manifestou-se, inicialmente, em relação à paisagem agenciada pelo homem (áreas verdes urbanas, parques e jardins históricos); mais tarde o conceito de patrimônio estendeu-se à paisagem ou área natural relacionada a edificações ou conjuntos de valor histórico e artístico (entorno de monumentos, áreas internas ou circundantes de núcleo históricos, sítios históricos ou arqueológicos). (...) Raramente essa preocupação se voltou para os monumentos, sítios e paisagens naturais, cuja salvaguarda teria sido proposta segundo critérios formais, ou, mais especificamente, pelas qualidades plásticas dos sítios e paisagens, enfim, por sua excepcionalidade panorâmica, sua função visual de quadros ou cenário para outros bens protegidos (DELPHIM e ANASTACIO, 1992, pág. 15 – 16).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, introduz a paisagem no conceito de 'patrimônio cultural brasileiro' ao dispor sobre 'os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico'. (Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio, 2006, pág. 20).

A maior dificuldade em relação à paisagem de valor patrimonial é a sua preservação. A paisagem evidencia a interação do homem com a natureza, não podendo desta forma ser considerada estática, seus atributos evoluem e são modificados por meio da ação natural e antrópica. A adequação do tombamento tem sido contestada como uma ferramenta inadequada para manter as características que dão valores a uma paisagem cultural. Cada paisagem é específica em sua relação aos lugares, às culturas e às instituições. É preciso enfatizar a participação da própria população, através do reconhecimento dos valores e significados. A relação entre a comunidade e o espaço onde vivem, suas formas tradicionais de ocupação e uso do solo são fundamentais para a gestão da paisagem. O envolvimento da

comunidade promove a valorização de sua identidade e seus valores e é peça chave para a identificação de seu papel na preservação da paisagem local.

2.5.4. O Brasil e a Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO

O Brasil, como signatário da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial e Natural de 1972, tem o compromisso de preservar os bens inscritos na Lista de Patrimônio Mundial. O mapeamento cultural delineado pela lista contempla, além do patrimônio luso-brasileiro (trabalho que iniciou em 1937, com o SPHAN) as obras da arquitetura modernista brasileira, representadas por Brasília, e pelos sítios naturais. Atualmente são sete os sítios naturais brasileiros inscritos na lista do Patrimônio Mundial, a saber:



Parque Nacional do Iguaçu (PR), inscrito em 1986



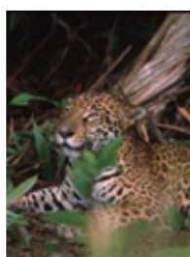
Costa do descobrimento e reservas da Mata Atlântica (BA e ES), inscrito em 1999



Parque Nacional do Jau (AM), inscrito em 2000



Ilhas Atlânticas brasileiras: as reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas (PE e ES), inscrito em 2001



Reservas da mata atlântica do sudeste (PR e SP), inscrito em 1999



Área de Conservação do Pantanal (MT e MS), inscrito em 2000



Zonas protegidas do cerrado (GO), inscrito em 2001

Figura 05: Bens brasileiros inscritos na Lista Patrimônio Mundial Natural.
Fonte: <http://whc.unesco.org>, adaptado pela autora, 2007.

Os sítios culturais e históricos brasileiros na lista, com as respectivas datas de inscrição, são os seguintes:



Ruínas de São Miguel das Missões (RS), inscrito em 1983



Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Salvador (BA), inscrito em 1985



Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Centro Histórico de São Luís (MA), inscrito em 1985



Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico de Brasília (DF), inscrito em 1987



Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Centro Histórico de Olinda (PE), inscrito em 1985



Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto (MG), inscrito em 1980



Centro Histórico de Goiás (GO) inscrito em 2001



Santuário do Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas (MG), inscrito em 1985



Parque Nacional Serra da Capivara (PI), inscrito em 1991

Figura 04: Bens brasileiros inscritos na Lista Patrimônio Mundial Cultural.
Fonte: <http://whc.unesco.org>, adaptado pela autora, 2007.

Atualmente o Brasil apresentou argumentos históricos em defesa da candidatura da paisagem cultural do Rio de Janeiro como Patrimônio da Humanidade da Unesco. Outra candidatura diz respeito à elaboração do dossiê 'O Caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem', sendo candidata à Lista do Patrimônio Mundial também na categoria Paisagem Cultural.



Rio de Janeiro
Fonte: <http://guia4rodas.abril.com.br>



Paraty
Fonte: <http://www.ilhaverde.net/iv/paraty.htm>

Figura 06: Candidatos brasileiros à Paisagem Cultural na Unesco.

No caso das paisagens culturais, o país não possui uma legislação específica que corresponda aos critérios da Unesco, sendo que nesse caso são utilizadas duas formas de instrumento legal. Paisagens com funções predominantemente ecológicas são protegidas pela legislação de proteção da natureza, sob a atribuição de órgãos ambientais, no caso o Instituto Brasileiro de Amparo ao Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Paisagens de predomínio de valor histórico e cultural adotam a mesma legislação utilizada na proteção de bens móveis, edificados e de centros históricos urbanos, o Iphan. Havendo sítios mistos, com bens naturais e culturais, os dois órgãos devem ser ouvidos. Faz-se necessário um novo dispositivo legal protetor específico para a paisagem cultural.

2.6. OS INVENTÁRIOS NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Para Brito et al (2000) o objetivo primeiro de todo inventário é o conhecimento, ou seja, a identificação ou tomada de consciência da existência de bens culturais em uma determinada região. O conhecimento está estreitamente ligado aos dois outros objetivos do inventário: a preservação e o estudo dos bens culturais.

O primeiro documento que se tem informação a tratar deste tema é a Carta do Restauro de autoria de Camilo Boito. O documento ressalta a necessidade de descrição e fotografias dos diferentes estágios de trabalho de restauro, ou seja, de uma documentação que registre as diversas etapas do processo. Diversos documentos nacionais e internacionais sobre a preservação de bens culturais demonstram preocupação e enfatizam a importância da documentação na preservação do patrimônio edificado, ambiental urbano e paisagístico.

A década de 1960 inaugura uma nova etapa na luta pela preservação do patrimônio cultural em todo o mundo. Em 1962, a Unesco recomendou aos países membros a realização de inventários nacionais como base à cooperação internacional na proteção do Patrimônio

Mundial. O ICOMOS, por sua vez, promoveu reuniões internacionais em Barcelona (1976) e Varsóvia (1977) na tentativa de compatibilizar os vários inventários nacionais.

Segundo AZEVEDO (1987), a sociedade brasileira, através de seus intelectuais e lideranças políticas iniciou, na década de 20, a luta pela proteção do patrimônio cultural ameaçado pelas reformas urbanas e pela idéia simplista de modernização. Nesse momento duas reivindicações complementares vieram à tona: inventariar as manifestações culturais e conservar os exemplares mais representativos para as gerações futuras.

(...) Também ficam claros os rumos que a 'fase heróica' deu para o inventário e para o tombamento. Mecanismos de uma ação conjunta no ato de preservar, a preocupação do órgão em 'salvar os monumentos nacionais' ou bens de 'interesse excepcional' colocou o inventário a serviço do tombamento. Aquela função primeira do inventário de identificar e registrar as manifestações culturais de um povo, ou seja, conhecer para valorizar, perde a essência, constituindo-se num instrumento técnico, para apenas 'informar' sobre e 'reconhecer' aqueles valores pré-estabelecidos pela *intelligentsia* do Spahan, detentores do privilégio de tombamento (NOGUEIRA, 2005, pág. 250).

Datam do período colonial as primeiras datações do patrimônio cultural brasileiro. O inventário realizado por Francisco Mesquita, escrivão da Fazenda Real, dos prédios existentes em Recife e Maurícia após a expulsão dos holandeses cadastrou 290 imóveis e descreveu suas técnicas construtivas e origens: portuguesa ou holandesa. Este e outros inventários demonstram o apreço que a sociedade e as autoridades da época dispensavam a estes bens e constituem fontes fundamentais para o estudo da arquitetura colonial brasileira. Em muitos casos constituem os únicos registros de obras de arte desaparecidas.

A obrigatoriedade da inventariação dos bens culturais está presente em todas as tentativas de criação de uma legislação de proteção aos bens culturais do país anteriores a criação do SPHAN, em 1937. É, porém, com Mário de Andrade que o problema do inventário é colocado em sua verdadeira dimensão. Ao ser encarregado, em 1936, pelo ministro Gustavo Capanema de realizar os estudos sobre a organização do SPHAN, Mário lança as bases não só legais e administrativas como teóricas da preservação de nosso patrimônio. Por meio de sua concepção de cultura que incluía também manifestações imateriais e dinâmicas como cantos, lendas superstições, medicina popular, culinária, dança etc, foram realizadas 'viagens etnográficas' pelo país, em 1927, 1928 e 1929.

Com a criação do SPHAN, em 1937, a realização do inventário do nosso patrimônio foi ressaltado por seu diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade como a mais importante atividade do órgão, em sua primeira fase. Em relação ao trabalho de inventário realizado no país, o próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987) esclarece:

(...) é o que nos esforçamos por fazer com o patrimônio no Brasil. O trabalho é penoso pela vastidão do território e pela disseminação dos bens ao longo de todos os estados. Malgrado todas as dificuldades e a complexidade do programa o SPHAN iniciou a tarefa que lhe incumbia nesse sentido logo que foi organizada a repartição em condições ainda precárias. Atacou-a a principiar dos monumentos arquitetônicos, por ser mais praticável a investigação a seu respeito. E, desde então já tem realizado obra considerável para o fim que se tem em vista, inventariando as obras de arquitetura de maior interesse desde o Pará até o Rio Grande do Sul, com exceção apenas das situadas no Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goiás e Mato Grosso (Rodrigo e seu tempo, pág. 29).

A partir dos anos 70, a necessidade de inventários sistemáticos de bens móveis começou a ser imposta em caráter de urgência devido ao desenvolvimento do comércio de antiguidades. Iniciativas pioneiras ocorreram em algumas regionais do IPHAN, entre as quais Minas Gerais e Pernambuco entretanto, não ultrapassam o estágio dos levantamentos iniciais.

Esta nova atitude preservacionista, baseada no inventário, foi introduzida no país através dos órgãos de planejamento regional e urbano, o que privilegiava o acervo arquitetônico e urbanístico. Coube a Bahia realizar nesta linha o primeiro catálogo sistemático do patrimônio construído de um estado brasileiro. O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC/ BA) foi iniciado em 1973 e executado pela Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. IPAC/ BA partiu da experiência do Inventário de Proteção do Acervo Cultural Europeu e desenvolveu uma metodologia de inventário adaptada às condições brasileiras que seria seguida, em parte, por outros estados.

Segundo AZEVEDO (1987), em Minas Gerais, o Centro de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro realizou, também no final da década 1970, o projeto 'Atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais – Circuito do Diamante', dentro da política de desenvolvimento integrado do alto Jequitinhonha. Em Pernambuco, a Prefeitura do Recife desenvolveu o Inventário dos seus monumentos e adotou medidas de proteção aos mesmos e seus entornos, publicado em 1981 sob o título 'Preservação dos Sítios Históricos'. Preocupação semelhante inspirou o convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de São Paulo, que resultou na publicação 'Bens culturais Arquitetônicos do Município e na Região Metropolitana de São Paulo', de 1984.

Atualmente, em nível federal, foram desenvolvidos os seguintes instrumentos de conhecimento e pesquisa:

(...) a. Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados – INBI/ SU: visa o levantamento e a organização do conjunto de informações que caracterizam esses sítios como bem cultural e estabelece três formas complementares de abordagem do sítio urbano. São elas: a pesquisa histórica, os levantamentos físicos arquitetônicos e entrevistas com os moradores e usuários. Esses dados podem ser

recuperados individualmente, por edificação, mas objetivam, também, possibilitar a leitura conjunta dos aspectos históricos, arquitetônicos, morfológicos, sócio-econômicos e afetivos do sítio como um todo.

b. Inventário de Configuração de Sítios Urbanos – INCEU: visa a avaliação e a análise configurativa dos sítios históricos urbanos e seus entorno, entre outros casos, auxiliando a interpretação de dados relativos às características morfológicas dos conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagístico. São registradas e analisadas, entre outras: informações sobre o relevo do solo, águas de superfície; vegetação; malha urbana e parcelamento em quadras e lotes, os elementos de sinalização; veículos de propaganda; mobiliário urbano; elementos de engenharia urbana e, na análise específica do conjunto de planos verticais do sítio considerado, a avaliação da composição de silhuetas externas e internas da área estudada.

c. Inventário dos Bens Arquitetônicos – IBA: objetiva o registro sistemático dos bens tombados individualmente pelo IPHAN. Consideram-se as informações já produzidas e existentes nos arquivos do IPHAN, assim como consulta a bibliografia pertinente, bem como eventuais levantamentos de campo para atualização das plantas. Também, levantamento do estado de conservação e preservação dos imóveis, levantamento fotográfico, usos, ambiência, etc.

d. Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC: objetiva identificar e documentar bens culturais, de natureza material e imaterial, para atender a demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade cultural dos grupos formadores da diversidade cultural dos grupos formadores da sociedade e apreende os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores dos sítios tombados (Plano de Preservação - Sítio Histórico Urbano: Termo Geral de Referência, 2003, pág. 15).

O inventário separa o reconhecimento do valor cultural da obrigação da proteção, podendo ser desenvolvido sem restrições, como um censo. Com esta massa crítica é possível dar um tratamento sistemático a várias tipologias culturais, ao invés do clássico casuísmo dispensados às coisas excepcionais. Assim concebido, o inventário poderá ser a base de uma nova política de preservação, que, ao invés de proteger apenas os bens excepcionais normalmente produzidos pelas elites, buscará administrar o patrimônio amplo e pluralista construído por todos os brasileiros.

2.6.1. O inventário e as políticas de preservação

O inventário os bens culturais de um país, estado ou município, constitui uma atitude preservacionista, reconhecido com uma das formas de proteção do patrimônio cultural pela Constituição de 1988 em seu Artigo 216.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventário, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (Coletânea de leis sobre a preservação do patrimônio, 2006, pág. 21).

Com este instrumento é possível garantir o direito que cada comunidade tem de conhecer o seu passado e a formação de sua identidade cultural. Segundo o Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco (1987), o inventário tem caráter essencial de registro, tendo em vista a salvaguarda dos bens, tem função de identificá-los, selecioná-los, classificá-los e cadastrá-los, como bens de preservação desejável.

O papel do inventário na integração do patrimônio deve ser entendido a partir de uma concepção do patrimônio como um conjunto de valores, como um elemento de um processo integrado na transformação do território, a que se junta um outro fator de igual importância: a educação desde os primeiros tempos de escola que possibilita a transmissão de conhecimento e, conseqüentemente, uma mudança de mentalidade gerada por esse valor acrescentado, ou seja, de recuperar o patrimônio do coração das pessoas, já que ele faz parte da nossa história e, conseqüentemente, da nossa identidade (CALADO, 2002, pág. 141).

Caracteriza-se como uma operação de cadastro das manifestações humanas, em suas diferentes criações espontâneas e formais e de potencialidades naturais. É possível levantar aspectos históricos, arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos e artísticos do bem cultural e sintetizar as informações levantadas nas pesquisas de fonte e de campo, através de textos, plantas, mapas, fotos e vídeos. Os critérios de identificação informam as características mais importantes, antigas e recentes, que identificam cada área como unidade de território. Por tratar-se de uma atividade permanente, é possível analisar as transformações e a consolidação do patrimônio material e imaterial ao longo do tempo, sendo possível priorizar os acervos relevantes e em risco de desaparecimento.

Segundo MARQUES (2002), o inventário deve se assentar em três idéias base: como ligação direta com as políticas de proteção, uma vez que é a base para o conhecimento e avaliação do patrimônio; como importante ferramenta para o planejamento do território uma vez que gera conhecimento do sítio cultural na política de gestão do patrimônio e como técnica de registro exaustivo, cujo objetivo é a constituição do conhecimento científico implicando, na maior parte dos casos, a divulgação de apenas uma parte dos arquivos reunidos. A importância do inventário com ferramenta de auxílio ao planejamento também é dada pelo Inventário Nacional de Bens Imóveis (2001):

Os inventários têm como função, por um lado constituir-se em uma ação de preservação do patrimônio, na medida em que conservam em outros suportes as informações contidas nos bens culturais, permitindo o acesso e a produção de conhecimento sobre os mesmos, independentemente de seus suportes originais, por outro lado, especialmente no caso dos sítios urbanos, apoiar os trabalhos de planejamento e atualização das intervenções, contribuindo diretamente para o estabelecimento de critérios e parâmetros de preservação (pág. 9).

O trabalho de organização e atualização sistemática de uma base de dados sobre patrimônio pressupõe a consciência da realidade existente, ou seja, que ao longo dos anos foram sendo constituídas várias coletâneas de informações sobre patrimônio existentes. O conhecimento do acervo por meio de inventários e cadastros possibilita à definição de critérios de intervenção mais adequados, baseados na situação existente, nas questões relativas à volumetria, gabaritos, tipologias arquitetônicas, implantação no lote, áreas verdes e sistema viário. O inventário desempenha um papel próprio na preservação do acervo cultural e pode ser transformado em um instrumento complementar ao tombamento.

O inventário subsidia o conhecimento de bens de interesse de preservação e fatores de degradação. Instrumentaliza ações do poder público local e das entidades civis com vistas à pesquisa (estudos temáticos), ao planejamento urbano, turístico e ambiental, à definição de áreas e diretrizes de proteção e a educação patrimonial (Diretrizes para proteção do patrimônio cultural, 2006, pág. 18)

Inventariar é levar a público o conhecimento dos exemplares de valor cultural (material ou imaterial) de uma comunidade para as gerações presentes e futuras. A participação da população local é de fundamental importância para a preservação e salvaguarda dos bens portadores de qualidades que merecem especial atenção para a manutenção da identidade e do valor patrimonial da comunidade no qual estão inseridos.

2.7. O PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O processo de ocupação do território catarinense é baseado em etapas sucessivas ao longo de mais de 200 anos. Após o reconhecimento do território no século XVI, ocorreu a fundação das vilas litorâneas no século XVII, a imigração açoriana no XVIII e a imigração alemã, italiana e polonesa ao longo do século XIX, cada qual com suas características específicas. O mapa da Figura 07 localiza as diferentes etnias que colonizaram o estado de Santa Catarina.

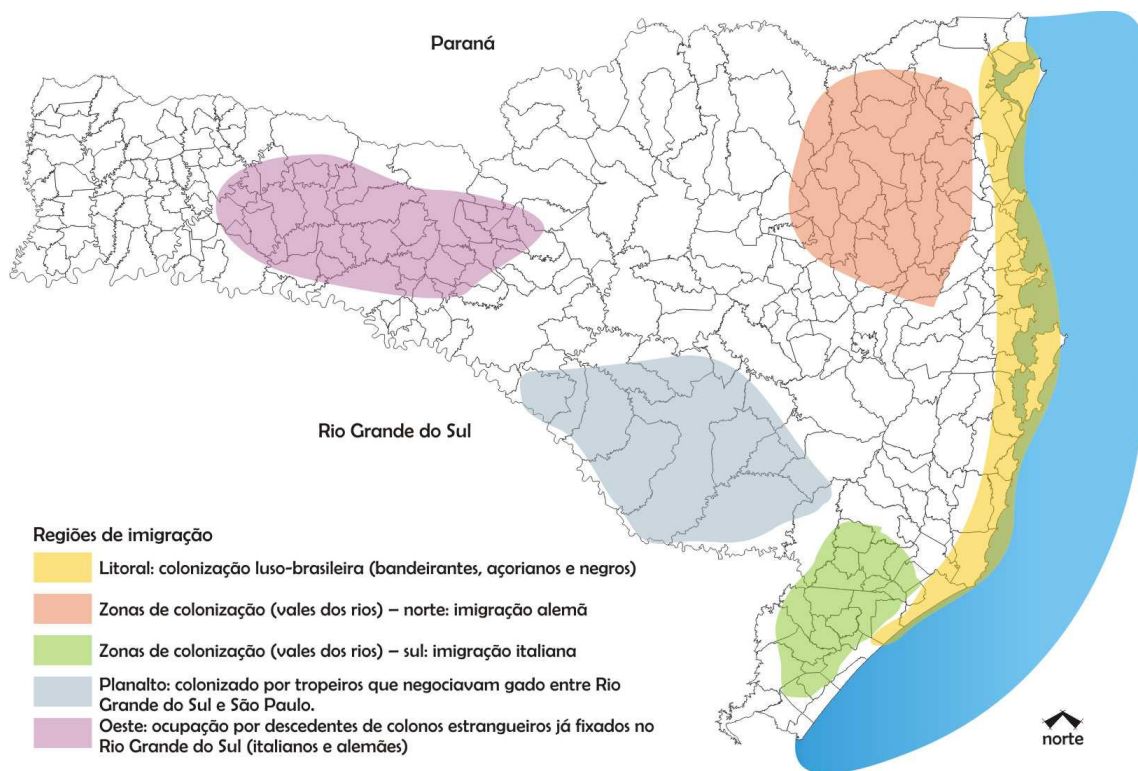


Figura 07: Mapa de ocupação do estado de Santa Catarina.

Fonte: Patrimônio Cultural e Turismo em Santa Catarina, 1990, pág. 4 - 10, adaptado por Luca, 2007.

Litoral: colonização luso-brasileira (bandeirantes, açorianos e negros): iniciado o processo de colonização do litoral com os bandeirantes, em meados do século XVII, formam-se as primeiras povoações: Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco (atual São Francisco do Sul), Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) e Santo Antônio dos Anjos da Laguna.

Zonas de colonização (vales dos rios) – norte e sul: os imigrantes repetem os tipos de construção que tinham em seus países de origem adaptados à nova realidade (novo clima, nova topografia, novos materiais de construção). Os dois principais tipos são a arquitetura de origem alemã (norte do estado) e a de origem italiana (sul do estado).

Planalto: colonizado por tropeiros que negociavam gado entre Rio Grande do Sul e São Paulo.

Oeste: ocupação por descendentes de colonos estrangeiros já fixados no Rio Grande do Sul (italianos e alemães) de arquitetura relativamente recente.

Do ponto de vista cultural esta heterogeneidade de raças imprimiu ao estado uma acentuada diversidade cultural traduzida em um conjunto de expressões arquitetônicas

diferenciadas e marcantes desde seu litoral, seus vales, o planalto serrano até o oeste, de ocupação mais recente.

2.7.1. Breve histórico do processo de colonização da imigração italiana

Somente após a Unificação do Estado, em 1861, a Itália teve condições de sair da situação medieval em que se encontrava e, a partir do final do século XIX, iniciou sua revolução industrial com a implantação do modo de produção capitalista. O processo de industrialização, na década de 1880, abalou as estruturas agrárias tradicionais e gerou desequilíbrios econômicos. A grande maioria de seus habitantes não tinha condições de satisfazer as novas necessidades decorrentes da industrialização, não conseguiam executar as formas novas de crescimento econômico e nem tinham como ou onde buscar alternativas para voltar às antigas formas agrárias praticadas. Sem perspectivas futuras, essas massas de trabalhadores buscaram a emigração como meio de encontrar melhores possibilidades de vida, embora isto lhes colocasse na condição de imigrantes em outras terras.

Estas circunstâncias de vida tornavam-se mais difíceis aos trabalhadores rurais italianos. Os terrenos ocupados no norte da Itália eram montanhosos, com encostas íngremes, penhascos, paredões, espigões e somente pequena parte estava drenada. Isto dificultava o trabalho do agricultor que por estas circunstâncias era todo manual com instrumentos agrícolas primitivos. Além disto, as terras estavam concentradas nas mãos de poucos latifundiários.

Na época em que estamos tratando, a Revolução Industrial não havia atingido o norte da Itália. A agricultura utilizava instrumentos arcaicos; as manufaturas eram produzidas em oficinas com máquinas ultrapassadas e obsoletas. Ambas as atividades estavam ainda atadas aos costumes medievais. Na produção e comércio dos manufaturados, estava ainda em uso o antiquado sistema das corporações, em voga na Alta Idade Média.

As altas taxas de impostos sobre a terra obrigavam os pequenos proprietários a empréstimos e seu conseqüente endividamento, que impunha a venda de seus pequenos terrenos a grandes proprietários, os quais tinham condições de oferecer seus produtos e preços inferiores, eliminando a concorrência do pequeno agricultor. Estes ex-proprietários avolumavam o reservatório de mão-de-obra baratíssima (VETTORETTI, 2001, p. 154).

Estas populações eram vistas, em fins do século XIX, com uma grande massa artesanal e agrária sem oportunidades de empregos na indústria nascente. Portanto, é essa massa de trabalhadores sem perspectivas que optou pela emigração.

2.7.2. A política migratória do Governo Imperial do Brasil

As Américas despontavam, para a grande maioria das populações que viviam no norte da Itália, desestruturada econômica e socialmente, como oportunidades em meio a tantas dificuldades. A imigração era comum entre os países latino-americanos, desde as lutas de independência. Era preciso povoar as terras para garantir a soberania nacional, uma vez que ocupação do território limitava-se principalmente à faixa litorânea e a possibilidade de desenvolvimento econômico das áreas do interior. Nesse sentido, o fator imigração aparece ao Governo Imperial como uma solução, sobretudo financiando as viagens, mantendo coloniais sob sua proteção e incentivando a imigração estrangeira para as províncias do sul do país que se tornam estratégicas depois da Guerra do Paraguai.

No entanto, essa política imigratória teve o seu maior crescimento a partir de meados do século XIX. Naquele momento, três fatores de fundamental importância aconteciam no Brasil: a expansão cafeeira no Vale do Rio Paraíba, em São Paulo; o movimento para o fim do regime de escravidão negra e a necessidade imperiosa de se colonizar as terras incultas do país, principalmente as terras do sul, a fim, inclusive, de resguardá-las de invasões espanholas (BALDIN, 1999, p. 30).

As primeiras experiências na substituição da força de trabalho escravo por imigrantes europeus começaram a partir de 1819 e foi intensificado na segunda metade do século XIX com a expansão cafeeira na região sudeste do. Os cafeicultores de São Paulo sentem a pressão da libertação da mão de obra escrava como fator de queda de produção e defendem a vinda do imigrante (principalmente o italiano) para o trabalho agrícola sob a forma de assalariado nas fazendas de café. Nesse sentido, contrariavam o interesse do Estado que propunha, para aquele momento, a vinda de imigrantes para a formação de núcleos coloniais baseados na pequena propriedade.

O fator imigração para São Paulo, significativamente diferente, acabou por contribuir na condução da política migratória do Governo Imperial em relação às demais províncias receptoras de imigrantes. Possuíam certo prestígio junto ao Governo Italiano as Províncias do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde os viajantes estrangeiros se dirigiam para a fundação de núcleos coloniais. A vinda dessas populações era, para o Governo Imperial, de fundamental importância para o desenvolvimento destas regiões.

Associado a estas questões estava o ponto de vista do imigrante. A perspectiva de enriquecimento com fruto no trabalho, a possibilidade de adquirir lotes de terra, à grande propaganda promovida pelas sociedades colonizadoras e as promessas de infra-estrutura

inicial garantida (pagamentos, utensílios agrícolas, sementes e colheita fácil) justificavam seu interesse.

2.7.3. A imigração italiana no sul de Santa Catarina e o município de Uruçanga

A colonização estrangeira foi iniciada em Santa Catarina ainda no 1º Império. A Provisão de 8 de abril de 1823, permitiu ao Governo Provincial ceder terras para agricultores e, com isso, abriu-se a possibilidade de iniciar a colonização com imigrantes europeus não portugueses. Assim, em 1828, o Governo Imperial determinava ao Presidente da Província que recebesse e instalasse colonos alemães. O Governo, preocupado com a realidade da colonização exclusivamente alemã, procurou favorecer a vinda de outros colonos, provenientes de diversas nacionalidades e, por meio de seus agentes especiais e da imprensa, iniciou uma assídua companhia de propaganda, especialmente na Itália. Esta propaganda deu bons resultados e, em princípio de 1877 chegaram a Desterro (então capital da Província) os primeiros vapores com colonos italianos.

Bom número deles foi colocado ao norte entre os alemães. O imigrante italiano, localizado em áreas periféricas às sedes de colônias de formação germânica passou a ser fornecedor de produtos agrícolas por excelência, não só aqueles destinados à subsistência das populações urbanas, mas também e, principalmente, os de exportação.

A partir de 1876, com a visita do presidente da Província de Santa Catarina, Alfredo de Esgragnole de Taunay, à região do Vale do Rio Tubarão, iniciou-se o movimento colonizador do sul do Estado para formação de núcleos coloniais. Em dezembro de 1876, sob a chefia do engenheiro maranhense Joaquim Vieira Ferreira, a Comissão Imperial nomeada em 21 de novembro de 1876, iniciou os trabalhos escolhendo como ponto de partida, o vale do Rio de Pedras Grandes, afluente do Rio Tubarão.

Os imigrantes desembarcavam em Laguna e em barcas chegaram a Tubarão. Tinham como guia a margem do Rio Tubarão e as picadas feitas pelos tropeiros que demarcavam os campos de Lages a Laguna, já também percorrida pelos imigrantes italianos que fundaram Azambuja em 28 de abril de 1877, considerada a colônia sede da imigração italiana no sul de Santa Catarina. Da sede da colônia abriram-se caminhos vicinais ao longo do Rio Pedras Grandes e dos seus afluentes, onde se localizaram os imigrantes italianos. Azambuja progrediu e a partir dela, originaram-se as colônias de Pedras Grandes, Canela Grande, Armazém,

Urussanga, Criciúma, Nova Veneza, Nova Belluno (hoje Siderópolis), Nova Treviso (hoje Treviso), Grão-Pará, Orleans e Braço do Norte.

No mês de março de 1878, os pioneiros de Urussanga partiram da região do Vêneto, Lombardia (Trento), Friuli Venezia Giulia e Emiglia Romagna (Figura 08) e eram em sua maioria camponeses agricultores.



Figura 08: Mapa da Itália.
Fonte: www.familiabonella.com.br.

No dia 26 de maio de 1878, instalou-se definitivamente o núcleo de Urussanga, sendo esta a data oficial da colonização no município. Inicialmente, os imigrantes ficaram acampados em um barracão aberto nas laterais e coberto de folhas de árvores erguidos no local onde se encontra a praça principal da cidade de Urussanga. A partir dos primeiros dias depois de sua chegada, os imigrantes começaram a ser distribuídos nos lotes rústicos, onde começaram a trabalhar, derrubaram a mata, atearam fogo na vegetação seca e sobre as cinzas tinha início o plantio.

(...) ao receberem o título de propriedade definitiva ou provisória (na maior parte das vezes) dos lotes onde deviam se fixar, os colonos recebiam, também, a responsabilidade do cultivo da terra e da implantação da colônia e carregavam, ainda, para si, a obrigatoriedade do pagamento, em dia, quando era o caso, das parcelas da compra dos lotes. Para os colonos era objetivo maior o de imbricarem-se no trabalho duro visando o pagamento total da dívida para o recebimento do título definitivo como proprietários. Ao menos era essa a situação da grande deles se considerarmos o fato de que poucos eram os colonos com condições de terem pago seus lotes à vista (BALDIN, 1999, p. 81).

Os problemas dos primeiros tempos para a construção e implantação das colônias era a falta de estradas, que davam trânsito somente para animais de carga. Além disto, a distância

dos principais centros comerciais dificultava o escoamento dos produtos agrícolas. Havia também os perigos constantes que sofriam devido aos ataques de animais das florestas de clima tropical, feras e indígenas (índios botocudos, conhecidos como bugres).

A partir da década de 1880, deu-se início a construção da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, idealizada e planejada com o objetivo de transportar o carvão de Minas (Lauro Müller) ao porto de Imbituba. O primeiro trecho de Imbituba a Minas foi inaugurado em 1884 com 128km de extensão. Além de facilitar o transporte às colônias do sul, os colonos italianos foram contratados para o trabalho de construção da estrada de ferro. Desta forma, os salários recebidos melhoraram suas condições de vida, além de dar condições de transportar seus produtos pelo mar. O trecho da ferrovia de Tubarão a Lauro Muller sofreu violenta destruição com a enchente de 1974, motivo pelo qual foi desativado naquele ano. A respeito da construção da estrada de ferro, ESCARAVACO fala que:

'em 1880 foi iniciada a construção da estrada de ferro de Imbituba a Lauro Müller, projetada para possibilitar o transporte de carvão das jazidas em Lauro Muller para o porto de Imbituba. Absorveu-se muita mão de obra e, os homens da colônia, na espera da colheita, iam trabalhar na construção da ferrovia'. (ESCARAVACO, 1984, p. 25).

O município de Urussanga nasceu economicamente com a atividade da agricultura, pecuária, extração de madeira, e produção de vinhos. Em seguida, teve a sua economia substancialmente fortalecida com a exploração do carvão mineral e o surgimento de indústria no setor cerâmico, moveleiro, metal-mecânico, derivados plásticos, equipamentos agroindustriais, esquadrias de alumínio, bem como a fruticultura, comércio, turismo e outros.

Conta com uma população estimada em 18.586 habitantes distribuída em aproximadamente de 240 km² (IBGE, 2007) predominantemente de origem italiana. A característica mais marcante do município é sua identidade cultural, manifestada no seu cotidiano e, eventualmente, nas tradicionais festas típicas que caracterizadas pela gastronomia típica, tradição, usos e costumes do imigrante italiano. No Parque Municipal Aldo Cassetari Vieira realiza-se, nos anos pares, a bienal Festa do Vinho. Neste mesmo parque também é realizada bienalmente e nos anos ímpares a Festa Retorno Alle Origini.

2.7.4. A arquitetura e a paisagem do imigrante italiano em Santa Catarina

Os imigrantes italianos, assim como os alemães, foram estabelecidos em regiões praticamente intocadas, localizadas no interior do estado e fragilmente ligadas aos núcleos

luso- brasileiros já instalados no litoral. Assim, desenvolveram as chamadas 'ilhas culturais', que formam contextos culturais praticamente inalterados e de grande valor patrimonial, caracterizado basicamente pela ausência de monumentalidade, diversidade de técnicas construtivas e tipologias arquitetônicas.

A região sul do estado de Santa Catarina, pela quantidade de imigrantes italianos que recebeu, configura-se como uma verdadeira região de cultura ítalo-brasileira. É nesta região que se encontra a mais forte manifestação da arquitetura rural da Itália setentrional, ainda hoje preservada nas antigas construções e parte das construções novas que mantêm algumas referências formais e espaciais tipicamente italianas. Entre os recursos culturais, a região dispõe de rico patrimônio, onde é destaque a importância dos acervos de interesse histórico-cultural que representam os municípios de Nova Veneza, Pedras Grandes, Orleães e Urussanga.



Figura 09: Localização dos municípios de Nova Veneza, Pedras Grandes, Orleães e Urussanga.

Fonte: <http://eadl.unicamp.br> e www.santacatarinaturismo.com.br

A Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura tombou as mais representativas edificações do patrimônio cultural do imigrante italiano no sul do estado. Em Nova Veneza, encontra-se o conjunto de pedra da família Bratti, considerado o mais excepcional conjunto de edificações construídas em taipa de pedra da região de Santa

Catarina, com data de 1892/ 1915. Em Pedras Grandes, encontram-se três edificações que fazem parte do conjunto de arquitetura de colonização italiana no sul do estado. No município de Orleans, encontra-se o sobrado da família Barzan, edificação construída por volta de 1925, em pedra aparente auto portante com vergas em arcos abatidos. Também em Orleans encontra-se o conjunto de construções denominado Museu ao Ar Livre, criado em 1975, constituído de réplicas de unidades de produção tradicionais na região trazidos pelos primeiros colonizadores italianos.

O núcleo de Urussanga configura-se como o maior conjunto urbano de características tipicamente italianas no estado de Santa Catarina. Os sobrados coloniais em torno da Praça Anita Garibaldi compõem com a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição uma visualidade específica da colonização, que deve ser preservada em sua totalidade enquanto conjunto. Urussanga possui seu patrimônio arquitetônico tombado pela Fundação Catarinense de Cultura, sendo que os processos para tombamentos começaram no ano de 1994 e foram homologados em 23 de novembro de 2001. Atualmente, o município conta com dezoito edificações tombadas na zona urbana central, localizadas no entorno da Praça Anita Garibaldi e outras seis edificações na zona rural.

Embora de caráter singelo, a arquitetura traduz um quadro evolutivo, que vai desde unidades expressivas da cultura italiana como os sobrados austeros passando por unidades próprias do ecletismo. Mesmo apresentando esta heterogeneidade de linhas arquitetônicas, o conjunto de edificações possui uma volumetria e um gabarito ainda uniforme, sendo a praça o agente conformador do espaço urbano.

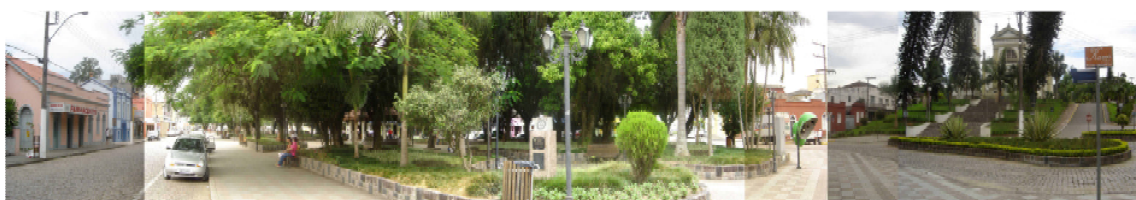


Figura 13: Praça Anita Garibaldi, município de Urussanga.
Fonte: Luca, 2007



Figura 14: Praça Anita Garibaldi, município de Urussanga.
Fonte: Luca, 2007

As edificações em sua maioria, possuem caráter urbano da época, implantadas no alinhamento das ruas, com afastamento lateral dando acesso às dependências posteriores, formando pequenos pátios. Na sua maioria são edificações térreas ou sobrados de até dois pavimentos, construídos em alvenaria mista de tijolos e pedra. Na cobertura geralmente eram usadas telhas capa-canal, terminando sobre cimalha e com platibanda na fachada principal. Em geral ostentam fachadas com características ecléticas, algumas com influência da linguagem neoclássica e outras com a discreta e geométrica tendência racionalista.⁹

No meio rural, os conjuntos são compostos por residência, cozinha, moinhos e detalhes como cantina no porão construída em pedra, telhado em duas águas com aproveitamento do sótão, pequenas janelas alinhadas e cimalhas em cantaria de pedra. Outras características importantes são a cozinha separada do corpo central da casa, além de varandas e balcões ornamentados com lambrequins de madeira (Figura 15).¹⁰



Figura 15: Propriedade de Luiza Sander (localidade Rio América Baixo – Urussanga)
Foto: Luca, 2006.

O patrimônio artístico e arquitetônico é mais rico nas edificações religiosas com suas pinturas internas e esculturas em madeira como altares, púlpitos e principalmente imagens sacras. A Igreja Católica, desde o início, sempre teve um papel importante nestas comunidades e isso constata ainda hoje através de inúmeras manifestações religiosas.¹¹

O acervo arquitetônico da imigração está disposto ao longo de um caminho que espelha um processo histórico de ocupação do território catarinense ao sul, a partir da segunda metade do século XIX. Situadas na paisagem aos pés da Serra Geral, estas edificações destacam-se por sua volumetria e relação com seu entorno. São testemunhos de cultura e tradições trazidas ao Brasil por imigrantes de diversas partes do mundo. A grande falta de recurso fez com que eles utilizassem o material disponível na região adaptando-os a suas técnicas construtivas. Desta forma, o sul de Santa Catarina conta com autênticos exemplares em madeira, pedra e tijolos.

⁹ Textos Técnicos da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura, mimeo, sem data.

¹⁰ Textos Técnicos da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura, mimeo, sem data.

¹¹ Textos Técnicos da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura, mimeo, sem data.

2.7.3. A preservação do patrimônio cultural em Santa Catarina

Em Santa Catarina, a preservação da herança cultural mereceu atenção do Poder Público Federal, em 1938, logo após a criação da Sphan por meio do tombamento de parte dos fortes militares que representavam o sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina e da proteção de outros bens em Laguna, Joinville e Florianópolis. Mais tarde, efetivaram os tombamentos nacionais dos centros históricos de Laguna, em 1985 e São Francisco do Sul, em 1987.

Com a criação do Ministério da Cultura e da FNpM se configurou um novo enfoque para o objeto da preservação. A partir desse momento a importância do patrimônio cultural brasileiro que até então estava voltado para a herança do elemento português, foi ampliado para outros participantes da história nacional – os imigrantes que para cá vieram no séc. XIX, e que nos estados do sul tiveram grande destaque.

Santa Catarina não possui igrejas, teatros e edifícios públicos imponentes ou ricamente decorados, característicos do barroco, neoclássico ou do eclético vivenciado por outros estados que passaram, em dado momento, pelo apogeu econômico dos vários ciclos que o Brasil atravessou. Santa Catarina, ao contrário, foi ocupada por colonos europeus e por guarnições militares, com o único objetivo de assegurar a posse da terra, estratégica então. O resultado, aparentemente pobre em termos patrimoniais, tem se revelado ser um valiosíssimo legado cultural não monumental, original e único, que vem sendo melhor estudado e tratado através de vários projetos que estão sendo desenvolvidos atualmente a nível municipal, estadual e federal em Santa Catarina. A Sphan/próMemória, através da 10ª Diretoria Regional, tem intensificado sua atuação no estado, com apoio da Fundação Catarinense de Cultura, da Universidade Federal de Santa Catarina e outras instituições, restaurando duas fortalezas próximas a Florianópolis, peças de grande significado histórico que remontam ao conflito com a Espanha; e realizando um cadastramento piloto dos extensos bens arquitetônicos culturais resultantes das imigrações italiana e alemã, que foram a base da ocupação e da formação do Estado, em todos os sentidos. (Revista Sphan/ pró Memória nº26, 1983, pág. 7).

Com a criação da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), em 1979, foi proposto um projeto chamado 'Inventário das Correntes Migratórias'. Iniciado em 1983 e concluído em 1984, o projeto promoveu o cadastramento de edificações de importância no contexto das várias etnias que compõem o panorama cultural catarinense: povoamento açoriano (Laguna e São Francisco do Sul), colonização alemã (Joinville e São Bento do Sul) e italiana (Urussanga e Nova Veneza). Nessas cidades com maior destaque na arquitetura européia, foram tombados já no início dos anos 90, aproximadamente 200 imóveis tanto no meio urbano quanto rural, e são documentos vivos da história da colonização e cultura do estado de Santa Catarina.

A FCC, através da Unidade de Patrimônio Cultural, voltou sua atenção para a preservação do patrimônio edificado, com ênfase no interior do estado, até então destituído de estruturas para responder mais diretamente essa preocupação. Iniciou-se uma proposta pioneira com o 'Projeto do Inventário das Correntes Migratórias', resgatando, além da luso-brasileira, também as culturas alemã e italiana, que se estruturaram respectivamente no norte e sul do estado. A partir da elaboração dos inventários foram tombados, em âmbito federal, os centros históricos de Laguna e São Francisco do Sul, inserindo-se entre as primeiras iniciativas do gênero no estado. (ADAMS, 2002, pág. 61).

O levantamento do projeto 'Inventário das Correntes Migratórias' consistiu na aplicação de um formulário de campo aplicado por uma equipe composta por estudantes de Arquitetura, História, funcionários de Prefeituras e técnicos da FCC e FNpM no qual, além do levantamento arquitetônico e cronologia da edificação, contou com comentários sobre utensílios domésticos, ornamentos, mobiliários, comidas e roupas típicas, festas, artesanatos e folclore, como demonstra a Figura 17, Figura 18, Figura 19, Figura 20 e Figura 21.

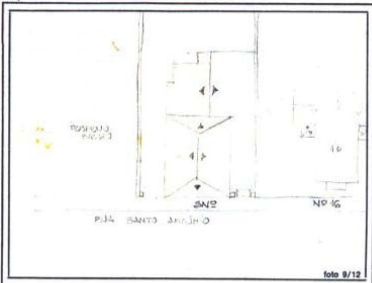
 <p>foto 9/12</p>	<p>FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA</p> <p>FICHA TÉCNICA BÁSICA</p> <p>REGISTRO Nº 30078 1403 1404-10-11-12-13-14 21-11-2012</p>
	<p>DENOMINAÇÃO MUSEU ESTADUAL</p> <p>LOCALIZAÇÃO RUA SANTO ANTONIO 342 (DO LADO N.º 36) QUADRA 33</p> <p>FONTES DE ESTUDO (BIBLIOGRAFIA/ARQUIVO)</p>

Figura 17: Ficha Técnica 'Inventário das Correntes Migratórias' – Denominação, localização e fontes de estudo (bibliografia/ arquivo).

Fonte: Arquivo da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura.

impactos sobre o patrimônio cultural atingido, foi proposto o 'Inventário de Emergência' em 43 municípios. O trabalho foi realizado em parceria entre a 10ª Diretoria Regional da SPHAN/FNpM, que financiou o trabalho, a FCC e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O cadastramento emergencial contava com o preenchimento de uma sucinta ficha onde constavam dados relativos à localização (com croqui a mão livre), proprietário, uso e estado de conservação, além do levantamento fotográfico (SIMON, 2000, pág. 21).


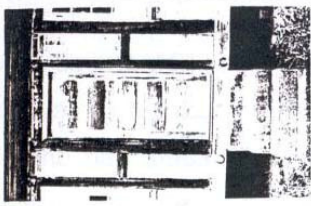
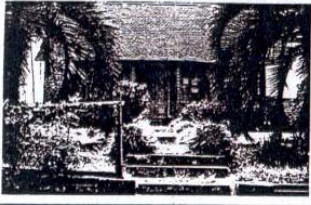
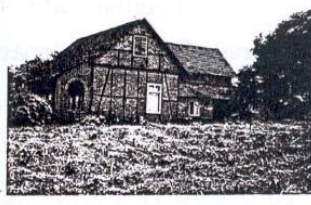
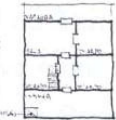

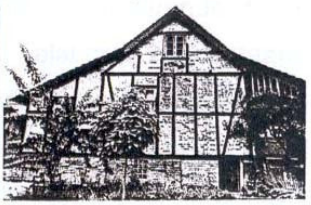
<table border="1"> <tr><td>Nº REG</td><td>QUALIF</td><td>MUNICÍPIO:</td></tr> <tr><td>118</td><td>A</td><td>Indaial</td></tr> <tr><td colspan="3">DATA DA CONSTRUÇÃO:</td></tr> <tr><td colspan="3">PROPRIETÁRIO:</td></tr> <tr><td colspan="3">ENDEREÇO: Estrada de Warnow</td></tr> <tr><td colspan="3">USO: Abandonada</td></tr> <tr><td colspan="3">ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Péssimo</td></tr> </table>	Nº REG	QUALIF	MUNICÍPIO:	118	A	Indaial	DATA DA CONSTRUÇÃO:			PROPRIETÁRIO:			ENDEREÇO: Estrada de Warnow			USO: Abandonada			ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Péssimo			<p>Dos melhores exemplares. Trabalho de alvenaria na fachada</p>		
Nº REG	QUALIF	MUNICÍPIO:																						
118	A	Indaial																						
DATA DA CONSTRUÇÃO:																								
PROPRIETÁRIO:																								
ENDEREÇO: Estrada de Warnow																								
USO: Abandonada																								
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Péssimo																								
<table border="1"> <tr><td>Nº REG</td><td>QUALIF</td><td>MUNICÍPIO:</td></tr> <tr><td>119</td><td>B</td><td>Indaial</td></tr> <tr><td colspan="3">DATA DA CONSTRUÇÃO:</td></tr> <tr><td colspan="3">PROPRIETÁRIO: Margarida Fahld</td></tr> <tr><td colspan="3">ENDEREÇO: Estrada Geral do Warnow</td></tr> <tr><td colspan="3">USO: Residencial</td></tr> <tr><td colspan="3">ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom</td></tr> </table>	Nº REG	QUALIF	MUNICÍPIO:	119	B	Indaial	DATA DA CONSTRUÇÃO:			PROPRIETÁRIO: Margarida Fahld			ENDEREÇO: Estrada Geral do Warnow			USO: Residencial			ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom			<p>Antiga olaria. Excelente conj.</p>		
Nº REG	QUALIF	MUNICÍPIO:																						
119	B	Indaial																						
DATA DA CONSTRUÇÃO:																								
PROPRIETÁRIO: Margarida Fahld																								
ENDEREÇO: Estrada Geral do Warnow																								
USO: Residencial																								
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom																								
<table border="1"> <tr><td>Nº REG</td><td>QUALIF</td><td>MUNICÍPIO:</td></tr> <tr><td>120</td><td>A</td><td>Indaial</td></tr> <tr><td colspan="3">DATA DA CONSTRUÇÃO: Aprox. 1910</td></tr> <tr><td colspan="3">PROPRIETÁRIO: Alexandre Tkotz</td></tr> <tr><td colspan="3">ENDEREÇO: Estrada geral de Warnow-Rua M. Daodoro, 1252</td></tr> <tr><td colspan="3">USO: Residencial</td></tr> <tr><td colspan="3">ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom</td></tr> </table>	Nº REG	QUALIF	MUNICÍPIO:	120	A	Indaial	DATA DA CONSTRUÇÃO: Aprox. 1910			PROPRIETÁRIO: Alexandre Tkotz			ENDEREÇO: Estrada geral de Warnow-Rua M. Daodoro, 1252			USO: Residencial			ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom			<p>Destaque para ornamentos de madeira na varanda.</p> 		
Nº REG	QUALIF	MUNICÍPIO:																						
120	A	Indaial																						
DATA DA CONSTRUÇÃO: Aprox. 1910																								
PROPRIETÁRIO: Alexandre Tkotz																								
ENDEREÇO: Estrada geral de Warnow-Rua M. Daodoro, 1252																								
USO: Residencial																								
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom																								

Figura 22: Inventário de Emergência, modelos de fichas compiladas no volume final.
Fonte: 11ª Superintendência Regional do IPHAN/ SC.

A identificação do legado construído identificado por meio do inventário resultou no mapeamento das edificações de interesse na região de imigração italiana. A FCC e a Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR) identificaram cinco roteiros na região sul do Estado, que espelham o processo histórico de ocupação da região pelos imigrantes a partir da segunda metade do século XIX. As unidades identificadas nos vários caminhos foram marcadas em graus de importância de acordo com o contexto regional, local ou apenas de composição.



Figura 23: Mapeamento realizado na região sul do estado e inventário das edificações.
Fonte: Roteiros Culturais Sul, mimeo, sem data.

Todos os caminhos chegam a Urussanga, o centro de referência da cultura italiana na região e também onde se observa o núcleo urbano mais integrado, além de um importante acervo arquitetônico da imigração no meio rural.

A proposta do Projeto Roteiros Culturais Sul, estabelecidos pela FCC/ SANTUR:

ROTEIRO 1 – Tubarão - Urussanga via Pedras Grandes

ROTEIRO 2 – Urussanga urbano/ rural

ROTEIRO 3 – Tubarão via Urussanga

ROTEIRO 4 – Urussanga – Criciúma – Nova Veneza

ROTEIRO 5 – Tubarão – Urussanga via Gravatal e Orleães

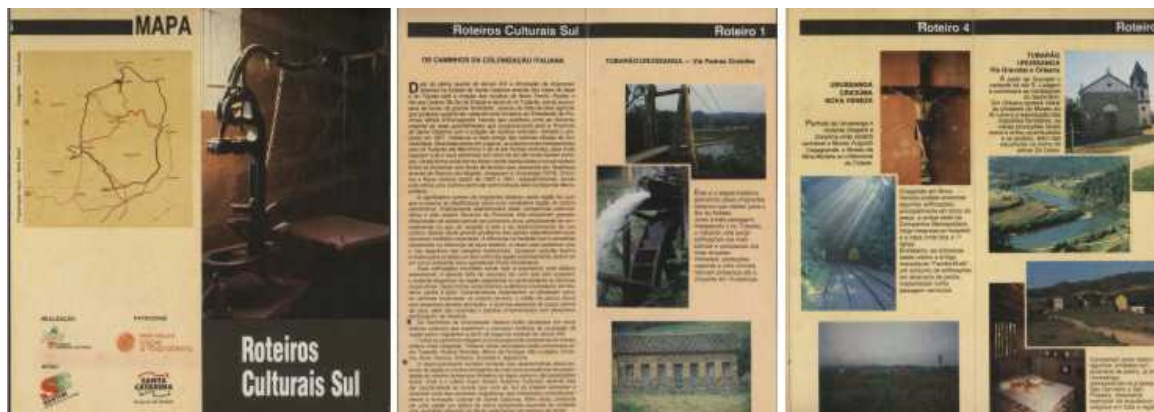


Figura 24: Folder do Projeto Roteiros Roteiros Culturais Sul.
Fonte: Arquivo da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura.

A FCC, em seus trabalhos na região de imigração italiana no sul do estado, realizou também o reconhecimento da região próxima ao Museu ao Ar Livre em Orleães com prolongamentos em São Ludgero, Pedras Grandes, Lauro Müller e Urussanga. Seu objetivo era 'garantir a produção das características culturais, através de divulgação, comercialização e apoio aos produtores'. (VIEIRA FILHO, 1984)

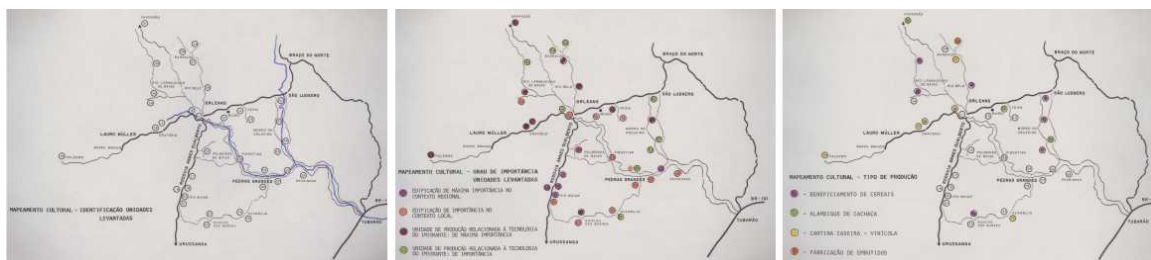


Figura 25: Mapeamento das edificações de interesse e unidades de produção realizado na região de Orleães.
Fonte: VIEIRA FILHO, 1984.

Os trabalhos de pesquisa nas áreas de imigração no estado continuaram até o desmonte provocado no IPHAN e na área governamental no início do governo de Fernando Collor de Mello. Alguns anos se passaram até que projetos e ações pudessem ser retomados, embora não tenham sido completamente paralisados.

Sendo assim, somente depois de 2002 o objetivo da implantação do Projeto Roteiros da Imigração e a proposição de uma série de tombamentos nacionais foram retomados como prioridade, trabalho que vem sendo desenvolvido pela 11ª Superintendência Regional do IPHAN/ SC, em parceria com a FCC e prefeituras municipais.

CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

No decorrer deste capítulo serão descritos os procedimentos técnicos de coletas de dados utilizados que visam reunir as informações necessárias ao desenvolvimento dos raciocínios previsto nos objetivos da pesquisa - a referência para a coleta são os objetivos específicos.

3.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A abordagem desta pesquisa é do tipo qualitativa, pois, sua fonte de dados é o ambiente natural, onde tudo deve ser estudado como potencial e como indicador para a melhor compreensão da realidade. Na pesquisa qualitativa 'a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados, o pesquisador é o instrumento-chave e tende a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem'. (SILVA e MENEZES, 2001, pág. 20).

Com relação aos objetivos, esta pesquisa é classificada como exploratória, pois 'visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso' (Gil, 1988, pág. 45).

3.2. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Esta pesquisa se desenvolve a partir da realização de um estudo de caso: as características dos sítios históricos rurais em relação à implantação, agenciamento, características arquitetônicas e técnicas construtivas deixadas pelos imigrantes italianos.

Segundo Yin (2004), o 'estudo de caso é uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do contexto real no qual uma intervenção ocorreu e busca investigar vários aspectos em relação ao mesmo fenômeno'. Sendo assim, busca-se selecionar um objeto de pesquisa restrito, com o objetivo de aprofundar seus aspectos característicos.

Para isto, foi delimitado o universo a ser estudado. A amostra representa uma parte considerada significativa da população selecionada para o estudo pretendido. Segundo os objetivos aos quais esta pesquisa se propõe, alguns critérios foram levados em consideração

para a delimitação do objeto de estudo como, por exemplo: a existência de propriedades rurais produtivas ou não, a fim de analisar as transformações do uso do solo e mudanças na paisagem ocorridas desde sua fundação; possuir expressivo número de edificações com características da arquitetura rural da imigração italiana e possuir manifestações religiosas e culturais que buscam preservar a memória do imigrante. Sendo assim, optou-se pela localidade de Rio Maior, localizada ao norte do município de Urussanga/ Santa Catarina - seu estudo é apresentado no item 5.1.1.

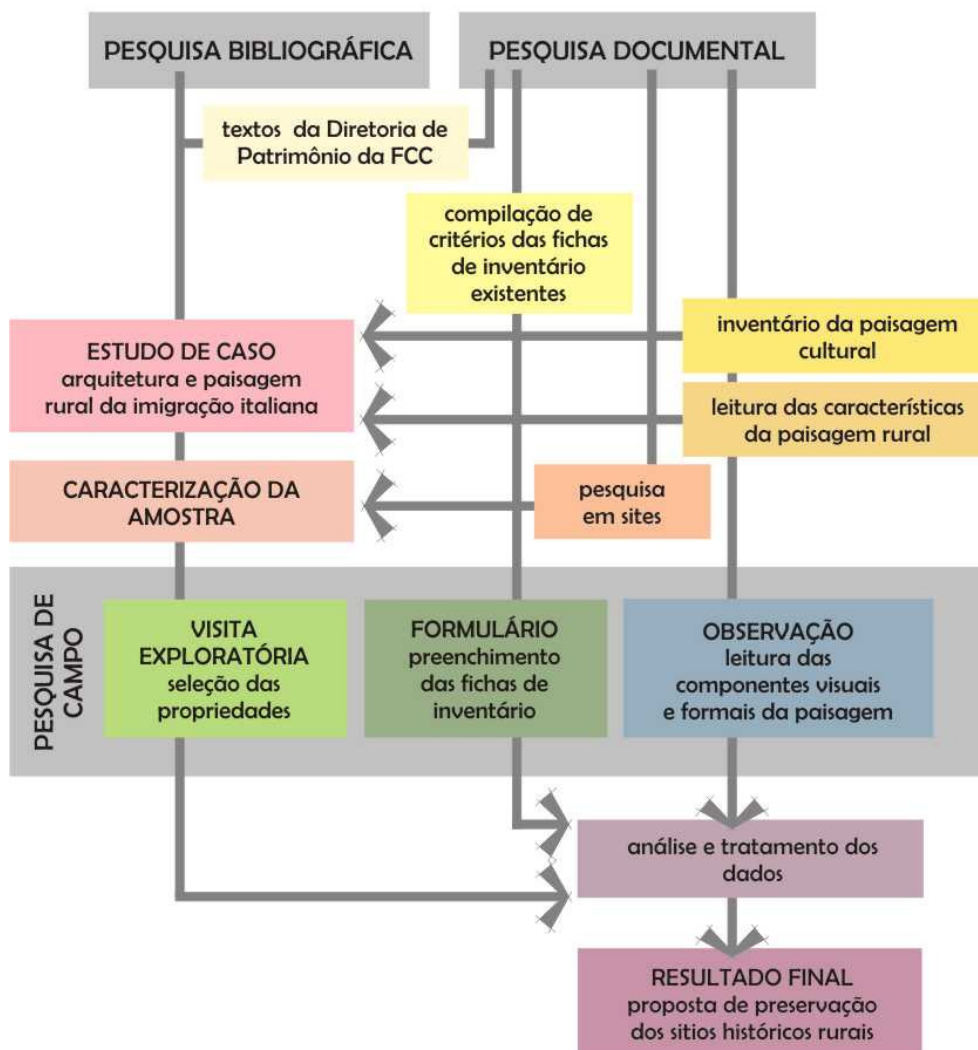
3.3. PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE COLETA DE DADOS

Os procedimentos de coleta utilizados procuram obter os dados subjetivos relacionados às análises da arquitetura e da paisagem rural dos sítios históricos da imigração italiana. Abrangem, primeiramente, o levantamento de dados de variadas fontes com o intuito de recolher informações prévias sobre os temas de interesse, realizado de duas maneiras: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A **Pesquisa Bibliográfica** tem 'por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto' (Lakatos e Marconi, 1985, pág. 166). Desta maneira são abordados alguns trabalhos realizados por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema de estudo: o patrimônio arquitetônico e a paisagem cultural dos sítios históricos rurais de imigração italiana. A **Pesquisa Documental** é bastante parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois são utilizados materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Para a obtenção dos dados no local onde os fenômenos ocorrem, foi realizada a **Pesquisa de Campo**, que segundo Lakatos e Marconi (1985, pág. 167), 'é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, para descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. A pesquisa de campo não se limita à simples coleta de dados, que é uma de suas fases, mas requer uma série de procedimentos preestabelecidos para conseguir determinado resultado'. Os procedimentos de coleta de dados utilizados na Pesquisa de Campo são a Observação, a Visita Exploratória e o Formulário.

O quadro abaixo indica os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa, os quais serão explicados detalhadamente a seguir.

PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE COLETA DE DADOS



Quadro 02: Procedimentos técnicos de coleta de dados.
Fonte: Luca, 2007.

3.3.1 Pesquisa Bibliográfica

Desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros, a pesquisa bibliográfica foi feita com o intuito de recolher informações e conhecimentos que estão proximamente relacionados ao tema de estudo e deve encabeçar qualquer processo de busca científica que se inicie.

Este procedimento buscou compreender a evolução do conceito de patrimônio cultural tanto no Brasil, quanto no âmbito da Unesco, até abarcar a nova categoria patrimonial conhecida como paisagem cultural. Buscou compreender também a importância do inventário para a preservação do patrimônio edificado bem como à proteção, gestão e/ou ordenamento da paisagem. A pesquisa bibliográfica proporcionou também o estudo do patrimônio cultural da imigração italiana sob o enfoque da paisagem, que é o objetivo desta pesquisa. A escolha do município de Urussanga/ Santa Catarina para a escolha no estudo de caso foi dada pela importância dos acervos de interesse histórico-cultural, importância esta reconhecida pela FCC que evidencia a representatividade do objeto de estudo desta pesquisa: a arquitetura e a paisagem cultural dos sítios históricos rurais produzidos pelo imigrante italiano.

3.3.2. Pesquisa documental

Neste caso, a pesquisa documental valeu-se de Leis, Decreto-lei e Cartas Patrimoniais. Contou também com a seleção de critérios para inventário da paisagem cultural e leitura das características da paisagem rural. Especificamente para este trabalho, foi criada uma ficha de inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana por meio da compilação de critérios de fichas existentes, a qual será utilizada para a coleta de dados. Os três procedimentos serão descritos a seguir.

3.3.2.1. Textos técnicos da Diretoria de Patrimônio Cultural da FCC

Parte do estudo produzido no item 2.7.2. e 2.7.3. desta dissertação foi os realizado utilizando-se os textos técnicos da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura. Este trabalho da Diretoria surgiu das pesquisas realizadas desde 1983 nas regiões de imigração nos vales dos rios no norte e sul de Santa Catarina. Trata-se de um vasto material produzido há duas décadas que resultou em um trabalho de referência para o estudo da imigração no estado.

3.3.2.2. Inventário da paisagem cultural

Para realizar a leitura da paisagem, foram escolhidos os critérios extraídos do 'Inventário Universal Básico das Paisagens Culturais' da Federação Internacional dos Arquitetos Paisagistas, metodologia proposta pelo Comitê de Jardins e Sítios Históricos que pode ser adaptada a diferentes contextos históricos e propriedades analisadas. O 'Inventário Universal Básico das Paisagens Culturais' encontra-se no Anexo A, sendo listados abaixo apenas os critérios selecionados para serem utilizados nesta pesquisa:

1. Nome/posição/acessibilidade - 1.1. Denominação atual; 1.2. Denominação original; 1.3. Denominação popular; 1.4. Endereço (país, região, província, cidade); 1.5. Localização com mapa; 1.6. Coordenadas geográficas (latitude, longitude, altura); 1.7. Área e limites; e 1.11. Eventos (tipos, datas, periodicidade);

4. História - 4.1. Uso original, sucessivos e atual; 4.2. Data de início da construção e data de inauguração; 4.3. Proprietários originais e sucessivos; 4.4. Usos originais e sucessivos; 4.5. Autores (paisagista, arquiteto, jardineiro, proprietário) e 4.6. Datas de intervenções e disposição original;

5. Descrição geral - 5.1. Ambiente (5.1.2. Características gerais da paisagem, 5.1.3. Descrição das circunstâncias ambientais (temperatura, clima, umidade, ventos, incidência do sol, etc); 5.2. Características geográficas: vegetação, fauna, topografia regional, geologia, ecossistema, degradação ambiental); 5.3. Sítio topográfico (natural, formas da terra, aterros); 5.5. Estradas, trajetos, rotas (projeto, tipo, pavimentos); 5.7. Vegetação: (florestas/plantações naturais: árvores, arbustos, bosques, especificações dos arbustos/espécie); 5.8. Água: rios/lagos/fontes/lagoas /sistema de drenagem; 5.9. Perspectivas/vistas/pontos do interesse;; 5.12. Mobiliário; 5.13. Sinais da orientação; 5.14. Cercas, limites; 5.15. Fauna selvagem e 5.16. Condições (excelente, bom, satisfatório, deteriorado, em risco, alterado);

6. Características (6.1. Tangíveis: geográfico, botânico, ecológico, arqueológico, etnológico, vivo, qualidade da manutenção, outros; 6.2. Valor intangível: significado histórico, religioso, mítico, social, outro; 6.3. Crenças, cultos, ritos tradicionais, ritos associados; 6.4. População, etnias; 6.5. Línguas e dialetos; 6.6. Atividades sociais e econômicas; 6.7. Autenticidade; 6.8. Integridade; 6.9. Universalidade e 6.10. Isolado ou como parte de um conjunto);

7. Critérios da seleção e de valorização;

8. Documentos (A: Projeto atual, B: Fotografias atuais, D: Bibliografia (geral, específico, guias...));

9. Dados do pesquisador (Nome e instituição);

10. Data de preenchimento.

3.3.2.3. Leitura das características da paisagem rural

Mais especificamente ao estudo de caso, foi buscado referencial teórico das características arquitetônicas e organização espacial da propriedade rural da imigração italiana. Nesse sentido foi possível reconhecer as características dos sítios históricos rurais em relação à implantação, agenciamento, características arquitetônicas e técnicas construtivas deixadas pelos imigrantes italianos.

A leitura das características da paisagem utilizada nesta pesquisa foram extraídos do *Guidelins for Evaluating and Documenting Rural Historic Landscape* (McCLELLAND et al, 1999), apresentado no Anexo B, sendo listados abaixo apenas os critérios selecionados para serem utilizados nesta pesquisa:

1. Usos e atividades da terra: principais características que dão forma e organizam as comunidades rurais. A disponibilidade do transporte, a abundância ou a escassez de recursos naturais, as tradições culturais, e os fatores econômicos influenciaram o modo com que os povos usaram a terra. As mudanças de usos do solo podem ser resultado do melhoramento tecnológico, mudanças climáticas e das novas circunstâncias econômicas, assim como os sucessos ou falhas ocorridas. As atividades atuais podem refletir práticas tradicionais ou modernas;

2. Modelo de organização espacial: depende da relação entre componentes físicos e características naturais. A política, a economia e a tecnologia, assim como o ambiente natural, influenciaram a organização das comunidades determinando proximidade com os mercados existente e a disponibilidade do transporte. A organização é refletida em sistemas de comunicação, em distância entre propriedades, na proximidade das fontes de água e em relação a orientação solar e aos ventos;

3. Adaptação ao ambiente natural: as principais características naturais, tais como montanhas, rios, lagos e florestas, influenciaram na posição e na organização de comunidades rurais. O clima, similarmente, influenciou a localização dos edifícios, os materiais de construção e a posição dos conjuntos dos edifícios e das estruturas. O estabelecimento das comunidades dependeu freqüentemente dos recursos naturais disponíveis, tais como a água para o transporte e a irrigação. Os materiais disponíveis no meio, como a pedra ou a madeira, influenciaram geralmente na construção das casas, dos celeiros, das cercas, das pontes, das estradas e dos edifícios da comunidade;

4. Tradições Culturais: a religiosidade, os costumes sociais, a identidade étnica, os comércios e as habilidades podem estar hoje evidenciados nas características e usos físicos da terra. Os costumes étnicos de uma comunidade foram transmitidos pelos que se fixaram anteriormente e perpetuadas para as gerações futuras. Os grupos culturais interagiram com o ambiente natural, manipulando, alterando e adaptando suas tradições em resposta a este ambiente. A estrutura das comunidades sofre influência pela diversidade dos edifícios, a posição das estradas e os centros da vila.

5. Redes de circulação: são sistemas para transportar os povos, bens e materiais de um ponto à outro. Variam em escala, como trilhas dos animais domésticos, as estradas principais e os canais. Algumas serviram internamente a uma comunidade rural, enquanto outras, como estradas de ferro e canais, a conectam a regiões circunvizinhas;

6. Demarcação de fronteira: áreas delineadas de posse e de uso da terra, podendo separar também as áreas menores que têm funções especiais, como um campo cercado. As cercas, as paredes, as linhas de árvores, as fileiras de cerca viva, as valas de drenagem ou de irrigação, as estradas, os lagos, e os rios geralmente marcam limites históricos;

7. Vegetação relacionada ao uso da terra: inclui não somente colheitas, árvores, ou arbustos plantados para finalidades agrícolas ou ornamentais, mas também árvores que cresceram acidentalmente ao lado das estradas ou em campos abandonados. Enquanto muitas características mudam com o tempo, a vegetação é, talvez, a mais dinâmica. Determinados cultivos, tais como o trigo, podem ser evidentes somente durante estações específicas. A vegetação atual pode diferir da vegetação histórica, sugerindo mudanças no uso do solo;

8. Edifícios, estruturas e objetos: os vários tipos de edifícios, estruturas e objetos servem às necessidades humanas relacionadas à ocupação e ao uso da terra. Suas funções, materiais, data, condição de uso, técnicas construtivas e posição refletem as atividades, os costumes e as habilidades históricas dos povos que os construíram e usaram. Os edifícios e as estruturas rurais exibem freqüentemente as características vernaculares que podem ser comuns em sua região ou originais de cada comunidade. As residências podem sugerir o tamanho e os hábitos da família, as densidades das populações e flutuações econômicas. O uso repetido das técnicas e dos materiais de construção pode indicar soluções bem sucedidas às necessidades do edifício ou demonstrar as habilidades ou o talento dos construtores locais.

9. Conjuntos: agrupamentos de edifícios, cercas e as outras características, como visto em uma fazenda ou um rancho. O arranjo dos conjuntos pode revelar informações sobre

atividades históricas, sendo que a repetição de conjuntos similares durante toda uma paisagem pode indicar as características vernaculares de organização espacial e de uso do solo.

11. Elementos de pequeno porte: tais como sinalizações de pontes ou de estrada. Coletivamente, dão forma a componentes maiores, tais como redes de circulação ou demarcação de limites. Os elementos de pequena porte incluem também fragmentos de estrada, árvores frutíferas, maquinaria abandonada - marcas da posição das atividades históricas.

3.3.2.4. Formatação da ficha de inventário

Através do estudo das características arquitetônicas e da organização espacial da propriedade rural da imigração italiana, foi possível incorporar e adaptar os critérios das fichas de inventário existentes com o objetivo de aprofundar o registro da paisagem e suas transformações nos sítios históricos rurais de imigração.

Para a criação da ficha de inventário desenvolvida pela autora, foram selecionados critérios de inventários existentes os quais podemos citar: Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, que vem sendo realizado pelo IPHAN/SC nas regiões do Vale do Itajaí e sul do estado de Santa Catarina, apresentada no Anexo C; IEPHA-MG¹² (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais); IBA/IPHAN (Inventário de Bens Arquitetônicos), apresentado no Anexo D e a Ficha de Inventario del Paisaje Cultural do Comitê Internacional de Itinerários Culturais (CIIC/ ICOMOS), apresentado no Anexo E. Foi utilizada também a Ficha de Inventário da FCC, apresentada nas Figuras 17, 18, 19, 20 e 21.

A ficha apresenta um bloco de respostas fechadas, extraídas e adaptadas do INBI-SU/IPHAN (Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos Tombados em nível federal), apresentado no Anexo F. O INBI-SU é um método de inventário dedicado aos sítios urbanos tombados pelo IPHAN, que foi adaptado às características da arquitetura rural da imigração italiana, uma vez que os sítios urbanos tombados em nível federal são em sua maior parte constituídos por edificações de características luso-brasileiras. Estes blocos de respostas fechadas dizem respeito às características arquitetônicas e características do lote.

Após selecionar critérios das fichas anteriormente citadas, adaptar às características arquitetônicas e da organização espacial da propriedade rural da imigração italiana, foi criada uma outra com os seguintes critérios de preenchimento:

¹² Disponível em www.iepha.mg.gov.br. Acesso em 11 jun. 2006.

Inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana

Identificação	Nome da propriedade: Proprietário: Endereço: Localidade: Município/ UF: Autor do projeto/ construtor: Categoria:	Altitude: Coordenadas:	
Descrição da edificação	Dado; históricos: Partido & Tipologia estilístico-formal: Sistemas construtivos: Intervenções realizadas:	Uso original: Uso atual:	Área da propriedade: Área da edificação:
Croqui da planta baixa	Estado de preservação: () bom () médio () ruim	<div style="border: 1px solid black; height: 80px; margin-bottom: 5px;"></div> <small>Legenda</small>	
		<div style="border: 1px solid black; height: 80px; margin-bottom: 5px;"></div> <small>Legenda</small>	
		<div style="border: 1px solid black; height: 80px; margin-bottom: 5px;"></div> <small>Legenda</small>	Croqui de localização

Figura 26: Ficha de Inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana.
 Fonte: Luca, 2006.

O campo **Identificação** descreve o proprietário e/ ou outros nomes pelos quais o bem é conhecido, sua localização e a categoria arquitetônica. São preenchidas informações como altitude e coordenadas geográficas rastreadas com auxílio de GPS (Sistema de Posicionamento Global). Informa o uso original e atual do imóvel, para auxiliar o entendimento de eventuais intervenções ao longo do tempo. Por fim, identifica a área da edificação e do lote.

Descrição da edificação fornece os dados históricos, partido e tipologia estilístico-formal, sistemas construtivos e intervenções realizadas.

O item **Estado de Preservação** avalia mediante as descrições realizadas anteriormente, o grau de integridade do imóvel quanto às suas características originais.

Características arquitetônicas	<p>Materiais empregados na cobertura:</p> <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> capa canal <input type="checkbox"/> francesa <input type="checkbox"/> fibrocimento <input type="checkbox"/> outros <p>Coroamento:</p> <input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> cimbalha <input type="checkbox"/> lambrequim <input type="checkbox"/> outros: <p>Material do coroamento:</p> <input type="checkbox"/> argamassa <input type="checkbox"/> cantaria <input type="checkbox"/> tijolo em diagonal <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> outros: <p>Material das molduras dos vãos:</p> <input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> argamassa <input type="checkbox"/> cantaria <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> outros: <p>Material do guarda corpo:</p> <input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> outros: <p>Material das esquadrias:</p> <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> destruição parcial <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> vidro <input type="checkbox"/> ferro batido <input type="checkbox"/> outros: <p>Forro:</p> <input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> tabuado <input type="checkbox"/> tabuado/ saia e camisa <input type="checkbox"/> barrote aparente	<p>Piso:</p> <input type="checkbox"/> tábuas <input type="checkbox"/> lajota de barro <input type="checkbox"/> cerâmica <input type="checkbox"/> cimento alisado <input type="checkbox"/> chão batido <input type="checkbox"/> outros <p>Materiais de construção:</p> <input type="checkbox"/> cantaria <input type="checkbox"/> alvenaria de tijolos <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> outros: <p>Material da fachada:</p> <input type="checkbox"/> argamassa <input type="checkbox"/> cantaria <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> outros: <p>Cores predominantes na fachada: coroamento: moldura dos vãos: guarda corpo: esquadrias (portas): esquadrias (janelas): fachada:</p> <p>Existência de bens móveis:</p> <input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> imagens <input type="checkbox"/> quadros <input type="checkbox"/> fotos <input type="checkbox"/> móveis <input type="checkbox"/> objetos de iluminação <input type="checkbox"/> porcelanas <input type="checkbox"/> metais <input type="checkbox"/> outros: <p>Informações adicionais:</p>
	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 80px; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 80px; margin-bottom: 5px;"></div> <div style="border: 1px solid black; width: 150px; height: 80px; margin-bottom: 5px;"></div> </div> <p style="display: flex; justify-content: space-around; font-size: small;"> Legenda Legenda Legenda </p>	

Figura 27: Ficha de Inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana.
 Fonte: Luca, 2006.

O item **Características Arquitetônicas** visa complementar a descrição da edificação por meio do registro dos elementos arquitetônicos e materiais empregados na edificação.

Possibilita desta maneira a descrição aprofundada dos elementos da edificação (Figura 27). O ítem foi retirado do INBI/SU (2002, p. 95 e 96) e adaptado às características da arquitetura rural da imigração italiana.

Estado de conservação	<p>Comprometimento da estrutura</p> <p>Estrutura do telhado: <input type="checkbox"/> sem acesso <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> destruição parcial (10%) <input type="checkbox"/> peças principais deterioradas por água ou ataque de térmitas <input type="checkbox"/> peças secundárias deterioradas <input type="checkbox"/> nenhum problema evidente Observações:</p> <p>Manto da cobertura: <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> destruição parcial (10%) <input type="checkbox"/> telhas quebradas <input type="checkbox"/> telhas corridas <input type="checkbox"/> emassamento incorreto <input type="checkbox"/> inexistência de grampeamento <input type="checkbox"/> nenhum problema evidente Observações:</p> <p>Fundações: <input type="checkbox"/> rachaduras grandes no piso em contato com o solo <input type="checkbox"/> rachaduras pequenas no piso em contato com o solo <input type="checkbox"/> nenhum problema evidente Observações:</p> <p>Estrutura autoportante: <input type="checkbox"/> destruição parcial (10%) <input type="checkbox"/> grande incidência de rachaduras (50%) <input type="checkbox"/> pequena incidência de rachaduras (10% a 50%) <input type="checkbox"/> rachaduras localizadas (por carga concentrada) <input type="checkbox"/> nenhum problema evidente Observações:</p> <p>Infiltrações: <input type="checkbox"/> manchas de umidade no topo das paredes (50%) <input type="checkbox"/> manchas de umidade na base das paredes do térreo (50%) <input type="checkbox"/> aparecimento de eflorescência nas paredes (50%) <input type="checkbox"/> infiltrações no forro (10%) <input type="checkbox"/> nenhum problema evidente Observações:</p> <p>Biodegradação: <input type="checkbox"/> ataque generalizado de insetos e microorganismos (50%) <input type="checkbox"/> ataque parcial de insetos e microorganismos <input type="checkbox"/> focos de cupins ou outras pragas na área livre <input type="checkbox"/> nenhum problema evidente Observações:</p>	<p>Elementos arquitetônicos</p> <p>Escadas: <input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> desgaste dos degraus <input type="checkbox"/> sem condições de acesso (destruição parcial ou total) <input type="checkbox"/> nenhum problema evidente Observações:</p> <p>Esquadrias: <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> destruição parcial <input type="checkbox"/> oxidação dos metais <input type="checkbox"/> ressecamento das madeiras (50%) <input type="checkbox"/> nenhum problema evidente Observações:</p> <p>Pisos: <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> destruição parcial <input type="checkbox"/> desgaste nos pisos <input type="checkbox"/> nenhum problema evidente Observações:</p> <p>Forro: <input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> destruição parcial <input type="checkbox"/> ressecamento das madeiras (50%) <input type="checkbox"/> nenhum problema evidente Observações:</p> <p>Características das instalações</p> <p>Instalações prediais: <input type="checkbox"/> sem quadro de distribuição ou quadro inadequado <input type="checkbox"/> inexistência de eletrodutos ou parcialmente tubulados <input type="checkbox"/> fiação com isolamento danificado (isolamento de pano, pontos de rompimento, ressecamento do isolamento de plástico) <input type="checkbox"/> vazamento em tubulações de instalação hidráulica e sanitária <input type="checkbox"/> nenhum problema evidente Observações:</p> <p>Existem perigos potenciais? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Descrever:</p>
------------------------------	---	--

Figura 28: Ficha de Inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana.
Fonte: Luca, 2006.

Em **Estado de Conservação** (Figura 28) o objetivo é identificar a degradação física do imóvel e diagnosticar seu grau de comprometimento. O roteiro foi retirado do Inventário Nacional de Bens Arquitetônicos (IBA/ 2002) e o diagnóstico final é calculado mediante um

sistema de pontuação desenvolvido pela consultora Sílvia Puccioni, técnica do IPHAN. (IBA/ IPHAN, 2002, p. 18 a 30).

Segue abaixo a pontuação proposta pelo IBA/ IPHAN (2002, p. 18 a 30) para o item Comprometimento da estrutura:

ESTRUTURA DO TELHADO: sem acesso - 0 pontos

destruição total - 148 pontos

destruição parcial (10%) - 148 pontos

peças principais deterioradas por água ou ataque de térmitas - 72 pontos

peças secundárias deterioradas - 72 pontos

nenhum problema evidente - 0 pontos

MANTO DA COBERTURA: destruição total - 146 pontos

destruição parcial (10%) - 146 pontos

telhas quebradas - 12 pontos

telhas corridas - 12 pontos

emassamento incorreto - 1 ponto

inexistência de grampeamento - 1 ponto

nenhum problema evidente - 0 pontos

FUNDAÇÕES: rachaduras grandes no piso em contato com o solo - 151 pontos

rachaduras pequenas no piso em contato com o solo - 16 pontos

nenhum problema evidente - 0 pontos

ESTRUTURA AUTOPORTANTE: destruição parcial (10%) - 150 pontos

grande incidência de rachaduras (50%) - 150 pontos

pequena incidência de rachaduras (10% a 50%) - 15 pontos

rachaduras localizadas (por carga concentrada) - 15 pontos

nenhum problema evidente - 0 pontos

INFILTRAÇÕES: manchas de umidade no topo das paredes (50%) - 72 pontos

manchas de umidade na base das paredes do térreo (50%) - 1 ponto

aparecimento de eflorescência nas paredes (50%) - 72 pontos

infiltrações no forro (10%) - 100 pontos

nenhum problema evidente - 0 pontos

BIODEGRADAÇÃO: ataque generalizado de insetos e microorganismos (50%) - 145 pontos

ataque parcial de insetos e microorganismos - 11 pontos

focos de cupins ou outras pragas na área livre - 1 ponto

nenhum problema evidente - 0 pontos

ESCADAS: não tem - 0 pontos

desgaste dos degraus - 1 ponto

sem condições de acesso (destruição parcial ou total) - 1 ponto

nenhum problema evidente - 0 ponto

ESQUADRIAS: destruição total - 73 pontos

destruição parcial - 10 pontos

oxidação dos metais - 1 ponto

ressecamento das madeiras (50%) - 1 ponto

nenhum problema evidente - 0 pontos

PISOS: destruição total - 114 pontos

destruição parcial - 10 pontos

desgaste nos pisos - 0 ponto

nenhum problema evidente - 0 ponto

FORRO: não tem - 0 pontos

destruição total - 73 pontos

destruição parcial - 9 pontos

ressecamento das madeiras (50%) - 1 ponto

nenhum problema evidente - 0 pontos

No item Comprometimento das Instalações, têm-se a seguinte pontuação para os campos de preenchimento:

INSTALAÇÕES PREDIAIS: sem quadro de distribuição ou quadro inadequado - 148 pontos

inexistência de eletrodutos ou parcialmente tubulados - 100 pontos

fiação com isolamento danificado (isolamento de pano, pontos de rompimento, ressecamento do isolamento de plástico) - 148 pontos

vazamento em tubulações de instalação hidráulica e sanitária - 1 ponto

nenhum problema evidente - 0 ponto

Somados os valores de todos os campos, o total encontrado deverá se enquadrar na seguinte avaliação (Figura 29):

até 8 pontos - BOM

de 9 a 143 pontos - SATISFATÓRIO
 acima de 144 pontos - COM PROBLEMAS

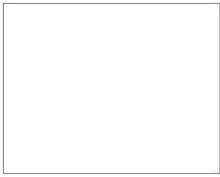
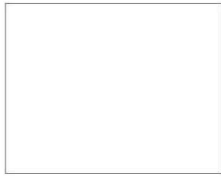

Diagnóstico	Estrutura do telhado () Manto da cobertura () Fundações () Estrutura autoportante () Infiltrações () Biodegradação () Escadas () Esquadrias () Pisos () Forro () Instalações prediais () Total da pontuação ()	 Legenda	 Legenda	
	Conceito: bom (até 8 pontos) satisfatório (de 9 a 143 pontos) com problemas (acima de 143 pontos)			
Características do lote	Fechamento do lote: <input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> cerca viva <input type="checkbox"/> cerca de arame <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> pedra <input type="checkbox"/> outros:	Presença de vegetação: <input type="checkbox"/> espécies de pequeno porte <input type="checkbox"/> espécies de médio porte <input type="checkbox"/> espécies de grande porte		
	Área livre/ usos: <input type="checkbox"/> gramado <input type="checkbox"/> criação de animais <input type="checkbox"/> pomar <input type="checkbox"/> horta <input type="checkbox"/> jardim <input type="checkbox"/> outros: mata nativa	O lote já foi desmembrado? <input type="checkbox"/> sim/ em quantos lotes? <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sabe responder		
 Legenda Legenda Legenda				
Entorno (situação e ambiência)	Propriedade: pública () privada () Acesso: irrestrito () restrito () Descrição do acesso: Construções adjacentes: Descrição do sítio:	Elementos patrimoniais existentes: Autenticidade e integridade do sítio (uso do solo): Análise do grau de integridade/ fatores de degradação/ perigos em potencial:		

Figura 29: Ficha de Inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana.
 Fonte: Luca, 2006.

O campo **Características do lote** visa complementar o levantamento físico arquitetônico com registro de aspectos referentes ao lote. (Figura 29). O item foi retirado do INBI/SU (2002, p. 87) e adaptado às características da arquitetura rural da imigração italiana.

O ítem **Entorno – situação e ambiência** descreve brevemente as características da vizinhança do imóvel, observando vestígios do seu processo de ocupação, ressaltando tendências atuais no sentido de contribuir para a compreensão da história dos espaços exteriores em que encontra-se a edificação. Busca locar o imóvel em seu contexto e na paisagem. (Figura 29). Completa este item um campo destinado ao levantamento fotográfico da propriedade e o croqui. (Figura 30).

Entorno (situação e ambiência)			
Propriedade rural		Existente: Federal () Estadual () Municipal () Nenhuma () Sugerida: Federal () Estadual () Municipal () Nenhuma () Observação:	Proteção
Imaterial		Número de pessoas: Renda: Nível de instrução: Onde trabalham (todos): Quanto tempo moram no local: Todos trabalham no lote? Mantêm o idioma da imigração?	D. familiares
D. Produção na propriedade	Produção agrícola: Tipo de produção: Equipamento agrícola: Técnicas agrícolas:		Opinião do morador
D. Técnicos	Fonte de dados: Pesquisador: Foto: Data:		

Figura 30: Ficha de Inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana.
Fonte: Luca, 2006.

O campo **Imaterial** descreve festas ou processos de produções tradicionais que ocorrem no imóvel.

O item **Dados familiares** define o perfil dos moradores da edificação.

Por fim, o campo **Dados Técnicos** é destinado à identificação dos trabalhos técnicos de campo.

Esta ficha é necessariamente abrangente para servir de suporte ao levantamento das características arquitetônicas e paisagísticas da região em estudo e suficientemente detalhada na medida em que comporta vários elementos considerados importantes à identificação e caracterização das propriedades de interesse. A ficha de inventário corresponde às exigências que se colocam a um levantamento sistemático do patrimônio imóvel, em especial ao de uma região com identidade patrimonial consistente e específica.

3.3.2.5. Pesquisa em sites da comunidade de Erto e Casso

Com a pesquisa em sites da comunidade de Erto e Casso, norte da Itália foi possível estudar como era a arquitetura produzida pelos imigrantes que vieram para o sul do estado e seus desdobramentos na nova realidade encontrada. Os estudos bibliográficos realizados a respeito de como viviam os italianos antes de partirem para o Brasil foi a etapa inicial que resultou na pesquisa dos sites da comunidade italiana. Sendo assim, foi possível reforçar a análise da organização espacial de suas moradias, técnicas construtivas utilizadas, entre outras.

3.4. PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo deve merecer grande atenção, pois nela são indicados os critérios de escolha da amostragem, a forma pela qual são coletados os dados e como eles são analisados.

Como qualquer outro tipo de pesquisa, a de campo parte do levantamento bibliográfico e documental de onde foi possível determinar as técnicas de coleta de dados mais apropriadas à natureza do tema.

3.4.1. Coleta de dados

Os procedimentos utilizados para coleta de dados na pesquisa de campo foram a Observação, a Visita Exploratória e o Formulário, descritas a seguir.

3.4.1.1. Observação

É uma técnica de coleta de dados que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos, sendo um elemento básico na pesquisa de campo, pois obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade (LAKATOS e MARCONI, 1985, pág. 169).

a análise visual busca, através de uma compreensão das mensagens, dos relacionamentos percebidos entre elementos componentes de um conjunto e das emoções que nos transmite, a lógica condicionada das qualidades estéticas urbanas. É uma categoria de análise subjetiva, no sentido que depende basicamente da capacidade de observação e interpretação do pesquisador, conseqüentemente permeada por seus próprios sistema de valores. (DEL RIO, 1990, pág. 91)

A observação consiste no registro das cenas mais relevantes por meio de fotografias e anotações. As características dos núcleos rurais da imigração italiana descritos durante o Estudo de Caso auxiliou na análise da paisagem natural e construída existente na localidade de estudo.

3.4.1.2. Visita Exploratória

Consiste no registro das propriedades rurais a partir de visitas exploratórias no local de estudo. É de fundamental importância para a seleção das propriedades rurais com características da imigração italiana, realização do mapeamento assim como para a aplicação das fichas de inventário.

O processo de seleção das propriedades com características rurais da imigração italiana foi realizado com base nos estudos da arquitetura rural durante a pesquisa bibliográfica. Assim, foram identificadas as que possuíam a configuração dos conjuntos edificados nos sítios rurais de imigração cuja implantação, características arquitetônicas e técnicas construtivas as distinguem das demais propriedades presentes na localidade de estudo.

3.4.1.3. Formulário

Esta técnica consiste em ‘uma lista formal, catálogo ou inventário destinado à coleta de dados resultante da observação e da entrevista cujo preenchimento é feito pelo pesquisador’. (CERVO e BERVIAN, 1975, pág. 148).

Para a presente pesquisa, o termo desta técnica será substituído por inventário, por se tratar de uma nomenclatura corrente quando se trata do cadastro de bens culturais, como demonstrado no item 2.6, da Revisão de Literatura.

3.5. ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

Após a coleta de dados, realizada de acordo com os procedimentos indicados anteriormente, estes serão elaborados e classificados de forma sistemática. Antes da análise e interpretação, os dados devem seguir os passos de codificação e tabulação. A codificação trata-se de uma técnica operacional utilizada para categorizar os dados que se relacionam. Os dados são divididos em categorias para serem analisados e são descritos em termos qualitativos, baseados na presença/ ausência de qualidade ou característica. A tabulação dispõe os dados em tabelas, facilitando a verificação das inter-relações entre eles.

Por tratar de uma pesquisa qualitativa, é proposta a análise do conteúdo reunindo os dados em grupos afins ou categorias, relações de causa e efeito, dependências e outros aspectos considerados relevantes para o entendimento do problema proposto pela pesquisa. A análise busca sintetizar as observações, de forma que estas permitam respostas aos objetivos da pesquisa. Assim, a apresentação dos dados evidencia as conclusões e a interpretação consiste na comparação dos dados analisados com a teoria.

Os dados obtidos por meio das pesquisas bibliográficas de Rio Maior, das pesquisas documentais de Erto e Casso, da leitura das componentes visuais e formais da paisagem, da seleção das propriedades rurais e do seu inventário foram divididos em categorias utilizando a ferramenta analítica DAFO (do inglês SWOT). Estas categorias são denominadas: Debilidades, Ameaças, Forças e Oportunidades. Trata-se de uma ferramenta utilizada em organizações sociais e privadas como parte do planejamento estratégico dos negócios, mas devido a sua simplicidade, pode ser utilizada para qualquer tipo de análise de cenário.

A figura abaixo demonstra a proposta da análise DAFO.



Figura 31: Análise DAFO.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/>, adaptado por Luca, 2007.

Debilidades (pontos fracos) são carências e limitações da quantidade e qualidade internas de um recurso, que se deve evitar. Entende-se por ameaças os fatores externos que podem colocar em risco o aproveitamento de um determinado ponto forte, de forma a enfraquecê-lo no futuro. Forças (pontos fortes) são elementos internos favoráveis que estão constantemente presentes, sendo os diferenciais de cada localidade ou produto. Oportunidades são situações externas existentes no presente que podem proporcionar no futuro melhor aproveitamento de algum recurso. Desta forma, quando percebe-se um ponto forte, este deve ser ressaltado ainda mais e quando percebe-se um ponto fraco, deve-se agir para controlá-lo ou, pelo menos, minimizar seu efeito. Deve-se aplicar a capacidade e habilidade para aproveitar as oportunidades e forças para minimizar ou anular as ameaças, apesar de não se ter muito controle sobre os fatores externos.

A partir do exposto, busca-se efetuar um diagnóstico da realidade encontrada na análise DAFO para posteriormente elaborar as Propostas de Preservação dos Sítios Históricos Rurais. Busca-se assim transformar suas análises em diretrizes para a implementação de políticas de preservação e conservação do patrimônio material e imaterial que caracteriza a região de imigração italiana.

A coleta de dados realizada a partir dos procedimentos acima listados estão apresentadas no Capítulo 4 – Estudo de Caso e Capítulo 5 – Análise e tratamento dos dados.

CAPITULO 4 . ESTUDO DE CASO

Este capítulo aprofunda os estudos da arquitetura e da paisagem rural do imigrante italiano do sul de Santa Catarina.

4.1. A ARQUITETURA RURAL E A PAISAGEM DA IMIGRAÇÃO ITALIANA

4.1.1. Os núcleos rurais da imigração italiana

Os imigrantes formaram espontaneamente em seus núcleos coloniais uma estrutura social e religiosa bem delineada. Tanto o governo como os loteadores particulares não conceberam estes núcleos como unidades sociais: não havia áreas reservadas para edificações religiosas e mesmo comunitárias. Sendo assim, no centro de convergência e socialização das comunidades rurais da imigração surgiam as capelas com campanário separado, construídas em terrenos doados pelos colonos e com a colaboração de grande parte da comunidade. Localizada em local de destaque, conformavam um local de convivência e concentração de uso comunitário como comércio, salão, escola e também o cemitério.

4.1.2. Implantação no lote e organização dos espaços

Diferente do sistema europeu, os colonos implantaram sua arquitetura não em aldeias rurais mas diretamente no lote.

Ao contrário do norte da Itália, onde se vivia em pequenas vilas, com poucas terras para cultivar e pouco espaço disponível nas casas, os colonos se depararam com enormes territórios não ocupados pelos europeus. A colocação dos imigrantes em lotes isolados, afastando as famílias, rompeu com a forma de vida até então conhecida na Itália (GUITIERREZ e GUTIERREZ FILHO, 2000, pág, 65)

A organização dos espaços diverge no Brasil daquela adotada na Europa. Lá, as instalações residenciais rurais aglutinavam-se numa única edificação e aqui foram desmembradas segundo cada função. Esta diversidade de programa aparece como a diferença mais notória em relação à habitação rural da Itália, que deve-se à diferença de clima e à abundância de solo no Brasil.

Estas convergências verificam-se, sobretudo na organização não aglutinada das instalações rurais (casa, cozinha e instalações domésticas de apoio e edificações complementares), devido aos paralelos na forma de organização social em terras brasileiras, sobretudo a pequena propriedade: lotes rurais unifamiliares, margeando estradas paralelas, a policultura e o trabalho familiar livre.

Ambas as etnias (alemã e italiana) romperam com o sistema europeu preferencial de uma única edificação abrigando todas as funções, que na Europa interessava, pela conservação do calor e economia do solo arável (POSENATO, 1983, pág. 519).

O inverno rigoroso da Europa fazia a calefação problema prioritário. A lenha era escassa e tornava-se necessário aproveitar o calor irradiado pelos animais. Havia também a necessidade de reduzir a ocupação das terras com edificações para economizar o solo arável. No Brasil, a temperatura torna-se fator desagregador, afastando estábulo, galinheiro, chiqueiro - com seus odores e insetos - das áreas de habitação. A extensão relativa das terras não levava o imigrante a preocupar-se em economia de solo na implantação de sua arquitetura.

O espaço generoso do lote rural levou o distanciamento necessário entre a casa e outras atividades cujas características de ordem higiênica ou de segurança tornava preferível a separação. Assim, a cozinha, local em que tudo terminava por estar coberto pelo negro fumo da fuligem passou a ser um componente em separado da casa de dormir, para onde o colono só se dirigia após a janta. O mesmo aconteceu com os chiqueiros e o estábulo que levaram consigo o paiol e o celeiro de grãos para os animais. (BERTUZZI, 1987, p. 125).

No lote colonial, com cerca de 25 hectares, a família do colono se dedicava à agricultura de subsistência quase autônoma com venda de excedentes. Conta com a casa rural que engloba uma série de edificações isoladas, formando um conjunto destinado às diversas atividades como casa, cozinha, edificações domésticas de apoio, além das edificações complementares. Para a construção da casa residencial, geralmente era escolhido um ponto nas proximidades do curso d'água, que nesse aspecto atuou diretamente na implantação das moradias rurais.

Era o problema número um a resolver (a casa residencial). A primeira foi a casa improvisada. Depois de ter algum abrigo improvisado, o imigrante começava a instalar-se um pouco melhor.

Geralmente era escolhido um ponto nas proximidades do curso d'água e, se possível em terreno descendente, para ter um porão nos fundos, pensando na adega para vinhos. Nesses casos os porões eram construídos em paredes de pedra. Nisto os imigrantes eram especialistas, verdadeiros artistas, pelas práticas em sua pátria-mãe. Houve quem construísse casas inteiras em pedra trabalhadas de forma impecável. (BALDESSAR, 1991, p. 71 e 72).

O restante do lote era organizado com áreas de plantio, horta, pomar e reserva de mato nativo. O parreiral inicialmente produziu o vinho para consumo próprio - que se tornou em

seguida o principal produto de comercialização, por isso passaram a ocupar muitos hectares. A Figura 32 demonstra a organização espacial dos lotes coloniais.



Figura 32: Conjunto de edificações – casa de dormir, cozinha, latrina, instalações domésticas de apoio e edificações complementares. Propriedade de Idalino de Lorenzi Canever, localidade de Rio Maior, Urussanga.
Fonte: Luca, 2007.

O sistema de agricultura de subsistência contava com venda da produção excedente e a aquisição de outros produtos que não era possível obter no próprio lote. Isto resultou na grande diversificação da produção artesanal, como por exemplo: a fabricação do vinho em cantinas familiares; as práticas artesanais de embutidos a partir da criação de aves e suínos e a produção de conservas a partir da produção de frutas e hortaliças. A produção envolvia o trabalho da própria família e ausência de empregados, como consequência da política de colonização fundada no regime da pequena propriedade baseada na policultura, transformando o imigrante em pequeno produtor com mão-de-obra familiar.

4.1.3. Conjunto de edificações da propriedade rural italiana

Segue abaixo as construções que formam o conjunto da propriedade rural italiana:

4.1.3.1. A casa de dormir

A casa de dormir constitui o volume principal, mais avantajado e de melhor acabamento construtivo. Segundo POSENATO (1982), representa o orgulho do imigrante pela sua nova condição adquirida no Brasil.

(...) o colono italiano vindo de um sistema de vassalagem em que o acesso à propriedade não lhe era possível, recebia no Brasil mais terra que as propriedades dos nobres europeus. A casa representava então sua afirmação como indivíduo senhor de si e livre, simbolizando um monumento à sua realização como pessoa e demonstrando seu imenso amor pela terra. Daí o tamanho avantajado das casas, embora as famílias numerosas. (POSENATO, 1982, p. 8).

A casa de dormir divide-se em três setores:

Porão: ficava parcialmente escavado e era construído com paredes de pedra para enfrentar a umidade dos muros de arrimo, que permitiam que o porão se conservasse em condições ideais de umidade e temperatura para conservação de salames, queijos e vinhos. Possui aberturas gradeadas ou treliçadas para ventilação constante. O acesso é feito por abertura posterior ou lateral, sem comunicação interna com os outros pavimentos (Figura 33).



Figura 33: Cantina parcialmente escavada com entrada frontal. Propriedade de Francisco de Assis Ceron, localidade de Rio Carvão, em Urussanga.
Fonte: Luca, 2006.

2. Ala residencial: compunha-se de sala central ou corredor mais ou menos largo, sem mobília e com os dormitórios ao redor, formando duas alas. A sala era ocupada para refeições em dias santificados, em festas ou velórios. Por vezes, um destes dormitórios era transformado em pequena despensa e por uma pequena escada, tinha-se acesso ao sótão. Em outros casos a escada de acesso ao sótão podia estar situada na sala (Figura 34).



Figura 34: Apropriação da sala central. Propriedade de Ângelo Bonot, localidade de Rio América Baixo em Urussanga.
Fonte: Luca, 2006.

3. Sótão: situado sob a cobertura geralmente sem forro. Possui pouca altura, com aberturas baixas na parte frontal da residência ou nas laterais. Aproveitando o fato de ser quente e seco era utilizado para estocagem de cereais. Algumas residências apresentam um cômodo com divisória em madeira, que servia como dormitório (Figura 35).



Figura 35: Sótão. Sobrado de Italina Mourão Soratto, em Urussanga.
Fonte: Luca, 2006.

4.1.3.2. A cozinha

A cozinha constitui-se em um volume que, quando não anexo à casa de dormir, apresenta-se separado do corpo principal (Figura 36), ou ligado por um corredor coberto (Figura 37).

É possível que a justificativa se encontre na abundância de espaço e materiais existentes na propriedade brasileira, sendo possível isolar os cômodos da fumaça, das cinzas, do picumã e dos odores. Essa hipótese tende a ser comprovada depois de ser observada a evolução dos fogões e do modo de cozinhar; quando não havia mais esses desconfortos, a cozinha passou a ser incorporada ao corpo da casa, como no caso de seus antepassados europeus (GUTIERREZ e GUTIERREZ FILHO, 2000, pág.51).



Figura 36: Cozinha separada da residência principal. Propriedade de Sérgio Maestrelli, localidade de Rio Carvão, Urussanga. Fonte: Luca, 2006.



Figura 37: Cozinha ligado à residência por um corredor coberto. Propriedade de Olga de Preza Dominelli, localidade de São Bento Alto, Nova Veneza. Fonte: Luca, 2006.

Esta característica é comum a toda arquitetura residencial das classes dominantes brasileiras da época, como explica LEMOS (1979):

Já no século XIX, o século dos viajantes memorialistas, que inestimável contribuição forneceram com as descrições feitas dos lugares de pouso e cidades percorridas, o quadro geral é o mesmo: cozinhas e demais satélites são ligadas ao exterior onde fogão, tanque, bica, cisterna, paiol, despensa, curral e pomar confundiam-se num só complexo onde o clima e o elemento servil são determinantes (pág. 65).

Consta de apenas um ambiente ou com anexo que funcionava como despensa. Servia de estar e local de convívio da família antes e depois das refeições. Na cozinha ficava o fogolaro, espécie de fogão primitivo de forma retangular com terra batida e fogo dentro, onde uma corrente pendendo do teto sustentava a panela e mais tarde foi substituído pelo fogão a lenha, mesa para refeições e caixas de farinhas e lenhas, que normalmente serviam de assento e possuíam encosto.

4.1.3.3. Instalações domésticas de apoio

Junto com a casa e a cozinha, formam o conjunto das atividades residenciais que podem ser: abastecimento de água (fonte, poço ou cisterna), lavagem de roupa, forno (Figura 30), instalações sanitárias entre outros.



Figura 30: Antigo forno de pães e biscoitos.
Propriedade de Lívia Maccari Maestrelli,
localidade de Rio América Baixo, em Urussanga.
Fonte: Luca, 2006.



Figura 31: Instalação sanitária (latrina).
Propriedade de Idalino de Lorenzi Canever,
localidade de Rio Maior, Urussanga.
Fonte: Luca, 2007.

Em relação às instalações sanitárias (Figura 31), POSENATO (1997) explica:

(...) nas primeiras décadas, não existiam latrinas e muito menos banheiros nas moradias dos imigrantes italianos e seus descendentes. O paulatino melhoramento das condições de vida generalizou as latrina, muitas vezes implantadas sobre um curso d'água. Como as latrinas ficavam afastadas da casa, nos quartos de dormir não podiam faltar o urinol sob a cama, e para lavar o rosto foram freqüentes os tripés com bacias e jarro d'água, que remontam os etruscos. (...) Os banheiros surgiram mais tarde, e em muitas casas, foram edificados em período posterior, anexo a elas (pág. 238 e 239).

4.1.3.3. Edificações complementares

Edificações e espaços organizados com finalidade de produção do lote colonial, tais como abrigo para animais (estábulo, chiqueiros, galinheiros) e implementos agrícolas, depósito para cereais (paiol), oficinas, alambiques, estufas de fumo, entre outros (Figuras 32, 33, 34 e 35).



Figura 32: Conjunto formado por estufa de fumo, estábulo galinheiro e depósito. Propriedade de Mário de Lorenzi Cancellier, localidade de Palmeira do Meio, Orleans.
Fonte: Luca, 2006.



Figura 33: Serraria e atafona movidas à roda d'água. Propriedade da Família Bez Fontana, na localidade de Rio América Baixo, em Urussanga.
Fonte: Luca, 2006.



Figura 34: Serraria, propriedade de Angélico Ronconi, localidade de Rio Salto em Urussanga.
Fonte: Luca, 2006.



Figura 35: Conjunto formado por chiqueiro, estrebaria e depósito. Propriedade de Livia Maccari Maestrelli, localidade de Rio América Baixo em Urussanga.
Fonte: Luca, 2006.

Os estudos das características da arquitetura e da paisagem do meio rural da imigração italiana resultaram em um quadro síntese, que reúne as principais características tipológicas dessa arquitetura, ilustrado com fotos extraídas de visitas realizadas a edificações nos municípios de Urussanga, Orleans e Nova Veneza. O quadro síntese deste capítulo encontra-se no Apêndice A – Principais características da arquitetura rural da imigração italiana.

CAPÍTULO 5. RESULTADOS E ANÁLISES

5.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

5.1.1. Localização de Rio Maior, município de Urussanga/ SC

Rio Maior está localizada há cerca de 6 km ao norte da cidade de Urussanga/ Santa Catarina, seguindo pela Rodovia SC 446 que liga o litoral à serra catarinense. (Figura 36).

5.1.2. Breve histórico de Rio Maior

Aproximadamente vinte famílias de cassanos estabeleceram-se em um lugar de morros elevados e de numerosas quedas d'água, ocupando os lotes de traçado reticulado de número 89 ao 114 (Figura 37). Eram provenientes de Erto e Casso, no norte da Itália, que possuía características geológicas semelhantes ao local destinado a eles na colônia.

Chegaram em Rio Maior junto com os primeiros colonizadores, em 1878. Margearam o rio e logo que receberam o lote de terra, cada colono fez uma pequena roçada e derrubou o mato para construir um pequeno rancho coberto de palha e fechado por ripas, para abrigar a família.

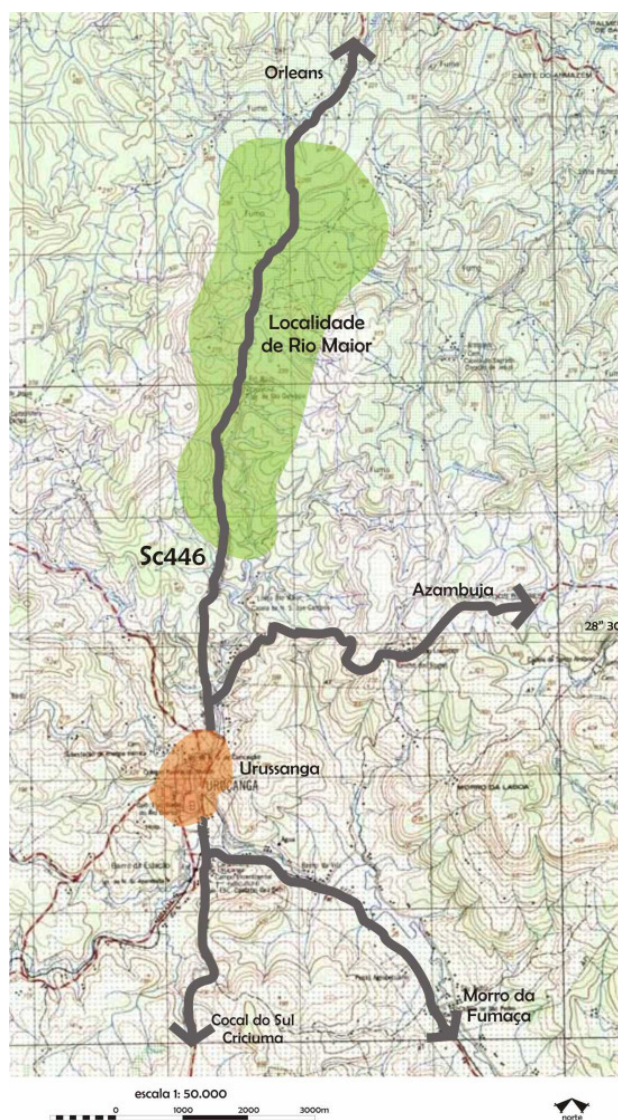


Figura 36: Localidade do Rio Maior, no município de Urussanga.
fonte: www.ibge.gov.br, adaptado por Luca, 2007.

Segundo CANCELLIER e MAZURANA (1989), por alguns anos, os recém chegados imigrantes plantavam unicamente milho e feijão, mas somente para consumo da família, pois não havia transporte nem mercado para comercialização da produção. Quando foi iniciada a construção da estrada de ferro Dona Tereza Cristina, os cassanos, por serem todos pedreiros, encontraram ocupação na construção de pontes, pontilhões e bueiros e assim melhoraram a situação financeira. Foi principalmente com o que ganharam trabalhando na construção da estrada de ferro que os colonos de Rio Maior pagaram o seu terreno.

A economia da localidade acompanhava a da colônia como um todo: agricultura, plantação de cana, fabricação de aguardente, plantação de uvas e criação de suínos para as fábricas de banha de Pedras Grandes e Orleães. A partir da década de 40, o cultivo de fumo incentivado pelas indústrias e o trabalho nas minas de carvão nas proximidades e municípios vizinhos fixaram os descendentes dos colonizadores. Após o funcionamento da Estrada de Ferro a situação melhorou e o excedente dos produtos da lavoura puderam ser exportados pelo porto de Laguna para o Rio de Janeiro.

Hoje a economia da localidade é baseada na agricultura, pecuária, avicultura e produção de hortifrutigrangeiros comercializados nos municípios próximos. Possui grande potencial turístico que pode envolver o patrimônio histórico e os pontos de venda de produtos coloniais produzidos na região (compotas de frutas, artesanato, vinho colonial, entre outros) que estão surgindo às margens da rodovia. Estão surgindo iniciativas particulares para transformar os sobrados históricos em pousadas alternativas e restaurantes, construção de cabanas para acolher os turistas e cursos junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Santa Catarina (SENAR/ SC) para implantação de pousadas familiares e gastronomia.

Giuseppe Mazzocco (Baco)	1880	Batista Fobro	1895
Line Mazzocco (Baco)		Stefano Giordani	1888
Sesmaria do Visconde de Barbacena-Depoia de Henrique Lage		Mariano Patel	1885
Line Mazzocco		Eugenio Mazzocco (Tonio)	1880
Stefano Pilon	1880	Antonio Bratti	1880
L. 114	1880	Giovanni Sacht	1880
Giuseppe Mazzocco (Baco)	112	Bernardo Mazzocco (Bianco)	1878
Vincenzo Mazzocco (Tonio)	110	Bernardo Mazzocco (Bianco)	1878
Francisco de Lorenzi Cancellier	108	Felice Manarin (Manjoni)	1878
Giuseppe Manarin (Bachia)	106	Bernardo de Lorenzi Bione (Comitório)	1878
Felice de Lorenzi Cancellier	104	Olivo de Lorenzi Cancellier	1878
Antonio de Lorenzi Frol	102	Castano de Lorenzi Cancellier	1878
Agostino de Lorenzi Bocardo	100	Giovanni de Lorenzi Canever	1878
Francesco de Lorenzi Canever	98	Ignazio Mazzocco (Tonio)	1878
Antonio de Lorenzi Canever	96	Antonio Mazzocco (Tonio)	1880
Giovanni de Lorenzi Cancellier	94	Giovanni Maria Mazzocco (Tonio)	1878
Agostino Mazzocco (Tonio)	92	Felice Barzan (Bacelo)	1878
Basiliano Mazzocco (Messaga)	L. 90		

Figura 37: Distribuição dos imigrantes cassanos nos lotes de Rio Maior.

Fonte: Cancellier e Mazurana, 1989, pág. 15.

Ainda hoje, a localidade apresenta manifestações culturais como a Festa de São Gervásio e São Protásio, Festa de São João do Rio Maior, Grupo de Teatro Amador e Contadores de Histórias. Aliado a isto, estão as belezas naturais como cascatas, belas paisagens e outros atrativos com possibilidade de cavalgadas, caminhadas e trilhas. A figueira centenária presente na localidade representa o primeiro abrigo dos imigrantes italianos que chegaram à região (Figura 38).



Figura 38: Figueira centenária.
Fonte: Luca, 2006.

A microbacia do Rio Maior, único rio não poluído pelo carvão no município de Urussanga localidade, era considerada Área de Preservação Permanente (APP) e foi transformada em Área de Proteção Ambiental (APA) em 27 de novembro de 1998. Embora protegida, está sofrendo impactos ambientais em consequência das atividades exploratórias. Apesar da vigência da lei de preservação permanente desde 05 de dezembro de 1989, foi autorizada em 14 de junho de 1996, a extração de basalto pelo prazo de 20 anos em uma área de 39 hc em Rio Maior. Foi autorizada também a atividade de britagem.

5.2. Localidade de Erto e Casso/ norte da Itália

Parte da Pesquisa Documental foi realizada no sentido de estudar a arquitetura e a paisagem da comunidade de Erto e Casso, região de onde vieram maior parte dos imigrantes italianos destinados a ocupar a localidade de Rio Maior.

Erto e Casso é uma comunidade italiana da região do Friuli-Venezia Giulia, província de Pordenone, a 775 m acima do nível do mar com cerca de 435 habitantes e estende-se por uma área de 52 km².¹³

Na Itália, os cassanos eram pedreiros, originários de região montanhosa onde a agricultura era possível somente para subsistência. O terreno era quase todo estéril, rochoso e impróprio para a agricultura. Para isso, desenvolveram técnicas de plantio através da construção de terraços protegidos por taipa, que no inverno ficava coberto de neve (Figura 39).

¹³ Disponível em www.provincia.pordenone.it/comuni/ertocasso.htm. Acesso em 13 fev. 2007.



Figura 39: Comunidade de Erto e Casso, região de Friuli Venezia Giulia, província de Pordenone, norte da Itália.
Fonte: www.magicoveneto.it/Belluno/Vaiont/CassoFO1.htm e www.comune.ertoecasso.pn.it

A respeito de como os cassanos viviam na Itália:

As casas eram construídas de pedra e cobertas de lajes e tinham dois, três e até quatro andares, com poucas janelas. Quase todas as casas tinham porão, que servia de estábulo, onde conservavam as vacas no inverno, durante quatro meses. (...) O estrume era precioso para o cultivo das pequenas hortas construídas em terraços arrumados por taipas onde se cultivava batata, repolho, alface e algum milho e feijão. Mas tudo o que produziam não era suficiente para o sustento das famílias e os homens iam trabalhar fora no primavera e no verão.

Por não serem propriamente agricultores (no máximo cultivavam hortas), mas um pouco de tudo, pastores, trabalhadores em construção de estrada de ferro, em perfuração de túneis, pedreiros, etc, os habitantes de Casso tinham um estilo de vida diferente das localidades vizinhas e de quase todo o meio rural da Itália. Apesar da pobreza, cada família era possuidora da casa onde morava, do estábulo e da sua horta. Por isso eram livres, ao contrário dos camponeses de outras partes que nada tinham de seu, nem casa, nem terra e nem animais e cultivavam a terra do patrão em troca de uma parte da produção para poder viver pobremente. (CANCELIER e MAZURANA, 1989, pág. 18-20).



Figura 40: Organização espacial da comunidade de Erto e Casso, norte da Itália.
Fonte: Centro Regionale dei Catalogazione e Restauro dei Beni Culturali¹⁴.

Como relatado no item 4.1.2. desta dissertação, a diversidade da organização dos espaços aglutinados em uma única edificação, que aqui no Brasil foram desmembradas segundo cada função, é a diferença mais notória em relação à habitação rural da Itália.

¹⁴ Centro Regionale di Catalogazione e Restauro dei Beni Culturali. Regione Autonoma Friula Venezia Giulia. Disponível em <http://217.12.180.10/catalogazione/search/Ricerche.aspx?TSK=A&G=5&C1=PVCC|PVC|ERTO+E+CASSO&Start=1>. Acesso em 13 fev. 2007.

Segundo POSENATO (1982) a ausência de habitação coletiva na imigração italiana, em contraste com a situação na Itália, decorre do regime de pequena propriedade, mas sobretudo da afirmação de liberdade, tão incisiva nos sentimentos e atitudes dos imigrantes. Daí a repulsa pela habitação coletiva, que lembraria a antiga vassalagem na pátria de origem (Figura 40).



Figura 41: Organização espacial da comunidade de Erto e Casso, norte da Itália.
Fonte: www.magicoveneto.it/Belluno/Vaiont/CassoFO1.htm.

Esta organização espacial produz percepções diferenciadas que geram quadros visuais sucessivos (Figura 41). A mobilidade espacial ocorre em estreitas estradas vicinais calçadas em pedras irregulares ou gramadas e escadarias emolduradas pelas edificações austeras em pedra extraída do próprio local, que estão quase totalmente vinculados à superintendência dos Bens Arquitetônicos, Históricos e Artísticos da Região Friuli Venezia Giulia.

5.2. DESCRIÇÕES E ANÁLISES DA COLETA DE DADOS

São apresentados a seguir os resultados e discussões dos procedimentos de coleta de dados recolhidos nas Pesquisas Bibliográficas, Documental e de Campo, conforme explicado no Capítulo 3 desta dissertação. Para cada procedimento há uma descrição e análise dos resultados obtidos.

5.2.1. Descrição e análise da Pesquisa Documental de Erto e Casso

A Pesquisa Documental realizada em sites da comunidade de Erto e Casso teve como objetivo demonstrar as divergências e similaridades da arquitetura dos cassanos na Itália e da produzida por eles no sul do estado de Santa Catarina.

Nas Figuras 42 e 43 é possível traçar algumas comparações nas paisagens das comunidades de Erto e Casso e de Rio Maior.



Figura 42: Comunidade de Erto e Casso, norte da Itália.
Fonte: www.magicoveneto.it/Belluno/Vaiont/CassoF01.htm.



Figura 43: Comunidade de Rio Maior, município de Urussanga.
Fonte: Luca, 2007.

Ambas são emolduradas pelas montanhas e tanto aqui como lá, o campanário da Igreja de São Gervásio e São Protásio aparece como ponto focal na paisagem. O cemitério está localizado um pouco distante da igreja e os caminhos de terra surgem como vias de ligação. A divergência já apontada anteriormente é a maior concentração de edificações na comunidade italiana em contraponto à dispersão e à ocupação orgânica observada em Rio Maior.

Em Urussanga, os cassanos também construíram sua igreja em homenagem aos seus santos padroeiros da Itália: São Gervásio e São Protásio. A igreja com campanário separado do corpo principal é um costume italiano trazido ao Brasil, onde os campanários fazem parte da tradição dos conjuntos de prédios religiosos da península itálica. Ambas apresentam também óculo no frontão triangular e marcação na entrada principal.



Figura 44: Chiesa di San Gervasio e San Protasio martiri.

Fonte: Centro Regionale dei Catalogazione e Restauro dei Beni Culturali.

Figura 45: Igreja de São Gervásio e São Protásio, em Rio Maior.

Fonte: Luca, 2006.

Nas Figuras 46 e 47 é possível verificar a divergência na organização do espaço que ocorre entre as vilas rurais italianas e a produzida aqui pelo imigrante. No Brasil, a abundância de terra arável permitia que os colonos implantassem sua construção diretamente no lote, onde mantinham uma relação direta com sua produção rural.



Figura 46: Vila rural de Erto e Casso, norte da Itália.

Fonte: www.magicoveneto.it/Belluno/Vaiont/CassoFO1.htm.



Figura 47: Organização do espaço produzida pela imigrante. Propriedade de Idalino de Lorenzi Canever, localidade de Rio Maior, Urussanga.

Fonte: Luca, 2007.

Em relação à técnica construtiva, o uso da pedra em Erto e Casso é praticamente unânime em seus elementos arquitetônicos (Figura 48). Em Rio Maior, além da pedra, os

italianos criaram processos nativos para o uso da madeira em função da abundância deste material, além do barro, utilizado para o assentamento de tijolos e empregado como material de reboco (Figura 49).



Figura 48: Técnica construtiva predominante na comunidade de Erto e Casso, norte da Itália.
 Fonte: Centro Regionale dei Catalogazione e Restauro dei Beni Culturali e www.magicoveneto.it/Belluno/Vaiont/CassoFO1.htm.



Figura 49: Técnicas construtivas da localidade de Rio Maior.
 Fonte: Luca, 2006.

As Figuras 50 e 51 apresentam similaridade percebida também na construção das esquadrias em madeira falquejada, dobradiças em ferro e vergas retas.



Figura 50: Esquadria em Erto e Casso.
 Fonte: Centro Regionale dei Catalogazione e Restauro dei Beni Culturali.



Figura 51: Esquadria em Rio Maior.
 Fonte: Luca, 2006.

Verificou-se que, além da divergência da organização espacial apontadas anteriormente pela pesquisa bibliográfica ocorrida nos núcleos rurais construídos aqui pelos imigrantes, um dos principais elementos diferenciais foi a adaptação das técnicas construtivas em função da existência de materiais nativos como madeira e barro.

5.2.2. Descrição e análise da observação da paisagem

Após a pesquisa histórica das características da arquitetura e da paisagem rural produzidas pelo imigrante italiano, foi realizada a análise visual da paisagem no local de estudo. Por meio deste procedimento de coleta de dados foi descrever as transformações pelas quais o núcleo rural vem passando ao longo dos anos. Seguem abaixo algumas das análises:

O recorte de estudo é caracterizado como uma típica localidade rural da imigração italiana no Brasil. A igreja São Gervásio e São Protásio com seu campanário separado, o cemitério, a antiga ferraria/ marcenaria e a Assosiação Comunitária do Rio Maior (ACRIMA) ligados pelo antigo caminho dos imigrantes formam ainda hoje o local de convivência e concentração desta comunidade, emoldurados pelas montanhas que formam o vale do Rio Maior (Figura 52).



Figura 52: Localidade de Rio Maior.
Fonte: Luca, 2007.

Atualmente a ligação entre os municípios de Urussanga e Orleães é feita pela SC 446, construída em 1978. Antes da abertura da SC, a ligação era feita pelo antigo caminho dos imigrantes que ligava Urussanga a Tubarão, via Orleães. O antigo caminho, embora coberto de vegetação, ainda encontra-se visível em alguns trechos. A Igreja São Gervásio e São Protásio está voltada para este caminho ficando de fundos para a SC 446. (Figura 53).



Figura 53: Antigo caminho dos imigrantes.
Fonte: Luca, 2007.

O referencial na paisagem do campanário da igreja ainda se mantém, assim como a chaminé do alambique desativado na propriedade da família Bocardo. Localizado em um declive juntamente com o sobrado, formam uma paisagem de destaque emoldurada pela mata nativa. (Figura 54). A figura também aponta um estabelecimento comercial que surgiu às margens da SC, pois trata-se de uma rodovia bastante movimentada onde o surgimento de pontos de venda de produtos da região ocorre em toda sua extensão. Estes estabelecimentos estão voltados para os que utilizam a rodovia diariamente e também para os turistas com venda de artesanato, compotas, vinhos, sucos de frutas e a uva *in natura*.



Figura 54: Referencial na paisagem do campanário da igreja e da chaminé do alambique desativado.
Fonte: Luca, 2007.

Nas margens da SC 446 verifica-se uma maior concentração de edificações, variedade de culturas agrícolas e outras atividades como área de pastagens, aviários, hortas e horto de plantas nativas em consequência da facilidade de acesso, como demonstra a Figura 55.



Figura 55: Concentração de usos às margens da SC 446.
Fonte: Luca, 2007.

Mais afastado da rodovia, a ocupação se caracteriza pela menor concentração habitacional, grandes áreas de pastagens e maior concentração de mata nativa, onde a paisagem original se preserva de forma mais intensa, como demonstra a Figura 56.



Figura 56: Vista das áreas de pastagem e plantações.
Fonte: Luca, 2007.

A Figura 49 apresentou a ocorrência de atividade extrativista na região (pedreira da SETEP - Serviços Topográficos e Projetos Ltda). Como dito anteriormente, a atividade de britagem foi autorizada na APA do Rio Maior e vem provocando transformações na paisagem (Figura 57).



Figura 57: Pedreira e paisagem de Rio Maior.
Fonte: Luca, 2007.

5.2.3. Descrição e análise da Visita exploratória

As visitas exploratórias tiveram como objetivo selecionar as propriedades características dos sítios históricos rurais em relação à implantação, agenciamento, características arquitetônicas e técnicas construtivas deixadas pelos imigrantes italianos ao final do século XIX e início do século XX.

Para esta pesquisa foram selecionadas e mapeadas apenas as propriedades com características rurais da imigração italiana utilizando-se os conhecimentos adquiridos por meio do Estudo de Caso realizado no Capítulo 4. Foram quinze as edificações selecionadas, a saber:

- I. Propriedade de Ísis Maria de Lorenzi Cancellier;
- II. Propriedade de Teresinha Mazzucco;
- III. antiga feclaria¹⁵ de Vitório Mazzucco;
- IV. Propriedade de Idalino de Lorenzi Canever;
- V. Propriedade de Antoninho de Lorenzi Bocardo (tombada em nível estadual);
- VI. Igreja São Gervásio e São Protásio (tombada em nível estadual);
- VII. antiga ferraria e marcenaria;
- VIII. Propriedade de Maria Adelaide de Frol Mazzucco;
- IX. Propriedade de Ivanir Cancellier (tombada em nível estadual);
- X. Propriedade da EFASCE – Ente Friulano Assistenza Sociale Culturale Emigrante (tombada em nível estadual);
- XI. Propriedade de Silvino de Lorenzi Cancellier;
- XII. Propriedade de Rômulo Mazzucco (tombada em nível estadual);
- XIII. proprietário não identificado;
- XIV. Propriedade de Lúcio Jordani;
- XV. Propriedade de Nei Cancellier.

O mapeamento e descrição das quinze edificações na localidade de estudo encontra-se no Apêndice B – Seleção e mapeamento das edificações de interesse.

O mapeamento das quinze propriedades em Rio Maior demonstra a existência de um patrimônio mais diversificado e significativo do que representam as edificações tombadas em nível estadual. A FCC tombou apenas as cinco mais representativas que retratam o processo construtivo do imigrante italiano. As outras dez não possuem proteção em nenhum dos níveis (federal, estadual ou municipal). Sendo assim, acredita-se que merecem proteção não

¹⁵ Entende-se por feclaria a fábrica de produção de farinha.

somente as edificações mais representativas por manterem vínculo com o país de origem, mas também as de técnicas construtivas que demonstram a adaptação do imigrante a nova realidade encontrada, como explica WEIMER (2005):

Embora alguns historiadores tenham valorizado muito as construções em pedra por manterem um vínculo direto com o país de origem, a nós nos parece que as construções de tábua são bem mais significativas, por expressarem verdadeiramente a adaptação do imigrante ao novo meio. (...) O uso da madeira não implicou o abandono da alvenaria de pedra, que continuou a ser muito usada na construção das cantinas. Assim, talvez fosse mais correto dizer que o tipo de construção mais característico era o misto, com base de pedra e corpo e cobertura de madeira (pág. 175).

Segue abaixo o gráfico comparativo das técnicas construtivas das propriedades selecionadas e das propriedades que receberam proteção em nível estadual (Gráfico 01):



Gráfico 01: Gráfico comparativo das técnicas construtivas.
Fonte: Luca, 2007.

A seleção das edificações também demonstrou o abandono das atividades tradicionais da imigração, representadas pelo alambique de cachaça na Propriedade de Antoninho de Lorenzi Bocardo, fecularia/ atafona¹⁶ e ferraria/marcenaria. (Figura 58).



Figura 58: Antigo alambique de cachaça, fecularia/ atafona e ferraria/marcenaria.
Fonte: Luca, 2007.

¹⁶ Entende-se por fecularia o local destinado à fabricação de farinha de mandioca e polvilho e por atafona, o engenho de moer grãos.

5.2.4. Descrições e análise do inventário

Este procedimento de coleta de dados tem como objetivo inventariar os sítios históricos rurais da imigração italiana e descrever as modificações tanto no patrimônio arquitetônico quanto na paisagem. Para isto foi utilizada a ficha de inventário desenvolvida pela autora, explicado no item 3.2.2.3.

Como já visto, foram selecionadas e mapeadas quinze propriedades com características da imigração italiana no meio rural na localidade de estudo. Optou-se por aplicar as Fichas de Inventário nas cinco edificações tombadas em nível estadual, uma vez que esta amostragem tornaria possível a comparação da ficha de inventário desenvolvida pela autora com a utilizada pela FCC. As cinco edificações inventariadas foram:

- I. Propriedade de Antoninho de Lorenzi Bocardo;
- II. Igreja São Gervásio e São Protásio;
- III. Propriedade de Ivanir Cancellier;
- IV. Propriedade da EFASCE – Ente Friulano Assistenza Sociale Culturale Emigrante;
- V. Propriedade de Rômulo Mazzucco.

Embora objetivo do inventário fosse analisar, entre outros fatores, as transformações do uso do solo da propriedade rural, a amostragem inclui a aplicação da ficha de inventário em uma edificação de uso religioso, mesmo que não exista produção agrícola vinculada a este tipo de edificação. A presença da igreja na comunidade rural de imigração aparece como importante elemento estruturador do espaço cotidiano, sendo necessário também o seu conhecimento por meio do inventário. As Fichas de Inventários preenchidas encontram-se no Apêndice C.

Com relação ao item **Planta baixa** (presente na primeira página do inventário) foram identificadas as alterações produzidas pelos descendentes dos imigrantes nas edificações. Das cinco inventariadas, todas sofreram acréscimos sendo o mais freqüente a construção de banheiro que veio substituir a antiga latrina, hoje não mais existente.

Na propriedade de Antoninho de Lorenzi Bocardo ocorreu há 6 anos a construção de um banheiro no pavimento térreo e outro no pavimento superior. Para que fosse possível a construção no pavimento superior, um dos dormitórios foi reduzido para dar lugar ao corredor de acesso ao banheiro. (Figura 59).

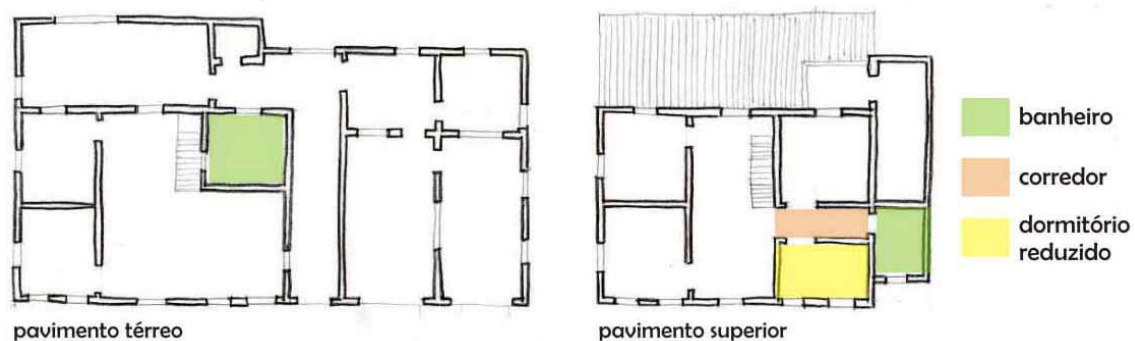


Figura 59: Construção dos banheiros na propriedade de Antoninho Bocardo.
Fonte: Luca, 2007.

Nas propriedades de Ivanir Cancellier e Rômulo Mazzucco ocorreu a adaptação de um dos cômodos existentes para o novo uso. Na edificação de Ivanir Cancellier um dormitório foi transformado em banheiro e área de serviço (Figura 60) e na edificação de Rômulo Mazzucco o banheiro ocupa a antiga farmácia existente no piso superior. (Figura 61).

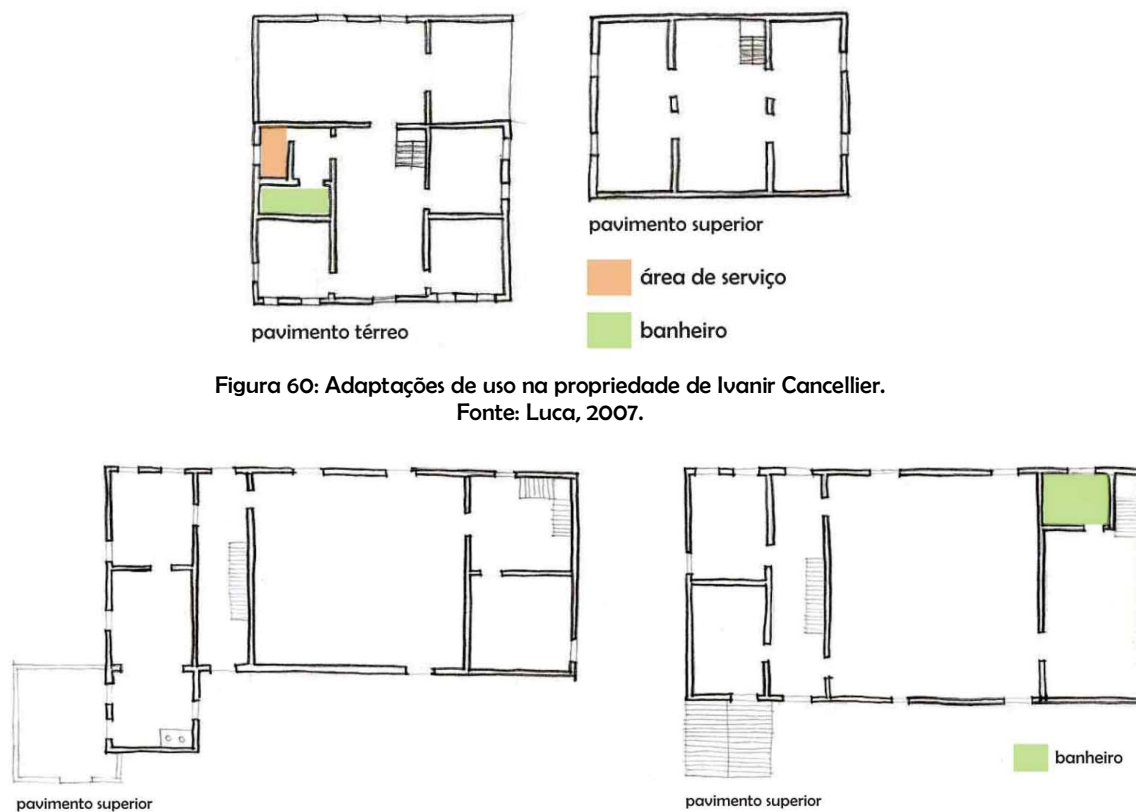


Figura 60: Adaptações de uso na propriedade de Ivanir Cancellier.
Fonte: Luca, 2007.

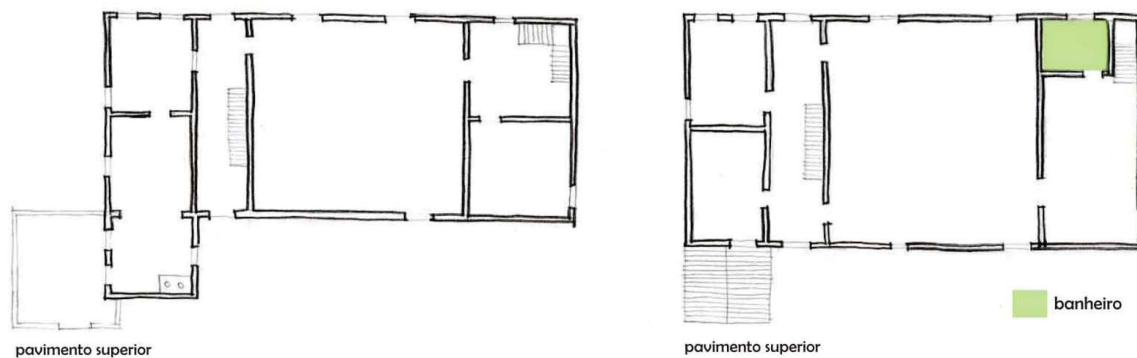


Figura 61: Adaptações de uso na propriedade de Rômulo Mazzucco.
Fonte: Luca, 2007.

Das cinco edificações, três receberam recursos para restauro da Lei de Incentivo à Cultura da FCC (Igreja São Gervásio e São Protásio, Propriedade de Rômulo Mazzucco e Propriedade da EFASCE – Ente Friulano Assistenza Sociale Culturale Emigrante). O sistema de pontuação relativo ao **Estado de Conservação** (presente na terceira e quarta páginas do inventário), apontou que das edificações inventariadas, três (Igreja São Gervásio e São Protásio, Propriedade de Rômulo Mazzucco e Propriedade de Antoninho de Lorenzi Bocardo) receberam conceito ‘bom’. Apesar do recente processo de restauro a edificação sede da EFASCE apresenta um rachadura vertical em uma das paredes laterais. Este apontamento resultou em 15 pontos no total, o que a classifica como estado de conservação ‘satisfatório’. A Propriedade de Ivanir Cancellier totalizou 155 pontos e seu estado de conservação atingiu o conceito ‘com problemas’, principalmente em função do ataque de térmita e umidade existente no madeiramento da cobertura (Gráfico 02).



Gráfico 02: Gráfico comparativo do sistema de pontuação no item Estado de Conservação.
Fonte: Luca, 2007.

O preenchimento dos itens descritos abaixo permitiu analisar as mudanças ocorridas quanto ao uso do solo na propriedade. Este é o maior diferencial das fichas criadas nesta pesquisa em relação às fichas de inventário da FCC.

Em relação ao item **Características do Lote** (presente na quarta página do inventário), com exceção da Igreja São Gervásio e São Protásio cujo terreno para a sua construção foi doado por um imigrante, o inventário apontou que as outras quatro propriedades tiveram seu lote original desmembrado, segundo relatos em função de divisões familiares entre os filhos do proprietário.

Em **Entorno – situação e ambiência** (também presente na quarta página do inventário) o item relacionado à **Autenticidade e integridade do sítio (usos do solo)** apontou, com exceção da Igreja, o abandono total ou parcial da produção rural e que das

cinco propriedades inventariadas apenas a de Ivanir Cancellier mantém a produção agrícola no lote. Na propriedade de Antoninho de Lorenzi Bocardo a perda da atividade agrícola surgiu como consequência do abandono da atividade tradicional (alambique de cachaça), uma vez que o plantio de cana de açúcar dava-se única e exclusivamente em função da atividade desenvolvida. No campo de preenchimento **Produção na propriedade** (presente na quinta página do inventário) constatou-se que esta produção é dirigida para consumo próprio e comercial. (Gráfico 03)



Gráfico 03: Gráfico comparativo da autenticidade e integridade (uso do solo).
Fonte: Luca, 2007.

Outro campo que serve como importante fator de entendimento da realidade do lote é o campo **Dados Familiares** (presente na quinta página do inventário). Das propriedades selecionadas, com exceção da Igreja, da sede da EFASCE (antigo lote produtivo que atualmente possui uso cultural esporádico e fica fechada a maior parte do tempo) e da propriedade de Rômulo Mazzucco (antigo lote produtivo que atualmente serve como opção de veraneio para a família), apenas as propriedades de Antoninho de Lorenzi Bocardo e de Ivanir Cancellier mantém uso residencial. Este campo ajuda a compreender o abandono da produção agrícola por qual passaram essas propriedades relacionado principalmente com mudança de uso original da propriedade. (EFASCE e Rômulo Mazzucco).



Gráfico 04: Gráfico comparativo do uso da habitação.
Fonte: Luca, 2007.

O preenchimento do item **Opinião do morador** pretendeu colher informações a respeito da ligação que a comunidade mantém com o patrimônio cultural que representam as edificações que habitam. Os campos preenchidos constataram que os proprietários das edificações e a comunidade estão conscientes da representatividade de suas edificações e da importância da preservação do legado cultural deixado pelos imigrantes.

5.2.4. Análise e Tratamento dos dados

Os dados obtidos por meio dos procedimentos de coleta utilizados e de sua descrição e análise foram divididos em categorias utilizando a ferramenta DAFO e foram tomadas como base para a classificação a presença ou ausência de qualidade ou característica comuns.

A seguir são expostas as classificações dos dados obtidos em categorias denominadas Debilidades, Ameaças, Forças e Oportunidades, descritas no item 3.5 desta dissertação. O Quadro 05 demonstra a classificação das análises em categorias e as propostas de preservação que resultaram em diretrizes para a preservação dos sítios históricos rurais.

O Quadro demonstra que as **debilidades** encontradas estão relacionadas à paisagem e à manutenção do emprego e renda das propriedades rurais. O abandono da atividade agrícola total ou parcial do lote deve-se a perda das atividades tradicionais e dos usos históricos das propriedades.

O abandono das atividades tradicionais, resultado da desativação do alambique de cachaça, da feclaria/ atafona e da ferraria/ marcenaria, resulta na perda do saber-fazer característico da imigração italiana. Estas atividades representam ofícios desenvolvidos pelos imigrantes que chegaram na comunidade, se perderam com o passar do tempo e atualmente

encontram-se presente apenas as edificações que representam o abandono das atividades. Surge então a possibilidade de resgate das atividades tradicionais ou pelo menos a utilização das edificações com outras atividades, o que garantiria pelo menos a conservação dos edifícios e a salvaguarda do patrimônio rural edificado.

Tabela DAFO (Debilidade, Ameaças, Forças e Oportunidades)	
Debilidade	
D	Abandono da produção agrícola; Abandono dos usos históricos das propriedades rurais; Abandono das atividades tradicionais (alambique de cachaça, feclaria/ atafona e ferraria/marcenaria)
	paisagem e meio ambiente
Ameaças	
A	Processo de britagem em Área de Preservação Ambiental; Extração de areia no leito do Rio Maior Alterações produzidas nas edificações pelos moradores.
	condições para a geração de emprego e renda
Forças	
F	Localização estratégica entre o litoral e a serra catarinense; Cascatas, belas paisagens e outros atrativos com possibilidade de cavalgadas, caminhadas e trilhas; Rio Maior é o único rio não poluído por carvão mineral de Urussanga, capaz de garantir o suprimento de água ao município; A microbacia do Rio Maior está situada em Área de Proteção Ambiental (APA).
	patrimônio histórico rural
	Manifestações religiosas como Festa de São Gervásio e Protásio e Festa de São João do Rio Maior; Manifestações culturais como Grupo de teatro amador e Contadores de histórias; Figueira centenária que representa o primeiro abrigo dos imigrantes italianos que chegaram na região;
	patrimônio imaterial e educação patrimonial
Oportunidades	
O	População consciente da importância histórica da localidade; Assessoria do SENAR para implantação de pousadas familiares e cursos de gastronomia para o desenvolvimento do turismo rural; Iniciativas particulares de investimento no turismo.
	condições para a geração de emprego e renda

Quadro 01: Classificação das análises em categorias.

Fonte: Luca, 2007.

As **ameaças** podem ser apontadas o processo de britagem nas rochas extraídas na pedreira e a extração de areia no leito do Rio Maior, ambas acontecendo na região que é considerada Área de Preservação Ambiental.

Com relação ao patrimônio edificado, percebe-se a falta de legislação para as intervenções permitidas ao patrimônio rural. As alterações até aqui identificadas por meio do inventário (a construção de banheiros dentro das edificações em substituição a antiga latrina) não devem ser proibidas, apenas acredita-se que estas devem ser acompanhadas por órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio para que não ocorram descaracterizações ou até mesmo a perdas dos conjuntos rurais,

Em **forças** percebem-se como pontos fortes a presença de um rico patrimônio natural em região conhecida como APA do Rio Maior. Seu patrimônio cultural apresenta técnicas construtivas tradicionais, mas também representa a adaptação do imigrante novo meio totalizando quinze edificações com características da arquitetura italiana no meio rural. O antigo caminho dos imigrantes surge como testemunho da ampliação dos limites de ocupação da região e deve ser entendido como parte integrante no resgate histórico relacionado à imigração. Quanto ao patrimônio imaterial têm-se manifestações religiosas como Festa de São Gervásio e Protásio e Festa de São João do Rio Maior e manifestações culturais como Grupo de teatro amador e Contadores de histórias. A figueira centenária que representa o primeiro abrigo dos imigrantes italianos que chegaram na região é um elemento simbólico que está ligado diretamente com a história de ocupação do sul do estado de Santa Catarina.

As **oportunidades** relacionam-se ao potencial turístico do local que deve ser incentivado, desde que de forma responsável e controlada. A assessoria recebida pela população do SENAR/SC para implantação de pousadas familiares e cursos de gastronomia e a iniciativas particulares de investimento no turismo podem contribuir na geração de emprego e complementação da renda familiar. Aliado a isto, a comunidade está consciente da importância histórica da localidade e pode ser empregada na participação em políticas de educação patrimonial.

O diagnóstico da realidade encontrada por meio da análise DAFO resultou na elaboração das Propostas de Preservação dos Sítios Históricos Rurais. Busca-se assim transformar suas análises em diretrizes para a implementação de políticas de preservação e conservação do patrimônio natural e cultural que caracteriza a região de imigração italiana.

CAPÍTULO 6 – PROPOSTA DE PRESERVAÇÃO DOS SÍTIOS HISTÓRICOS RURAIS (PPSHR)

Diante do interesse em reconhecer e proteger as características rurais que deram forma à paisagem e da importância histórica do imigrante no processo de ocupação do sul de Santa Catarina é sugerida, ao fim desta pesquisa, uma proposta para a preservação do patrimônio cultural da imigração italiana no meio rural.

Acredita-se que a proteção desses sítios é desafio atual que merece maior atenção diante das transformações pelas quais têm passado. A Proposta aqui apresentada busca a preservação das características da arquitetura e da paisagem cultural dos sítios históricos rurais de imigração italiana, sobretudo por meio da valorização do indivíduo enquanto agente detentor do conhecimento necessário para o enriquecimento da paisagem cultural.

Proposta de Preservação dos Sítios Históricos Rurais (PPSHR)

A Proposta de Preservação dos Sítios Históricos Rurais tomou como base o Plano de Preservação dos Sítios Históricos Urbanos: Termo Geral de Referência – PPSH (Anexo G), editado pelo IPHAN, que visa o desenvolvimento de ações de preservação em sítios urbanos tombados em nível federal. Seguem abaixo as diretrizes de preservação:

1. DA PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

1.1. Contribuir para o resgate sócio-econômico e a identificação, o reconhecimento, a documentação e a divulgação dos patrimônios históricos e arquitetônicos, bem como **dos registros da memória artesanal e folclórica;**

1.2. Promover a conscientização e a participação das comunidades na identificação e conservação dos bens coletivos relacionados à memória local.

1.3. Reconstituir e recuperar o artesanato, da gastronomia, dos jogos tradicionais, eventos e rituais característicos da imigração italiana;

2. DA PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM E DO MEIO AMBIENTE

2.1. Recuperar caminhos históricos para contribuir no resgate da história dos povos;

2.2. Preservar e valorizar os espaços rurais por meio de instrumentos de planejamento e práticas para a conservação e a gestão do entorno, como indica a Carta da Burra (1980):

A conservação de um bem exige a manutenção de um entorno visual apropriado, no plano das formas, da escala, das cores, da textura, dos materiais, etc. Não deverão ser permitidas qualquer nova construção, nem qualquer demolição ou modificação susceptíveis de causar prejuízo ao entorno. A introdução de elementos estranhos ao meio circundante, que prejudiquem a apreciação ou fruição do bem, deve ser proibida. (CURY, 2004, pág. 249).

2.3. Preservar e valorizar os espaços agrícolas e florestais e a construção ou recuperação de passagens, itinerários, muros de proteção e sinalização de locais de interesse, como aponta a Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea (1976):

Nas zonas rurais, todos os trabalhos que implicarem uma degradação da paisagem, assim como quaisquer mudanças nas estruturas econômicas e sociais, deveriam ser cuidadosamente controlados para preservar a integridade das comunidades históricas em seu ambiente natural. (CURY, 2004, pág. 229).

2.4. Promover a melhoria das estruturas agrárias, o reordenamento do espaço rural além do aumento, melhora e conservação da rede de infra-estruturas de apoio às atividades agrícolas (abastecimento de água, estruturação agrária, abastecimento de energia elétrica, entre outros)

2.5. Regulamentar o uso e ocupação do solo em áreas de entorno da Área de Interesse Patrimonial, no sentido de promover a conservação das terras agrícolas, fomentando

a exploração das terras compatíveis com a proteção e a melhora do meio ambiente, do espaço natural, da paisagem, dos recursos naturais e do solo.

A Norma de Quito – Reunião sobre a Conservação e Utilização de Monumentos e Sítios de Interesse Artístico (1967) sinaliza a importância da legislação de uso do solo:

É evidente que a medida em que um monumento atrai a atenção do visitante, aumentará a demanda de comerciantes interessados em instalar estabelecimentos apropriados à sua sombra protetora. Essa é outra consequência previsível da valorização e implica a prévia adoção de medidas reguladoras que, ao mesmo tempo em que facilitem e estimulem a iniciativa privada, impeçam a desnaturalização do lugar e a perda das funções primordiais que se perseguem. (CURY, 2004, pág. 112).

2.6. Estabelecer as polígonais de proteção em função da qualidade visual dos sítios e singularidades paisagísticas naturais e culturais. As restrições impostas ao entorno tem como objetivo a manutenção do contexto do espaço do bem tombado, podendo ter diferentes diretrizes de intervenção de acordo com as especificidades da área de situação do bem cultural. A Declaração de Xi'an (2005) enfatiza a importância da preservação do entorno:

O entorno é visto como um atributo da autenticidade que demanda proteção mediante a delimitação de zonas de respeito. Necessidade de reconhecer, proteger e manter adequadamente a presença significativa das edificações, dos sítios e das áreas dos bens culturais em seus respectivos entornos, para diminuir a ameaça que representam estes processos de transformação contra o patrimônio cultural em toda a riqueza de sua autenticidade, seu significado, seus valores, sua integridade e sua diversidade. (Declaração de Xi'an, 2005).

2.7. Valorizar o espaço natural e preservar o patrimônio rural através da conservação e recuperação dos atributos paisagísticos tradicionais, com vistas à conservação e proteção do patrimônio rural, do espaço natural e do ambiente.

2.8. Controlar os trabalhos e atividades suscetíveis de causar dano por meio da utilização de práticas de produção agrária que diminuam os efeitos contaminantes da agricultura e de outras atividades extrativistas, como defende a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios (1962):

As atividades que possam levar a uma deterioração das paisagens (como no caso de exploração de minas e pedreiras e evacuação de seus resíduos) e dos sítios e zonas protegidas por lei, ou de alguma forma protegidas, só poderiam ser admitidas no caso de exigência imperiosa e um interesse público ou social. (CURY, 2004, pág. 84).

2.9. Selecionar as atividades agrícolas compatíveis com o equilíbrio do meio ambiente.

3. DA PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL:

3.1. Recuperar as construções rurais de traçado tradicional relacionadas com as atividades agrícolas e culturais do meio rural. Segundo a Carta do Patrimônio Vernáculo,

Os exemplos da arquitetura vernacular podem ser reconhecido por:

- . modo de construir criado pela própria comunidade,
- . reconhecido caráter local ou regional ligado ao território,
- . coerência de estilo, forma e aparência, assim como o uso de tipos arquitetônicos tradicionais estabelecidos,
- . sabedoria tradicional no desenho e na construção, transmitida de maneira informal,
- . resposta direta aos requerimentos funcionais, sociais e ambientais,
- . aplicação de sistemas, ofícios e técnicas tradicionais de construção. (Carta del Patrimônio Vernáculo, 1999)

3.2. Recuperar o patrimônio de interesse coletivo presente nos antigos núcleos rurais de imigração italiana;

3.3. Definir os graus de valor patrimonial relacionados ao grau de proteção;

4. DA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CONDIÇÕES FAVORÁVEIS À MANUTENÇÃO DO EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA.

4.1. Valorizar o patrimônio associado às atividades agrícolas e elementos construídos de potencial interesse do ponto de vista da agricultura ou do modo de vida rural.

4.2. Manter a agricultura familiar, de modo a evitar problemas de conservação, devido à ameaças ambientais causadas pela perda da prática tradicional do uso do solo e problemas de abandono por parte da comunidade local.

4.3. Aproveitar as potencialidades locais (vinho, queijos, embutidos, compotas de frutas, entre outros) e incentivar a fabricação caseiras de produtos de valor cultural;

4.4. Criar e manter o emprego da população rural por meio do desenvolvimento de atividades turísticas, artesanais e de pequena transformação dos produtos agrícolas;

4.5. Fomentar o mercado do lazer e do turismo rural controlado por meio de promoção de roteiros turísticos, que ofereçam visitação às propriedades rurais, cavalgadas, passeios e caminhadas ecológicas, às edificações históricas, visitas a museus, propriedades rurais, palestras e apresentações culturais, degustação da culinária tradicional, entre outros.

Santiago (1995) completa salientando os efeitos negativos e positivos produzidos nas populações receptoras. Apesar de muitas vezes passar uma imagem deturpada da realidade, é inegável que o turismo possui importantes aspectos positivos, como, por exemplo, o incremento na economia da região e a sua valorização, bem como o lazer e descanso pessoal para o turista; por outro lado pode trazer problemas de ordem cultural (com o processo de criação de complexos e infra-estrutura para as atividades turísticas, aspectos da cultura local muitas vezes são suprimidos ou manipulados como produto a ser vendido ao turista, desviando assim sua essência) de ordem social (atividades turísticas voltadas a pessoas de renda mais alta, o que acaba excluindo a maioria da população local, criação de subempregos ou empregos temporários) e principalmente de ordem ambiental. (SANTIAGO,1995).

4.6. Apoiar as iniciativas de caráter público ou privado voltadas para a melhoria da formação profissional na região, visando qualificar a mão de obra local para os serviços que a atividade turística demanda.

4.7. Valorizar a mão de obra local por meio da continuidade do saber-fazer relativo à imigração italiana.

CAPÍTULO 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo o reconhecimento da paisagem cultural em sítios históricos rurais de imigração italiana como detentora de valor patrimonial e identidade. Foi importante então, estudar os conjuntos edificados cuja implantação, características arquitetônicas e técnicas construtivas são testemunhos de hábitos, costumes e usos característicos da área de imigração em Santa Catarina durante o século XIX e XX. Para que isto fosse possível, foram realizadas pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica contribuiu, entre outros fatores, com o entendimento de como ocorreu a evolução do conceito de patrimônio cultural no âmbito da Unesco e do IPHAN em relação ao valor atribuído à paisagem. Como a categoria paisagem cultural engloba o patrimônio natural e patrimônio cultural, este em suas vertentes material e imaterial, a pesquisa bibliográfica também buscou analisar a evolução de seus conceitos no Brasil e no mundo.

O estudo sobre o patrimônio cultural de Santa Catarina analisado sob a ótica da paisagem natural e construída do imigrante italiano no sul do estado veio ao encontro dos estudos que vêm sendo realizados a mais de duas décadas pela Fundação Catarinense de Cultura e Superintendência Regional do IPHAN em Santa Catarina.

A pesquisa documental utilizou, entre outras fontes, o estudo desenvolvido pela FCC o qual forneceu embasamento para a leitura da paisagem cultural e leitura das características da paisagem rural. Estes critérios nortearam o estudo de caso, focado na arquitetura e na paisagem rural da imigração italiana. Com a pesquisa a sites da comunidade de Erto e Casso, no norte da Itália, foi possível estudar como era a arquitetura produzida pelos imigrantes que vieram para o sul do estado e seus desdobramentos na nova realidade encontrada.

Quanto à pesquisa de campo, em relação aos procedimentos de coleta os dados por meio da observação da paisagem foi possível identificar as características típicas dos núcleos rurais descritos no estudo de caso e as transformações pelas quais a paisagem vem passando.

As visitas exploratórias contribuíram para a identificação das propriedades rurais de características da imigração italiana, que também utilizou como base as análises advindas do estudo de caso. A seleção das propriedades com tais características apontou que as técnicas construtivas empregadas nos sítios agenciados pelos imigrantes são mais diversificadas do que as que receberam proteção em nível estadual. Acredita-se que não somente os exemplares em pedra devam receber proteção uma vez que mantêm um vínculo direto com o país de origem, mas também as técnicas construtivas que expressam verdadeiramente a adaptação do imigrante ao novo meio, como os exemplares de mistos de pedra e madeira e tijolos de barro.

A pesquisa documental também contribuiu para a criação da ficha de inventário utilizada nesta pesquisa, feita por meio da compilação de critério de fichas de inventário existentes. Desta maneira foi possível criar uma ficha que analisa as transformações ocorridas no uso do solo e na produção agrícola no sítio histórico rural. Foram apontadas as intervenções mais freqüentes nas edificações, o sistema de pontuação relativo ao estado de conservação mas, principalmente, o abandono total ou parcial da produção rural ocorrida ao longo do tempo. Após a obtenção dos dados, descrição e análise pelos procedimentos de coletas utilizados foi feita a divisão em categorias dos dados que se relacionam utilizando a ferramenta DAFO, baseados na presença ou ausência de qualidade ou característica comuns.

Quanto aos resultados obtidos foram identificadas como principais diretrizes para preservação dos sítios históricos rurais estão relacionados à paisagem e produção agrícola aliado à oferta turística controlada. Entre categorias identificadas estão: a preservação e valorização do patrimônio imaterial e programas de educação patrimonial; a preservação e valorização da paisagem e do meio ambiente; a preservação e valorização do patrimônio cultural rural e a promoção do desenvolvimento de condições favoráveis à manutenção do emprego.

De forma geral, os problemas constatados durante a pesquisa de campo relacionam-se com a perda da produção agrícola dos sítios históricos rurais da imigração, abandono da produção agrícola e atividades tradicionais que provocaram mudanças na paisagem. A produção agrícola é dinâmica, o que provoca mudanças constantes na paisagem como, por exemplo, a variação de cores e texturas conforme as épocas de plantio e colheita como ocorrem com o trigo, o fumo, entre outros. A variação de colorações e cultivos são a marca do produtor rural da imigração italiana, cuja economia era baseada na policultura de subsistência e trabalho livre.

O processo de transformação da paisagem e o significado dessa mudança para a comunidade devem servir de base para a definição de uma forma apropriada de desenvolvimento futuro. As habilidades tradicionais acabaram ficando na memória de poucas pessoas. A paisagem deixada pelo imigrante é elemento revelador da produção agrícola e do modo de obter a produção, das mudanças ocorridas nas épocas históricas sobre as terras, sobre as culturas, sobre o trabalho, sobre a propriedade e sobre a paisagem natural da nova realidade encontrada no país.



Figura 62: Propriedade de Sérgio Maestrelli, localidade de Rio Carvão, Urussanga. Fonte: Luca, 2006.

A categoria paisagem cultural defendida pela Unesco pode ser aplicada em nível regional e local às que representam ‘as obras conjugadas do homem e da natureza’ de qualquer grupo humano e não apenas às paisagens de valor excepcional. A paisagem é dinâmica e seus elementos se transformam pela ação das forças naturais e culturais em sua dimensão material e imaterial, por meio da marca da cultura dos povos sobre o território que ocuparam. Desta maneira, o foco de preservação passa a ser o indivíduo e não propriamente a paisagem, uma vez que seu valor não está presente apenas a ‘beleza cênica’. A permanência do homem no meio rural garante a manutenção do patrimônio arquitetônico e a paisagem cultural em sítios históricos rurais de imigração italiana, pois é ele, o homem, o principal elemento a atribuir valor à paisagem.

RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

O presente trabalho delinea uma série de caminhos a serem seguidos para futuras pesquisas. Serão listadas tanto as que complementam o trabalho já realizado, quanto as que alçam novos rumos.

1. Ampliar os estudos a respeito da imigração italiana no sul do estado pela 11ª SR do IPHAN/ SC, assim como vem sendo feito na região de imigração alemã no Vale do Itajaí;
2. Ampliar o inventário a toda região de imigração italiana no sul do estado, para que seja possível conhecer a real dimensão do patrimônio do imigrante;
3. Propor Roteiros Culturais envolvendo edificações históricas, atrativos naturais, produtores rurais, postos de vendas e atividades culturais
4. Estudar a implantação de sinalização interpretativa para valorizar as edificações históricas e pontos de interesse;
5. Criar um SIG (Sistema de Informação Geográfica) e banco dados do patrimônio cultural do imigrante italiano na região;
6. Aplicar os critérios de inventário a outras regiões de diferentes imigrações, adaptando às características específicas de cada uma delas;

CAPÍTULO 8 - REFERÊNCIAS

ADAMS, Betina. **Preservação urbana**: gestão e resgate de uma história; patrimônio de Florianópolis. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. 191p.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: **Revista do Patrimônio**. Brasília: IPHAN, 2002, n. 30. p 271 – 287.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o IPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, IBPC, 1987, n. 22, p. 82 -85.

BALDESSAR, Quinto Davide. **Imigrantes**: sua historia costumes e tradições no processo de colonização no sul do Estado de Santa Catarina. [Criciúma]: [s. n.], 1991. 276p.

BALDIN, Nelma. **Tão forte quanto a vontade, história da imigração italiana no Brasil**: os Vênetos em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 1999. p. 272: il.

BERTUZZI, Paulo Iroquez, Elementos da arquitetura da imigração italiana (121 – 154), in WEIMER, Günter. **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. 2ª ed. [por] Paulo Iroquez Bertuzzi [et. al.] Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987. 224p.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do patrimônio na UNESCO**: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003. 186p.

BRITO, Stella Regina Soares de; RIBEIRO, Osvaldo Gouveia; BOGÉA Kátia Santos e RIBEIRO, Emanuela Souza. **Inventário Nacional de Bens móveis e Integrados**: A experiência do Maranhão. São Luis: IPHAN/ 3ª SR, 2000. 78p.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em 27 fev. 2007.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em 27 fev. 2007.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em 27 fev. 2007.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de janeiro de 1967.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm. Acesso em 27 fev. 2007.

CALADO, Luís Ferreira. Política de inventário do patrimônio edificado. In: **Patrimônio edificado: novas tecnologias, inventários**. Lisboa: Angra do Heroísmo, 2002. 272p.

CANCELLIER, Olivo de Lorenzi e MAZURANA, Valdemar; Mazzucco Antonio. **Rio Maior: traços culturais e transformações de um grupo de imigrantes italianos do Sul de Santa Catarina**. Orleães: Elo, 1989. 138p.

Carta del Patrimônio Vernáculo Construído. Ratificada por la 12ª Asamblea General em México, em outubro de 1999. Disponível em http://www.international.icomos.org/charters/vernacular_sp.htm. Acesso 05 abr. 2007

CECHIN, Nilson Nicoloso. Os sobrados rurais remanescente da 4ª colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: MIRANDA, Macklaine Miletho Silva; BRUM, Nelci Fatima Denti. **As relações arquitetônicas do Rio Grande do Sul com os países do Prata**. Santa Maria: Palotti, 2002. 300p. p. 207-212

Centro Regionale di Catalogazione e Restauro dei Beni Culturali. Regione Autonoma Friula Venezia Giulia. Disponível em <http://217.12.180.10/catalogazione/search/Ricerche.aspx?TSK=A&G=5&C1=PVCCI|PVC|ERTO+E+C ASSO&Start=1>. Acesso em: 13 fev. 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975. 158p

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2001. 282 p.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. 320 p. p. 15 -21.

Convenção Européia da Paisagem. Florença, 2000. Diário da Republica nº 31 – 14 de fevereiro de 2005, pág. 1017 – 1028. Disponível em <http://www.apap.pt/.%5CANexos%5Cpaisagem1.pdf>. Acesso em 15 fev. 2007.

CURY, Isabela (org.) **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed. ver. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408 p.

Declaração de Xi'An - Sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural. Adotada em Xi'an, China, em 21 Outubro 2005. Tradução em Língua Portuguesa: ICOMOS/BRASIL, Março 2006. Disponível em <http://www.international.icomos.org/xian2005/xian-declaration-por.pdf>. Acesso em; 30 mai. 2006.

Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, Institui o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. In: **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. 320 p. 129 – 131.

Decreto-lei nº 25, de 30 de outubro de 1937, Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. 320 p. 99 – 107.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: PINI, 1990. 198p.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura e ANASTÁSIO, Martha Queiroga Amoroso. Patrimônio natural. In: **Memória e Educação**. Rio de Janeiro, IBPC, Departamento de Promoção, Paço Imperial, 1992. p. 13 – 19.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Intervenção em jardins históricos**: manual. Brasília: IPHAN, 2004. 152p.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **O Patrimônio Natural do Brasil**. Rio de Janeiro, 2004. 20p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=418>. Acesso em: 03 jul. 2007.

Diretrizes para Proteção do Patrimônio Cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais/ IEPHA - MG, junho 2006. Disponível em http://www.iepha.mg.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4&Itemid=144. Acesso em: 18 mar. 2007.

ESCARAVACO, Arnaldo. **Urussanga, As imagens da História**: Da colonização à última década do século XIX . Vol. I. Urussanga: Empresa de Comunicação e Assessoria, 1984.

Ficha de Inventario del Paisaje Cultural. In: **El Patrimonio Intangible y Otros Aspectos Relativos a los Itinerarios Culturales**. Pamplona: Gráficas Castuera, 2002. Disponível em: http://www.icomos-ciic.org/CIIC/fichas_esp/Paisajes_Culturales.doc. Acesso em: 17 nov. 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. ver. amp. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56 – 80.

FOWLER, Peter J. **World Heritage Cultural Landscapes: 1992 - 2002**. World Heritage Papers 6, UNESCO World Heritage Centre, 2003. 141 pag. Disponível em http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_06_en.pdf. Acesso em 25 set. 2007.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional**. Traduzido por Maurício Santana Dias. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, [S.l.], n. 23, 1994. p. 95-115.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988. 159p.

GONÇALVES, José Reginaldo S. O jogo da autenticidade: nação e patrimônio cultural do Brasil. In: **Ideólogos do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro, IBPC/SEC/PR, 1991. p. 63 – 75.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya; GUTIERREZ FILHO, Rogério. . **Arquitetura e assentamento ítalo-gaúchos (1875-1914)**. 1. ed. Passo Fundo: Ed.UPF, 2000. v. 500. 85 p.

Inventário de Bens Arquitetônicos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Departamento de Identificação e Documentação, 2002. 61 p.

Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco. Sertão de São Francisco . IPAC/ PE. Pernambuco: Líder Gráfica Editora, 1987. 282 p.

Inventário Nacional de Bens Imóveis / Sítios Urbanos Tombados - INBI/SU 2001, Manual de Preenchimento. Departamento de Identificação e Documentação, IPHAN: 2001. 179p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985. 238p.

Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716>. Acesso em: 27 fev. 2007.

Lei nº 3.924 - de 26 de julho de 1961, Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. In: **Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio**, Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. 320 p. p. 25-32.

LEMOS, Carlos A. C. **Cozinhas, etc**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Ed. Atlas, 1985. 205 p.

MARQUES, Teresa. Inventário do patrimônio cultural: a política da necessidade e a necessidade de política. In: **Patrimônio edificado: novas tecnologias, inventários**. Lisboa: Angra do Heroísmo, 2002. 272p.

McCLELLAND, Linda Flint et all. Characteristics of the rural landscape, In: **Guidelines for evaluating and documenting rural historic landscape**. U. S. Department of the Interior, National Park Service, National Register, History and Education: 1999. Disponível em <http://www.cr.nps.gov/nr/publications/bulletins/nrb30/>. Acesso em 25 set. 2006.

MOTTA, Lia. As cidades: sua valorização e proteção como documentos. In: **Memória e Educação**. Rio de Janeiro, IBPC, Departamento de Promoção, Paço Imperial, 1992. pág. 39 – 46.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos**: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec, 2005. 336p.

NUNES. Caroline P., SANTIAGO; Alina Santiago; REBOLO SQUERA, Jorge H. Turismo, espaço e paisagem – Leituras do ambiente urbano. In: Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, Florianópolis, 7^o, 2006. **Anais do Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário**. Disponível em: http://geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/cobrac_2006/077.pdf. Acesso em: 9 jul. 2007.

Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: a trajetória da salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil. Brasília: Brasília Artes Gráficas, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13236&sigla=Institucional&retorno=detalhelInstitucional>. Acesso em: 03 jul. 2007.

PARENT, Michel. O Futuro do Patrimônio Arquitetônico. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1984, n. 19, p. 112-123.

Patrimônio Cultural e Turismo em Santa Catarina. Diretoria de Patrimônio Cultural, Fundação Catarinense de Cultura. Florianópolis: mimeo, 1990.

Plano de Preservação dos Sítios Históricos Urbanos: Termo Geral de Referência. IPHAN – MinC, Brasília, 2003. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=52F259CE1F6AD627BE066CCDD5F61E4D?id=627>. Acesso em 22 ago. 2005.

PORTARIA Nº 299, DE 6 DE JULHO DE 2004. Cria o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano. Disponível em <http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=4435>. Acesso em: 14 jun. 2007.

POSENATO, Júlio. **Arquitetura italiana no Rio Grande do Sul**. Texto resumido de uma pesquisa patrocinada pela Fondazione Giovanni Agnelli, 1982. 42p.

POSENATO, Júlio. **Arquitetura italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, EST/ EDUCS, 1983. 600p.

POSENATO, Júlio. **Arquitetura italiana no Espírito Santo**. Porto Alegre, Posenato Arte & Cultura, 1997. 560p.

Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional pró-Memória. Brasília: ZEZ Programação Visual LTDA 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13129&sigla=Institucional&retorno=detalhelInstitucional>. Acesso em 03 jul. 2007.

Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005. 226p.

RÖSSLER, Mechtild. Linking Nature and Culture: World Heritage Cultural Landscapes. In: **Cultural Landscapes: the Challenges of Conservation**. World Heritage Papers 7. UNESCO World Heritage Center, 2003. 192 p. p. 10 - 15. Disponível em http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_07_en.pdf. Acesso em: 25. set. 2006.

Roteiros Culturais Sul. Arquivo da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura. mimeo, sem data.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.46-55.

SAUER, Carl O. A Morfologia da paisagem. In: CORRÊA e ROSENDAHL (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12 – 74.

SILVA, Álvaro Costa e. Um breve histórico do patrimônio. In: **Memória e Educação.** Rio de Janeiro, IBPC, Departamento de Promoção, Paço Imperial, 1992. pág. 23 – 29.

SILVA, Edna Lúcia da e MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação** – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

SILVA, Fernando Fernandes da. Mário e o Patrimônio um anteprojeto ainda atual. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, 2002, n. 30, p. 129 – 137.

SIMON, Lílian Mendonça; Universidade Federal de Santa Catarina. **Documentação e monitoramento de sítios urbanos históricos com apoio do cadastro técnico multifinalitário e da fotogrametria digital.** Estudo de caso: Laguna. Florianópolis, 2000. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil.

SPHAN. **Revista Sphan/ Pró Memória.** Brasília: MEC/SPHAN/PróMemória. v. 0, 1979.

SPHAN. **Revista Sphan/ Pró Memória.** Brasília: MEC/SPHAN/PróMemória. v. 26. 1983.

TELLES, Augusto C. da Silva. Centros Históricos: Notas sobre a Política Brasileira de Preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, 1984, n. 19, p. 29-32.

Textos Técnicos da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura, sem data, mimeo.

TOLEDO, Benedito Lima de. Bem Cultural e Identidade Cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, 1984, n. 20, p. 29-32.

UNESCO/ World Heritage Conventions. **World Heritage List**. Disponível em whc.unesco.org. Acesso em 23 mar. 2007.

VETTORETTI, Amádio. A colonização italiana nos vales do Tubarão e de Urussanga e a colônia Grão-Pará. In: Piazza, Walter. **Italianos em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 2001.

VIERIA FILHO, Dalmo. Mapeamento Cultural – Região Sul de Santa Catarina. Escritório Técnico da 10ª Diretoria Regional Sphan/ Pró-Memória. Arquivo da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura: mimeo, 1984.

WEIMER, Günter . **Arquitetura popular brasileira**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. v. 1. 332 p.

Worldwide basic inventory/register card for Cultural Landscapes. IFLA, 2006. Disponível em <http://www.icomos.org/landscapes/external9.htm>. Acesso em: 13 mar. 2007.

Yin, Robert K. **Case Study Research: design and methods**. Tradução e síntese: Prof. Ricardo Lopes Pinto
Adaptação: Prof. Gilberto de Andrade Martins. Disponível em: http://www.eac.fea.usp.br/metodologia/estudo_caso.htm. Acesso em: 25 jun. 2007.

<http://guia4rodas.abril.com.br>. Acesso em: 27 mai. 2007.

<http://ead1.unicamp.br>. Acesso em: 7 mai. 2007.

<http://www.comune.ertoecasso.pn.it>. Acesso em: 13 fev. 2007.

<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2006.

<http://www.iepha.mg.gov.br>. Acesso em 11 jun. 2006.

<http://www.ilhaverde.net>. Acesso em: 27 mai. 2007.

<http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 18 fev. 2007.

<http://www.magicoveneto.it/Belluno/Vaiont/CassoF01.htm>. Acesso em: 13 fev. 2007.

<http://www.santacatarinaturismo.com.br>. Acesso em: 7 mai. 2007.

Apêndices

Principais características da arquitetura rural da imigração italiana

Fonte: POSENATO (1982), adaptado pela autora, 2007.

paredes de pedra natural, lascadas ou talhadas, na maioria das vezes com juntas secas



Conjunto de Pedra da Família Bratti, em Nova Veneza.



Propriedade de José Carlos Contessi, localidade de Rio Deserto, em Urussanga.



Propriedade de Newton Bortolotto, localidade de Rio Salto, em Urussanga.

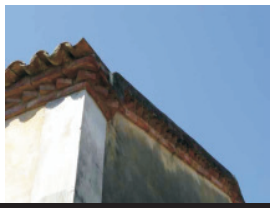


Sede da EFASCE, localidade de Rio Maior, em Urussanga.



Igreja São Gervásio e São Protásio, localidade de Rio Maior, em Urussanga.

paredes de tijolos de barro rebocados, por vezes os tijolos a vista em diagonal aparecem nas cimalkhas



Propriedade de Mário de Lorenzi Cancellier, localidade de Palmeira do Meio, em Orleans.



Propriedade de Italina Mourão Soratto, localidade de Rio América, em Urussanga.



Propriedade de Mário Romagna, Centro, em Nova Veneza.



Propriedade de Vitório Justi, localidade de Rio Salto, em Urussanga.



Propriedade de Sidário Mariot, localidade de Santaninha, em Urussanga.

paredes de tábuas rachada à cunha ou serradas à mão e mais tarde serradas em serrarias



Propriedade Bez Fontana, localidade de Rio América Baixo, em Urussanga.



Propriedade de Luiza Sander, localidade de Rio América Baixo, em Urussanga.



Propriedade de José Zanatta Neto, localidade de Rio Caeté, em Urussanga.



Propriedade de Ângelo Thomazi, localidade de Rio Caeté, em Urussanga.



Propriedade de Mário Baldessar, localidade de Rio Salto, em Urussanga.

estruturas de cobertura, barrotes e esquadrias de madeira falquejada, rachada, serradas à mão ou em serrarias



Propriedade de Nilson Benedet, localidade de Rio América Baixo, em Urussanga.



Propriedade de Hilário Mariot, Bairro Figueira, em Urussanga.



Propriedade de Silvano de Lorenzi Cancellier, localidade de Rio Maior, em Urussanga.



Propriedade de Ângelo Bonot, localidade de Rio América Baixo, em Urussanga.



Propriedade de Felix Canever, localidade de Palmeira Alta, em Orleans.

cozinhas separadas da casa, ou ligadas a ela por uma passarela coberta e instalações complementares afastadas da edificação principal;



Propriedade de Herculino Darot, localidade de Rio Caeté, em Urussanga.



Propriedade de Idalino de Lorenzi Canever, localidade de Rio Maior, em Urussanga.



Propriedade de José Gava Neto, Centro, em Nova Veneza.



Propriedade de Olga de Preza Dominelli, localidade de São Bento Alto, Nova Veneza.



Propriedade de Mário de Lorenzi Cancellier, localidade de Palmeira do Meio, em Orleans.

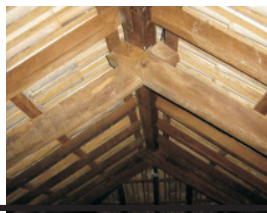
Principais características da arquitetura rural da imigração italiana

Fonte: POSENATO (1982), adaptado pela autora, 2007.

grande riqueza de soluções para estruturas de cobertura, algumas de concepção técnica apurada, para tornar livre o quanto possível o espaço do sótão;



Propriedade de Ivete Casetari, Bairro Estação, em Urussanga.



Conjunto de pedra da Família Bratti, em Nova Veneza.



Propriedade Angelico Ronconi, localidade de Rio Salto, em Urussanga.



Propriedade de Pedro Copetti, localidade de Rio Caeté, em Urussanga.



Propriedade de Mário de Lorenzi Cancellier, localidade de Palmeira do Meio, em Orleans.

portas contraplacadas com fresas horizontais ou diagonais ou engradadas com almofadas de desenhos variados na mesma porta



Propriedade Ducleina Guollo Bez Birolo, localidade de Rio Caeté, em Urussanga.



Sobrado Mazzucco, localidade de Rio Maior, em Urussanga.



Propriedade de Luiza Sander, localidade de Rio América Baixo, em Urussanga.



Propriedade de Sidário Mariot, localidade de Santaninha, em Urussanga.

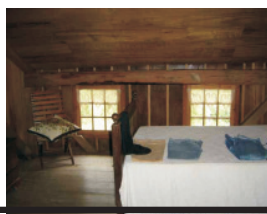


Propriedade de Vitório Justi, localidade de Rio Salto, em Urussanga.

sótãos com pequenas aberturas



Propriedade de Rui Cittadin, localidade de Rio América Baixo em Urussanga.



Propriedade Bez Fontana, localidade de Rio América Baixo, em Urussanga.



Propriedade Italiana Mourão Soratto, localidade de Rio América, em Urussanga.



Propriedade de Silvano de Lorenzi Cancellier, localidade de Rio Maior, em Urussanga.



Sede da EFASCE, localidade de Rio Maior, em Urussanga.

janelas sem vidros com taipa de madeira afixados a marcos de madeira



Propriedade Sidário Mariot, localidade de Santaninha, em Urussanga.



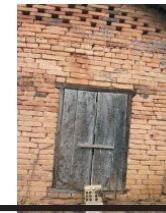
Propriedade de Américo Ronconi, localidade de Rio Salto, em Urussanga.



Propriedade de Mário Baldessar, localidade de Rio Salto, em Urussanga.

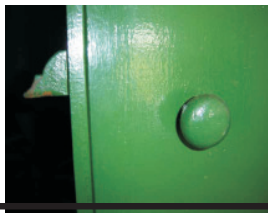


Propriedade de José Carlos Contesti, localidade de Rio Deserto, em Urussanga.

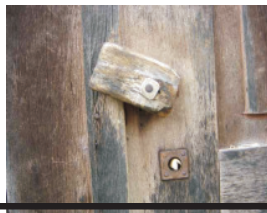


Propriedade de Herculino Darot, localidade de Rio Caeté, em Urussanga.

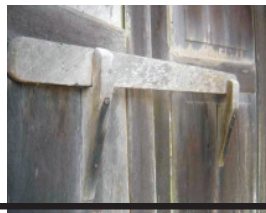
simplicidade expressiva no artesanato de ferro e madeira, com destaque para as dobradiças



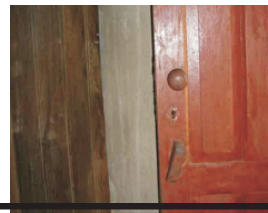
Propriedade de Lívia Macari Maestrelli, localidade de Rio América Baixo, Urussanga.



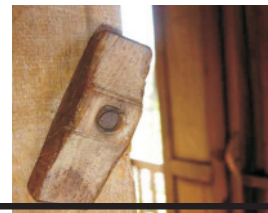
Propriedade de Luiza Sander, localidade de Rio América Baixo, em Urussanga.



Propriedade de Américo Ronconi, localidade de Rio Salto, em Urussanga.



Propriedade de Mário de Lorenzi Cancellier, localidade de Palmeira do Meio, em Orleans.



Propriedade de Maria Adelaide Frol Mazzucco, localidade de Rio Maior, em

Principais características da arquitetura rural da imigração italiana

Fonte: POSENATO (1982), adaptado pela autora, 2007.

bandeiras vazadas nas portas principais



Propriedade de Ivanir Cancellier, localidade de Rio Maior, em Urussanga.



Propriedade de Olga de Preza Dominelli, localidade de São Bento Alto, Nova Veneza.



Propriedade de Leodenir Amboni, localidade de São Bento Alto, Nova Veneza.



Conjunto Estação de Trem e Casa do Agente, Bairro Estação, em Urussanga.



Sede da EFASCE, localidade de Rio Maior, em Urussanga.

cantina escavada com entrada lateral ou posterior a fachada lateral



Propriedade de Francisco de Assis Ceron, localidade de Rio Carvão, em Urussanga.



Propriedade de Américo Ronconi, localidade de Rio Carvão, em Urussanga.



Propriedade de José Zanatta Neto, localidade de Rio Caeté, em Urussanga.



Propriedade de Sidário Mariot, localidade de Santaninha, em Urussanga.



Propriedade de Sérgio Maestrelli, localidade de Rio Carvão, em Urussanga.

aberturas gradeadas ou treliçadas nas cantinas



Propriedade de Hilário Mariot, Bairro Figueira, em Urussanga.



Propriedade de Sérgio Maestrelli, localidade de Rio Carvão, em Urussanga.



Propriedade de Zelma Mariot, localidade de Rio Salto, em Urussanga.



Propriedade de Angélico Ronconi, localidade de Rio Salto, em Urussanga.



Propriedade de Maria Adelaide Frol Mazzucco, localidade de Rio Maior, Urussanga.

ritmo das aberturas



Propriedade de Livia Macari Maestrelli, localidade de Rio América Baixo, Urussanga.



Albino Trevisol, localidade de Rio Caeté, em Urussanga.



Propriedade de Ivete Casetari, Bairro Estação, em Urussanga.



Propriedade de Pedro Collodel, localidade de São Pedro, em Urussanga.

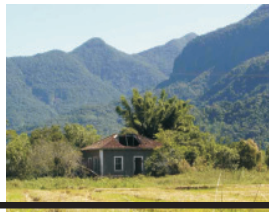


Propriedade Italiana Mourão Soratto, localidade de Rio América, em Urussanga.

bela implantação na paisagem



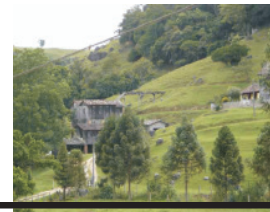
Sobrado Bocardo, localidade de Rio Maior, em Urussanga.



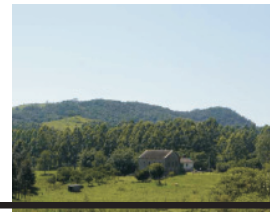
Propriedade de Ademir Albônico, localidade de São Bento Alto, Nova Veneza.



Propriedade de Luiza Sander, localidade de Rio América Baixo, em Urussanga.



Propriedade da Família Bez Fontana, localidade de Rio América Baixo, Urussanga.



Propriedade de Felix Barzan, localidade de Palmeira Alta, em Orleans.

Seleção e mapeamento das edificações de interesse



Proprietário: Iris Maria de Lorenzi Cancellier
 Edificação em cantaria de pedra. Cozinha em madeira e edificação unidas por passagem coberta. Possui aberturas em madeira maciça e vergas retas. A construção atual é apenas parte da edificação original que foi derrubada em 1962 e possuía planta tradicional com corredor central. A cozinha original também em cantaria de pedra caiu. Sofreu reforma em 2006.
 Construída em: 1890

01



Proprietário: Teresinha Mazzucco
 Edificação centenária em cantaria de pedra. Apresenta duas peças de chão batido com varanda lateral. Esquadria de madeira maciça falquejada em vergas retas. Possui alguns vãos sem esquadrias e vãos fechados por tijolos comuns. Sofreu uma reforma em 2006 onde foi reconstruída a cobertura. Atualmente funciona como garagem e depósito de lenha.
 Construída em: não soube informar

02



Proprietário: não identificado
 Antiga feccularia (fábrica de farinha de mandioca e polvilho) de Vitorio Mazzucco. Nesta edificação funcionou a primeira atafona (engenho de moer grãos) da localidade. Construída por Antonio Canever, pertencia a um gupo de sócios: João, Francisco, Félice, Olivo e Gaetano Cancellier, Antônio Frol, Bernardo Dinon, Agostinho Bocardo, João Antônio, Francisco Canever, Bernardo Mazzucco Bianco e Giacomo Manarin.
 Construída em: sem identificação.

03



Proprietário: Idalino de Lorenzi Canever
 Edificação em madeira com planta tradicional de corredor central e cantina semi escavada no lote. Possui uma pequena varanda na entrada. Cobertura em duas águas com telhas capanal e cimento lateral. Cozinha em alvenaria, com pequena varanda frontal.
 Construída em: 1925

04

caminho para Rio Molia
 caminho para Orleans



Tombada em nível estadual

Proprietário: Antoninho Bocardo
 Possui planta retangular e cobertura em duas águas com cimilhas de tijolos em diagonal, apresentando cunhais na fachada principal e lambrequim nos beirais. Sofreu reformas mas mantém a planta retangular original com algumas adaptações. Sequência de abertura de vergas retas e esquadrias em madeira maciça almofadada.
 Construída em: 1921

05



Tombada em nível estadual

Proprietário: Mitra Diocesana.
 A Igreja São Gervásio e São Protásio constitui-se em um importantíssimo exemplar da arquitetura religiosa em cantaria de pedra, único representante em seu gênero no estado. Possui planta simplificada com campanário isolado. As portas possuem requadros de pedra e verga reta, com folhas almofadadas. As esquadrias laterais são de madeira com bandeira fixa e vidros coloridos. O frontão rebocado e pintado de branco possui óculo central e pináculos de pedra de marcação de seus vértices.
 Construída em: 1912.

06



Proprietário: não identificado
 Nesta edificação funcionou uma ferraria e uma marcenaria movidas à roda d'água.
 Construída em: 1927

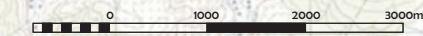
07

Legenda:

- SC446, construída em 1978
- antigo caminho dos imigrantes

caminho para Linha Rio Maior
 caminho para Urussanga - centro

caminho para Pindotiba
 caminho para Azambuja/ Pedras Grandes



fonte: www.ibge.gov.br, adaptado pela autora, 2007

Seleção e mapeamento das edificações de interesse

08

Proprietário: Maria Adelaide Frol Mazzucco
Edificação térrea em madeira. Cobertura em duas águas com empenas laterais e telhas capa-canal. Esquadrias em madeira falquejada de verga reta. Cantina desativada semi escavada com pilares em pedra e barroamento em madeira falquejada que hoje funciona como garagem. Sofreu acréscimo de um banheiro de alvenaria na fachada dos fundos. Nota-se as ruínas da antiga cozinha separada da edificação principal, pegou fogo.
Construída em: 1912



09

Proprietário: Ivanir Cancelier
Edificação rural térrea com sótã, em alvenaria rebocada sobre base de pedra aparente. Possui cobertura em duas águas e beiral com cimalha. Cantaria de pedra arenito nos requadros das aberturas externas, salientando a singular portada em cantaria de pedra com verga reta e sobrecarga triangular com fecho tradicional. Planta tradicional com circulação central. Há 4 anos foi feita uma reforma na cozinha situada nos fundos da edificação.
Construída em: 1909



Tombada em nível estadual

10



Proprietário: Silvano de Lorenzi Cancelier
Edificação térrea em madeira com varanda e sótão. Cobertura em duas águas com telhas do tipo capa e canal e presença de lambrequim no beiral. Aberturas em vergas retas. Cantina desativada no porão em cantaria de pedra e barrotes de madeira falquejada. Passou por uma reforma há 7 anos, na qual a varanda dos fundos foi fechada e transformada em cozinha.
Construída em: 1919



Tombada em nível estadual

Proprietário: EFASCE
Edificação térrea com sótão. Apresenta planta retangular dividida em duas metades por uma parede de pedra, separando a residência composta de dormitórios e sala-cozinha da ferraria, carpintaria e depósito de vinho. Construída em alvenaria de pedra aparente rebocada no interior. Possui cobertura em duas águas e cimalha em cantaria de pedra. Aberturas com requadro de madeira, vergas retas e fechamento em folhas de madeira.
Construída em: 1912

caminho para Rio Molia

caminho para Orleans



Tombada em nível estadual

Proprietário: Rômulo Mazzucco
A casa de dois pavimentos foi construída em duas etapas: a primeira, no final do século XIX, para abrigar a atividade de comércio no pavimento térreo e residencial no superior e a segunda, construída por volta de 1922, servia para fins residenciais. Trata-se de uma edificação bastante austera onde destaca-se o trabalho das cimalthas e os requadros das aberturas que na parte mais nova são de argamassa, na mais antiga são de madeira. Nas empenas laterais apresenta lambrequins de madeira acompanhando o beiral.
Construída em: final do século XIX e 1922

13

12

13

11

10

09

08

07

06

05

04

03

02

01

Legenda:

■ SC446, construída em 1978

■ antigo caminho dos imigrantes

12

Proprietário: não identificado
Edificação térrea em madeira. Cobertura em duas águas com empenas laterais e telhas capa-canal. Esquadrias em madeira falquejada de verga reta. Implantação em meio a um pequeno declive onde existiu uma cantina semi escavada com pilares em pedra.
Construída em: sem identificação



14



Proprietário: Lucio Jordani
Edificação térrea em madeira com sótão de pouca altura e cantina escavada no terreno. Esquadrias falquejadas também em madeira. Possui cobertura em duas águas e telha capa canal.
Construída em: aprox. 150 anos

15



Proprietário: Nei Cancelier
Edificação térrea em madeira falquejada de planta tradicional com corredor central. Possui cobertura em duas águas e telha capa canal. Aberturas em madeira com vergas retas.
Construída em: aprox. 130 anos.

caminho para Pindotiba

caminho para Azambuja/ Pedras Grandes

caminho para Linha Rio Maior


caminho para Urussanga - centro

norte

0 1000 2000 3000m

fonte: www.ibge.gov.br, adaptado pela autora, 2007

Inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana

Identificação	<p>Nome da propriedade: Sobrado Bocardo Proprietário: Antoninho de Lorenzi Bocardo Endereço: Rodovia SC 446 Km 12 Localidade: Rio Maior Município/ UF: Urussanga/ Santa Catarina Autor do projeto/ construtor: Agostinho de Lorenzi Bocardo Categoria: arquitetura civil</p>	<p>Altitude: 195m Coordenadas: 0665350/ 6849756 utm Uso original: residência Uso atual: residência/ serviço Área da propriedade: 15 hc Área da edificação: não identificada</p>
Descrição da edificação	<p>Dados históricos: Construída em 1921 pelo casal Agostinho de Lorenzi Bocardo e Lúcia Tramontim. Agostinho era mudo, então Lúcia coordenou os trabalhos. Partido & Tipologia estilístico-formal: Sobrado com planta retangular de partido tradicional característico da arquitetura rural italiana. Cobertura em duas águas e telhas do tipo capa e canal, cimalkhas de tijolos em diagonal, apresentando cunhais na fachada principal e lambrequim nos beirais. Seqüências de abertura de vergas retas de madeira maciça almofadada e entrada central, intensificada pelo uso de cores marcantes. Ainda mantém a antiga instalação do <u>alambique com chaminé</u> que se destaca na paisagem (hoje desativado). Bela implantação a beira de um gramado em um terreno de forte declividade. Sistemas construtivos: Alvenaria autoportante de tijolos maciços. Intervenções realizadas: Sofreu ampliações na <u>lateral</u> a cerca de 62 anos. <u>A cozinha nos fundos</u> da edificação foi construída há 10 anos e substituiu a antiga cozinha de madeira. O banheiro no pavimento superior foi construído há 6 anos. Apesar das alterações o sobrado mantém a planta original.</p>	 <p>Fachada principal</p>  <p>Fachada dos fundos</p>
Croqui da planta baixa	<p>Estado de preservação: (x) bom () médio () ruim</p>  <p>O croqui da planta baixa mostra o layout interno do sobrado. O pavimento superior contém uma cozinha, um banheiro (bwc), um banheiro (bwc) e um círculo (circ.). O pavimento inferior contém dois quartos, uma sala, duas despensas, duas garagens e um banheiro (bwc). Há também um croqui de uma planta baixa alternativa com quatro quartos, um círculo (circ.) e um banheiro (bwc). Um símbolo de norte está presente no canto inferior direito.</p>	 <p>Alambique desativado e chaminé</p>  <p>O croqui de localização mostra a posição do Sobrado Bocardo em relação à Rodovia SC 446. Outros pontos de referência incluem a Igreja São Gervásio e São Protássio e o Lanchonete Bocardo. Um símbolo de norte está presente no canto inferior direito.</p>
		Croqui de localização

Materiais empregados na cobertura:

- destruição total
- capa canal
- francesa
- fibrocimento
- outros

Coroamento:

- não tem
- destruição total
- cimalha
- lambrequim
- outros:

Material do coroamento:

- argamassa
- cantaria
- tijolo em diagonal
- madeira
- outros:

Material das molduras dos vãos:

- não tem
- destruição total
- argamassa
- cantaria
- madeira
- outros:

Material do guarda corpo:

- não tem
- destruição total
- madeira
- outros:

Material das esquadrias:

- destruição total
- destruição parcial
- madeira
- vidro
- ferro batido

Forro:

- não tem
- tabuado
- tabuado/ saia e camisa
- barroto aparente
- outros:

Piso:

- tábua
- lajota de barro
- cerâmica
- cimento alisado
- chão batido
- outros

Materiais de construção:

- cantaria
- alvenaria de tijolos
- madeira
- outros:

Material da fachada:

- argamassa
- cantaria
- madeira
- outros:

Existência de bens móveis:

- não tem
- imagens
- quadros
- fotos
- móveis
- objetos de iluminação
- porcelanas
- metais
- outros:

Cores predominantes na fachada:

coroamento: argamassa
 moldura dos vãos: amarelo e azul
 guarda corpo: não tem
 esquadrias (portas): azul
 esquadrias (janelas): azul
 fachada: alvenaria branca
 outros: cunhais em amarelo

Informações adicionais:



Esquadria



Coroamento e lambrequim



Escada



Fachada principal

Comprometimento da estrutura

Estrutura do telhado:

- sem acesso
 destruição total
 destruição parcial (10%)
 peças principais deterioradas por água ou ataque de térmitas
 peças secundárias deterioradas
 nenhum problema evidente

Observações:

Manto da cobertura:

- destruição total
 destruição parcial (10%)
 telhas quebradas
 telhas corridas
 emassamento incorreto
 inexistência de grampeamento
 nenhum problema evidente

Observações:

Fundações:

- rachaduras grandes no piso em contato com o solo
 rachaduras pequenas no piso em contato com o solo
 nenhum problema evidente

Observações:

Estrutura autoportante:

- destruição parcial (10%)
 grande incidência de rachaduras (50%)
 pequena incidência de rachaduras (10% a 50%)
 rachaduras localizadas (por carga concentrada)
 nenhum problema evidente

Observações:

Infiltrações:

- manchas de umidade no topo das paredes (50%)
 manchas de umidade na base das paredes do térreo (50%)
 aparecimento de eflorescência nas paredes (50%)
 infiltrações no forro (10%)
 nenhum problema evidente

Observações:

Biodegradação:

- ataque generalizado de insetos e microorganismos (50%)
 ataque parcial de insetos e microorganismos
 focos de cupins ou outras pragas na área livre
 nenhum problema evidente

Observações:

Elementos arquitetônicos

Escadas:

- não tem
 desgaste dos degraus
 sem condições de acesso (destruição parcial ou total)
 nenhum problema evidente

Observações:

Esguadrias:

- destruição total
 destruição parcial
 oxidação dos metais
 ressecamento das madeiras (50%)
 nenhum problema evidente

Observações:

Pisos:

- destruição total
 destruição parcial
 desgaste nos pisos
 nenhum problema evidente

Observações:

Forro:

- não tem
 destruição total
 destruição parcial
 ressecamento das madeiras (50%)
 nenhum problema evidente

Observações:

Características das instalações

Instalações prediais:

- sem quadro de distribuição ou quadro inadequado
 inexistência de eletrodutos ou parcialmente tubulados
 fiação com isolamento danificado (isolamento de pano, pontos de rompimento, ressecamento do isolamento de plástico)
 vazamento em tubulações de instalação hidráulica e sanitária
 nenhum problema evidente

Observações:

Existem perigos potenciais?

- sim
 não
 Descrever:

Diagnóstico

- Estrutura do telhado (O)
- Manto da cobertura (O)
- Fundações (O)
- Estrutura autoportante(O)
- Infiltrações (O)
- Biodegradação (O)
- Escadas (O)
- Esquadrias (O)
- Pisos (O)
- Forro (O)
- Instalações prediais (O)

Total da pontuação (O)

Conceito: bom (até 8 pontos) satisfatório (de 9 a 143 pontos) com problemas (acima de 143 pontos)

Características do lote

Fechamento do lote:

- () não tem
- () cerca viva
- (x) cerca de arame
- () madeira
- () pedra
- (x) outros: mata nativa

Área livre/ usos:

- (x) gramado
- (x) criação de animais
- (x) pomar
- (x) horta
- (x) jardim
- (x) outros: mata nativa

Presença de vegetação:

- (x) espécies de pequeno porte
- (x) espécies de médio porte
- (x) espécies de grande porte

O lote já foi desmembrado?

- (x) sim/ em quantos lotes? 3
- () não
- () não sabe responder

O lote já foi lembrado?

- () sim/ em quantos lotes?
- (x) não
- () não sabe responder



Poço d'água, horta e estrebaria



Sobrado, chaminé e massa vegetal



Estrebaria, chiqueiro e massa vegetal

Entorno (situação e ambiência)

Propriedade: pública () privada (x)
Acesso: irrestrito (x) restrito ()
Descrição do acesso: Propriedade situada à beira da estrada (SC 406), de fácil localização. Situa-se atrás da Lanchonete Bocado e próximo à Igreja São Gervásio e São Protásio e ACRIMA (Associação Comunitária do Rio Maior) com acesso através de estrada de chão.
Construções adjacentes: Construções novas e a lanchonete.
Descrição do sítio: Sítio natural ainda preservado. Apresenta topografia acidentada e grande massa vegetal. A propriedade é cortada pela SC 406 e nela está situado o ponto mais alto do Rio Maior de onde pode-se avistar o mar. Possibilidade de trilhas.




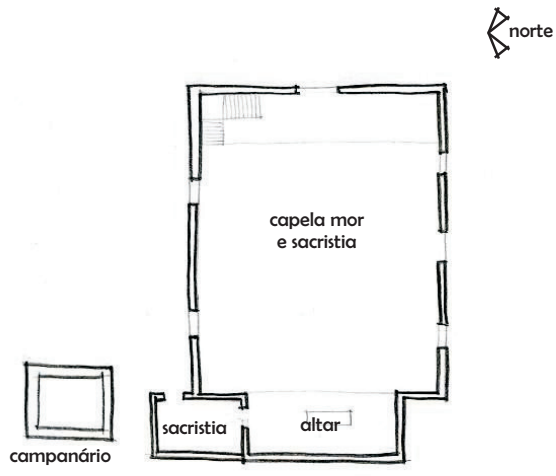
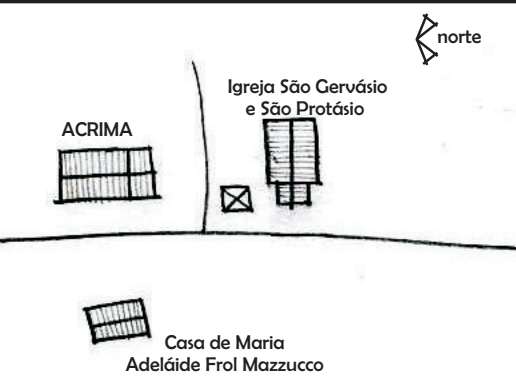
Elementos patrimoniais existentes: edificação de características da imigração italiana na área rural.

Autenticidade e integridade do sítio (uso do solo): na propriedade cultivava-se cana de açúcar para a produção de cachaça no antigo alambique. Esta atividade foi abandonada e atualmente a área serve para pastagens.

Análise do grau de integridade/ fatores de degradação/ perigos em potencial: desaparecimento da cultura tradicional.

Entorno (situação e ambiência)		
Croqui da propriedade		<p>Existente:</p> <p>Federal () Estadual (x) Municipal () Nenhuma ()</p> <p>Sugerida:</p> <p>Federal (x) Estadual () Municipal () Nenhuma ()</p> <p>Observação:</p>
Imaterial	inexistente	<p>Número de pessoas: 3 Renda: boa Nível de instrução: boa Onde trabalham (todos): aposentadoria Quanto tempo moram no local: sempre Todos trabalham no lote? não Mantem o idioma da imigração? sim</p>
Produção na propriedade	<p>Produção agrícola: inexistente</p> <p>Tipo de produção: inexistente</p> <p>Equipamentos agrícolas: inexistente</p> <p>Técnicas agrícolas: inexistente</p>	<p>A família transformou os quartos do piso superior em pousada alternativa e recebe hóspedes há 2 anos, principalmente no inverno. Acreditam que a localidade possui forte potencial turístico e que receber visitantes em sua propriedade seria uma forma das pessoas terem mais contato com a cultura do imigrante italiano.</p>
D. Técnicos	<p>Fontes de dados: Antoninho Bocardo, Gema Bocardo e Diretoria de Patrimônio Cultural da FCC Pesquisador: Virgínia Gomes de Luca Fotos: Virgínia Gomes de Luca Data: 15/01/2007</p>	
		D. familiares Opinião do morador

Inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana

Identificação	<p>Nome da propriedade: Igreja São Gervásio e São Protásio Proprietário: Mitra Diocesana Endereço: Rodovia SC 446 Km Localidade: Rio Maior Município/ UF: Urussanga/ Santa Catarina Autor do projeto/ construtor: Francesco de Lorenzi Categoria: arquitetura religiosa</p>	<p>Altitude: 207m Coordenadas: 0665366/ 6849939utm Uso original: religioso Uso atual: religioso Área da propriedade: - Área da edificação: 175m²</p>
Descrição da edificação	<p>Dados históricos: A construção foi concluída em 1912. Foi erguida pelos primeiros colonizadores da localidade, cujos trabalhos foram dirigidos por Francesco de Lorenzi Cancellier, em terreno doado por Antônio de Lorenzi Frol. Localiza-se no mesmo local da primeira igreja de madeira, construída pelos imigrantes em 1888.</p> <p>Partido & Tipologia estilístico-formal: Partido simplificado com capela mor e nave principal de pequena profundidade separados por arco cruzeiro. Fachada principal com porta central e verga reta e sobre esta um arco. Possui também porta lateral, ambas de madeira maciça com folhas almofadadas e requadros de pedra. Janelas laterais em arcos pleno com esquadria de madeira e bandeira fixa e vidros coloridos. O frontão rebocado pintado de branco possui óculo central e pináculos de pedra de marcação dos seus vértices. Cobertura em duas águas de telha de zinco. Cunhais e cimalkhas em pedra. O campanário atual, substitui o primeiro também construído em madeira e foi erguido em 1940.</p> <p>Sistemas construtivos: cantaria de pedra aparente Intervenções realizadas: Sacristia construída em 1921. Foi restaurada em 1986, pela Fundação Catarinense de Cultura.</p>	 <p>Fachada fundos</p>  <p>Fachada principal</p>  <p>Fachada lateral</p>
Croqui da planta baixa	<p>Estado de preservação: (x) bom () médio () ruim</p>  <p>croqui da planta baixa da igreja, mostrando: capela mor e sacristia, sacristia, altar, campanário. Inclui uma seta apontando para o norte.</p>	 <p>croqui de localização, mostrando: ACRIMA, Igreja São Gervásio e São Protásio, Casa de Maria Adeláide Frol Mazzucco. Inclui uma seta apontando para o norte.</p>
		Croqui de localização

Materiais empregados na cobertura:

- destruição total
- capa canal
- francesa
- fibrocimento
- outros: alumínio

Coroamento:

- não tem
- destruição total
- cimalha
- lambrequim
- outros:

Material do coroamento:

- argamassa
- cantaria
- tijolo em diagonal
- madeira
- outros:

Material das molduras dos vãos:

- não tem
- destruição total
- argamassa
- cantaria
- madeira
- outros:

Material do guarda corpo:

- não tem
- destruição total
- madeira
- outros:

Material das esquadrias:

- destruição total
- destruição parcial
- madeira
- vidro
- ferro batido

Forro:

- não tem
- tabuado
- tabuado/ saia e camisa
- barrote aparente
- outros:

Piso:

- tábuas
- lajota de barro
- cerâmica
- cimento alisado
- chão batido
- outros: ladrilho hidráulico

Materiais de construção:

- cantaria
- alvenaria de tijolos
- madeira
- outros:

Material da fachada:

- argamassa
- cantaria
- madeira
- outros:

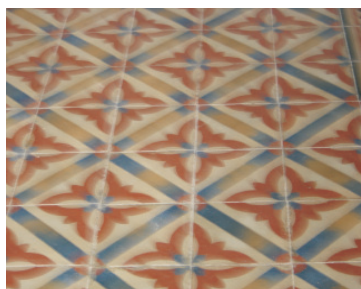
Cores predominantes na fachada:

coroamento: pedra arenito
 moldura dos vãos: pedra arenito
 guarda corpo: marrom
 esquadrias (portas): marrom, amarela e azul
 esquadrias (janelas): marrom e vidro colorido
 Fachada: pedra arenito

Existência de bens móveis:

- não tem
- imagens
- quadros
- fotos
- móveis
- objetos de iluminação
- porcelanas
- metais
- outros:

Informações adicionais:



Ladrilho hidráulico



Vista do altar



Porta



Janela

Comprometimento da estrutura

Estrutura do telhado:

- sem acesso
 destruição total
 destruição parcial (10%)
 peças principais deterioradas por água ou ataque de térmitas
 peças secundárias deterioradas
 nenhum problema evidente

Observações:

Manto da cobertura:

- destruição total
 destruição parcial (10%)
 telhas quebradas
 telhas corridas
 emassamento incorreto
 inexistência de grampeamento
 nenhum problema evidente

Observações:

Fundações:

- rachaduras grandes no piso em contato com o solo
 rachaduras pequenas no piso em contato com o solo
 nenhum problema evidente

Observações:

Estrutura autoportante:

- destruição parcial (10%)
 grande incidência de rachaduras (50%)
 pequena incidência de rachaduras (10% a 50%)
 rachaduras localizadas (por carga concentrada)
 nenhum problema evidente

Observações:

Infiltrações:

- manchas de umidade no topo das paredes (50%)
 manchas de umidade na base das paredes do térreo (50%)
 aparecimento de eflorescência nas paredes (50%)
 infiltrações no forro (10%)
 nenhum problema evidente

Observações:

Biodegradação:

- ataque generalizado de insetos e microorganismos (50%)
 ataque parcial de insetos e microorganismos
 focos de cupins ou outras pragas na área livre
 nenhum problema evidente

Observações:

Elementos arquitetônicos

Escadas:

- não tem
 desgaste dos degraus
 sem condições de acesso (destruição parcial ou total)
 nenhum problema evidente

Observações:

Esguadrias:

- destruição total
 destruição parcial
 oxidação dos metais
 ressecamento das madeiras (50%)
 nenhum problema evidente

Observações:

Pisos:

- destruição total
 destruição parcial
 desgaste nos pisos
 nenhum problema evidente

Observações:

Forro:

- não tem
 destruição total
 destruição parcial
 ressecamento das madeiras (50%)
 nenhum problema evidente

Observações:

Características das instalações

Instalações prediais:

- sem quadro de distribuição ou quadro inadequado
 inexistência de eletrodutos ou parcialmente tubulados
 fiação com isolamento danificado (isolamento de pano, pontos de rompimento, ressecamento do isolamento de plástico)
 vazamento em tubulações de instalação hidráulica e sanitária

- nenhum problema evidente

Observações:

Existem perigos potenciais?

- sim
 não

Descrever:

Diagnóstico

- Estrutura do telhado (0)
- Manto da cobertura (0)
- Fundações (0)
- Estrutura autoportante(0)
- Infiltrações (0)
- Biodegradação (0)
- Escadas (0)
- Esquadrias (0)
- Pisos (0)
- Forro (0)
- Instalações prediais (0)



Vista do coreto



Campanario

Total da pontuação (0)

Conceito: bom (até 8 pontos) satisfatório (de 9 a 143 pontos) com problemas (acima de 143 pontos)

Características do lote

Fechamento do lote:

- não tem
- cerca viva
- cerca de arame
- madeira
- pedra
- outros:

Área livre/ usos:

- gramado
- criação de animais
- pomar
- horta
- jardim
- outros:

Presença de vegetação:

- espécies de pequeno porte
- espécies de médio porte
- espécies de grande porte

O lote já foi desmembrado?

- sim/ em quantos lotes?
- não
- não sabe responder

O lote já foi lembrado?

- sim/ em quantos lotes?
- não Lote doado
- não sabe responder



Antiga estrada



Lateral do lote



Fachada frontal e lateral

Entorno (situação e ambiência)

Propriedade: pública (x) privada ()
Acesso: irrestrito (x) restrito ()
Descrição do acesso: edificação de fundos para a SC446, pois está construída de frente para a antiga estrada. Seu acesso ocorre por ambas.
Construções adjacentes: edificação de destaque na paisagem, possuindo em seu entorno algumas edificações de uso residencial e ACRIMA (Associação Comunitária do Rio Maior).
Descrição do sítio: implantação no alto de uma colina, com lateral marcada por palmeiras que conferem destaque a edificação.

Elementos patrimoniais existentes: importante exemplar da arquitetura religiosa em cantaria de pedra, único representante no estado.

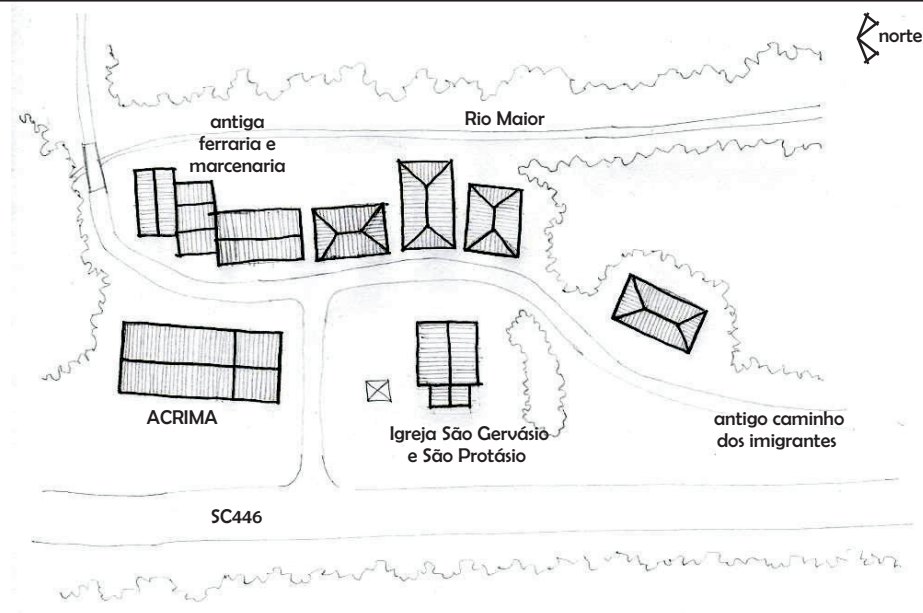
Autenticidade e integridade do sítio (uso do solo): o sítio mantém suas características originais.

Análise do grau de integridade/ fatores de degradação/ perigos em potencial: nenhum risco em potencial.

Entorno (situação e ambiência)



Croqui da propriedade



Existentes:
 Federal ()
 Estadual (x)
 Municipal ()
 Nenhuma ()

Sugerida:
 Federal (x)
 Estadual ()
 Municipal ()
 Nenhuma ()

Observação:

Proteção

Imaterial

Festa em honra aos padroeiros São Gervásio e Protásio e Festa de São João do Rio Maior

Número de pessoas: -
Renda: -
Nível de instrução: -
Onde trabalham (todos): -
Quanto tempo moram no local: -
Todos trabalham no lote? -

D. familiares

Produção na propriedade

Produção agrícola: inexistente
Tipo de produção: inexistente
Equipamentos agrícolas: inexistente
Técnicas agrícolas:



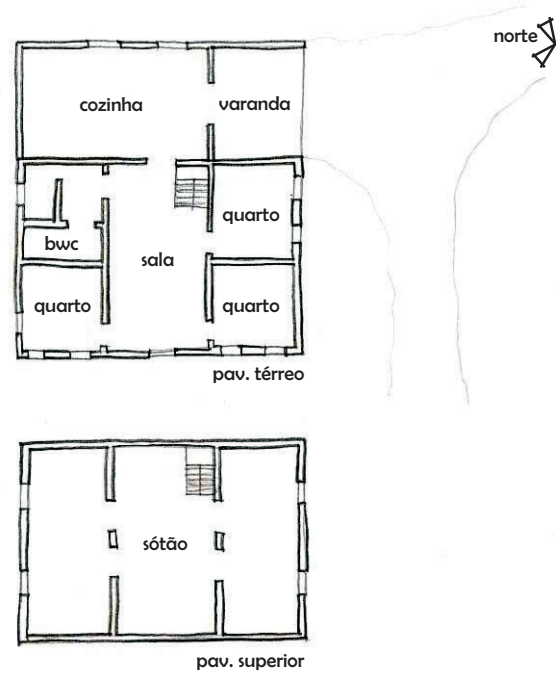

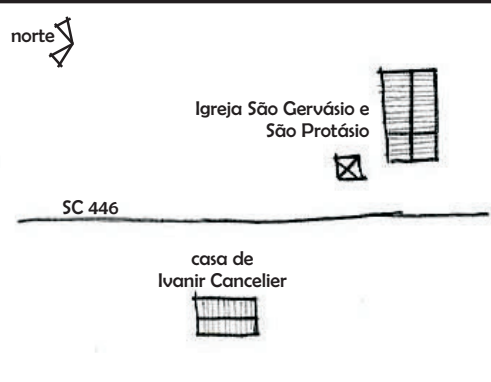
Em conversa com os moradores, é possível perceber o orgulho que eles sentem por ter na comunidade um exemplar de tamanha representatividade da colonização italiana.

Opinião do morador

D. Técnicos

Fontes de dados: moradores da localidade e Diterotra do Patrimônio da FCC
Pesquisador: Virgínia Gomes de Luca
Fotos: Virgínia Gomes de Luca
Data: 17/01/2007

Inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana

Identificação	<p>Nome da propriedade: Ivanir Cancellier Proprietário: Ivanir Cancellier Endereço: Rodovia SC 446 Km 12 Localidade: Rio Maior Município/ UF: Urussanga/ Santa Catarina Autor do projeto/ construtor: Guerino Cancellier Categoria: arquitetura civil</p>	<p>Altitude: 207m Coordenadas: 0665399/ 6844939utm Uso original: residencial Uso atual: residencial Área da propriedade: 22 hc Área da edificação: 310m²</p>	
Descrição da edificação	<p>Dados históricos: Construída há quase 100 anos (1909). O primeiro proprietário foi Feliche de Lorenzi Cancellier. Partido & Tipologia estilístico-formal: Edificação rural térrea com sótão. Planta simétrica característica das residências rurais da região, com estar central por onde se dá a circulação e distribuição para a cozinha, sala de jantar, depósito e acesso ao sótão. Paredes de alvenaria de tijolos rebocados sobre base de pedra aparente. Cobertura em duas águas com cumeeira paralela a fachada principal e beiral com cimalha de tijolos. Cantaria de pedra arenito nos requadros das aberturas de madeira maciça. Entrada principal elevada do solo, com acesso por escadaria de pedra, salientando a singular portada em cantaria de pedra com verga reta e sobrecarga triangular com fecho tradicional. Ritmo nas aberturas. Sistemas construtivos: alvenaria autoportante de tijolos maciços. Intervenções realizadas: Há 4 anos foi feita uma reforma na cozinha, situada nos fundos da edificação. Em um dos dormitórios do pavimento térreo foi construído um banheiro.</p>		<p>Vista geral da edificação</p>
	<p>Estado de preservação: (x) bom () médio () ruim</p>		<p>Fachadas frontal e lateral</p>
Croqui da planta baixa			<p>Portada em cantaria de pedra</p>
			Croqui de localização

Materiais empregados na cobertura:

- destruição total
- capa canal
- francesa
- fibrocimento
- outros

Coroamento:

- não tem
- destruição total
- cimalha
- lambrequim
- outros:

Material do coroamento:

- argamassa
- cantaria
- tijolo em diagonal
- madeira
- outros: tijolos paralelos

Material das molduras dos vãos:

- não tem
- destruição total
- argamassa
- cantaria
- madeira
- outros:

Material do guarda corpo:

- não tem
- destruição total
- madeira
- outros:

Material das esquadrias:

- destruição total
- destruição parcial
- madeira
- vidro
- ferro batido

Forro:

- não tem
- tabuado
- tabuado/ saia e camisa
- barrote aparente
- outros:

Piso:

- tábuas
- lajota de barro
- cerâmica
- cimento alisado
- chão batido
- outros

Materiais de construção:

- cantaria
- alvenaria de tijolos
- madeira
- outros:

Material da fachada:

- argamassa
- cantaria
- madeira
- outros:

Cores predominantes na fachada:

coroamento: tijolos paralelos
 moldura dos vãos: amarelo
 guarda corpo: não tem
 esquadrias (portas): madeira natural
 esquadrias (janelas): madeira natural
 fachada: bege claro
 outros:

Existência de bens móveis:

- não tem
- imagens
- quadros
- fotos
- móveis
- objetos de iluminação
- porcelanas
- metais
- outros:

Informações adicionais:



Esquadria (janela)



Coroamento e lambrequim



Sala de estar



Detalhe do forro

Comprometimento da estrutura

Estrutura do telhado:

- sem acesso
 destruição total
 destruição parcial (10%)
 peças principais deterioradas por água ou ataque de térmitas
 peças secundárias deterioradas
 nenhum problema evidente
 Observações:

Manto da cobertura:

- destruição total
 destruição parcial (10%)
 telhas quebradas
 telhas corridas
 emassamento incorreto
 inexistência de grampeamento
 nenhum problema evidente
 Observações:

Fundações:

- rachaduras grandes no piso em contato com o solo
 rachaduras pequenas no piso em contato com o solo
 nenhum problema evidente
 Observações:

Estrutura autoportante:

- destruição parcial (10%)
 grande incidência de rachaduras (50%)
 pequena incidência de rachaduras (10% a 50%)
 rachaduras localizadas (por carga concentrada)
 nenhum problema evidente
 Observações:

Infiltrações:

- manchas de umidade no topo das paredes (50%)
 manchas de umidade na base das paredes do térreo (50%)
 aparecimento de eflorescência nas paredes (50%)
 infiltrações no forro (10%)
 nenhum problema evidente
 Observações:

Biodegradação:

- ataque generalizado de insetos e microorganismos (50%)
 ataque parcial de insetos e microorganismos
 focos de cupins ou outras pragas na área livre
 nenhum problema evidente
 Observações:

Elementos arquitetônicos

Escadas:

- não tem
 desgaste dos degraus
 sem condições de acesso (destruição parcial ou total)
 nenhum problema evidente
 Observações:

Esquadrias:

- destruição total
 destruição parcial
 oxidação dos metais
 ressecamento das madeiras (50%)
 nenhum problema evidente
 Observações: algumas esquadrias do sótão apresentam desgaste nas extremidades.

Pisos:

- destruição total
 destruição parcial
 desgaste nos pisos
 nenhum problema evidente
 Observações:

Forro:

- não tem
 destruição total
 destruição parcial
 ressecamento das madeiras (50%)
 nenhum problema evidente
 Observações:

Características das instalações

Instalações prediais:

- sem quadro de distribuição ou quadro inadequado
 inexistência de eletrodutos ou parcialmente tubulados
 fiação com isolamento danificado (isolamento de pano, pontos de rompimento, ressecamento do isolamento de plástico)
 vazamento em tubulações de instalação hidráulica e sanitária
 nenhum problema evidente
 Observações:

Existem perigos potenciais?

- sim
 não
 Descrever:

Diagnóstico

- Estrutura do telhado (144)
- Manto da cobertura (0)
- Fundações (0)
- Estrutura autoportante(0)
- Infiltrações (1)
- Biodegradação (0)
- Escadas (0)
- Esquadrias (10)
- Pisos (0)
- Forro (0)
- Instalações prediais (0)



Alvenaria aparente e estrutura da esquadria



Ataque de térmitas e umidades no madeiramento da cobertura

Total da pontuação (155)

Conceito: bom (até 8 pontos) satisfatório (de 9 a 143 pontos) com problemas (acima de 143 pontos)

Características do lote

Fechamento do lote:

- não tem
- cerca viva
- cerca de arame
- madeira
- pedra
- outros:

Área livre/ usos:

- gramado
- criação de animais
- pomar
- horta
- jardim
- outros: mata nativa

Presença de vegetação:

- espécies de pequeno porte
- espécies de médio porte
- espécies de grande porte

O lote já foi desmembrado?

- sim/ em quantos lotes? 3
- não
- não sabe responder

O lote já foi lembrado?

- sim/ em quantos lotes?
- não
- não sabe responder



Pequena horta nos fundos



Acesso à edificação



Vista geral da propriedade

Entorno (situação e ambiência)

Propriedade: pública () privada (x)
Acesso: irrestrito (x) restrito ()
Descrição do acesso: Propriedade situada à beira da estrada (SC 406), de fácil localização. A edificação localiza-se próximo à Igreja São Gervásio e São Protásio. O acesso é feito através de estrada de terra na lateral.
Construções adjacentes: A edificação está livre de construções que bloqueiem suas visuais.
Descrição do sítio: Sítio natural ainda preservado. É cortado pela SC 446, apresenta topografia acidentada e grande massa vegetal. A propriedade é cortada pelo Rio Maior.




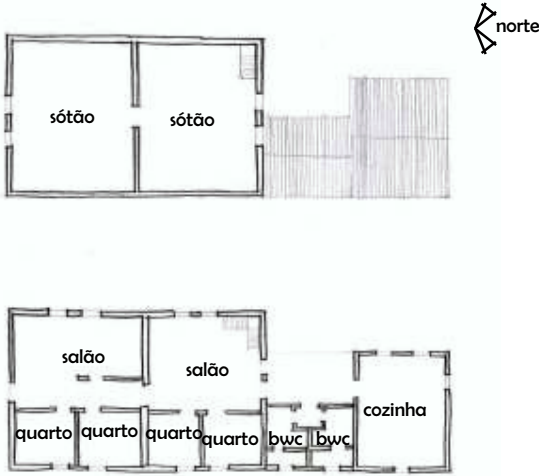
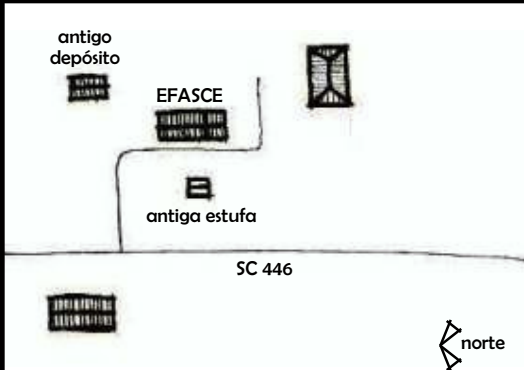
Elementos patrimoniais existentes: edificação de características da imigração italiana na área rural.

Autenticidade e integridade do sítio (uso do solo): típica propriedade rural italiana, que produzia diversas culturas. Atualmente produz feijão, fumo e milho.

Análise do grau de integridade/ fatores de degradação/ perigos em potencial: bom grau de integridade e sem perigos em potencial.

Entorno (situação e ambiência)		
Croqui da propriedade		<p>Existente:</p> <p>Federal () Estadual (x) Municipal () Nenhuma ()</p> <p>Sugerida:</p> <p>Federal (x) Estadual () Municipal () Nenhuma ()</p> <p>Observação:</p>
Imaterial	inexistente	Número de pessoas: 3 Renda: média Nível de instrução: bom Onde trabalham (todos): agricultura Quanto tempo moram no local: 50 anos Todos trabalham no lote? sim Mantem o idioma da imigração? sim
Produção na propriedade	<p>Produção agrícola: Feijão, fumo e milho.</p> <p>Tipo de produção: Consumo próprio e comercialização (fumo)</p> <p>Equipamentos agrícolas: atuais</p> <p>Técnicas agrícolas: atuais</p>	<p>O casal sabe da importância histórica da edificação e mantém com ela laços afetivos muito fortes. Gostam de onde vivem e acham a vida em Rio Maior tranqüila.</p>
D. Técnicos	<p>Fontes de dados: Ivanir Cancellier, Vilmar Mazucco Cancellier e Diretoria de Patrimônio Cultural da FCC</p> <p>Pesquisador: Virgínia Gomes de Luca</p> <p>Fotos: Virgínia Gomes de Luca</p> <p>Data: 15/01/2007</p>	
		D. familiares
		Proteção
		Opinião do morador

Inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana

Identificação	<p>Nome da propriedade: Proprietário: Endereço: Rodovia SC 446 Km xx Localidade: Rio Maior Município/ UF: Urussanga/ Santa Catarina Autor do projeto/ construtor: Categoria: arquitetura civil</p>	<p>Altitude: Coordenadas:</p> <hr/> <p>Uso original: residência/ serviço Uso atual: cultural</p> <hr/> <p>Área da propriedade: 1 hc Área da edificação: 330 m²</p>
Descrição da edificação	<p>Dados históricos: Construção iniciada em 1899 por Francisco Fiori de Lorenzi Cancellier e seu filho Augusto. Foi inaugurada em 1907. Seu primeiro proprietário foi Francisco Fiori de Lorenzi Cancellier.</p> <p>Partido: Construída em alvenaria de pedra arenito aparente externamente e interior rebocado. Edificação térrea com sótão que servia para depósito de vinho. Apresenta planta retangular dividida em duas metades por uma parede de pedra, separando a residência composta de dormitório e sala cozinha, da antiga ferraria e carpintaria. Possui cobertura em duas águas e cimalha em cantaria de pedra. Aberturas e requadros em madeira, vergas retas e fechamento em folhas de madeira maciça com bandeiras almofadadas no térreo e com venezianas no sótão.</p> <p>Sistemas construtivos: Cantina de pedra aparente e casa em madeira.</p> <p>Tipologia estilístico-formal: A Associação de Descendente Friulanos de Urussanga adquiriu o imóvel em 1999, data em que foi totalmente restaurada com recursos da Lei de Incentivo à Cultura, com ajuda da Fundação Catarinense de Cultura. A cozinha em madeira foi reconstruída conforme a original seguindo relato de antigos moradores. Foram construídos também dois banheiros para adequar a edificação ao novo uso.</p>	 <p>Fachada frontal</p>  <p>Banheiros</p>  <p>Fachada lateral e fundos</p>
	<p>Estado de preservação: (x) bom () médio () ruim</p>	
Croqui da planta baixa	 <p>croqui da planta baixa</p>  <p>croqui de localização</p>	

Características arquitetônicas

Materiais empregados na cobertura:

- destruição total
- capa canal
- francesa
- fibrocimento
- outros

Coroamento:

- não tem
- destruição total
- cimalha
- lambrequim
- outros:

Material do coroamento:

- argamassa
- cantaria
- tijolo em diagonal
- madeira
- outros:

Material das molduras dos vãos:

- não tem
- destruição total
- argamassa
- cantaria
- madeira
- outros:

Material do guarda corpo:

- não tem
- destruição total
- madeira
- outros:

Material das esquadrias:

- destruição total
- destruição parcial
- madeira
- vidro
- ferro batido

Forro:

- não tem
- tabuado
- tabuado/ saia e camisa
- barrote aparente
- outros:

Piso:

- tábua
- lajota de barro
- cerâmica
- cimento alisado
- chão batido
- outros

Materiais de construção:

- cantaria
- alvenaria de tijolos
- madeira
- outros:

Material da fachada:

- argamassa
- cantaria
- madeira
- outros:

Cores predominantes na fachada:

coroamento: cantaria de pedra
 moldura dos vãos: azul
 guarda corpo: não tem
 esquadrias (portas): azul
 esquadrias (janelas): azul
 fachada: cantaria de pedra

Existência de bens móveis:

- não tem
- imagens
- quadros
- fotos
- móveis
- objetos de iluminação
- porcelanas
- metais
- outros:

Informações adicionais:



Porta principal



Janela



Acesso ao sótão



Mobiliário

Comprometimento da estrutura

Estrutura do telhado:

- sem acesso
 destruição total
 destruição parcial (10%)
 peças principais deterioradas por água ou ataque de térmitas
 peças secundárias deterioradas
 nenhum problema evidente

Observações:

Manto da cobertura:

- destruição total
 destruição parcial (10%)
 telhas quebradas
 telhas corridas
 emassamento incorreto
 inexistência de grampeamento
 nenhum problema evidente

Observações:

Fundações:

- rachaduras grandes no piso em contato com o solo
 rachaduras pequenas no piso em contato com o solo
 nenhum problema evidente

Observações:

Estrutura autoportante:

- destruição parcial (10%)
 grande incidência de rachaduras (50%)
 pequena incidência de rachaduras (10% a 50%)
 rachaduras localizadas (por carga concentrada)
 nenhum problema evidente

Observações: possui uma rachadura na fachada lateral

Infiltrações:

- manchas de umidade no topo das paredes (50%)
 manchas de umidade na base das paredes do térreo (50%)
 aparecimento de eflorescência nas paredes (50%)
 infiltrações no forro (10%)
 nenhum problema evidente

Observações:

Biodegradação:

- ataque generalizado de insetos e microorganismos (50%)
 ataque parcial de insetos e microorganismos
 focos de cupins ou outras pragas na área livre
 nenhum problema evidente

Observações:

Elementos arquitetônicos

Escadas:

- não tem
 desgaste dos degraus
 sem condições de acesso (destruição parcial ou total)
 nenhum problema evidente

Observações:

Esguadrias:

- destruição total
 destruição parcial
 oxidação dos metais
 ressecamento das madeiras (50%)
 nenhum problema evidente

Observações:

Pisos:

- destruição total
 destruição parcial
 desgaste nos pisos
 nenhum problema evidente

Observações:

Forro:

- não tem
 destruição total
 destruição parcial
 ressecamento das madeiras (50%)
 nenhum problema evidente

Observações:

Características das instalações

Instalações prediais:

- sem quadro de distribuição ou quadro inadequado
 inexistência de eletrodutos ou parcialmente tubulados
 fiação com isolamento danificado (isolamento de pano, pontos de rompimento, ressecamento do isolamento de plástico)
 vazamento em tubulações de instalação hidráulica e sanitária
 nenhum problema evidente

Observações:

Existem perigos potenciais?

- sim
 não

Descrever:

Diagnóstico	<p>Estrutura do telhado (O) Manto da cobertura (O) Fundações (O) Estrutura autoportante(15) Infiltrações (O) Biodegradação (O) Escadas (O) Esquadrias (O) Pisos (O) Forro (O) Instalações prediais (O)</p> <p>Total da pontuação (15)</p> <p>Conceito: bom (até 8 pontos) satisfatório (de 9 a 143 pontos) com problemas (acima de 143 pontos)</p>	 <p>Esquadrias do sótão</p>	 <p>Cimalha em cantaria de pedra</p>
	Características do lote	<p>Fechamento do lote: <input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> cerca viva <input checked="" type="checkbox"/> cerca de arame <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> pedra <input type="checkbox"/> outros:</p> <p>Área livre/ usos: <input checked="" type="checkbox"/> gramado <input type="checkbox"/> criação de animais <input type="checkbox"/> pomar <input type="checkbox"/> horta <input checked="" type="checkbox"/> jardim <input type="checkbox"/> outros: mata nativa</p>	<p>Presença de vegetação: <input checked="" type="checkbox"/> espécies de pequeno porte <input checked="" type="checkbox"/> espécies de médio porte <input checked="" type="checkbox"/> espécies de grande porte</p> <p>O lote já foi desmembrado? <input checked="" type="checkbox"/> sim/ em quantos lotes? <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sabe responder</p> <p>O lote já foi lembrado? <input type="checkbox"/> sim/ em quantos lotes? <input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sabe responder</p>
<p>Propriedade: pública () privada (x) Acesso: irrestrito () restrito (x) Descrição do acesso: fácil acesso pela rodovia Sc446 por estrada de terra que cruza o lote. Construções adjacentes: está livre de edificações que obstruam suas visuais. Descrição do sítio: sítio com pequenas elevações, porém apresenta um considerável desnível lateral. Entrada marcada por plantação de palmeiras de grande porte fazendo a marcação do caminho.</p>		<p>Elementos patrimoniais existentes: edificação de características da imigração italiana na área rural.</p> <p>Autenticidade e integridade do sítio (uso do solo): cultivava algumas culturas para sustento próprio, parreiral para fabricação artesanal de vinho e plantação de fumo. Atualmente não há produção no lote.</p> <p>Análise do grau de integridade/ fatores de degradação/ perigos em potencial: desaparecimento das culturas tradicionais.</p>	




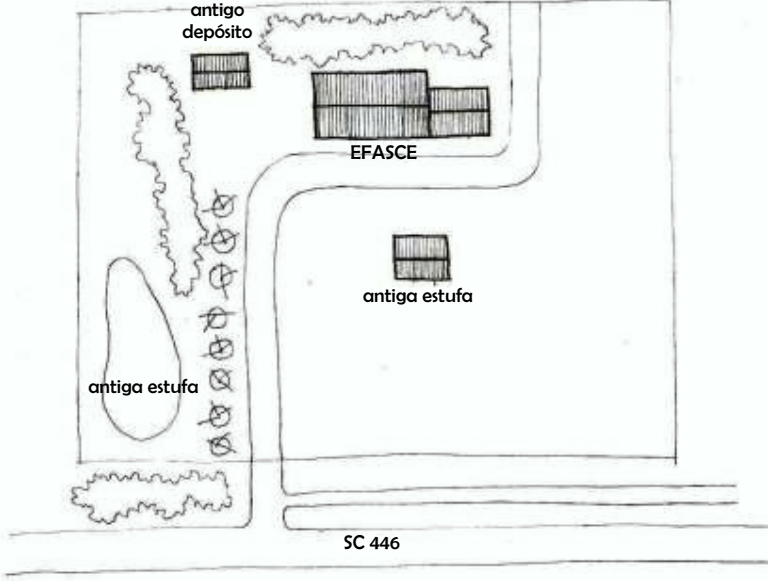
Lateral do lote






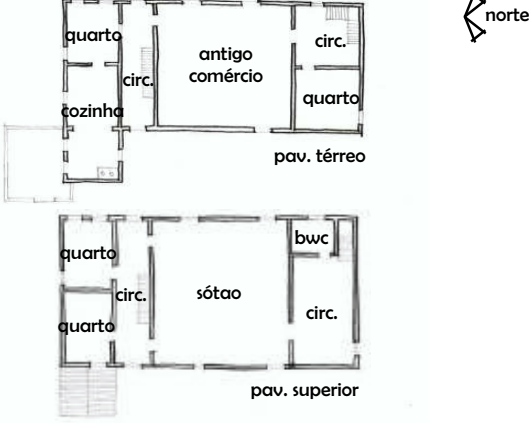
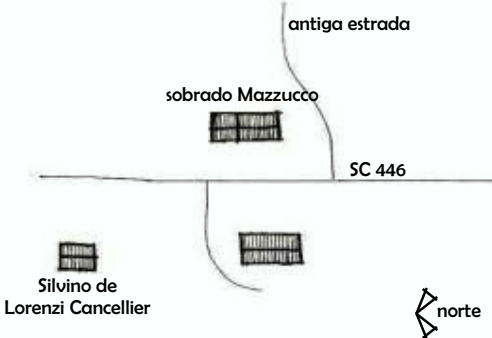
Fundos do lote



Detalhe na entrada principal

Entorno (situação e ambiência)		
Croqui da propriedade		<p>Existente:</p> <p>Federal () Estadual (x) Municipal () Nenhuma ()</p> <p>Sugerida:</p> <p>Federal (x) Estadual () Municipal () Nenhuma ()</p> <p>Observação:</p>
Imaterial	inexistente	Número de pessoas: - Renda: - Nível de instrução: - Onde trabalham (todos): - Quanto tempo moram no local: - Todos trabalham no lote? -
Produção na propriedade	Produção agrícola: inexistente Tipo de produção: inexistente Equipamentos agrícolas: inexistente Técnicas agrícolas: inexistente	
D. Técnicos	Fontes de dados: morador vizinho e Diretoria de Patrimônio Cultural da FCC Pesquisador: Virgínia Gomes de Luca Fotos: Virgínia Gomes de Luca Data: / /2006	
		D. familiares Opinião do morador

Inventário da arquitetura e da paisagem rural da imigração italiana

Identificação	<p>Nome da propriedade: Sobrado Mazzucco Proprietário: Rômulo Mazzucco Endereço: Rodovia SC 446 Km 11 Localidade: Rio Maior Município/ UF: Urussanga/ Santa Catarina Autor do projeto/ construtor: Jacinto Frassetto (Canória) Categoria: arquitetura civil e comercial</p>	<p>Altitude: 22m Coordenadas: 0665577/ 6851206utm Uso original: residência/ comércio Uso atual: residência Área da propriedade: 2 hc Área da edificação: 256m²</p>	
Descrição da edificação	<p>Dados históricos: Consta em duas etapas: a primeira no final do século XIX, em alvenaria de pedra rebocada para abrigar armazém e fábrica de banha no pavimento térreo. O piso superior era destinado ao uso residencial e também abrigava uma pequena farmácia. A segunda etapa (mais alta), foi construída em alvenaria de tijolos por volta de 1922 para fins residenciais. O primeiro proprietário foi Mariano Mazzucco. A fábrica de banha foi demolida e em 1946 o armazém foi desativado mas mantém os móveis, utensílios, balcão e prateleira encontram-se no mesmo local.</p> <p>Partido & Tipologia estilístico-formal: Relevante sobrado pela sua volumetria. A parte mais antiga de alvenaria de pedra é recoberta por telhado em duas águas com acabamento em cimalha em cantaria de pedra e lambrequins de madeira na lateral. A parte mais recente, em alvenaria de tijolos apresenta planta quadrada. Possui cimalha em cantaria de pedra na fachada frontal e de tijolos em diagonal na dos fundos com lambrequim de madeira nas laterais. Esquadrias de madeira maciça e vergas retas. As janelas possuem venezianas na parte mais antiga. É do tipo 'guilhotina' de vidro no térreo e de abrir também de vidro no piso superior na etapa mais nova e ambas possuem venezianas. Os requadros das aberturas que na parte mais nova são de argamassa, na mais antiga são de madeira.</p> <p>Sistemas construtivo: Alvenaria em cantaria de pedra e tijolos maciços, revestidos com argamassa.</p> <p>Intervenções realizadas: Foi restaurada em 1999 através de recursos da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Em 1997, sofreu uma ampliação nos fundos que funciona como cozinha. No piso superior pequena farmácia foi transformada em banheiro.</p> <p>Estado de preservação: (x) bom () médio () ruim</p>	 <p>Fachada principal</p>  <p>Fachada dos fundos</p>  <p>Antigo armazém, desativado em 1946.</p>	
Croqui da planta baixa	 <p>quarto, antigo comércio, circ., cozinha, pav. térreo, quarto, quarto, circ., sótão, bwc, circ., pav. superior</p>	 <p>antiga estrada, sobrado Mazzucco, SC 446, Silvano de Lorenzi, Cancellier</p>	Croqui de localização

Características arquitetônicas

Materiais empregados na cobertura:

- destruição total
- capa canal
- francesa
- fibrocimento
- outros

Coroamento:

- não tem
- destruição total
- cimalha
- lambrequim
- outros:

Material do coroamento:

- argamassa
- cantaria
- tijolo em diagonal
- madeira
- outros:

Material das molduras dos vãos:

- não tem
- destruição total
- argamassa
- cantaria
- madeira
- outros:

Material do guarda corpo:

- não tem
- destruição total
- madeira
- outros:

Material das esquadrias:

- destruição total
- destruição parcial
- madeira
- vidro
- ferro batido

Forro:

- não tem
- tabuado
- tabuado/ saia e camisa
- barrote aparente
- outros:

Piso:

- tábuas
- lajota de barro
- cerâmica
- cimento alisado
- chão batido
- outros

Materiais de construção:

- cantaria
- alvenaria de tijolos
- madeira
- outros:

Material da fachada:

- argamassa
- cantaria
- madeira
- outros:

Cores predominantes na fachada:

coroamento: tijolos em diagonal e cantaria
moldura dos vãos: verde
guarda corpo: não tem
esquadrias (portas): azul, amarelo e vinho
esquadrias (janelas): azul, amarelo e vinho
fachada: alvenaria branca
outros:

Existência de bens móveis:

- não tem
- imagens
- quadros
- fotos
- móveis
- objetos de iluminação
- porcelanas
- metais
- outros:

Informações adicionais:



Esquadria(janela)



Esquadria (porta)



Coroamento e lambrequim



Forro e detalhe do rodadeto

Comprometimento da estrutura

Estrutura do telhado:

- sem acesso
 destruição total
 destruição parcial (10%)
 peças principais deterioradas por água ou ataque de térmitas
 peças secundárias deterioradas
 nenhum problema evidente

Observações:

Manto da cobertura:

- destruição total
 destruição parcial (10%)
 telhas quebradas
 telhas corridas
 emassamento incorreto
 inexistência de grampeamento
 nenhum problema evidente

Observações:

Fundações:

- rachaduras grandes no piso em contato com o solo
 rachaduras pequenas no piso em contato com o solo
 nenhum problema evidente

Observações:

Estrutura autoportante:

- destruição parcial (10%)
 grande incidência de rachaduras (50%)
 pequena incidência de rachaduras (10% a 50%)
 rachaduras localizadas (por carga concentrada)
 nenhum problema evidente

Observações:

Infiltrações:

- manchas de umidade no topo das paredes (50%)
 manchas de umidade na base das paredes do térreo (50%)
 aparecimento de eflorescência nas paredes (50%)
 infiltrações no forro (10%)
 nenhum problema evidente

Observações:

Biodegradação:

- ataque generalizado de insetos e microorganismos (50%)
 ataque parcial de insetos e microorganismos
 focos de cupins ou outras pragas na área livre
 nenhum problema evidente

Observações:

Elementos arquitetônicos

Escadas:

- não tem
 desgaste dos degraus
 sem condições de acesso (destruição parcial ou total)
 nenhum problema evidente

Observações:

Esguadrias:

- destruição total
 destruição parcial
 oxidação dos metais
 ressecamento das madeiras (50%)
 nenhum problema evidente

Observações:

Pisos:

- destruição total
 destruição parcial
 desgaste nos pisos
 nenhum problema evidente

Observações:

Forro:

- não tem
 destruição total
 destruição parcial
 ressecamento das madeiras (50%)
 nenhum problema evidente

Observações:

Características das instalações

Instalações prediais:



- sem quadro de distribuição ou quadro inadequado
 inexistência de eletrodutos ou parcialmente tubulados
 fiação com isolamento danificado (isolamento de pano, pontos de rompimento, ressecamento do isolamento de plástico)
 vazamento em tubulações de instalação hidráulica e sanitária
 nenhum problema evidente

Observações:

Existem perigos potenciais?

- sim
 não

Descrever:

Diagnóstico	<p>Estrutura do telhado (O) Manto da cobertura (O) Fundações (O) Estrutura autoportante(O) Infiltrações (O) Biodegradação (O) Escadas (O) Esquadrias (O) Pisos (O) Forro (O) Instalações prediais (O)</p> <p>Total da pontuação (O)</p> <p>Conceito: bom (até 8 pontos) satisfatório (de 9 a 143 pontos) com problemas (acima de 143 pontos)</p>	 <p>Detalhe do encaixe da cobertura em madeira falquejada</p>	 <p>Madeiramento da cobertura</p>
	Características do lote	<p>Fechamento do lote: <input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> cerca viva <input checked="" type="checkbox"/> cerca de arame <input type="checkbox"/> madeira <input checked="" type="checkbox"/> pedra <input type="checkbox"/> outros:</p> <p>Área livre/ usos: <input checked="" type="checkbox"/> gramado <input type="checkbox"/> criação de animais <input type="checkbox"/> pomar <input type="checkbox"/> horta <input type="checkbox"/> jardim <input checked="" type="checkbox"/> outros: mata nativa</p>	<p>Presença de vegetação: <input checked="" type="checkbox"/> espécies de pequeno porte <input checked="" type="checkbox"/> espécies de médio porte <input checked="" type="checkbox"/> espécies de grande porte</p> <p>O lote já foi desmembrado? <input checked="" type="checkbox"/> sim/ em quantos lotes? 3 <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sabe responder</p> <p>O lote já foi lembrado? <input type="checkbox"/> sim/ em quantos lotes? <input checked="" type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não sabe responder</p>
Entorno (situação e ambiência)		<p>Propriedade: pública () privada (x) Acesso: irrestrito () restrito (x) Descrição do acesso: Propriedade situada à beira da rodovia SC 406 e de fácil localização. A edificação localiza-se de fundos para a SC, pois sua fachada e acesso principais estavam voltadas para a antiga estrada de chão. Construções adjacentes: A edificação encontra-se sobre uma pequena colina e está livre de construções que bloqueiem suas visuais. Descrição do sítio: Sítio natural ainda preservado. Apresenta topografia acidentada e grande massa vegetal. A edificação encontra-se sobre uma pequena colina que na frente corre um pequeno riacho.</p>	<p>Elementos patrimoniais existentes: edificação de características da imigração italiana na área rural.</p> <p>Autenticidade e integridade do sítio (uso do solo): a propriedade possuía fábrica de banha e cultivos de produtos de subsistência. Atualmente não há produção no lote.</p> <p>Análise do grau de integridade/ fatores de degradação/ perigos em potencial: desaparecimento das culturas tradicionais.</p>



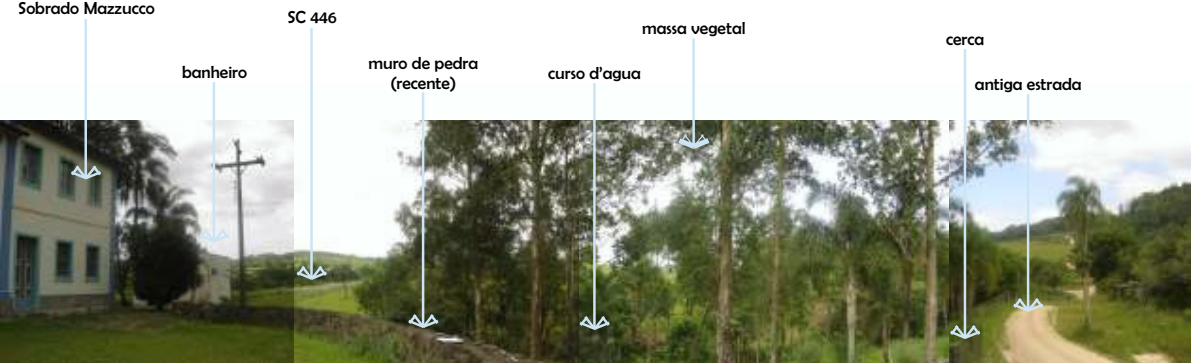
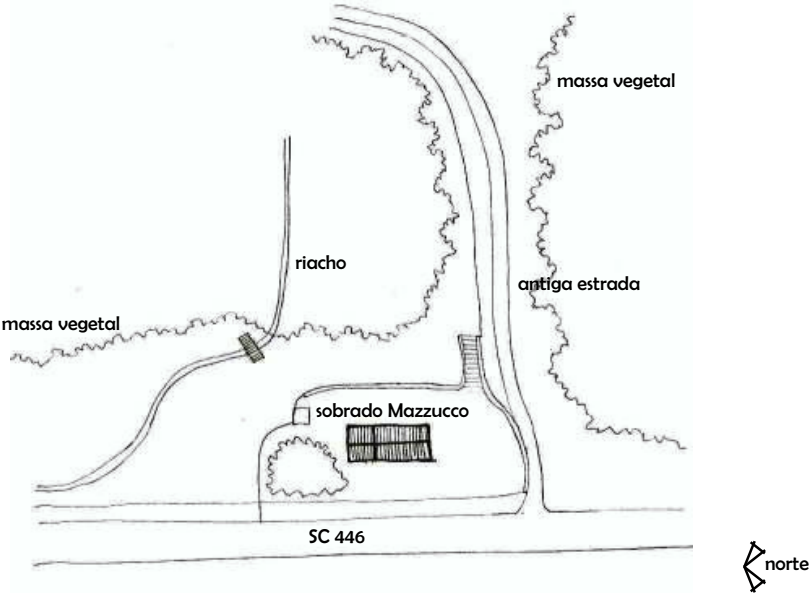
Muro de pedra e estrada antiga



Muro de pedra e massa vegetal



Lateral da propriedade e SC 446

Entorno (situação e ambiência)			
Croqui da propriedade		<p>Existente:</p> <p>Federal () Estadual (x) Municipal () Nenhuma ()</p> <p>Sugerida:</p> <p>Federal (x) Estadual () Municipal () Nenhuma ()</p> <p>Observação:</p>	
Imaterial	inexistente	<p>Número de pessoas: - Renda: - Nível de instrução: - Onde trabalham (todos): - Quanto tempo moram no local: - Todos trabalham no lote? - Mantém o idioma da imigração? -</p>	D. familiares
Produção na propriedade	<p>Produção agrícola: inexistente</p> <p>Tipo de produção: inexistente</p> <p>Equipamentos agrícolas: inexistente</p> <p>Técnicas agrícolas: inexistente</p>	<p>Proprietário não foi encontrado. Segundo relato do sr. Paulo Fabro, morador vizinho, a edificação é utilizada durante as férias a família tem interesse de transformá-la em um restaurante de comida italiana.</p>	Opinião do morador
D. Técnicos	<p>Fontes de dados: Paulo Fabro e Diretoria do Patrimônio Cultural da FCC Pesquisador: Virgínia Gomes de Luca Fotos: Virgínia Gomes de Luca Data: 16/01/2006</p>		

Anexos

Worldwide basic inventory/register card for Cultural Landscapes

Verbania, October 2006

This is a preliminary card to be revised and approved at the Norway 2007 meeting.

1. Name / location / accessibility:

- 1.1. Current denomination.
- 1.2. Original denomination.
- 1.3. Popular denomination if any.
- 1.4. Address (Country, region, province, city), phone, fax, email, web page.
- 1.5. Localization with map.
- 1.6. Geographical coordinates (latitude, longitude, altitude)
- 1.7. Area and boundaries.
- 1.8. Access and transport facilities.
- 1.9. Visits / Schedules / Entrance fees / Groups / guided tours.
- 1.10. Facilities (shop, cafeteria/restaurant, W. C., handicapped ...)
- 1.11. Events (types, dates, periodicity, maximum people accepted ...)

2. Legal Issues

- 2.1. Property regime, competent Administration , also state if public areas given to private managers.
- 2.2. Owner's complete name (private, public or enterprise):
- 2.3. Maintenance responsible.
- 2.4. Legal protection, including urban plans, etc.
- 2.5. Public or private organizations working in the site

3. Cultural landscape category / typology:

For more info, please, consult the UNESCO Operational Guidelines Addenda 3.

- 3.1. A landscape designed and created intentionally by man (park, orchard, recreational garden, plaza, square, cemetery, promenade, yard, ...)

3.1.a. garden (type)

3.1.b. parkland (type)

3.1.c. gardens related to monumental buildings and/or ensembles

Description/Details

- 3.2. Organically evolved landscapes.

3.2.a. relict (or fossil) landscape

Description / Details

3.2.b. continuing evolving landscape

Description / Details

- 3.3. Associative cultural landscape: connected with religious / cultural / natural elements (other / associations.

Description / Details

4. History:

- 4.1. Original, successive and current use:
- 4.2. Oldest initial date /building and inauguration date:
- 4.3. Original and successive owners:
- 4.4. Original and successive uses:
- 4.5. Author(s): (landscaper, architect, gardener, owner ... and his/her biography)
- 4.6. Dates of successive recycling to the original layout:
- 4.7. Historical and/or outstanding personalities involved

5. General description:

- 5.1. Environment:
 - 5.1.1. Urban / surroundings/rural/ agricultural / pleasure / archaeological/ other
 - 5.1.2. General landscape characteristics
 - 5.1.3. Environmental conditions description (temperature, climate, humidity, winds, sun incidence...)
- 5.2. Geographical characteristics: vegetation, fauna, regional topography, geology, ecosystem, environmental degradation...
- 5.3. Site topography (natural, enhanced, earth shapes, embankments)
- 5.4. In the case of gardens: original and current style.
- 5.5. Roads, paths, trails, walking/mechanical ways (design, type, pavements...)
- 5.6. Architectonical elements
- 5.7. Vegetation: (natural forests / plantations: trees, bushes, bosquets, hedges/species specifications...)
- 5.8. Water: rivers/lakes/fountains/ponds/pools/channels/watering system:
- 5.9.. Perspectives/Vistas/Views/Points of interest
- 5.10. Sculptures and art pieces
- 5.11. Illuminating system
- 5.12. Furniture
- 5.13. Orientation signs
- 5.14. Fences, limits
- 5.15. Fauna Wild/bred
- 5.16. Condition (excellent, good, fair, deteriorated, at risk, altered)

If. Category 3.2.a. (relict or fossil landscape) also add

- 5.17. Archaeological components,
- 5.18. Other man made elements
- 5.19. Ancient agricultural production traces on the natural media
- 5.20. Land uses

If Category 3.3. (associative cultural landscape) also add

- 5.21. Agricultural issues or other traditional productions and their effect on the landscape
- 5.22. Traditional productive, transportation or storage apparatus persistence
- 5.23. Domestic, industrial ensembles, energy related systems (hydraulic dam, e.g.)

6. Characteristics:

- 6.1. Tangible: setting, geographical, botanical, ecological, archaeological, ethnological, living heritage, maintenance quality, other.
- 6.2. Intangible: historical, religious, mythical, social significance, other.
- 6.3. Believing, cults, traditional rites, associative rites.
- 6.4. Population, ethnias.
- 6.5. Languages and dialects.
- 6.6. Social and economical activities.
- 6.7. Authenticity
- 6.8. Integrity
- 6.9. Universality
- 6.10. Isolated or as part of a theme road

7. Criteria of selection and valorisation

8. Enclosures:

- A. Up-to-date blueprints.
- B. Up-to-date photographs.
- C. Historic graphic data (drawings, paintings, engravings, photographs, literary items...)
- D Bibliography: (general, specific, guides...)

9. Enquirer's data:

- (Name, address, email, phone, responsibility, position, institution, professional or amateur)

10. Card fill-up date:

- Note:

We highly recommend establishing a centralized Inventory Archive whose address and responsible in charge has to appear in this final section, so everyone that fills up a card can send it to this archive and then be able to consult it



NATIONAL REGISTER BULLETIN

GUIDELINES FOR EVALUATING AND DOCUMENTING RURAL HISTORIC LANDSCAPES

[Previous](#)[Table of Contents](#)[Next](#)

U.S. Department of the Interior, National Park Service

CHARACTERISTICS OF THE RURAL LANDSCAPE

A classification system of eleven characteristics has been developed for reading a rural landscape and for understanding the natural and cultural forces that have shaped it. Landscape characteristics are the tangible evidence of the activities and habits of the people who occupied, developed, used, and shaped the land to serve human needs; they may reflect the beliefs, attitudes, traditions, and values of these people.



The first four characteristics are processes that have been instrumental in shaping the land, such as the response of farmers to fertile soils. The remaining seven are physical components that are evident on the land, such as barns or orchards. Many, but not all, rural properties contain all eleven characteristics. When historic processes are linked to existing components, the rural landscape can be viewed as a unified whole. The section "Documentation of Landscape Characteristics" shows the relationship of the eleven characteristics and the features represented by them.

Rich deposits of lime and limestone ensured the prosperity and agricultural productivity of Oley Township, Pennsylvania. In response to the natural environment, settlers farmed fertile soil, operated limekilns, and constructed homes, barns, outbuildings, and walls of native limestone. (Oley Resource Conservation Project)

This classification system is a tool for gathering and organizing information. First of all, it is used to develop historic contexts for rural areas. The processes define specific themes, such as dairy farming or Belgian settlement, that have influenced historic development. The physical components define historic features of the landscape that may be used to describe significant property types and to identify properties eligible for listing in the National Register.

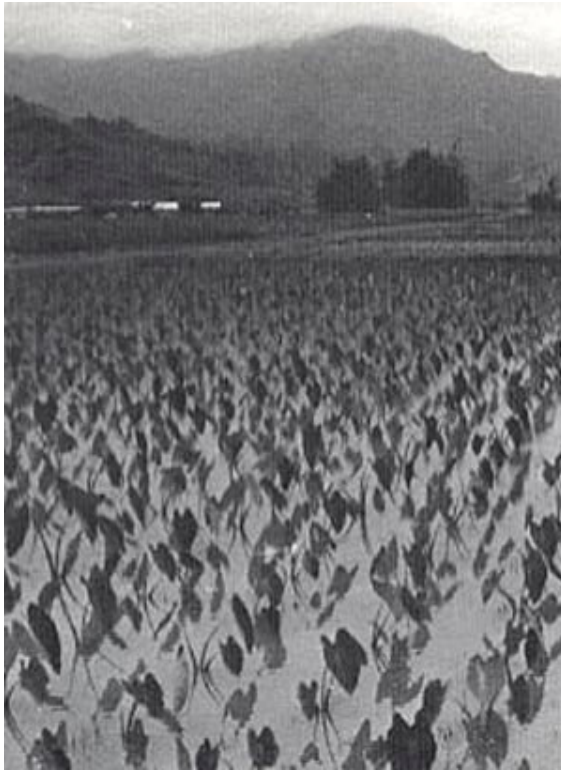
Second, the system is used to identify and evaluate the significant properties of a rural area or to determine the eligibility of a particular rural landscape. Through field survey and historic research, characteristics are associated with specific features, such as field patterns or roadways, and provide an understanding of an area or property's historic land uses and

physical evolution.

Third, as information about existing characteristics is related to the historic contexts for a geographical area, assessments of significance, integrity, and boundaries can be made for specific properties. Information is evaluated to determine whether, within a rural area or region, a large historic district or separate properties should be considered for listing in the National Register. A comparison of past and present characteristics within a single property helps determine whether the property retains historic integrity and what the National Register boundaries should be.

Finally, the classification system provides a format for documenting rural properties on National Register forms. It can be used to organize the description and statement of significance for a specific rural property on the registration form. It is also useful for organizing information about rural historic contexts and property types on the multiple property documentation form.

PROCESSES



Taro, the staple of the islanders' daily diet is the primary crop of Hanalei, Hawaii. Traditionally grown, it is dependent on a warm humid climate and wetland agriculture made possible by abundant rainfall and irrigation. (Robert Z. Melnick)

1. Land Uses and Activities: Land uses are the major human forces that shape and organize rural communities. Human activities, such as farming, mining, ranching, recreation, social events, commerce, or industry, have left an imprint on the landscape. An examination of changing and continuing land uses may lead to a general understanding of how people have interacted with their environment and provide clues about the kinds of physical features and historic properties that should be present.

Topographic variations, availability of transportation, the abundance or scarcity of natural resources (especially water), cultural traditions, and economic factors influenced the ways people use the land. Changing land uses may have resulted from improved technology, exhausted soils or mineral deposits, climatic changes, and new economic conditions, as well as previous successes or failures. Activities visible today may reflect traditional practices or be innovative, yet compatible, adaptations of historic ones.

2. Patterns of Spatial Organization:

The organization of land on a large scale depends on the relationship among major physical components, predominant landforms, and natural features. Politics, economics, and technology, as well as the natural environment, have influenced the organization of communities by determining settlement patterns, proximity to markets, and the availability of transportation.



Taro fields separated by earthen dikes, forested mountains, rivers and irrigation ditches, and a system of roads define the pattern of spatial organization and characterize the area's wetland agriculture in Hanalei, Hawaii. (Robert Z. Melnick)

Organization is reflected in road systems, field patterns, distance between farmsteads, proximity to water sources, and orientation of structures to sun and wind. For example, spatial patterns can be seen in the grid of square mile townships and 160-acre farmsteads in the Midwest established by the land ordinances of 1785 and 1787; the distribution of towns every seven miles along a railroad corridor; and the division of land in Louisiana, by the French long-lot system, to ensure that every parcel has river frontage.

Large-scale patterns characterizing the settlement and early history of a rural area may remain constant, while individual features, such as buildings and vegetation, change over time. Changes in technology, for example, may have altered plowing practices, although the location of plowed fields, and, therefore, the overall historic pattern may remain the same.

3. Response to the Natural Environment: Major natural features, such as mountains, prairies, rivers, lakes, forests, and grasslands, influenced both the location and organization of rural communities. Climate, similarly, influenced the siting of buildings, construction materials, and the location of clusters of buildings and structures. Traditions in land use, construction methods, and social customs commonly evolved as people responded to the physiography and ecological systems of the area where they settled.

Early settlements frequently depended upon available natural resources, such as water for transportation, irrigation, or mechanical power. Mineral or soil deposits, likewise, determined the suitability of a region for particular activities. Available materials, such as stone or wood, commonly influenced the construction of houses, barns, fences, bridges, roads, and community buildings.

4. Cultural Traditions: Cultural traditions affect the ways that land is used, occupied, and shaped. Religious beliefs, social customs, ethnic identity, and trades and skills may be evident today in both physical features and uses of the land. Ethnic customs, predating the origins of a community, were often transmitted by early settlers and perpetuated by successive generations. Others originated during a community's early development and evolution. Cultural groups have interacted with the natural environment, manipulating and perhaps altering it, and sometimes modifying their traditions in response to it.

Cultural traditions determined the structure of communities by influencing the diversity of buildings, location of roads and village centers, and ways the land was worked. Social customs dictated the crops planted or livestock raised. Traditional building forms, methods

of construction, stylistic finishes, and functional solutions evolved in the work of local artisans. For example, rustic saunas appeared among the outbuildings of Finnish farmsteads in northwestern Michigan, while community churches occupied isolated crossroads in the High Plains. Taro, grown as a staple in the Hawaiian daily diet, also assumed an important role in the traditional luau. At the Amana Colonies in Iowa, large expanses of farmland and forest--based upon communal ownership, a village settlement pattern, and religious beliefs--varied from the rectangular grid typical of Midwestern family farms.

COMPONENTS

5. Circulation Networks: Circulation networks are systems for transporting people, goods, and raw materials from one point to another. They range in scale from livestock trails and footpaths, to roads, canals, major highways, and even airstrips. Some, such as farm or lumbering roads, internally served a rural community, while others, such as railroads and waterways, connected it to the surrounding region.

6. Boundary Demarcations: Boundary demarcations delineate areas of ownership and land use, such as an entire farmstead or open range. They also separate smaller areas having special functions, such as a fenced field or enclosed corral. Fences, walls, tree lines, hedge rows, drainage or irrigation ditches, roadways, creeks, and rivers commonly marked historic boundaries.

7. Vegetation Related to Land Use: Various types of vegetation bear a direct relationship to long-established patterns of land use. Vegetation includes not only crops, trees, or shrubs planted for agricultural and ornamental purposes, but also trees that have grown up incidentally along fence lines, beside roads, or in abandoned fields. Vegetation may include indigenous, naturalized, and introduced species.

While many features change over time, vegetation is, perhaps, the most dynamic. It grows and changes with time, whether or not people care for it. Certain functional or ornamental plantings, such as wheat or peonies, may be evident only during selected seasons. Each species has a unique pattern of growth and life span, making the presence of historic specimens questionable or unlikely in many cases. Current vegetation may differ from historic vegetation, suggesting past uses of the land. For example, Eastern red cedars or aspens indicate the natural succession of abandoned farmland in the Midwest.



The corral cluster at Spade Ranch in Sheridan County, Nebraska, contains numerous structures associated with the historic functions of a cattle ranch. These include scales for weighing livestock; pens for sorting, breaking, and branding; and chutes for roping and loading. (David Murphy)

community halls, and train depots. Structures--designed for functions other than shelter--include dams, canals, systems of fencing, systems of irrigation, tunnels, mining shafts, grain elevators, silos, bridges, earthworks, ships, and highways. Objects--relatively small but important stationary or movable constructions--include markers and monuments, small boats, machinery, and equipment.

Rural buildings and structures often exhibit patterns of vernacular design that may be common in their region or unique to their community. Residences may suggest family size and relationships, population densities, and economic fluctuations. The repeated use of methods, forms, and materials of construction may indicate successful solutions to building needs or demonstrate the unique skills, workmanship, or talent of a local artisan.

9. Clusters: Groupings of buildings, fences, and other features, as seen in a farmstead, ranch, or mining complex, result from function, social tradition, climate, or other influences, cultural or natural. The arrangement of clusters may reveal information about historical and continuing activities, as well as the impact of varying technologies and the preferences of particular generations. The repetition of similar clusters throughout a landscape may indicate vernacular patterns of siting, spatial organization, and land use. Also, the location of clusters, such as the market towns that emerged at the crossroads of early highways, may reflect broad patterns of a region's cultural geography.



One of the most extensive and intact clusters of agricultural outbuildings in the Lake Landing Historic District, Hyde County, North Carolina, consists of a wash house, outhouse, buggy house, harness shed, chicken house, two barns and wood fences. (J. Timothy Keller)

10. Archeological Sites: The sites of prehistoric or historic activities or occupation, may be marked by foundations, ruins, changes in vegetation, and surface remains. They may provide valuable information about the ways the land has been used, patterns of social history, or the methods and extent of activities such as shipping, milling, lumbering, or quarrying. The ruins of mills, charcoal kilns, canals, outbuildings, piers, quarries, and mines commonly indicate previous uses of the land. Changes in vegetation may indicate abandoned roadways, homesites, and fields. The spatial distribution of features, surface disturbances, subsurface remains, patterns of soil erosion and deposition, and soil composition may also yield information about the evolution and past uses of the land.

11. Small-scale elements: Small-scale elements, such as a foot bridge or road sign, add to the historic setting of a rural landscape. These features may be characteristic of a region and occur repeatedly throughout an area, such as limestone fence posts in Kansas or cattle gates in the Buffalo River Valley of Arkansas. While most small-scale elements are long-lasting, some, such as bales of hay, are temporal or seasonal. Collectively, they often form larger components, such as circulation networks or boundary demarcations. Small-scale elements also include minor remnants--such as canal stones, road traces, mill stones, individual fruit trees, abandoned machinery, or fence posts--that mark the location of historic activities, but lack significance or integrity as archeological sites.



Roteiros Nacionais de Imigração

Urussanga

Santa Catarina

dados gerais

Localidade:
Denominação:
Proprietário:
Endereço:

uso atual

código URS-001

uso original

área

Lote
Edificação

Existência de levantamento cadastral: () sim () não

descrição da edificação

croqui de planta baixa

dados históricos

patrimônio imaterial & bens móveis

dados da propriedade

Está inserida em perímetro urbano () sim () não
O entorno paisagístico é notável () sim () não
O entorno possui características rurais () sim () não
O lote original está preservado () sim () não
Casa e ranchos formam um conjunto () sim () não
Os ranchos merecem destaque () sim () não

Estado de conservação: () bom () regular () ruim
obs.:

Há produção agrícola () sim () não
Há produção doméstica () sim () não

Condições de higiene:
Possibilidade de prática de esportes:
Possibilidade de atividades de lazer:
Existência de cursos d'água:

dados familiares

Número de pessoas:
Renda:
Nível de instrução:
Onde trabalham(todos):
Quanto tempo moram no local:
Mantém o idioma de imigração:
Atividade adicional de lazer:

proteção

Tombamento existente: Tombamento sugerido:
() federal () federal
() estadual () estadual
() municipal () municipal
() nenhum () nenhum

o roteiro

Os proprietários têm interesse em receber visitantes () sim () não
Apresentam condições para receber visitantes () sim () não
A propriedade integrará ao roteiro () sim () não
O que pode ser oferecido ao visitante: acesso à propriedade

créditos

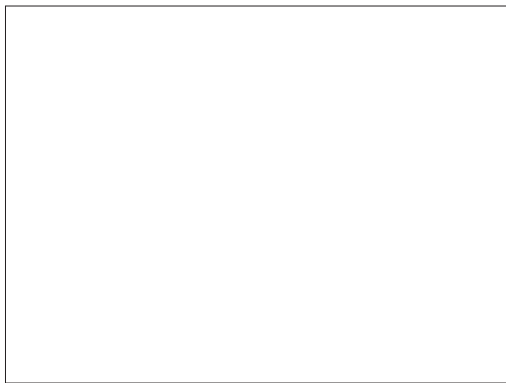
Levantamento de campo e imagens: Virgínia Gomes de Luca (Janeiro/2006)
Revisão: Dalmo Vieira Filho, Maria Regina Weissheimer, Simone Kimura (fevereiro/2006)
Instituições:
Fundação Catarinense de Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



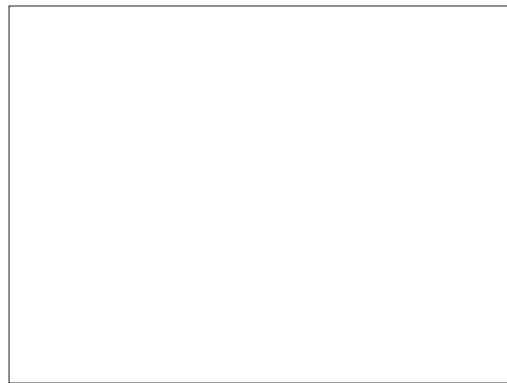
Legenda



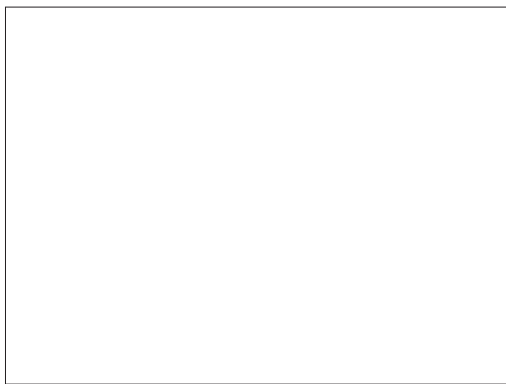
Legenda



Legenda



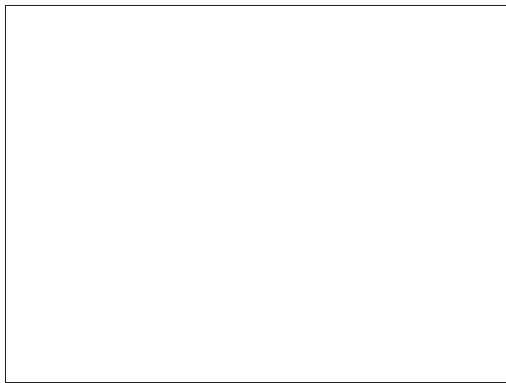
Legenda



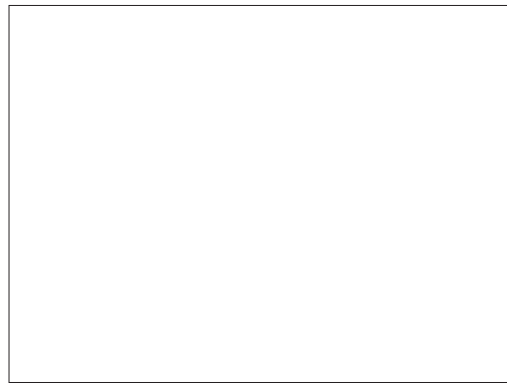
Legenda



Legenda



Legenda



Legenda

Localidade:
Denominação:

código URS-001

1

IBA Formulário Geral

Bem
Arquitetônico:

--	--

Mês/Ano – Preenchido Por:

		-	
--	--	---	--

Mês/Ano – Revisto Por:

		-	
--	--	---	--

IDENTIFICAÇÃO

<input type="checkbox"/> Tombamento individual <input type="checkbox"/> Tombamento em conjunto	Outras formas de proteção ou atribuição de valor: <input type="checkbox"/> Dentro da área de proteção ambiental <input type="checkbox"/> Proteção estadual <input type="checkbox"/> Proteção municipal <input type="checkbox"/> Patrimônio mundial <input type="checkbox"/> Outras - Patrimônio Nacional
Observações:	Observações:

1-Nome:
2-Outros nomes:
3-Endereço:
4-Município:
5-UF:
6-Propriedade:
7-Categoria:
8-Autor do projeto:

DESCRIÇÃO DO BEM

9-Descrição:
Fontes:
Iconografia:

USOS GERAIS

10-Destinação original:
11-Outras destinações:
12-Uso atual:
13-Celebrações e/ou ofícios e modos de fazer que ocorrem no imóvel:
Fontes:
Iconografia:

CRONOLOGIA

14-Época de construção:
15-Dados cronológicos:
Fontes:
Iconografia:

INTERVENÇÕES

16-Histórico de intervenções:
Fontes:
Iconografia:

TIPOLOGIA

17-Características Tipológicas:
Fontes:
Iconografia:

BENS MÓVEIS INTEGRADOS

18-Bens Móveis Integrados:
Objetos de Iluminação:
Metais:
Outros:
Iconografia:

PRESERVAÇÃO

19-Materiais de acabamento externo:
20-Materiais de acabamento interno:
21-Técnicas construtivas:
22- Estado de Preservação (descrição):
Classificação:
Iconografia:

AMBIÊNCIA

23-Situação e ambiência atual:
Iconografia:
24-Observações gerais:

2

IBA Estado de Conservação

Bem
Arquitetônico:

Mês/Ano – Preenchido Por:

Mês/Ano – Revisto Por:

01. IDENTIFICAÇÃO

Logradouro:		N°.: 165	Edificação:	
Outras Referências:				

COMPROMETIMENTO DA ESTRUTURA

<p>02. ESTRUTURA DO TELHADO</p> <p><input type="checkbox"/> sem acesso</p> <p><input type="checkbox"/> destruição total</p> <p><input type="checkbox"/> destruição parcial (10%)</p> <p><input type="checkbox"/> peças principais deterioradas por água ou ataque de</p> <p><input type="checkbox"/> peças secundárias deterioradas</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema evidente</p> <p>Observações:</p>	<p>03. MANTO DA COBERTURA</p> <p><input type="checkbox"/> destruição total</p> <p><input type="checkbox"/> destruição parcial (10%)</p> <p><input type="checkbox"/> telhas quebradas</p> <p><input type="checkbox"/> telhas corridas</p> <p><input type="checkbox"/> emassamento incorreto</p> <p><input type="checkbox"/> inexistência de grampeamento</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema evidente</p> <p><input type="checkbox"/> não verificável</p> <p>Observações:</p>
<p>04. FUNDAÇÕES</p> <p><input type="checkbox"/> rachaduras grandes no piso em contato com o solo</p> <p><input type="checkbox"/> rachaduras pequenas nos pisos térreos (largura < 1cm)</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema evidente</p> <p>Observações:</p>	<p>05. ESTRUTURA PORTANTE</p> <p><input type="checkbox"/> destruição parcial (10%)</p> <p><input type="checkbox"/> grande incidência de rachaduras (50%)</p> <p><input type="checkbox"/> pequena incidência de rachaduras (10 a 50%)</p> <p><input type="checkbox"/> rachaduras localizadas (por carga concentrada)</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema evidente</p> <p>Observações:</p>
<p>06. INFILTRAÇÕES</p> <p><input type="checkbox"/> manchas de umidade no topo das paredes (50%)</p> <p><input type="checkbox"/> manchas de umidade na base das paredes do térreo (50%)</p> <p><input type="checkbox"/> aparecimento de eflorescências nas paredes (50%)</p> <p><input type="checkbox"/> infiltrações nos forros ou laje do último pavimento (10%)</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema evidente</p> <p>Observações:</p>	<p>07. BIODEGRADAÇÃO</p> <p><input type="checkbox"/> ataque generalizado de insetos ou microorganismos (50%)</p> <p><input type="checkbox"/> ataque parcial de insetos ou microorganismos</p> <p><input type="checkbox"/> focos de cupins ou outras pragas na área livre</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema evidente</p> <p>Observações:</p>

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS

<p>08. ESCADAS</p> <p><input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> sem condição de acesso (destruição parcial ou total)</p> <p><input type="checkbox"/> desgaste dos degraus <input type="checkbox"/> nenhum problema evidente</p> <p><u>Observações:</u></p>	<p>09. ESQUADRIAS</p> <p><input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> destruição parcial</p> <p><input type="checkbox"/> oxidação dos metais (ferragens e gradis) (50%) <input type="checkbox"/> ressecamento das madeiras (50%)</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema grave</p> <p><u>Observações:</u></p>
<p>10. PISOS</p> <p><input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> destruição parcial</p> <p><input type="checkbox"/> desgaste dos pisos <input type="checkbox"/> pisos nenhum problema grave</p> <p><u>Observações:</u></p>	<p>11. FORROS</p> <p><input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> destruição total</p> <p><input type="checkbox"/> destruição parcial <input type="checkbox"/> ressecamento das madeiras (50%)</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema grave</p> <p><u>Observações:</u></p>

RISCOS POTENCIAIS

<p>12. INSTALAÇÕES PREDIAIS</p> <p><input type="checkbox"/> sem quadro de distribuição ou quadro inadequado <input type="checkbox"/> fiação c/ isolamento danificado (isolamento de pano, pontos de rompimento, ressecamento do isolamento de plástico)</p> <p><input type="checkbox"/> inexistência de eletrodutos ou parcialmente tubulado <input type="checkbox"/> vazamento em tubulações de instalação hidráulica e sanitária</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema evidente</p> <p><u>Observações:</u></p>
<p>13. EXISTEM PERIGOS POTENCIAIS?</p> <p><input type="checkbox"/> sim <u>Descrever:</u></p> <p><input type="checkbox"/> não</p>

14. AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO POR UNIDADE (identificar, no caso de edificação de uso misto, quais as unidades estão em melhor ou pior estado).

15. OUTRAS OBSERVAÇÕES

DIAGNÓSTICO

<u>PRENCH.</u>	<u>GRUPO</u>	<u>PONTUAÇÃO</u>	
<input type="checkbox"/> 02	Estrutura do telhado.....	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> 03	Manto de Cobertura.....	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> 04	Fundações.....	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> 05	Estrutura Portante.....	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> 06	Infiltrações.....	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> 07	Biodegradação.....	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> 08	Escadas.....	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> 09	Esquadrias.....	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> 10	Pisos.....	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> 11	Forros.....	<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/> 12	Instalações Prediais.....	<input type="checkbox"/>	
	Total da Pontuação	<input type="checkbox"/>	

CONCEITO

BOM
(até 8 pontos)

SATISFATÓRIO
(de 9 a 143 pontos)

COM PROBLEMAS
(acima de 143 pontos)

CARACTERÍSTICAS ECOGEOGRÁFICAS

Suelo:

Vegetación: (precisar especies autóctonas y, en su caso, especies en peligro, en situación vulnerable, etc.)

Fauna: (precisar especies autóctonas y, en su caso, especies en peligro, en situación vulnerable, etc.)

Topografía y geología.

Ecosistema (s) :

Degradación ambiental (Alta, media, baja, inexistente)

ENTORNO PAISAJISTICO

Natural (marítimo, fluvial, lacustre, terrestre, mixto, jardín.). Definir las características y valores del mismo.

Urbano (descripción del entorno con accesos, construcciones, instalaciones y servicios)

Industrial (descripción del entorno con accesos, construcciones, instalaciones y servicios)

Otro(s)

Grado de Protección del Entorno paisajístico:

TIPO DE PAISAJE CULTURAL Y CARACTERÍSTICAS.

Tipo de paisaje cultural:

Diseñado

Evolutivo fósil o continuo

Asociativo

- **En paisajes diseñados como jardines históricos, botánicos u otros, detallar características del diseño, tipos de plantas, elementos decorativos, escultóricos, hidráulicos, edificaciones.**

- **En paisajes evolutivos fósiles detallar componentes arqueológicos, edificios u otros elementos de factura humana, vestigios de antiguas producciones agrícolas u otras sobre el medio natural., usos de la tierra, etc.**

- **En los paisajes evolutivos continuos detallar formas de agricultura u otras producciones tradicionales y sus efectos sobre el paisaje, usos de la tierra, persistencia de instrumentos tradicionales de producción, transporte, almacenamiento, edificios aislados o conjuntos domésticos, industriales u otros, sistemas hidráulicos, energéticos.**

- **En los paisajes asociativos describir los componentes naturales(montañas, ríos, cavernas u otros) del paisaje que puedan asociarse a creencias, cultos o ritos tradicionales o ancestrales así como los elementos construidos por el hombre que forman parte del sistema, tales como monumentos conmemorativos, hitos, señales, edificaciones o conjuntos como santuarios u otros.**

IMPORTANCIA HISTÓRICO CULTURAL

Principales etapas históricas (Primeros habitantes, Etapa(s) de colonización -en su caso- siglos recientes, últimos años)

Actualidad

IMPORTANCIA HISTÓRICO-NATURAL.

Formación geológica

CONSERVACION

ELEMENTOS PATRIMONIALES EXISTENTES

Elementos culturales (enumeración, descripción, precisión de declaraciones específicas de haberlas, otros detalles de interés para su catalogación e identificación).

Elementos naturales de importancia patrimonial (enumeración, descripción, precisión de declaraciones específicas de haberlas, otros detalles de interés para su catalogación e identificación).

ESTADO DE CONSERVACION (Buena, regular, mala. Especificar)

TITULARIDAD Y SITUACION ACTUAL (Propiedad de... , abandonada, etc. Especificar)

AUTENTICIDAD

INTEGRIDAD (Pérdidas parciales, reconstrucción, etc.)

PROTECCION JURIDICA Y ADMINISTRACION RESPONSABLE (Local, regional, nacional, mundial)

PROTECCION SOCIAL (Alta, media, baja)

PLANIFICACIÓN (Especifique, si existen, los planes territoriales y/o de desarrollo que puedan incidir en el paisaje cultural)

USO ACTUAL

POBLACIÓN O GRUPOS ÉTNICOS PRESENTES.

Nombre (s) del(os) grupo(s) étnicos:

Número de habitantes por grupo (por sexo, edades y población económicamente activa)

Descripción del grupo o Etnia(s)
(características antropológicas, de organización, cultura y cosmovisión)

Lenguas o dialectos utilizados.

Descripción de sus principales actividades económicas y sociales

Ubicación con respecto al sitio de interés

Accesibilidad de servicios de salud, educación, electricidad u otros.

DESCRIPCIÓN DEL TIPO DE ITINERARIO AL QUE EN SU CASO, SE INTEGRÓ ESTE PAISAJE.

De beneficio (minas, industria):

De evangelización:

De producción (agricultura):

De comercialización:

Otro:

FOTOGRAFIAS

BIBLIOGRAFÍA

Fuentes bibliográficas consultadas para completar la ficha.

Otra bibliografía especializada sobre el bien.

BIBLIOGRAFÍA UTILIZADA PARA LA ELABORACIÓN DE LA FICHA MODELO (Bibliografía a la que puede recurrir el interesado para obtener precisiones terminológicas o de metodología relativas a esta ficha)

- Añon Feliu Carmen . Garden and Landscape. Nara Conference on Authenticity. ICOMOS ,Nara, Japón 1994
- Birnbaum Charles and Christine Capella Peters. The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties with Guidelines for the Treatment of Cultural Landscapes. US Department of the Interior. National Park Service, Washington DC 1996.
- Convención Mundial sobre el Patrimonio Cultural y Natural . UNESCO, Paris 1972.
- Ferro Sergio. Fundamentos para elaborar el inventario de Paisajes Culturales y Jardines y Sitios Históricos en la Región de Centroamérica y el Caribe. Facultad de Arquitectura. ISPJAE, La Habana 1999.
- Fowler Peter. Cultural Landscapes of Britain. International Journal of Heritage Studies. Vol. 6, No.3 pp 201-212, UK. 2000
- Jardins et Sites Historiques. Journal Scientifique. ICOMOS-IFLA.. Madrid .1993
- Lapidus Luis. El Patrimonio Agroindustrial Cubano del Siglo XIX . Monuments and Sites Series. ICOMOS. Sri Lanka 1996
- Lineamientos Operacionales para la Implementación de la Convención del Patrimonio Mundial. UNESCO. Paris 1997
- Mitchell N. J. Cultural Landscapes. Current Issues in the US. Nara Conference on Authenticity. ICOMOS , Nara, Japón 1994
- Mujica Elias. Authenticity and Heritage Diversity. Archaeological Sites and Cultural Landscapes in the Andean Countries. Nara Conference on Authenticity. ICOMOS , Nara, Japón 1994
- Rigol Isabel. Caribbean Plantations as Cultural Landscapes. Report to the Experts Meeting on Plantations System in the Caribbean organized by UNESCO World Heritage Center and the Slaves' Route Project. Paramaribo , Surinam. 2001 (pendiente de publicación por UNESCO)
- Rigol Isabel. Cultural Landscapes in the Caribbean. pp 259-276. The Cultural Heritage of the Caribbean and the World Heritage Convention. Comité des Travaux Historiques et Scientifiques. UNESCO. Paris, France 2001.

Sítio Urbano:
Mês/Ano - Preenchido Por: -
Mês/Ano - Revisto Por: -

1 Características do Lote

01. IDENTIFICAÇÃO

levantamento completo levantamento resumido

Logradouro: N°:
Outras Referências: N° de edificações no lote:

CARACTERÍSTICAS GERAIS

02. USOS DA ÁREA DESCOBERTA			
<input type="checkbox"/> não tem área descoberta	<input type="checkbox"/> lazer	<input type="checkbox"/> depósito	
<input type="checkbox"/> estacionamento	<input type="checkbox"/> lavagem/secagem de roupas	<input type="checkbox"/> minas d'água	
<input type="checkbox"/> criação de animais	<input type="checkbox"/> pomar	<input type="checkbox"/> horta	
<input type="checkbox"/> jardim de ervas medicinais	<input type="checkbox"/> jardim ornamental	<input type="checkbox"/> área sem uso	
<input type="checkbox"/> outros: <input type="text"/>			
03. VEGETAÇÃO DE MÉDIO E GRANDE PORTE		04. FECHAMENTO DO LOTE	
Espécies de médio porte (3 a 5m): <input type="text"/>		<input type="checkbox"/> não tem	<input type="checkbox"/> cerca viva
Espécies de grande porte (mais de 5m): <input type="text"/>		<input type="checkbox"/> madeira	<input type="checkbox"/> pedra
Quantidade: <input type="radio"/> não tem <input type="radio"/> até 5 <input type="radio"/> 5 a 10 <input type="radio"/> 11 a 20 <input type="radio"/> acima de 20		<input type="checkbox"/> argamassa	<input type="checkbox"/> metálico
Observações: <input type="text"/>		<input type="checkbox"/> tijolo aparente	<input type="checkbox"/> concreto aparente
		<input type="checkbox"/> bambu	<input type="checkbox"/> outros: <input type="text"/>
		<input type="checkbox"/> outros: <input type="text"/>	
05. MATERIAIS DO PISO DA ÁREA DESCOBERTA			
<input type="checkbox"/> natural (terra, grama etc)	<input type="checkbox"/> madeira	<input type="checkbox"/> pé-de-moleque/seixo rolado	
<input type="checkbox"/> lajeado	<input type="checkbox"/> cerâmica	<input type="checkbox"/> cimentado	
<input type="checkbox"/> outros: <input type="text"/>			

INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR MORADOR / USUÁRIO

06. TEM INFORMAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA DE OUTRAS EDIFICAÇÕES, ANTERIORES A ESTA(S), NESTE LOTE?	
<input type="checkbox"/> não soube informar	
<input type="text"/>	
07. O LOTE JÁ FOI DESMEMBRADO?	08. O LOTE JÁ FOI REMEMBRADO?
<input type="radio"/> sim / em quantos lotes? <input type="text"/>	<input type="radio"/> sim / quantos lotes foram lembrados? <input type="text"/>
<input type="radio"/> não	<input type="radio"/> não
<input type="radio"/> não soube informar	<input type="radio"/> não soube informar
comentário: <input type="text"/>	comentário: <input type="text"/>

2 Características Arquitetônicas

01. IDENTIFICAÇÃO

Logradouro: _____ Nº: _____ Edificação _____
Outras referências: _____

FACHADA PRINCIPAL E USO ATUAL

02. MATERIAIS EMPREGADOS NAS COBERTURAS <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> francesa <input type="checkbox"/> vidro <input type="checkbox"/> plástico/fibra <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> canal <input type="checkbox"/> fibrocimento <input type="checkbox"/> metal <input type="checkbox"/> laje	03. COROAMENTO <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> frontão <input type="checkbox"/> cachorros <input type="checkbox"/> laje em beiral <input type="checkbox"/> beiral simples <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> platibanda <input type="checkbox"/> cimalha <input type="checkbox"/> beira-seveira <input type="checkbox"/> guarda-pó
04. MATERIAL DO COROAMENTO <input type="checkbox"/> argamassa <input type="checkbox"/> azulejo antigo <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> telha de barro <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> cantaria <input type="checkbox"/> azulejo novo <input type="checkbox"/> metal	05. MATERIAIS DE ACABAMENTO DA FACHADA PRINCIPAL <input type="checkbox"/> argamassa <input type="checkbox"/> cantaria <input type="checkbox"/> azulejo novo <input type="checkbox"/> vidro <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> chapisco <input type="checkbox"/> azulejo antigo <input type="checkbox"/> madeira
06. MATERIAL DAS MOLDURAS DOS VÃOS DA FACHADA PRINCIPAL <input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> argamassa <input type="checkbox"/> azulejo antigo <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> cantaria <input type="checkbox"/> azulejo novo <input type="checkbox"/> concreto aparente	07. MATERIAL DOS GUARDA-CORPOS DA FACHADA PRINCIPAL <input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> argamassa <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> ferro batido <input type="checkbox"/> ferro laminado/solda <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> cantaria <input type="checkbox"/> alumínio <input type="checkbox"/> ferro fundido
08. MATERIAL DA BASE DOS GUARDA-CORPOS <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> cantaria <input type="checkbox"/> laje <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> argamassa <input type="checkbox"/> madeira	09. MATERIAL DAS ESQUADRIAS DA FACHADA PRINCIPAL <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> vidro <input type="checkbox"/> ferro <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> alumínio
10. CORES PREDOMINANTES DA FACHADA PRINCIPAL coroamento: _____ molduras dos vãos: _____ guarda-corpos: _____ esquadrias: _____ acabam. da fachada: _____ outros relevos: _____	11. USO ATUAL - QUANTIFICAR residência: _____ comércio: _____ serviço: _____ instituição: _____ culto: _____ em obras: _____ vago: _____ outros: _____

DADOS VOLUMÉTRICOS

12. GABARITO Altura da fachada: _____ m Altura da cumeeira: _____ m Nº pavimentos acima do nível da rua: _____ Nº subsolos: _____ Além desses, assinalar a existência de: <input type="checkbox"/> portão alto <input type="checkbox"/> pav. intermediário <input type="checkbox"/> outros: _____ <input type="checkbox"/> mirante <input type="checkbox"/> mezanino <input type="checkbox"/> pav. recuado <input type="checkbox"/> sótão habitável	13. CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA DO TELhado Número de águas do corpo principal: _____ <input type="checkbox"/> cumeeira paralela à rua <input type="checkbox"/> cumeeira perpendicular à rua <input type="checkbox"/> tipo chafé <input type="checkbox"/> outros: _____ <input type="checkbox"/> com torreão <input type="checkbox"/> água furtada
14. REGISTRO DE ACRÉSCIMOS <input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> acréscimo vertical <input type="checkbox"/> acréscimo horizontal identificado a partir de: <input type="checkbox"/> evidência na construção <input type="checkbox"/> depoimento do usuário <input type="checkbox"/> outros: _____	Descrever: _____

CARACTERÍSTICAS INTERNAS E DADOS COMPLEMENTARES

<p>15. PISOS (LOCALIZAR PAVIMENTO / CÔMODO)</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; padding: 2px;">taboado:</td> <td style="width: 50%; padding: 2px;">taboado/pinheiro de riga:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">taço:</td> <td style="padding: 2px;">parquet:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">lajeado:</td> <td style="padding: 2px;">lajota de barro:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">ladrilho hidráulico:</td> <td style="padding: 2px;">mármore:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">cerâmica:</td> <td style="padding: 2px;">cimentado:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">pisos sintéticos colados:</td> <td style="padding: 2px;">terra batida:</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 2px;">outros:</td> </tr> </table> <p>Citar os pisos que podem ser considerados tradicionais, de acordo com as características arquitetônicas da edificação:</p> <div style="border: 1px solid black; height: 30px; width: 100%;"></div>	taboado:	taboado/pinheiro de riga:	taço:	parquet:	lajeado:	lajota de barro:	ladrilho hidráulico:	mármore:	cerâmica:	cimentado:	pisos sintéticos colados:	terra batida:	outros:		<p>16. TETOS (LOCALIZAR PAVIMENTO / CÔMODO)</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; padding: 2px;">taboado:</td> <td style="width: 50%; padding: 2px;">taboado/saia e camisa:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">treliçado:</td> <td style="padding: 2px;">esteira de taquara:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">gesso liso:</td> <td style="padding: 2px;">gesso ornamentado:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">laje:</td> <td style="padding: 2px;">barrote aparente:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">telha vã:</td> <td style="padding: 2px;">forros modulados:</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 2px;">outros:</td> </tr> </table> <p>Citar os tetos que podem ser considerados tradicionais, de acordo com as características arquitetônicas da edificação:</p> <div style="border: 1px solid black; height: 30px; width: 100%;"></div>	taboado:	taboado/saia e camisa:	treliçado:	esteira de taquara:	gesso liso:	gesso ornamentado:	laje:	barrote aparente:	telha vã:	forros modulados:	outros:	
taboado:	taboado/pinheiro de riga:																										
taço:	parquet:																										
lajeado:	lajota de barro:																										
ladrilho hidráulico:	mármore:																										
cerâmica:	cimentado:																										
pisos sintéticos colados:	terra batida:																										
outros:																											
taboado:	taboado/saia e camisa:																										
treliçado:	esteira de taquara:																										
gesso liso:	gesso ornamentado:																										
laje:	barrote aparente:																										
telha vã:	forros modulados:																										
outros:																											
<p>17. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - LOCALIZAR</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%; padding: 2px;">pau a pique:</td> <td style="width: 50%; padding: 2px;">adobe:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">taipa de pilão:</td> <td style="padding: 2px;">alvenaria de pedra:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">alvenaria de tijolo:</td> <td style="padding: 2px;">madeira:</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">concreto:</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 2px;">outros:</td> </tr> </table> <p>Identificado a partir de:</p> <p><input type="checkbox"/> material à mostra <input type="checkbox"/> depoimento do usuário</p> <p><input type="checkbox"/> processo dedutivo / descrever:</p> <div style="border: 1px solid black; height: 30px; width: 100%;"></div>	pau a pique:	adobe:	taipa de pilão:	alvenaria de pedra:	alvenaria de tijolo:	madeira:	concreto:		outros:		<p>18. EXISTÊNCIA DE BENS INTEGRADOS RELEVANTES - OBSERVAR</p> <p><input type="checkbox"/> não tem</p> <p><input type="checkbox"/> painéis <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> forros <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> portadas <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> janelas/vitrals <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> balaustras <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> fontes/chafarizes <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> frontões/platibandas <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> outros <input style="width: 100px;" type="text"/></p>																
pau a pique:	adobe:																										
taipa de pilão:	alvenaria de pedra:																										
alvenaria de tijolo:	madeira:																										
concreto:																											
outros:																											
<p>19. OBSERVAÇÃO SOBRE O ESTADO DE PRESERVAÇÃO</p> <div style="border: 1px solid black; height: 80px; width: 100%;"></div>	<p>20. OBSERVAÇÕES SOBRE OUTRAS CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS</p> <div style="border: 1px solid black; height: 80px; width: 100%;"></div>																										
<p>21. IMÓVEL MERECEDOR DE DETALHAMENTO - JUSTIFICAR</p> <p><input type="checkbox"/> não</p> <p><input type="checkbox"/> lev. fotográfico <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> desenho/detalhamento <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> pesq. arqueológica <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> pesq. documental <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> outros <input style="width: 100px;" type="text"/></p>	<p>22. SABE A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DESTA EDIFICAÇÃO?</p> <p>Época de Construção <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> depoimento do morador/usuário <input type="checkbox"/> não soube informar</p> <p><input type="checkbox"/> inscrição em fachada</p>																										
<p>INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELO MORADOR/USUÁRIO</p>																											
<p>23. SABE ALGO SOBRE O USO PRIMITIVO E/OU ANTERIOR DA EDIFICAÇÃO ATUAL? (informar ordem cronológica)</p> <p><input type="checkbox"/> não soube informar</p>																											
<p>24. CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE ESTA EDIFICAÇÃO? (sobre a construção, fatos relevantes, moradores antigos)</p> <p><input type="checkbox"/> não soube informar</p>																											

3 Estado de Conservação

01. IDENTIFICAÇÃO

Logradouro: _____ Nº.: _____ Edificação: _____
Outras Referências: _____

COMPROMETIMENTO DA ESTRUTURA

<p>02. ESTRUTURA DO TELHADO</p> <p><input type="checkbox"/> sem acesso</p> <p><input type="checkbox"/> destruição total</p> <p><input type="checkbox"/> destruição parcial (10%)</p> <p><input type="checkbox"/> peças principais deterioradas por água ou ataque de insetos ou microorganismos</p> <p><input type="checkbox"/> peças secundárias deterioradas</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema evidente</p> <p>Observações: _____</p>	<p>03. MANTO DA COBERTURA</p> <p><input type="checkbox"/> destruição total</p> <p><input type="checkbox"/> telhas quebradas</p> <p><input type="checkbox"/> emassamento incorreto</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema evidente</p> <p><input type="checkbox"/> destruição parcial (10%)</p> <p><input type="checkbox"/> telhas corridas</p> <p><input type="checkbox"/> inexistência de grampeamento</p> <p>Observações: _____</p>
<p>04. FUNDAÇÕES</p> <p><input type="checkbox"/> rachaduras grandes nos pisos em contato com o solo e/ou terreno adjacente (largura > 1cm)</p> <p><input type="checkbox"/> rachaduras pequenas nos pisos do térreo (largura < 1cm)</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema evidente</p> <p>Observações: _____</p>	<p>05. ESTRUTURA PORTANTE</p> <p><input type="checkbox"/> destruição parcial (10%)</p> <p><input type="checkbox"/> grande incidência de rachaduras (50%)</p> <p><input type="checkbox"/> pequena incidência de rachaduras (10 a 50%)</p> <p><input type="checkbox"/> rachaduras localizadas (por carga concentrada)</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema evidente</p> <p>Observações: _____</p>
<p>06. INFILTRAÇÕES</p> <p><input type="checkbox"/> manchas de umidade no topo das paredes (50%)</p> <p><input type="checkbox"/> manchas de umidade na base das paredes do térreo (50%)</p> <p><input type="checkbox"/> aparecimento de eflorescências nas paredes (50%)</p> <p><input type="checkbox"/> infiltrações nos forros ou laje do último pavimento (10%)</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema evidente</p> <p>Observações: _____</p>	<p>07. BIODEGRADAÇÃO</p> <p><input type="checkbox"/> ataque generalizado de insetos ou microorganismos (50%)</p> <p><input type="checkbox"/> ataque parcial de insetos ou microorganismos</p> <p><input type="checkbox"/> focos de cupim ou outras pragas na área livre</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema evidente</p> <p>Observações: _____</p>

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS

<p>08. ESCADAS</p> <p><input type="checkbox"/> não tem</p> <p><input type="checkbox"/> desgaste dos degraus</p> <p><input type="checkbox"/> sem condições de acesso (destruição parcial ou)</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema evidente</p> <p>Observações: _____</p>	<p>09. ESQUADRIAS</p> <p><input type="checkbox"/> destruição total</p> <p><input type="checkbox"/> oxidação dos metais (ferragens e grades) (50%)</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema grave</p> <p><input type="checkbox"/> destruição</p> <p><input type="checkbox"/> ressecamento das madeiras (50%)</p> <p>Observações: _____</p>
<p>10. PISOS</p> <p><input type="checkbox"/> destruição total</p> <p><input type="checkbox"/> desgaste dos pisos cerâmicos, pedra, madeira</p> <p><input type="checkbox"/> destruição parcial</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema grave</p> <p>Observações: _____</p>	<p>11. FORROS</p> <p><input type="checkbox"/> não tem</p> <p><input type="checkbox"/> destruição</p> <p><input type="checkbox"/> nenhum problema</p> <p><input type="checkbox"/> destruição total</p> <p><input type="checkbox"/> ressecamento das madeiras (50%)</p> <p>Observações: _____</p>

RISCOS POTENCIAIS

12. INSTALAÇÕES PREDIAIS

sem quadro de distribuição ou quadro

inexistência de eletrodutos ou parcialmente tubulado

nenhum problema evidente

fiação c/ isolamento danificado (isolamento de pano, pontos de rompimento, ressecamento do isolamento de plástico)

vazamento em tubulações de instalações hidráulica e sanitária

Observações: _____

13. EXISTEM PERIGOS POTENCIAIS?

Sim Não

OUTROS ASPECTOS

14. AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO POR UNIDADE (identificar, no caso de edificações de uso misto, quais as unidades)

15. OUTRAS OBSERVAÇÕES

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 299, DE 6 DE JULHO DE 2004

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004, e, de acordo com a deliberação da Diretoria, nos termos do art.8º, inciso III, da citada norma legal,

CONSIDERANDO que desde a criação do IPHAN a preservação de sítios históricos urbanos no Brasil se constitui em desafio a ser enfrentado;

CONSIDERANDO que ao longo de sua trajetória institucional o IPHAN vem buscando formas de atuação que possibilitem a preservação desses sítios;

CONSIDERANDO que a preservação dos sítios históricos urbanos deve ser apoiada no planejamento e gestão urbanos;

CONSIDERANDO que nesse sentido é necessário contribuir efetivamente para a preservação dos sítios urbanos do país e corroborar para a consolidação de uma cultura urbanística de patrimônio;

CONSIDERANDO a competência comum de proteger os bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens notáveis e de impedir a destruição e descaracterização desses bens, conforme prevista na Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de fomentar a construção de uma gestão compartilhada dos sítios históricos urbanos tombados, resolve:

Art.1º - Criar o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano - PPSH, estabelecendo, para tanto, um Termo Geral de Referência para orientar a sua formulação, implementação, acompanhamento e avaliação, nos termos previstos no Anexo I a esta Portaria.

Art.2º - O Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano - PPSH Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano - PPSH é um instrumento de caráter normativo, estratégico e operacional, destinado ao desenvolvimento de ações de preservação em sítios urbanos tombados em nível federal, e deve resultar de acordo entre os principais atores públicos e privados, constituindo-se em processo participativo.

Parágrafo 1º - O PPSH busca um equilíbrio favorável à sociedade entre o valor econômico e o valor cultural dos sítios tombados.

Parágrafo 2º - Não havendo adesão local ao desenvolvimento do PPSH, o IPHAN poderá estabelecer outros procedimentos que visem a atender as suas prerrogativas institucionais no que corresponde à gestão dos sítios históricos urbanos por ele tutelados.

Art.3º - O Termo Geral de Referência para o Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano - TGR/PPSH é o instrumento norteador para o desenvolvimento dos planos específicos para cada localidade, e estabelece os conceitos básicos, os princípios de atuação e os procedimentos necessários à sua formação, implementação, acompanhamento e avaliação.

Art.4º - O PPSH é proposto com a finalidade de:

- a) buscar a instituição de um regime de disciplina urbanística e edilícia compatível com o regime de proteção dos sítios históricos urbanos;
- b) tornar compreensíveis e explícitos os princípios, critérios e normas de preservação que devem balizar as ações públicas e privadas nos sítios tombados em nível federal;
- c) criar novos padrões de abordagem de preservação de sítios históricos urbanos apoiados no planejamento e gestão urbanos;
- d) melhorar e intensificar a articulação entre as diversas esferas político-administrativas com competência sobre essas áreas, visando a maior eficácia na gestão do patrimônio cultural urbano;
- e) lidar de modo eficaz com o novo papel social, econômico e ambiental atribuído ao patrimônio cultural urbano.

Art.5º - O PPSH tem por objetivo:

- a) preservar o patrimônio cultural da cidade para a sua população e para a coletividade;
- b) propiciar o estabelecimento de diretrizes e regulamentos para orientação, planejamento e fomento das ações de preservação de sítios históricos urbanos;
- c) promover uma atuação pública concertada;
- d) integrar ações propostas com vistas a alcançar um processo de preservação urbana;
- e) focalizar e territorializar políticas setoriais nos sítios históricos urbanos;
- f) promover o compartilhamento de responsabilidades entre os diversos agentes públicos envolvidos e a sua aplicação comum.

Art.6º - Consideradas as diversas realidades a serem abordadas quando da sua implementação, o PPSH pode ser desenvolvido em etapas, podendo abranger, em conjunto ou isoladamente, as seguintes dimensões:

- a) dimensão normativa, compreendendo o regulamento de ordenação urbanística e de preservação do sítio histórico urbano;
- b) dimensão estratégico-operacional, correspondendo ao programa de atuação para o sítio histórico urbano;
- c) dimensão avaliadora, correspondendo ao sistema de avaliação do PPSH.

Art.7º - O PPSH possui os seguintes princípios norteadores:

- a) reconhecimento do valor patrimonial do sítio em sua expressão objetiva, relacionada ao ambiente urbano que o constitui;
- b) reconhecimento da preservação como um fenômeno/ processo inerente ao chamado desenvolvimento urbano;
- c) reconhecimento da necessidade de uma abordagem urbanística da preservação do sítio urbano;
- d) reconhecimento da estrutura física e humana do sítio urbano, considerando variáveis de análise que contemplam a dimensão da cultura como uma das lógicas do desenvolvimento das cidades;
- e) envolvimento de todas as áreas político-administrativas atuantes na área;
- f) estabelecimento do processo participativo, iniciado mediante compromisso firmado nos termos do Anexo II a esta Portaria.

Art.8º - Para os trabalhos necessários ao PPSH tem-se como referência básica a área tombada em nível federal e seu entorno imediato, podendo também ser considerado, quando for o caso, o conjunto de áreas protegidas ou tombadas pelas três esferas administrativas.

Parágrafo 1º - A delimitação da Área Urbana de Interesse Patrimonial será prévia à realização do PPSH, podendo essa área corresponder a:

- a) cidade histórica: o sítio urbano que compreende a área-sede do município
- b) centro histórico: o sítio urbano localizado em área central da área-sede do município, seja em termos geográficos, seja em termos funcionais e históricos;
- c) conjunto histórico: o sítio urbano que se configura em fragmento do tecido urbano da área-sede do município ou de qualquer um dos seus distritos ou, ainda, sítio urbano que contenha monumentos tombados isoladamente.

Parágrafo 2º - As características e o porte dos sítios históricos urbanos tombados em nível federal definirão a abrangência do trabalho e os procedimentos específicos, que deverão ser adotados na formulação e implementação do Plano de Preservação.

Parágrafo 3º - A partir da Área Urbana de Interesse Patrimonial deverão, para fins instrumentais, ser caracterizadas três áreas básicas contíguas:

- a) área protegida: a área tombada em nível federal e demais áreas tombadas em outros níveis, caso ocorram e que não correspondam à área federal;
- b) área de entorno: área contígua à área protegida, onde o modo de urbanização e a escala das construções possam interferir na ambiência, visibilidade e integração na paisagem;
- c) área de influência: área onde o uso do solo está diretamente articulado ao uso do solo da área protegida.

Art.9º - Para funcionar como mecanismo de gestão estruturador do desenvolvimento do PPSH, será constituída Comissão Gestora Local - CGL, sempre que não existir mecanismo de gestão equivalente, observada a forma constante do Anexo III a esta Portaria, de natureza interinstitucional, consultiva, deliberativa e executiva, sem personalidade jurídica própria, a ser composta por representantes do Município, que a preside; do Governo Estadual; do IPHAN; da sociedade civil organizada e demais entidades envolvidas no processo.

Parágrafo único - Em casos excepcionais e desde que em comum acordo com as partes envolvidas, poderá o IPHAN presidir e coordenar os trabalhos da Comissão Gestora Local.

Art.10º - À Comissão Gestora Local compete:

- a) promover a execução das ações de modo integrado e coordenado;
- b) fomentar a inserção do setor privado, cooperativo e da população local no processo;
- c) monitorar o desenvolvimento do PPSH;
- d) auxiliar na captação de recursos;
- e) coordenar e acompanhar a execução dos recursos financeiros obtidos para o desenvolvimento e implementação do PPSH.

Parágrafo único - A Comissão Gestora Local - CGL deverá estar constituída por um Grupo Dirigente e um Grupo Técnico, a fim de cumprir as suas atribuições, político-institucional e técnico-executiva.

Art.11º - Para o desenvolvimento do PPSH serão utilizados, de modo adaptado a cada situação, os seguintes instrumentos de conhecimento e pesquisa produzidos pelo IPHAN:

- a) Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU);
- b) Inventário de Configuração de Espaços Urbanos (INCEU);
- c) Inventário de Bens Arquitetônicos (IBA);
- d) Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC);

Parágrafo único - É facultativa a utilização dos instrumentos de conhecimento e pesquisa anteriormente citados, caso existam outros assemelhados já aplicados no local, com dados coletados passíveis de utilização e que atendam às finalidades de elaboração do Plano de Preservação.

Art.12º - A partir dos dados obtidos pela utilização dos instrumentos mencionados no art.11, serão empreendidas análises relativas:

I - ao sítio histórico urbano, compreendendo:

- a) características do tombamento;
- b) características morfológicas e tipológicas do espaço urbano/ natural e do conjunto construído;
- c) aspectos construtivos do sítio histórico;
- d) elementos vegetais existentes;
- e) sítios arqueológicos;
- f) manifestações culturais locais;
- g) aspectos visuais e perspectivas a serem preservadas.

II - à dinâmica urbana, compreendendo:

- a) evolução urbana;
- b) estudos, projetos e planos urbanísticos realizados;
- c) infra-estrutura, uso e ocupação do solo urbano;
- d) construções;
- e) espaços vazios;
- f) perfil sócio-econômico;
- g) condições ambientais;
- h) instrumentos de gestão urbana vigentes;
- i) fatores de deterioração do sítio histórico.

III - às tendências de desenvolvimento urbano, compreendendo:

- a) tendência de desenvolvimento urbano da cidade;
- b) recursos existentes;
- c) reconhecimento dos atores;
- d) reconhecimento das variáveis exógenas.

IV - à classificação e valoração patrimonial do sítio histórico urbano, compreendendo:

- a) a revisão das poligonais de proteção existentes, se for o caso;
- b) a delimitação de zonas de preservação;
- c) a identificação de setores específicos de proteção;
- d) a classificação de imóveis, com definição de graus de valor patrimonial relacionados a graus de intervenção;
- e) a caracterização do perfil sócio-econômico dos setores identificados;
- f) a caracterização do perfil das atividades neles incidentes.

Art.13º - Para atender à dimensão normativa do PPSH serão considerados os seguintes procedimentos operacionais:

- a) realização de reunião preparatória;
- b) realização de seminário técnico na cidade;
- c) realização de atos solenes;
- d) elaboração do Termo de Referência específico para o PPSH, conforme Anexo I a esta Portaria;
- e) validação dos estágios do trabalho;
- f) consolidação e conclusão dos trabalhos correspondentes;
- g) apresentação dos documentos para aprovação.

Art.14º - Para atender à dimensão estratégico-operacional do PPSH serão considerados os seguintes procedimentos operacionais:

- a) realização de oficina de planejamento, elaborando o programa de atuação para o sítio histórico urbano;
- b) desenvolvimento dos projetos executivos;
- c) realização das oficinas de promoção de investimentos privados;
- d) implementação do respectivo programa de atuação.

Art.15º - Para atender à dimensão avaliadora do PPSH serão considerados os seguintes procedimentos operacionais:

- a) definição de sistemática de avaliação do Plano de Preservação;
- b) implementação dessa sistemática segundo suas dimensões normativa e estratégico-operacional.

Art.16º - O PPSH deverá resultar:

- a) no estabelecimento de regulamentos e normas que garantam a preservação do patrimônio cultural, dentro de uma perspectiva histórica e urbanística;
- b) no aprimoramento da gestão urbana do sítio histórico;
- c) adequação do uso das áreas às possibilidades definidas pelas características arquitetônicas e urbanísticas associadas ao valor patrimonial dos sítios;
- d) compatibilização das tendências de transformação do uso do solo à preservação das características arquitetônicas do sítio;
- e) fomento a atividades sócio-econômicas e culturas dinamizadas do sítio;
- f) melhoria da qualidade ambiental;
- g) fruição por seus usuários do valor patrimonial do sítio;
- h) correção de carências urbanas;
- i) correção de carências de infra-estrutura e serviços urbanos;
- j) melhoria dos aspectos funcionais urbanos do sítio histórico.

Art.17º - Os produtos resultantes da implementação do PPSH devem ser:

- I - Regulamento de Ordenação Urbanística e de Preservação do Sítio Histórico Urbano;
- II - Programa de Atuação para o Sítio Histórico Urbano;
- III - Sistema de Avaliação do Plano de Preservação.

Art.18º - O detalhamento das disposições constantes desta Portaria estão apresentadas no documento editado pelo IPHAN intitulado "Plano de Preservação. Sítio Histórico Urbano. Termo Geral de Referência", conforme indicado no art.3º desta Portaria, a ser entregue aos atores públicos e privados interessados em implantar e desenvolver o PPSH.

Art.19º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANTONIO AUGUSTO ARANTES NETO

(Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1, de 03/08/2004)

ANEXO I

Roteiro para o Termo de Referência para Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano:

TERMO DE REFERÊNCIA PARA PLANO DE PRESERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE _____, NO ESTADO DE _____.

1 – PROPOSTA

Indicar sobre o que se trata o presente Termo de Referência.

2 – JUSTIFICATIVA

Apresentar as razões para o seu desenvolvimento, considerando as especificidades da localidade em função do seu conteúdo físico-espacial, sócio-cultural e econômico.

3 - OBJETIVOS DO PLANO DE PRESERVAÇÃO

A partir das diretrizes estabelecidas no Termo Geral de Referência para Plano de Preservação, explicitar quais objetivos norteiam esse Termo específico.

4 - ESCOPO DO PLANO DE PRESERVAÇÃO

Detalhar o escopo do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano, a partir do estabelecido no Termo Geral de Referência, caracterizando-o segundo a sua finalidade/dimensão, ou seja, normativa, estratégico-operacional e avaliadora.

5 - ASPECTOS METODOLÓGICOS

5.1 - Princípios norteadores do PPSH:

Considerando os princípios de atuação estabelecidos no Termo Geral de Referência, explicitar quais princípios norteiam a atuação a ser desenvolvida no sítio histórico urbano em questão.

5.2 - Metodologia Proposta:

Além das estabelecidas no Termo Geral de Referência, as quais incluem a definição das etapas de trabalho previstas, os procedimentos de trabalho a serem adotados e os mecanismos de gestão, acompanhamento, participação e avaliação propostos, explicitar a Área Urbana de Interesse Patrimonial delimitada para o planejamento das ações, ratificando, em princípio, a área definida em Termo de Adesão local para a Gestão Compartilhada do Sítio Histórico Urbano firmado entre as partes envolvidas.

6 - ASPECTOS OPERACIONAIS

6.1 - Premissas para o desenvolvimento do PPSH:

Consideradas as premissas apresentadas no Termo Geral de Referência, contextualizá-las segundo a realidade do sítio histórico urbano em questão.

6.2 - Levantamento de Informações:

Em função do estágio dos trabalhos já desenvolvidos no sítio histórico urbano, indicar quais informações serão levantadas, sua utilização e sob a responsabilidade de quais atores, considerando as diretrizes estabelecidas no Termo Geral de Referência sobre essa questão.

6.3 - Diagnóstico da Área Urbana de Interesse Patrimonial

Idem, item anterior, proceder à caracterização de quais análises serão realizadas visando obter diagnóstico da área urbana de interesse patrimonial localizada no sítio histórico urbano em questão, segundo as diretrizes estabelecidas no Termo Geral de Referência

6.4 - Atividades básicas segundo cada dimensão do PPSH:

Explicitação do processo de trabalho a ser adotado para o desenvolvimento do Plano de Preservação do Sítio Histórico Urbano, segundo cada dimensão que o mesmo deverá atender, considerando a realidade existente e o estágio das atividades realizadas no local até o momento que podem subsidiar o trabalho.

7 - RESULTADOS E PRODUTOS DO PLANO DE PRESERVAÇÃO:

Indicação dos resultados e dos produtos decorrentes da implementação do Plano de Preservação, segundo a sua finalidade/dimensão e conforme diretrizes estabelecidas no Termo Geral de Referência.

8 - CUSTOS GLOBAIS CORRESPONDENTES E RESPONSABILIDADES DOS PARTÍCIPES:

Atendendo às exigências da IN/STN nº 01/97, discriminar os custos globais correspondentes, segundo a sua finalidade/dimensão:

- por elemento de despesa;
- segundo a atividade a ser desenvolvida no âmbito de cada etapa do Plano de Preservação;
- com o respectivo cronograma de execução;
- os respectivos produtos a serem desenvolvidos para cada etapa de implementação desse Plano;
- e o montante de recursos financeiros a serem assumidos por cada partícipe, segundo a atividade a ser desenvolvida no Plano de Preservação.

9 - CONCORDÂNCIA E ANUÊNCIA DOS PARTÍCIPES

Assinatura dos representantes legais dos partícipes em concordância e anuência ao estabelecido neste Termo de Referência.

(Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1, de 03/08/2004)

ANEXO II

Roteiro para o Termo de Adesão Local para a Gestão Compartilhada do Sítio Histórico Urbano:

TERMO DE ADESÃO LOCAL PARA A GESTÃO COMPARTILHADA DO SÍTIO HISTÓRICO DE _____, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE _____ E O ESTADO DE _____, COM O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

PREÂMBULO:

(qualificar partes: MUNICÍPIO, ESTADO E IPHAN)

CLÁUSULAS:

I - As entidades locais - PREFEITURA e GOVERNO DO ESTADO - ao aderirem ao presente objetivo de construir uma gestão compartilhada do Sítio Histórico de _____, comprometem-se a:

- a) atuar de forma convergente da Área Urbana de Interesse Patrimonial, definida neste instrumento;
- b) implantar Comissão Gestora Local, segundo parâmetros estabelecidos pelo IPHAN, no Termo Geral de Referência para Plano de Preservação, segundo ato próprio a ser instituído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura deste instrumento;
- c) elaborar o Plano de Preservação do Sítio Histórico Urbano para a alocação de investimentos públicos e privados, conforme estabelecido pelo IPHAN no Termo Geral de Referência para Plano de Preservação;
- d) assegurar a contrapartida local, em comum acordo com os partícipes no desenvolvimento das ações decorrentes e inerentes à construção de uma gestão compartilhada do Sítio Histórico Urbano;
- e) envidar esforços para que a Comissão Gestora Local venha a ter caráter permanente.

II - O IPHAN compromete-se a:

- a) fomentar a elaboração do Plano de Preservação do Sítio Histórico Urbano;
- b) orientar os agentes promotores e/ou poder público local sobre a utilização da Lei de Incentivo à Cultura na recuperação de bens tombados;
- c) atuar, em conjunto com agentes de fomento, na orientação das ações que envolvam a participação das populações a serem beneficiadas, com destaque para as ações de educação patrimonial.
- d) Envidar esforços na construção da gestão compartilhada do Sítio Histórico Urbano, priorizando a aprovação de projetos que decorram de iniciativas derivadas desse processo.

III - As instituições signatárias consideram, para efeitos deste Termo de Adesão, a área de gerenciamento conjunto descrita e delimitada a seguir, como Área Urbana de Interesse Patrimonial:

- a) Descrição do perímetro da área: _____;
- b) Delimitação da área de Sítio Histórico: _____.

IV - Este Termo de Adesão não contempla repasse de recursos financeiros entre as partes, o qual, quando houver, implicará em instrumento específico.

Assinam as partes o presente Termo de Adesão em 03 (três) vias de igual teor, forma e data, para um único efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus efeitos jurídicos e legais em juízo ou fora dele.

(nome e assinatura dos representantes legais das partes/ Município, Estado e IPHAN).

(Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1, de 03/08/2004)

ANEXO III

Roteiro para o Ato de Constituição da Comissão Gestora Local

ATO DE CONSTITUIÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE _____, O ESTADO DE _____, E O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, COM VISTAS À IMPLANTAÇÃO DE COMISSÃO GESTORA LOCAL.

PREÂMBULO:

(qualificar partes: MUNICÍPIO, ESTADO E IPHAN)

CLÁUSULAS:

1º) OBJETO: É o objeto do presente acordo a constituição da Comissão Gestora Local, bem como o estabelecimento de bases de cooperação técnica entre os partícipes, visando o desenvolvimento de ações compartilhadas e convergentes dirigidas à preservação do sítio histórico de _____, localizado em _____, e atuar em Área Urbana de Interesse Patrimonial, conforme definida no Termo de Adesão para a Gestão Compartilhada do Sítio Histórico de _____, datado de ____ de ____ de _____, fazendo parte integrante deste, independentemente de transcrição.

2º) CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO GESTORA LOCAL: A Comissão Gestora Local é de natureza interinstitucional, consultiva, deliberativa e de gestão local do sítio histórico urbano e responsável pelo desenvolvimento das ações inerentes ao Plano de Preservação do Sítio Histórico de _____, cabendo-lhe, também, a função de coordenação política das ações como articulação, definição de recursos e proposição de ações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Poderá participar dessa Comissão quaisquer pessoas jurídicas, inclusive instituições financeiras, mediante prévia e expressa concordância dos partícipes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Essa comissão está composta por um Grupo Dirigente e constituída pelas seguintes instituições e entidades (se for o caso) abaixo discriminadas:

- a) pelo MUNICÍPIO _____ (um ou mais organismos), que a presidirá;
- b) pelo ESTADO, _____ (um ou mais organismos);
- c) pelo IPHAN, _____ Superintendência Regional;
- d) outro (s) _____ (se for o caso).

(Obs.: em casos excepcionais, a Comissão poderá ser presidida pelo IPHAN).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Comissão será assessorada por um Grupo Técnico a ela subordinado, cabendo-lhe a função de execução técnico-operacional do Plano de Preservação e do correspondente Programa de Atuação e demais ações de gerenciamento do sítio histórico urbano, sendo coordenado por representante indicado pela
PREFEITURA.

(Obs.: em casos excepcionais, poderá ser coordenado pelo IPHAN).

PARÁGRAFO QUARTO - O Grupo Dirigente da Comissão Gestora Local tem os seguintes representantes designados:

- pelo MUNICÍPIO _____ (um ou mais organismos, indicando por quem será presidida a Comissão): _____;
- pelo ESTADO, _____ (um ou mais organismos): _____;
- pelo IPHAN, _____ Superintendência Regional: _____;
- outros: _____.

(Obs.: em casos excepcionais, presidido pelo IPHAN).

E o Grupo Técnico, os seguintes participantes:

- pelo MUNICÍPIO _____ (um ou mais organismos, indicando por quem será presidida a Comissão): _____;
- pelo ESTADO, _____ (um ou mais organismos): _____;
- pelo IPHAN, _____ Superintendência Regional: _____;
- outros: _____.

(Obs.: em casos excepcionais, coordenado pelo IPHAN).

3º) COMPETÊNCIAS E OBRIGAÇÕES. São competências e obrigações:

I - Da Comissão Gestora Local:

- a) elaborar o seu Regimento Interno;
- b) estabelecer relação interinstitucional pautada na competência compartilhada em matéria de preservação do patrimônio cultural e de desenvolvimento urbano do sítio histórico (área tombada e do seu entorno imediato);
- c) gerenciar o desenvolvimento do Plano de Preservação do Sítio Histórico Urbano;
- d) desenvolver as propostas a serem realizadas na Área Urbana de Interesse Patrimonial, segundo o Programa de Atuação para o Sítio Histórico estabelecido;
- e) agilizar as análises das ações propostas;
- f) promover a execução das ações de modo integrado e coordenado;
- g) fomentar a inserção do setor privado, cooperativo e da população local no desenvolvimento das ações a serem realizadas na área;
- h) monitorar o desenvolvimento do Plano de Preservação e seu correspondente Programa de Atuação, auxiliando no seu aprimoramento;
- i) auxiliar a captação de recursos para alocá-los mediante programação específica acordada entre as instituições e entidades diretamente envolvidas;
- j) coordenar e acompanhar a execução dos recursos financeiros obtidos para o desenvolvimento do Plano de Preservação, bem como sua implementação.

II - Do Município:

Apoio logístico fornecido para o desenvolvimento de atividades operacionais e de secretariado.

III - Do Estado (discriminar se houver).

IV - Do IPHAN:

Supervisão geral das atividades da Comissão Gestora Local constituída, com vistas a monitorar o andamento dos trabalhos e os resultados decorrentes, bem como a fiscalização das ações executadas decorrentes do Plano de Preservação do Sítio Histórico Urbano, procedendo às demais providências cabíveis em função de sua competência legal.

4º) AJUSTES OPERACIONAIS: Os ajustes operacionais necessários ao cumprimento do objetivo desse acordo, especialmente no que se refere aos compromissos a serem estabelecidos entre as partes para a construção de uma gestão compartilhada do Sítio Histórico Urbano, serão estabelecidos em instrumento próprio.

5º) RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS: O presente acordo não contempla repasse de recursos financeiros, devendo cada uma das partes arcar com as despesas necessárias ao cumprimento de suas atribuições com recursos próprios, ficando estabelecido, porém, que o surgimento de atividades que requeiram a transferência de recursos entre os partícipes, implicará na elaboração de instrumento específico.

6º) VIGÊNCIA: O presente acordo passa a vigorar a partir da data de sua assinatura pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogável de comum acordo entre as partes, mediante aditamento específico.

7º) DENÚNCIA: Este acordo poderá ser denunciado por qualquer um dos partícipes, em razão do descumprimento de qualquer uma das obrigações ou condições nele pactuadas, bem como pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da partícipe que dele interessar-se, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das obrigações até então assumidas.

PARÁGRAFO ÚNICO - A rescisão do presente acordo não implica necessariamente na anulação das ações dele decorrentes.

8º) PUBLICAÇÃO: Os partícipes providenciarão a publicação de extrato do presente acordo na Imprensa Oficial respectiva, observado o prazo prescrito em lei.

9º) DÚVIDAS E OMISSÕES: Os partícipes elegem o Foro da Justiça Federal Seção Judiciária do Estado de _____, competente nos termos dos §§ 1º e 2º do art.109 da Constituição Federal para dirimir dúvidas e omissões do presente instrumento que não puderem ser solucionados de comum acordo.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus efeitos jurídicos e legais em juízo e/ou fora dele.

(nome e assinatura dos representantes legais das partes)

(nome e assinatura do representante legal de instituição financeira/ opcional)

(nome e assinatura do representante da ONG local/ se for o caso)

(Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1, de 03/08/2004)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)